

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE  
CAMPO FORMOSO: A INVENÇÃO DE UMA  
CIDADE À MARGEM DA MODERNIDADE, 1889 –  
1930**

**Jennydavison Ribeiro Santos Batista**

**UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS – BRASIL**

**Março – 2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE  
CAMPO FORMOSO: A INVENÇÃO DE UMA  
CIDADE À MARGEM DA MODERNIDADE, 1889 -  
1930**

**Jennydavison Ribeiro Santos Batista**

**Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Uberlândia – MG  
Março - 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

B333c Batista, Jennydavison Ribeiro Santos, 1975-  
2016 Capela de nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso : a  
invenção de uma cidade à margem da modernidade, 1889-1930. /  
Jennydavison Ribeiro Santos Batista. - 2016.  
241 f. : il.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Capela de Nossa senhora da Piedade de  
Campo Formoso (GO) - História - 1889-1930 - Teses. 3. Brasil - História  
- República, 1889-1930 - Teses. 4. Cidades e vilas antigas - História -  
Teses. I. Abreu, Jean Luiz Neves. II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu ( UFU)**

**( Orientador)**

---

**Profa. Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo ( UFU)**

---

**Prof. Dr. Ismar da Silva Costa ( UFG – Catalão)**

*In Memoriam* à minha amada e saudosa  
mãe Maria Marluce Santos Batista, pois  
sem a sua existência e generosidade seria  
impossível eu estar aqui.

## Agradecimentos

Esse momento sempre é difícil e delicado. A hora dos agradecimentos emociona, pois nos faz recordar muitos episódios da nossa longa jornada. Agradecer é um gesto que significa lembrança e reconhecimento por algo bom que algumas pessoas nos fazem, então neste momento irei falar um pouco sobre essas pessoas. A ciência diz que: o mundo é um acaso! Se assim for eu não saberia explicar todas as coisas boas e ruins que me levaram a estar aqui. Eu diria que o mundo é uma aprendizagem e que quando movemos a mente, músculos, vontade e determinação em busca de algo iremos ao encontro do sucesso. Pois, somos responsáveis pelo nosso destino. E a única coisa que não podemos controlar são, parafraseando Epicuro, os golpes da sorte que estão para além da nossa vontade os quais não podemos prever, imaginemos o quanto isto é revelador. E esses golpes estão na vida de todos nós, como disse o grande filósofo, e na minha ele retirou pessoas significantes para mim, as quais dariam tudo para estar aqui nesse momento compartilhando comigo de mais essa vitória a minha mãe e os meus avós. Mas, temos que prosseguir mesmo que seja por entre lágrimas como escutei outro dia. E aqui estou finalizando esse caminho. E para além das minhas ações, algo me inspirou em buscar esse caminho para nele encontrar o meu próprio destino. Na existência de inúmeros percursos da nossa vida, nas batalhas que travamos em busca do conhecimento, nas dificuldades do dia a dia e por ultimo, mas não menos importante, nas dezenas de horas a fio buscando a compreensão mais perfeita, na solidão das noites e das alvoradas é que construímos um trabalho como este. Mas, não somente nisto ele também é produto de experiências, oportunidades e de largas reflexões.

No entanto, tão ou mais, importante do que tudo isso que foi citado, ele é composto de pessoas. Pessoas que estão na nossa vida por muito tempo, outras por alguns momentos, outras somente de uma rápida e breve passagem. E com elas deixamos um pouco de nós e levamos conosco também algo delas. Existem entre estas, aquelas especiais as quais temos a consciência de que não esqueceremos, e entre essas pessoas eu gostaria de falar sobre uma em especial; o meu orientador. Falar sobre essa pessoa que tive o prazer de conhecer nos bancos acadêmicos, que me ajudou e me orientou no que eu necessitava, mas que contribuiu comigo em uma coisa que considero o mais importante de tudo, a liberdade. A liberdade que precisamos para criar, para acertarmos e errarmos também. Porque aprendemos com os erros! E ele com sua vasta experiência, sabe disso. Então, agradeço ao estimado e generoso professor Jean Luiz Neves Abreu e a ele ofereço meu

total reconhecimento e gratidão por suas palavras de coragem e conforto e principalmente por sua paciência. Que imenso prazer em compartilhar esse caminho da minha dissertação com o senhor, professor! Por isso o meu mais sincero, muito obrigada e espero que um dia possamos novamente, coincidentemente, nos encontrar em outros trabalhos para que com ele possamos edificar ainda mais o conhecimento histórico.

Dentre tudo isso, quero agora fazer uma pequena escrita sobre essa outra pessoa que participa da minha vida em todos os momentos, estando ao meu lado em horas importantes da minha vida. Ao meu querido, amado e admirado pai, com quem apreendo todos os dias. Por ser amigo e companheiro dando os primeiros passos comigo aqui nesta terra, naquele tempo, desconhecida. Na busca de um sonho, uma meta que agora torna-se realidade. Que acreditou na minha capacidade e é a quem eu dedico esse trabalho. Da mesma forma, à minha irmã Cinthya Ribeiro, minha companheira de todas as horas boas e ruins, minha “amiga de fé irmã e camarada”. À minha pequena sobrinha pela alegria e companheirismo que trouxe a minha vida. Ao Márcio Francisco pelo apoio e ajuda inestimável que muito valeram na construção deste trabalho.

Nossa vida é cheia de surpresas e por muitas vezes não sabemos o que vamos encontrar na próxima curva, então quando nos deparamos com pessoas amigas são sempre bem vinda. Assim, gostaria de lembrar uma pessoa conhecida de algum tempo, a qual dedico meu agradecimento com alegria, a professora Gercinair Silvério Gandara como a qual desenvolvi vários projetos e compartilhamos de inúmeros trabalhos que sempre terei orgulho de ter participado. Que sempre colocou motivação nos meus empreendimentos acadêmicos e sempre acreditou em mim e na minha capacidade.

Também gostaria de agradecer aos professores da banca que com suas inúmeras contribuições ajudaram a construir um trabalho ainda melhor, a professora Maria Andréa Angelotti, e ao professor Florisvaldo Ribeiro, agradeço pela delicadeza e paciência de colaborar comigo nessa jornada, obrigada!

E para finalizar agradecer a todos que também ajudaram a construir este trabalho de alguma forma, aos meus amigos e amigas

## SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
INTRODUÇÃO.....	08
I. RELAÇÕES DE PODER NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE.....	25
1. 1. A Igreja e as relações de poder .....	25
1. 2. Conselho de Intendência: a formação da elite política .....	39
1. 3. O sonho de governar uma cidade .....	51
1. 4. As municipalidades na República .....	58
1. 5. Campo Formoso: uma cidade de coronéis .....	63
II. A INVENÇÃO DE UMA CIDADE: INTERVENÇÕES URBANAS E IDEIAS DE TRANSFORMAÇÃO.....	87
2. 1. A urbanização de Campo Formoso por meio do Código de Posturas .....	105
2. 1. 1. A República impõe com se morar .....	132
2. 1. 2. Água, um símbolo de poder: as concessões .....	138
2. 1. 3. Saúde pública: não temos médicos, temos curandeiros! .....	143
III. PORTOS, PONTES E FERROVIAS: ADESÃO E RESISTÊNCIAS AO PROGRESSO EM CAMPO FORMOSO.....	156
3.1. A Modernidade pelos trilhos das ferrovias: percepções e sensibilidades.....	165
3.2. A República em Campo Formoso: como vencer o isolamento .....	180
3.3. Campo Formoso uma cidade às margens dos trilhos.....	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
FONTES.....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	231
ANEXOS.....	241

## CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE CAMPO FORMOSO: A INVENÇÃO DE UMA CIDADE A MARGEM DA MODERNIDADE, 1889 – 1930

**RESUMO:** a presente pesquisa tem por objetivo uma análise de aspectos históricos da cidade de Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso, hoje Orizona, situada na micro região de Pires do Rio, sudeste de Goiás no período da Primeira República, 1889-1930. Entender uma cidade é buscar compreender os sujeitos que nela habitam, pois eles são os responsáveis pelas estruturas formadoras desse espaço. Assim, a presente dissertação traz para a historiografia um estudo da cidade de Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso por meio de diversos mecanismos, como fontes orais, documentos oficiais do município coletados nos órgãos públicos da cidade disponibilizados na Câmara Municipal, arquivo público municipal e arquivo da prefeitura. Essas fontes nos ajudaram a tecer o conhecimento do lugar abordado. A República trouxe para diversos lugares do Brasil expectativas e/ou soluções, de inovações modernizadoras no intuito de apagar as marcas o antigo sistema colonial. As cidades a serem criadas fariam parte dos moldes republicanos e dessa forma, deveriam seguir modelos prontos vindos, basicamente, de países europeus. No entanto, a cidade de Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso fica fora desse processo modernizador, tendo sido relegada por vários anos à dificuldades existentes de uma região distante e sem recursos. A historiografia goiana resume o período da chegada da ferrovia na região sul do Estado, como um tempo de avanços em todos os setores da vida dessa sociedade. Entretanto, Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso apresenta uma realidade diferente do que é proposto por essas afirmações. Então, para compreender a especificidade de Campo Formoso, abordamos a partir das fontes documentais existentes diversos elementos constituidores da história da cidade: a sua constituição política formada pelos mais abastados da cidade, a força do coronelismo, o papel da Igreja como poder político. Essas relações de poder na região foram decisivas para o desvio da ferrovia. Dessa forma, também buscamos analisar como ocorreu o processo de urbanização e o que representou para a história da cidade de Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso a não passagem da Ferrovia Goiás dentro dos seus limites. Assim, situaremos as particularidades políticas de uma cidade no interior de Goiás, que fica à margem de um projeto instituído como modernizador promovido pela Primeira República.

**Palavras chaves:** Cidade, Ferrovia, Modernidade, Política, República

## CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE CAMPO FORMOSO: THE INVENTION OF A CITY THE MARGIN OF MODERNITY, 1889 – 1930

**ABSTRACT:** this research objective is to analyze the historical aspects of the city “Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso”, located in the micro region Pires do Rio, southeast of Goiás in the period of the First Republic, 1889-1930. To understand a city is to try to understand the individuals who inhabit it, as they are the ones who are responsible for the structures that forms that space. Therefore this thesis brings to the historiography a study of the city of Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso through various mechanisms as oral sources, official documents of the municipality collected in public bodies of the city made available in town halls, municipal public and archive file of the prefecture. These sources have helped us to make the knowledge of the place approached. The Republic has brought to different places of Brazil expectations and/or solutions, of innovations that modernized in order to erase the marks the old colonial system. The cities to be created would be part of the molds republicans and this way, should follow models ready coming, basically, from European countries. However, the city of the Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso is outside of this process moderniser, having been relegated by several years to difficulties of a distant region and without resources. The historiography of Goiás summarizes the period of the arrival of the railroad in the southern region of the State, such as a time of progress in all the sectors of the life of this society. Then, to understand the specificity of Campo Formoso, we approached from the documentary sources exist various elements constitutor city history: its political constitution formed by the most affluent of the city, the strength of the colonels, the role of the Church as a political power. These power relations in the region were decisive for the deviation of the railroad. In this way, also we sought to analyze how the process of urbanization has occurred and which represented for the history of the city Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso the passage of the Railroad Goiás not within its limits. In the meantime we situate the special policies of a city in the interior of Goiás, which is on the edge of a project set up as amodernizer moved by the First Republic.

**Key words:** City, Modernity, Politics, Republic, Railoway

## INTRODUÇÃO

Duas cidades gêmeas não são iguais.<sup>1</sup>

Ítalo Calvino tenta retratar por meio dessas palavras todas as infinitas particularidades que poderão compor uma cidade. No período da República, nas paragens de Goiás nasceu à cidade de Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso que a partir de 31 de dezembro 1943 pelo Decreto-Lei estadual nº 8305 passa-se a chamar Orizona.<sup>2</sup> Entretanto, o cenário dessa investigação é a cidade que primeiro nomeamos, Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso ou simplesmente Campo Formoso como ficou mais conhecida. Reivindicar sua presença é estar ciente que o mundo ao qual vamos nos debruçar é um universo bem distinto do que hoje vivenciamos. Em diversos aspectos, diferente.

Nesta dissertação pretendemos abordar aspectos da história de Campo Formoso, no período que compreende a Primeira República no Brasil ( 1889-1930). Nesse período o País vive uma difícil transição onde coleciona problemas de diversos aspectos. Em uma fase também marcada pelos compadrios e em busca de apoio para o regime que acaba ser proclamado nasce o “coronelismo” um fenômeno que perdurou por toda a primeira fase da República. O coronelismo por sua vez foi uma das bases de sustentação dessa primeira fase republicana, onde os líderes locais apoiavam candidatos do governo em trocas de favores que seriam aproveitados nas regiões onde se comprehendiam seus potentados. Assim, nessa fase truculenta da história é que nasce a cidade de Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso, em Goiás.

Essa cidade agora se torna o nosso objeto de estudo, onde buscaremos compreender uma fatia da sua história e as relações que foram tecidas entre a

---

<sup>1</sup>CALVINO, Itálo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainard. São Paulo: Campainha das letras, 1999. p. 54.

<sup>2</sup> Este gentílico Orizona é um termo de origem Latina, ORIZA = Arroz + ZONA = Região. Dados coletados do IBGE. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521530&search=| |infogr%E1ficos:-hist%F3rico>> Acesso em: 20 de dez de 2016.

política local e a população. Marcadamente constituída dentro do pensamento, onde o conservadorismo impera, Campo Formoso se diferencia das cidades que foram conhecidas como da “região dos trilhos” porque, justamente, os trilhos nunca chegaram aos seus limites.

Nesse Lócus a influência da Igreja marca desde o início, por volta e 1850, as histórias desse local que, primeiramente, era um lugar de passagem aonde vinham rezar as missas domingueiras. Porém, mais tarde a força dos “Coronéis” como o Cel. José da Costa Pereira Sobrinho, começa outra fase do antigo arraial, sendo ele quem lidera no processo da sua emancipação, quando foi elevada a categoria de vila e logo após torna-se uma cidade. Portanto, neste trabalho tentaremos compreender como foram erguidas as relações de poder que deram início a história política do lugar com a instalação do Conselho de Intendência e as forças políticas atuantes. Da mesma forma buscaremos como fora constituída a cidade nesse tempo observando o modo de vida de seus moradores. Optamos por analisarmos a sua urbanização por meio do Código de Posturas no intuito de identificar as ideias de como a cidade fora pensada pelo grupo abastado “donos” das decisões políticas da região. Também temos como objetivo identificar a força política atuante manifestada pelos líderes locais que não permitiram a Estrada de Ferro Goiás chegar até a cidade sendo esta portanto, desviada para o povoado Ubatan uma região no meio do cerrado que fica a 12 quilômetros da urbes de Campo Formoso. Demonstrando quais as estratégias utilizadas para contentar o pensamento de domínio desses líderes locais.

Ao observarmos esse sítio verificamos que ele contempla várias modificações com o passar dos anos. A própria paisagem natural hoje já fora intensamente modificada e continua sendo, construída pelos novos recursos modernizadores, que foram trazidos pelos homens e pelos trilhos nas cidades vizinhas, pois eles não chegaram até Campo Formoso. A cidade passou longos anos da sua história em busca de melhorias, de progresso e modernidade que, viesssem a transformar este mundo distante chamado, ‘sertão’. Um lugar antes isolado, longínquo, sem notícias, afligido pelas doenças e esquecido pelo estado.

A modernidade, tão falada na época não chegou a Campo Formoso, não de forma automática, como propõe as abordagens sobre Goiás, muito pelo contrário, a cidade passa longos anos de estagnação mesmo depois da chegada dos trilhos de ferro na região sudeste

Os tempos do arraial de Nossa Senhora da Piedade de Capela dos Correia não seria em nada parecido com o que atualmente conhecemos sendo aquele um mundo quase esquecido, engolido, pelas “modernidades” que se espalharam por todos os rincões desse sertão planáltico. Formado por uma vegetação tortuosa, retorcida, constituída pelas adaptações às grandes adversidades climáticas de esparsas folhas e raízes profundas, que não as deixam morrer. Os homens e mulheres que aqui chegaram também não de curvaram às grandes dificuldades, achando para elas uma saída para uma vida melhor. Chegaram procurando infinitos tesouros que nunca por estas bandas foram encontrados, tomando as picadas<sup>3</sup> nas beiras dos rios procuravam chegar a lugares nunca antes vistos.

Ao fincar suas moradias, eles se deparavam com as matas densas, e rios caudalosos, como nos conta os diários de viagens daquele tempo, bem diferentes dos de hoje em dia. As lembranças dos mais antigos e os diários de viagens, falam-nos em confrontamento com onças vorazes e todos os tipos de animais e com o embate, desleal, com os nativos da terra. Conta-nos também, dos silêncios profundos das noites escuras quebrados somente pelo som dos lobos, que a todo instante, ecoavam na imensidão do cerrado, dando a impressão que estivessem a comunicar-se entre si, como se soubessem o futuro que os aguardavam. As lendas, dezenas delas, viviam lado a lado com os aqueles homens, influenciando no seu modo de viver e nos seus costumes. Era um tempo de perigos e devoção extrema, um tempo em que homens com ínfimas condições, construíam igrejas<sup>4</sup>, no meio do nada, começando a partir desse momento, a transformação da paisagem antes somente pertencente ao mundo natural.

---

<sup>3</sup> Primeiros caminhos trilhados pelos desbravadores que não constam nos mapas.

<sup>4</sup> HILAIRE-SAINT, Auguste. *Viagem a província de Goiás*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Apresentação de: Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

Então, será sobre esse mundo que iremos nos debruçar e sobre ele buscaremos respostas e conhecimentos. Contudo, sabemos que construir uma escrita histórica é sempre um desafio, principalmente, nos dias atuais. Porque hoje os sujeitos são tão absorvidos pelas ‘novidades’ que não param de chegar e pelos presentismos, que quase não encontram tempo para a reflexão sobre os nossos antepassados e os caminhos que nos fizeram chegar até aqui. Pois, a rapidez com que as coisas são vividas intensifica a forma de vermos o mundo a nossa volta e também nos paralisa. Mas, a complexidade de uma escrita histórica nos faz tecer reflexões, principalmente, sobre alguns pontos de tensões na constituição historiográfica. Impelindo aos historiadores de ofício a ter que enfrentarem para o bem da história, alguns entendimentos e definições que da mesma forma que as fontes também nos ajudam a tecer o saber historiográfico.

O homem é o pilar da história, nos assegura o genial pensamento de Bloch, “são os homens que [a história] quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. [...] o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”.<sup>5</sup> Então, são eles que buscaremos; Padres, Coronéis e moradores do locais, os seus costumes e as relação tecidas por eles que foram responsáveis pela construção da cidade.

Todavia, entendemos que para se construir esse conhecimento procura-se problematizar cada cidade colocando alguns aspectos particulares que terão de ser desvendados, construídos e inventados. Dentro desse princípio, não optaremos por semelhanças, pois sentimos que não é aconselhável utilizarmos o mesmo olhar quando analisarmos uma cidade de poucos habitantes em um interior de Goiás, na primeira República, como Campo Formoso, e outra cidade com milhares de habitantes, no mesmo período proposto. Estas cidades grandes seriam pontos de formação de grandes projetos estruturais, remodelações e construções de ambientes já lapidados por alguns avanços tecnológicos disponíveis naquele tempo, mas, antes disso, elas foram

---

<sup>5</sup>BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 54.

principalmente idealizadas pelos pensamentos que aderiram ao progresso a todo custo<sup>6</sup>.

Se as investigações fossem traçadas dentro dessa ideia de uma suposta semelhança não seria possível a análise, pois, ela teria que ser feita tomando como pontos referenciais os mesmo elementos e as mesmas formas de entendimento dos espaços abordados. Pois, apesar de percebermos que estes espaços se constituem como sítios chamados cidades e que existem algumas “regras gerais” que não podemos perder de vista haverá diferenças gritantes as quais não poderemos ignorar.

Portanto, levando em conta essa ideia de distinção, a constituição desse espaço como únicos, fez com que grupos de pesquisadores se debruçassem para o entendimento sobre o que são e como se configuram, as pequenas e médias cidades. Assim, a partir desse ponto utilizaremos algumas compreensões pensadas pelo campo da geografia, por entendermos que não há nada errado em dialogarmos com ela, muito pelo contrário, esta ideia está em total consonância com entendimentos atuais de que deverá haver também no campo da pesquisa, a interdisciplinaridade; habilidade que preza pela não compartimentação das disciplinas para que a construção de conhecimento não seja compreendida e desenvolvida de forma isolada. Historiadores pelo mundo dialogam com outras disciplinas, no intuito de trazer para a história uma visão holística de um determinado assunto ou sujeito inserido em um tempo e espaço apontado, por eles. Obviamente, no momento que admitimos essa conexão entre áreas, não estamos propondo que aqui pensemos como geógrafos ou como peritos de qualquer outra área, estamos sim, alargando o campo de atuação do pensar histórico trabalhando com outras ferramentas para tentarmos entender da melhor maneira o objeto escolhido para a investigação. A nossa análise será feita como historiadores, sem deixarmos que nossa visão se confunda. Isso já foi proposto pelos historiadores da Escola dos Annales. Dentre todos tomaremos como exemplo, Fernand Braudel já fazia conexões

---

<sup>6</sup> Os principais trabalhos levam em conta, principalmente, as modificações existentes no período da República Velha em cidades já com grande número de habitantes como: Rio de Janeiro com 1. 447. 599, São Paulo com 579. 033, Salvador com 283.422 e Recife com 238. 843 de habitantes. Disponível em: <<http://www.skyscraperaty.com/showthril.php>> Acesso em: 24 de março de 2016.

com a geografia, quando escreveu a famosa obra *O Mediterrâneo*, marcando na prática uma nova era para a construção histórica.<sup>7</sup>

Assim, algumas compreensões foram levantadas sobre o assunto e segundo Diva Lopes e Wendel Henrique, por vários motivos, mas, principalmente, pelo crescimento de trabalhos sobre o tema que vem tomando espaço dentro das academias. Estas pesquisas buscam a conceituação e entendimento das pequenas cidades;

as pesquisas sobre cidades médias e pequenas vêm ganhando repercussão na produção acadêmica brasileira, fruto da interiorização dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como do próprio processo nacional de urbanização, no qual tais cidades apresentam destaques significativos nas dinâmicas econômicas, demográficas e culturais.<sup>8</sup>

Os pesquisadores procuram traçar linhas de pensamentos, constituindo elucidações cada vez mais aprofundadas e até certo ponto permeáveis a outros conhecimentos a para que se possa desenvolver um conhecimento maior sobre essas cidades ainda ignoradas, pois há necessidade de,

[...] compreender as cidades médias e pequenas brasileiras não como um conhecimento à parte do processo de urbanização, ou da totalidade, mas sim como particularidades e singularidades. Para tanto necessitamos dissecá-las, decompô-las e analisá-las, sem perder de vista a forma e o conteúdo. Portanto, o que se pretende é contribuir com o debate e com o conhecimento do Brasil urbano, partindo do que está na outra extremidade desse processo, ou seja, do que se configura como pequenas e médias cidades, ou do que não se configura como grandes aglomerações urbanas.<sup>9</sup>

A construção de novos trabalhos corrobora para uma abertura de debates que visam observar pontos de convergências e de divergências, no intento de edificar aquilo que melhor poderá traduzir e representar essas cidades. A dinâmica das cidades pequenas vem mudando muito nos últimos tempos ela foi modificando suas características. São atingidas pelos problemas

<sup>7</sup> Ver: LIRA, LARISSA Alves de. *Geografia Braudeliana: a concepção de espaço de Fernand Braudel e suas relações co a geografia Vidaliana*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH SP. Departamento de geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: < <https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numerol> > Acesso em: 27 de março de 2016.

<sup>8</sup> LOPES, Diva M. Ferlin e HENRIQUE, Wendel. (orgs.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87).p. 09.

<sup>9</sup> BRESCIANI, Maria Stella. *Cidades e história*. In: LIPPI, Lúcia. (org.). *Cidades história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2002. p. 18.

sociais das cidades maiores, cada dia mais. Foi-se o tempo que as cidades pequenas eram quase unanimemente consideradas seguras e pacatas. Hoje apesar de se diferenciar das metrópoles elas também são atingidas pelos desatinos e faltas de serviços públicos. Nenhuma cidade é igual a outra, então cada cidade constrói bases onde crescerão, entretanto mais à frente assumem seus próprios caminhos. Nessas cidades observa-se que, “sobre os aspectos econômicos e sociais as pequenas cidades oscilam entre sinais de luminosidade e de letargia”.<sup>10</sup>

A cidade pequena, hoje, se conforma dentro dos estudos das redes e hierarquia urbana. A partir desse conceito, inicialmente, a cidade pequena seria um contra ponto da cidade grande, e a cidade média seria ocupar um espaço intermediário entre as duas. Analisando de maneira superficial uma cidade pequena seria dentro de uma categoria numérica, aquela que possui até 20 mil habitantes, acima desse número é classificada como média até 500 mil, e a cidade grande acima dessa quantidade de habitantes.

Mas, isto obviamente não é suficiente para que possamos designar entendimentos sobre tais espaços, apesar de ser utilizado este critério, ele somente abarcaria o aspecto da grandeza populacional. Portanto, concordamos que o entendimento sobre cidades dessa natureza ultrapassa e muito, este conceito. A conceituação e análise das cidades pequenas e médias necessitam ser (re) vista, levando em conta suas diversidades e capacidades de formação e não unicamente apontando para o valor numérico.

A reflexão de Maria Encarnação Sposito nos é muito pertinente na configuração desse entendimento, de acordo com seu pensamento ela determina que o primeiro passo a ser dado nesse sentido está concentrado em, “empreender um esforço para superar a adoção desses adjetivos de cidades pequenas e cidades médias”, pois, “são insuficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas” e ainda continua, “a realidade das cidades

---

<sup>10</sup> LUGAN, J. C. Sociabilité et intégration dans les petites villes: hypothèses sur une évolution. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. Bourgs et petites villes. Toulouse:Presses Universitaires du Mirail, 1997, p. 406.

pequenas e médias é extremamente plural para que se continue adotando, no plano teórico-conceitual, esses dois adjetivos".<sup>11</sup>

Na conceituação construída por Milton Santos sobre “cidades locais”, esse autor afirma conclusivamente que, esse termo seria utilizado para designar cidades que possuem um mínimo de aglomerado populacional e então, “deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço” e que apresentam “um crescimento auto sustentado e um domínio territorial”.<sup>12</sup> Tomando como base ainda a análise feita por Santos destacamos que devemos ser cuidadosos ao, “aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidade no mundo inteiro, pois isso é incorrer no perigo de uma generalização perigosa”.<sup>13</sup>

Por conta disto, percebemos a nossa dificuldade, logo de início, antes mesmo, dela se configurar totalmente. Pois, duas dificuldades nos chegaram rapidamente; uma pequena cidade de algumas dezenas de habitantes, surgida há um século. O tempo apesar de pilar importantíssimo e fundamental da história é também causa muitas vezes de ruína no constituir historiográfico. Dessa forma, isso nos causou um incomodo perturbador que teríamos que solucionar para o bem da pesquisa. A pergunta primordial veio com o seguinte questionamento: como poderíamos investigar uma cidade pequena somente com os olhos e as explicações que são dialogadas em uma análise que buscam entendimentos de cidades grandes ou metrópoles? Assim, seria problemático. Dessa forma, fomos à busca de conceitos que hoje são utilizados nas investigações sobre “cidades pequenas” ou “locais” para que possamos construir uma análise sem cair em equívocos ou em generalizações “perigosas” que não condizem com as experiências observadas. Autores como Milton Santos, Maria Sposito, nos apresentam alguns entendimentos sobre o assunto, onde expõe algumas categorias por ele destacadas. A existência de uma

---

<sup>11</sup> SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

<sup>12</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 69-70.

<sup>13</sup> SANTOS, Milton. *Op.cit.* 1982, p. 69-70.

categoria cidade não se encerra por si só, ela apresenta desdobramentos importantes para o seu estudo mais aprofundado.

Diante de tantas afirmações e reflexões complexas seria necessário traçarmos uma linha de pensamento na compreensão do que é uma cidade pequena, pois, o

processo de urbanização brasileiro, as disparidades, as desigualdades e também as concentrações ganham maiores proporções, o que irá despertar maior interesse pela análise da rede e hierarquia urbana, bem como pelo processo de metropolização. Urge a necessidade por desvendarem as contradições do espaço urbano.<sup>14</sup>

Estudar uma cidade de menor porte significa aderir a uma nova concepção em relação ao “perceber” do espaço urbano, pois, mesmo com todos os esforços na busca pelo conhecimento de novos objetos, na grande maioria das vezes nos deparamos em maior número com pesquisas que evidenciam as grandes cidades. No entanto, por muito tempo, e ainda hoje, às cidades pequenas e médias são esquecidas, fenômeno muito comum que acontece, principalmente, nos países emergentes. A esse respeito, Milton Santos argumenta que, “a maioria dos estudos urbanos em países subdesenvolvidos se interessa de preferência pelas grandes cidades, principalmente pelo fenômeno da macrocefalia”. Assim, se isso não cria um problema pelo menos sublinha a necessidade de reflexão sobre o assunto das cidades pequenas.

Entretanto, se nos voltarmos às estatísticas, mais atuais, como também, a realidade em que vivemos, diz o autor, “vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das *cidades locais* que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente”.<sup>15</sup> Aliás, o Brasil é um País constituído de cidades pequenas e médias, são mais de 3.800<sup>16</sup> cidades pequenas. Então, estudar as pequenas cidades do Brasil é desvendar o próprio Brasil com todas as suas particularidades e modos de viver. Por conta disto, o referido autor desfaz essa

---

<sup>14</sup>MAIA, Doralice SátYRO. Cidades médias e pequenas do Nordeste. Conferência de Abertura. In. CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: teoria conceitos e estudos de casos. (orgs). LOPES, Diva Maria Ferlin e HENRIQUE, Wendel. 2005, p. 15.

<sup>15</sup>SANTOS, Milton. *op. cit.* Petrópolis: Vozes, 1982. p. 69.

<sup>16</sup>Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa\\_google](http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google)>. Acesso: 25 de jan. de 2106.

nomenclatura de cidade pequena e a substitui por “cidades locais”, pois segundo ele, estes cenários “dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de *cidades de subsistência*”.<sup>17</sup>

Campo Formoso, dentro do período estudado, é entendida como uma cidade de subsistência, que produzia quase exclusivamente durante o período da República velha, para o seu próprio sustento. A cidade foi emancipada em 1906, a partir desse momento ela começa a configurar as estruturas que serão abordadas neste trabalho, encontramos nesse espaço uma mentalidade conservadora que não foi inserida na “onda” modernizadora.

Assim, será analisada enquanto uma cidade que não desfrutou dos “progressos” que autores regionais afirmam ter havido na história de Goiás depois da chegada da Ferrovia. Durante longos anos, acerca de três décadas, depois de a Ferrovia chegar ao estado a pequena cidade de Campo Formoso continua inserida em uma carência predominante. Essa era uma época compreendida, no Brasil, onde se teciam intensos pensamentos de progresso. Mas, sabemos que esse progresso não chegou em todos os recantos do país de maneira equânime. Assim, observamos que a estrada de Ferro Goyaz não trouxe todas as mudanças que são marcadas por autores depois da sua chegada. Ela concluiu um projeto de poder, que inicialmente visou somente o aspecto econômico do estado de maneira generalista e depois também servindo para consolidar um balcão de negócios onde se procurou tecer uma rede de ações que beneficiavam, principalmente, aqueles que comungavam das mesmas ideias políticas dos dirigentes da Ferrovia e ou do governo estadual a princípio, e posteriormente do governo Federal.

A pesquisa foi desenvolvida adotando como delimitação temporal a Primeira República no Brasil, 1889 a 1930. Pois, a data é a mensageira de mentalidades voltadas para o progresso, mesmo que esse progresso não fora

---

<sup>17</sup> E em um aprofundamento próprios dos grandes pesquisadores, ainda destaca que poderia indicar a existência de “pseudociudades” e “verdadeiras cidades”. Dentro desta linha de raciocínio destacamos que a avaliação das “pseudociudades” nos interessa haja vista a sua conceituação apropriada para o entendimento da diferenciação entre ela e as cidades locais no estudo do nosso caso sobre as pseudociudades temos, “[...] pseudociudades inteiramente dependentes das atividades de produção primária, como as cidades mineiras ou as grandes aldeias, e mesmo de atividades não primárias, como algumas cidades industriais ou cidades religiosas, universitárias, balneárias, de montanha (serranas) etc. ver: SANTOS, 1982, p. 70.

feito para atender largamente as necessidades do povo brasileiro, pois já viera construído de países da Europa. Contudo, no que diz respeito ao temporal teremos por necessidade, em alguns momentos, nos estenderemos um pouco mais, com a finalidade de ratificar um dos nossos objetivos que é sublinhar que a Ferrovia no estado não atingiu todas as regiões de Goiás e menos ainda todos os níveis da sociedade goiana, Campo Formoso será o elemento de negação dessa visão simplista e determinista. Demonstrar a estagnação econômica de Campo Formoso décadas depois de a Ferrovia ter chegado ao estado, contraria a historiografia escrita proposta por vários autores sobre Goiás. Também verificaremos a ligação com antigos modos herdados da colônia e do Império mesmo em tempos de República. Passaremos a discutir as disputas pelo poder dentro da pequena cidade e a força da Igreja e dos “coronéis” na região que muitas vezes eram os grandes latifundiários dos arredores.

Buscamos demonstrar por meio de análises comparadas, de registros orçamentários, recenseamento e dos testemunhos sobre o período abordados que Campo Formoso não se coloca como modernizada depois que Goiás foi cortada pela ferrovia. Essa visão que nos é colocada por alguns historiadores que; afirmam uma modernização homogênea em todo o estado sobre a era Ferroviária em Goiás, não a compartilhamos. Pois, a nosso ver, se optássemos por essa ideia estaríamos admitindo uma visão generalista e superficial. A nossa perspectiva parte de um certo estranhamento sobre essa ideia construída e proliferada dentro da historiografia de Goiás que afirma o grande desenvolvimento de Goiás, com a chegada da Ferrovia Goyaz, visão defendida por Barsanufo Borges<sup>18</sup>.

Para o desenvolvimento dessa dissertação buscamos informações de diversos locais: Livro do Tombo, Câmara de vereadores, Prefeitura da cidade, Atas do Conselho de Intendência, Arquivo Público da cidade de Orizona, IHGG - Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, IBGE e Recenseamento de 1920, Câmara de Deputados Federal, Prefeitura de Ipamerí, além de entrevistas concedidas por pessoas na maioria quase centenárias que viveram na cidade

---

<sup>18</sup> BORGES, Barsanufo Gomide. O despertar dos dormentes: estudo sobre a estrada de ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909 – 1922. Goiânia: cegraf- UFG, 1990.

de Campo Formoso. Nota-se á uma vasta lista de fontes utilizadas, mas isso é feito pra que possamos captar os acontecimentos da melhor forma possível. Mas, a partir disso entendemos que a existência desse extenso leque documental teria que ser articulados entre si. Entre elas as fontes orais foram de grande valor na construção do nosso trabalho pelo seu valor genuíno. Elas foram necessárias para conjuntamente com as fontes escritas, trazermos uma reflexão ainda mais ampla e profunda em determinados assuntos ouvindo vozes que nunca tinham se pronunciado. Os entrevistados nos mostram por meio das suas próprias experiências as formas de viver e sentir o espaço habitado, com seus dramas e alegrias. As experiências desses sujeitos são ricas e demonstram as dificuldades e estratégias utilizadas para vencer a falta de recursos vividos no período por isso são importantes meios de conhecimento sobre os longos anos em busca das melhorias do espaço citadino. Não nos recusamos às palavras faladas porque temos a consciência de que assim como Lucien Febvre, acreditamos que,

A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas, pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...] Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando falta as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens, e telha; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, trona significante a sua presença, atividades, gostos e maneiras de ser.<sup>19</sup>

Por conta disso os caminhos da nossa pesquisa se formaram a partir do momento que começamos a investigação e do desenrolar dos fatos. Durante o percurso do trabalho discutiremos várias questões importantes para o refletir da constituição desse espaço/cidade no período republicano. Buscaremos assim compreender e analisar a força da Igreja católica, como um dos elementos determinantes na edificação da cidade, assim como, as forças políticas locais, representadas na figuras dos “coronéis” e sua influência na urbanização do espaço citado. Procuraremos articular aspectos que corroboraram para a constituição deste espaço urbano, de acordo com os elementos a sua volta os

---

<sup>19</sup> FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Colin, 1953. ( trad. port. Lisboa: Presença, 1977). p. 428.

inserindo no contexto da época. Tendo como enfoque o período da República no Brasil e as mudanças desejadas.

A pesquisa será dividida em três capítulos. Em que tentaremos tecer a história de uma cidade fundada em 1850, que chegou ao século XX, ainda como arraial. Como um dos eixos nos fundamentaremos na ideia que Campo Formoso não absorveu os principais sonhos de progresso da recente República. Não tendo sido inserida no aspecto ‘moderno’ atribuído a Goiás depois dos ventos ferroviários. Sofrendo uma urbanização desigual, tímida que não demonstra nenhum aspecto dos que são falados sobre região de Goiás pelas obras que tentaram retratar o período. Verificamos que Campo Formoso perante as mudanças e os processos de urbanização vigentes no período, esbarrou em uma encruzilhada entre a tradição que, será colocada como os antigos hábitos e costumes vindos dos meios rurais e ainda do período colonial, com seu modo de vida rude e fundamentado profundamente em dogmas religiosos, e a própria significação da modernidade que representa o anseio de uma pequena elite local que aspirava por ideias de progresso. Essas ideias progressistas seriam desenvolvidas ao modo dessa elite, que foi concretizada na construção de uma cidade para eles e que pudesse ser governada por eles próprios.

Esse pensamento de modernidade vindo dessa elite local passou grande parte da sua existência, mergulhado numa constituição social moldada, na influência católica e em uma mentalidade ruralista, configurada pelos grandes latifúndios. Também discutiremos os problemas que envolvem uma cidade construída no sertão do Brasil, a questão do isolamento e da falta de recursos, dentro de uma conjuntura marcada pelos graves entraves em relação a outros lugares do país, principalmente, da região litorânea onde se localizava a maioria das cidades mais importantes da época. Durante a pesquisa, tentaremos entender o que a chegada da República significou, para uma população que vivia em uma região distante dos centros mais adiantados.

No primeiro capítulo intitulado, “As relações de poder na construção de uma cidade” descobriremos quem eram os sujeitos que constituíram a elite política da cidade de Campo Formoso. Abordaremos de onde vieram, como

viviam e o que os levaram a querer construir uma cidade. Desde o tempo do arraial a elite política se organizava para construir uma cidade dos sonhos. Onde tudo fosse coordenado por esse grupo. Assim, nasceu a cidade de Campo Formoso, do sonho de um grupo rico local que desejava governar uma cidade. Diremos que foi uma cidade para poucos, para os que poderiam pagar as altas taxas de impostos que eram cobradas dentro do perímetro urbano e que poderiam fazer as exigências colocadas no Código de Posturas. As medidas tomadas para a constituição do espaço mostram os desnívelamentos econômicos na região.

A criação do Conselho de Intendência marca um novo período para a população, a partir dele será vista, claramente, aqueles que poderiam morar ou não no espaço urbano criado para ser, principalmente, belo. Nesse sítio não se poderiam cortar árvores que embelezavam as ruas e passeios, pois isso levaria aos infratores a paragem altas multas. Então, a construção da cidade foi feita com recursos próprios, alicerçadas em uma enorme quantidade de impostos. Assim, discutiremos o abandono do governo estadual e federal que não cumpria com as responsabilidades com os municípios brasileiros fato este que vem ainda se perpetuar até os dias atuais. Desde a colônia as cidades foram relegadas, ao total descaso sobrevivendo na mais profunda decadência. No império, ainda mais centralizado, a autonomia municipal diminuiu ainda mais. A república fora continuadora deste amesquinhamento municipal, nada mudando apesar dos discursos fervorosos que eram tecidos sobre o assunto.

Outro assunto problematizado será a questão do coronelismo que aponta Campo Formoso como uma cidade de coronéis. Discutiremos como era a influência das principais figuras; o coronel José da Costa Pereira Sobrinho e o coronel Zacarias Gonçalves Caixeta e como se faziam a divisão de poder entre os dois. Se havia conflito entre os dois potentados, quais os limites das suas terras e consequentemente do seu poder. Apresentando uma discussão sobre o fenômeno “coronelismo” na cidade, dialogando com a historiografia brasileira, com autores como Victor Nunes Leal e José Murilo de Carvalho entre outros. Confrontaremos visões e discussões de autores que teceram variados entendimento sobre o fenômeno. Outro ponto trazido é o

entendimento que a Igreja por meio de seus representantes fora influenciadora dos modos de vida dos moradores da região de Campo Formoso e concomitantemente com os coronéis manobraram por muitos anos a vida sócio-política do local.

No segundo capítulo, “A invenção de uma cidade: intervenções urbanas e ideias de transformação” abordaremos a ideia de pequena cidade, espaço diferenciado das cidades grandes em diversos aspectos. Que serão confrontados e levados a ser entendido com essas diferenciações. As pequenas cidades têm suas particularidades que as fazem constituir como lugares estruturados que visam, na maioria das vezes, o bem estar dos sujeitos que nela habitam.

Discutiremos as formas como o ambiente fora edificado tomando para isso o modo como se administrava a cidade. Assim, observamos que esse espaço-cidade fora levantado por meio de impostos, que funcionavam também como o agente responsável pela exclusão de uma classe carente para fora dos limites da cidade. Uma cidade que foi criada por uma elite e para ser governada por essa mesma elite é assim que, Campo Formoso aparece no cenário nacional. Os impulsos de urbanização da cidade não foram construídos aos moldes da República, são precários em diversos pontos demonstrando as dificuldades do dia a dia, vividas pelos moradores do local. Na percepção do espaço visualizaremos as suas casas, percebendo, principalmente, como eram feitas de acordo com o Código de Posturas. Essas novas moradias eram irreais para a maioria da população local que vivia em uma extrema carência. Da mesma forma, também discutiremos a distribuição da água no espaço-cidade, sendo um elemento que mostrava poder e era somente adquirida pela população mais rica. Os serviços da água demonstram a desigualdade social em uma população que utilizava as águas dos rios e ribeirões. O Conselho de Intendência, não visava uma distribuição pública, os serviços eram concessões feitas por uma fatia muito seleta da sociedade.

Na saúde pública será demonstrado o caos instalado nesse setor; das doenças que ficavam sem tratamento, as expulsões dos enfermos, e da falta de conhecimento de uma população analfabeta que contribuía para o

agravamento da situação, mas não somente isso, o abandono desses sujeitos pelos poderes constituídos reflete um estado de calamidade na saúde da região. Nesses locais não se tinham remédios, hospitais, assistência pública, dentistas nem médicos, as pessoas eram tratadas pelas raízes do cerrado, por benzeção, onde quem administrava os tratamentos eram os conhecidos curandeiros.

No terceiro capítulo, “Portos, pontes e ferrovias: adesões e resistências ao progresso em Campo Formoso” trataremos da Ferrovia Goyaz e os motivos que barraram a sua chegada no espaço cidade. Da mesma foram debateremos as percepções que foram construídas pelos moradores de Campo Formoso em relação ao desvio da Estrada como também o que significava para aqueles sujeitos esse período tido como modernizador. A questão será problematizada a partir de eixos de pensamentos que, colocam em discussão a forma que foi abordada e percebida a Ferrovia Goyaz dentro do estado pela visão de alguns autores como; Barsanufo Borges e Nars Chaul por exemplo. Apresentaremos um viés diferenciado da historiografia, no que diz respeito à ideia de marcar a Ferrovia como inauguradora de uma época de modernidade e progresso para todo o Goiás e em todos os níveis da sociedade<sup>20</sup>. Entendimento o qual não concordamos, por averiguar que em diversos aspectos Campo Formoso continua sem desfrutar dessas “modernidades” por décadas à frente. Assim, buscamos nos distanciar desses aspectos da historiografia goiana que retrata o período, como inaugurado por uma automática situação modernizadora. A Ferrovia não parece ter proporcionado isso para todo o Goiás como, por exemplo, para a região de Campo Formoso que vive por largo tempo em uma situação de extrema carência. Demonstraremos as ideias e articulações da elite política local no que diz respeito ao obstáculo imposto por ela, para a construção ferroviária dentro dos limites da urbe.

Logo após apresentaremos uma discussão sobre a categoria modernidade, procurando construir várias visões sensíveis que busquem compreender o que significava esta palavra que fora tão anunciada no período da Primeira República. Tomaremos como entendimento que essa categoria

---

<sup>20</sup> Ver: BORGES, Barsanufo G. O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: Cegraf, 1990.

poderá apresentar diversas percepções. Serão observados os testemunhos de moradores e de trabalhadores da Estrada férrea os quais falaram sobre as dificuldades e o significado da modernidade dentro das suas experiências.

Ao discorrer sobre o assunto ferrovia observamos que a mesma construiu uma lógica própria dispensando os que não se aliamavam aos pensamentos dos seus dirigentes assim como também dispensava os destinos que não dariam bons lucros. Discutiremos o sentido desse isolamento proposital para cidade de Campo Formoso, incorporando o testemunho de alguns moradores da região e seu entendimento sobre o fato ainda incompreendido pela maioria. Abrindo diversas especulações muitas delas distantes do acontecido. Em um primeiro momento verificamos que política criada dentro dos caminhos ferroviários tece a malha agraciando umas cidades e desprezando à outras, dependendo da visão política predominante em cada local, fazendo com que os trilhos de ferro em muitos momentos sejam construídos utilizando a lógica das alianças políticas que por muitas vezes, o bem geral não é o objetivo. Mas, sim a visão que não foge às ideias particularistas que sempre estiveram tão presentes na história do Brasil. Ao longo dessa dissertação, buscamos discutir, portanto, as várias especificidades de uma cidade, sua trajetória e os principais elementos que iluminam as relações políticas tecidas nas primeiras décadas do século XX, focando a cidade de Campo Formoso. Nesse capítulo também dispensaremos atenção ao quadro econômico que se instalou na cidade mesmo depois da chegada da Ferrovia Goyaz na região sudeste corroborando para o entendimento da estagnação econômica. Por meio de vários documentos visualizamos ainda a carência na cidade e a estagnação em termos de comércio.

## CAPÍTULO I

### AS RELAÇÕES DE PODER NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE

#### 1. 1. A Igreja e as relações de poder

A igreja Católica está presente desde o início da formação desta cidade pois a cidade foi instituída através de uma doação à Igreja pelos meados do século XIX, transformando este espaço citadino em patrimônio Eclesiástico. O poder tem várias faces, a Igreja desde o início da sua criação dispensa devida atenção para o poder simbólico,

poder de constituir o dado, de fazer e fazer crer, de confirmar e de confirmar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física e econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso quer dizer que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” [...] mas que se define numa relação determinada - por meio desta – entre os que exercem o poder e os que estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo que se produz e se reproduz a crença.<sup>1</sup>

No Brasil a Igreja influenciou profundamente os governos locais. Assim, mesmo depois da separação e embates acirrados que aconteceram durante a República ela não desistiu do seu projeto e de seu poder já constituído, pois “as figuras-chave na condução da política eclesiástica destinada ao “público interno” (a saber, os grupos dirigentes) passaram a ser aqueles bispos “empresários” que se mostraram bem-sucedidos na montagem de alianças como detentores locais do poder oligárquico<sup>2</sup>. Assim, frente a diversos embates Araújo Júnior nos esclarece,

suas ações conservadoras e pautadas nos princípios ultramontanos e tridentinos abalizados pela Cúria romana encontraram uma dura resistência por parte da política liberal e laicizante postulada pelo referido clã oligárquico. Os desdobramentos desse conflito resultaram numa grave crise da Igreja Católica em

---

<sup>1</sup> BORDIEUR, Pierre. *Sobre poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989. p. 14.

<sup>2</sup> MICELLI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 21.

Goiás e que teve como consequência principal a transferência da sede episcopal da Cidade de Goiás para Uberaba, em 1896.<sup>3</sup>

Mas, em Campo Formoso, essa interferência atua de maneira constante e profunda. Fundada a partir de doações à Igreja, que desde os seus primeiros tempos determinava as ações de seus fiéis, e apesar dos embates entre forças laicizantes e religiosas que rondavam o estado de Goiás desde 1870, demorou muitos anos até romper com os laços mais fortes que os uniam ao poder da Igreja Católica.

A Igreja sempre teve um papel relevante desde o aparecimento do arraial de Capela de Nossa Senhora da Piedade dos Correia. Ao nos debruçarmos sobre essa cidade-objeto observaremos variados aspectos na sua composição, como foi pensada e construída. Nos finais do século XIX, a cidade começa a caminhar para algumas mudanças no intuito de tecer melhorias, muitas delas vieram em atenção aos desejos que a recém criada República impelia a todo o país, no afã de trazer um novo conceito o qual desejava que o Brasil fosse inserido, a modernidade e o progresso. Diante de tal proposta, no início do século XX, a cidade tenta remodelar-se e libertar-se de algmas das antigas estruturas coloniais.

Destacamos que nos fins do século XIX, poucos acontecimentos se deram no pequeno arraial de Capela dos Correia. Os únicos que encontramos se encontram descritos no Livro do Tombo de 1912, que dizem respeito às primeiras atividades e remodelações da Capela de Nossa Senhora da Piedade dos Correias e as festas religiosas que aglutinavam as pessoas da região. Compreendermos que a capela desde que foi idealizada pela primeira vez pelo senhor Fulgêncio Caetano de Souza, que não chegou a vê-la finalizada, sempre convergiu pra a existência do arraial e sua construção se deu por meio de esforços hercúleos na sua concretização. A capela fora o marco inicial para a construção do arraial. A partir dela a cidade, ou melhor, dizendo o pequeno

---

<sup>3</sup> ARAÚJO JÚNIOR. Edson Domingues. *A restauração católica em Goiás no advento da nova capital (1932- 1942). Sociabilidades religiosas mitos, ritos e identidades: XI SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES*. Goiânia – UFG, ISBN. 978-85-7103. 564-5.

arraial, deu seus primeiros passos na solidificação de um posterior espaço urbano e da constituição da cidade.

Antes da construção da tal capela, o espaço pertencia a Fazenda Santa Bárbara, de propriedade do senhor João Correia Pêres e depois passou as mãos do patrimônio católico por meio de uma doação feita pelo senhor Correia. Se olharmos mais atentamente, entenderemos que a cidade de Campoformosense nasceu de um ato de fé. De acordo com os documentos do Tombo o primeiro prédio construído, a capela, viera de uma doação ao patrimônio eclesiástico em devoção a Nossa Senhora da Piedade construída em um terreno doado estas oferendas contribuíram para enriquecer ainda mais os cofres da Igreja. A planta original consta de um único salão.<sup>4</sup> Apesar de parecer de tamanha simplicidade, foram esforços gigantes onde se demorou quase vinte e seis anos para ficar pronta que nos indica as grandes dificuldades do tempo, falta de mão de obra, e de materiais para sua construção além dos raros recursos econômicos.

A primeira atividade oficial na capela Nossa Senhora da Piedade dos Correia aconteceu no ano de 1876 e foram descritas pelo Pe. Luiz Brás Prego no livro do Tombo, “o primeiro documento escrito que atesta a realidade da Capela trás a data de primeiro de novembro de 1876, trata-se de um assento de batismo de uma certa creança”.<sup>5</sup> A benção da capela da mesma forma foi realizada pelo Pe. Luiz Brás Prego, pertencente a paróquia Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz de Goiás, que veio a falecer em 1914. Ainda nesse momento a freguesia de Capela dos Correia ainda se encontrava subjugada à Paróquia de Santa Cruz de Goiás. Nesse evento aconteceu o primeiro batismo, cujos nomes das crianças constam nas escrituras, um menino de nome “Manoel Filho de Albino Claro de Oliveira e uma menina Maria da conceição”<sup>6</sup> além dessas, várias outras crianças também foram batizadas, mas seus nomes não constam nos arquivos paroquiais.

A importância da Capela Nossa Senhora dos Correia aparece em vários momentos da constituição da cidade. Diante disto, entendemos que não

<sup>4</sup> Livro do Tombo Campo Formoso 1912, Arquivo da paróquia de Orizona-GO, p. 05.

<sup>5</sup> Livro do Tombo Campo Formoso 1912, Arquivo da paróquia de Orizona-GO, p. 04.

<sup>6</sup> Livro do tombo Campo Formoso 1912, Arquivo da Paróquia de Orizona-GO, p. 04.

poderemos ignorar este aspecto religioso na formação da cidade, haja vista que a sua formação e consolidação está também condicionada a este poder. Presenciamos inúmeras vezes na sua história a influência da instituição Católica seja nos costumes, hábitos, na política, e na configuração do espaço urbano, pois sem ela a cidade não teria se formado nesse tempo. Todavia, foi ao passar à categoria de vila que esta região afirmava-se de vez na história de Goiás. Muitas disputas e controvérsias entre as famílias abastadas da região marcaram o início da formação desta cidade, mas isso é um fato normal já que, “a história está sempre no centro das controvérsias”.<sup>7</sup>

Nessa cidade, mesmo com todos os discursos desejosos de progresso feitos em solo goiano, esses pensamentos não reverberaram completamente. Assim, Campo Formoso fica em uma encruzilhada entre modernidade e tradição, tendo a maioria da vezes optado pela segunda opção. Dessa forma, faz-se significativo ilustrarmos, um fato que se deu dentro de uma reunião no Conselho de Intendência, já na República, onde fizeram uma menção à memória de sua alteza D. Carlos: “Foi pelo conselheiro Euclides Brettas requerido que fosse inserido na presente acta um voto de profundo pesar e um minuto de silêncio pela morte trágica de sua alteza Dom Carlos rei de Portugal o que foi unanimemente aprovado”.<sup>8</sup> Não se tratava de uma simples homenagem, aleatória, isso demonstra os valores tradicionais e conservadores enraizados nesta sociedade ruralista.

Os laços que uniam a monarquia estavam presentes até o período. Para os intendentes a família real ainda representava o verdadeiro símbolo da autoridade do Brasil, a quem deveria se prestar reverência. O fato dessa reverência nos ajuda a entender esta sociedade no interior de Goiás, ainda muito apegada aos valores da Monarquia. Outro fato que merece atenção é que mesmo com a separação entre estado e Igreja durante a proclamação da República, a elite política em Campo Formoso ainda continuava fiel seguidora da Igreja, por meio dos seus representantes a Igreja era intimamente ligada às

---

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão...[ et al.]. – 5<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2003, p. 17.

<sup>8</sup> Ata do Conselho do Município da Villa De Campo Formoso de 1907. Arquivo da Câmara de Vereadores de Orizona-GO.

decisões políticas. Durante muitos anos a instituição norteou a vida dos moradores do local por meio das missas e das festas religiosas. As interferências vinham de vários lados. Podemos tomar como exemplo o cemitério paroquial que somente fora desativado na década de 1935, isto é, por autorização e vontade do Pe. Trindade. O cemitério começou a ser construído antes de 1918, por volta de 1920 ele fica pronto e mesmo assim não foi inaugurado. O antigo cemitério continua a ser utilizado. Quando na ocasião, no ano de 1935, o Conselho fora advertido pela grande epidemia de febre amarela, no decreto nº107,

Eu Aguinaldo França, Prefeito Municipal de Campo Formoso usado os direitos que a lei lhe confere, e depois de ouvido o Conselho Consultivo, resolve de acordo com o virtuoso vigário desta paróquia, Rev. Pe. José Trindade, considerando com o crescente desenvolvimento desta cidade cuja as ruas já se estendem para depois do cemitério Paroquial (cemitério velho) considerando não haver mais espaço para o seu prolongamento, considerando não haver mais lugar para nenhuma inhumação sequer, sem que o coveiro encontre cadáveres em franca decomposição.<sup>9</sup>

A necessidade da aprovação do Pe. Trindade é importante. Não podemos deixar de perceber a ingerência do tal cônego em assuntos políticos, de saúde pública, mas que era tido como assunto de cunho religioso. Entendemos que essa atitude era fruto de uma mentalidade formada dentro dos preceitos religiosos católicos que não fora ainda continuava vigente. A figura do padre representava a própria Igreja, devemos perceber que a palavra dele era o aval da própria Igreja e de tudo que ela representa de divino. A Igreja era quem deveria direcionar seus fieis para que eles não se desviasssem do caminho da salvação. Assim, dentro dessa orientação a urbe construiu muito sua história, pois os moradores da cidade e do campo obedeciam aos ensinamentos da instituição.

As transformações chegaram lentamente e mesmo com a República, a cidade, no que diz respeito às mudanças estava longe do ideal que os pensamentos republicanos da época representavam. Cabe observar que tal aspecto foi próprio das relações políticas no Brasil do período, em que as

---

<sup>9</sup> Prefeitura Municipal de Campo Formoso Registros de Leis e Decretos de 1930 a 1939. Arquivo da prefeitura da Cidade de Orizona-GO.

ideias modernizadoras não eram compartilhadas entre várias camadas da população. De acordo com Emilia Viott, “a ideia de República consubstanciava o sonho político de algumas camadas intelectualizadas da pequena burguesia urbana e de alguns setores positivistas [...] que viam na República a solução de todos os males”.<sup>10</sup>

Portanto, Campo Formoso no início da Primeira República ainda nutre fortes laços com os tempos Imperiais. Confirmado que o pensamento republicano fora tecido, principalmente, nos meios urbanos, “os Republicanos eram principalmente gente das cidades, e não gente do campo”<sup>11</sup>, isto foi notado fortemente nesta cidade, recém formada. Assim, a maioria da população estava alheia a ela, os brasileiros ocupantes das regiões rurais não participavam, na sua grande maioria dessa ideia como verificamos nesse espaço. No que diz respeito à indiferença da maioria da população o viajante Max Leclerc<sup>12</sup> tece uma ideia quando escreve no seu livro intitulado *Cartas do Brasil*,

A revolução está terminada e ninguém parece discuti-la, mas aconteceu que os que fizeram a revolução não tinham de modo algum a intenção de fazê-la, e há atualmente na América um presidente da república à força. Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil. Era contra Ouro Preto e não contra a monarquia. A monarquia caíra. Colheram-na, sem esforço como um fruto maduro.<sup>13</sup>

Em Campo Formoso isso é verificado pela atuação de uma mentalidade ainda conectada com uma supremacia católica e ruralista, nesse caso, cultivada também pelas elites locais atuantes na política. Então, quando buscamos entender os vários aspectos, características e modos de viver nesse espaço-cidade, refletimos na construção de um olhar que desvende as forças atuantes na formação desse espaço e impreterivelmente, a própria sociedade nela inserida. De fato, muitos aspectos foram discutidos no desvendar desse cenário urbano e sabemos que eles não se esgotam. As dificuldades

---

<sup>10</sup> VIOTTI, Emília. *Da Monarquia à república*. 9. ed . - São Paulo: EDITORA: UNESP, 2010. p. 441.

<sup>11</sup> VIOTTI, Emília. *op. cit.* 2010. p. 412.

<sup>12</sup> Viajante francês que visitava o Brasil justamente pelo acontecido de quinze de novembro, a proclamação da república.

<sup>13</sup> Leclerc, Max. *Cartas do Brasil*. Trad., prefácio e nota de Sérgio Milliet. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. p. 17.

encontradas para a análise se passa principalmente pelo refletir de um tempo distante de nós. Mas, a nosso ver nenhum acontecimento poderia ser mais revelador do que à influência católica e a força dos “coronéis” na região. Isso nos indica os moldes em que foi construída essa sociedade até o ano de 1930.

Se refletirmos as tensões que influenciaram a constituição desse espaço e dentro de sua configuração social entenderemos o espaço investigado de Campo Formoso como constituído dentro de uma mentalidade nos moldes católicos e coronelistas da época, ou seja, de estrutura conservadora e ruralista. Não seria, portanto, a chegada da República que iria de maneira rápida modificar o panorama de uma pequena cidade de subsistência atada aos antigos preceitos construídos dentro de uma realidade agrária, onde prevalecia a grande propriedade e assim sendo seus donos. Essa imobilidade também é justificada pelas profundas raízes constituídas dentro dos antigos moldes coloniais. A igreja sempre estava interferindo nos assuntos do estado. No ano de 1907 foi lido pelo presidente da Intendência um ofício sobre a construção de uma linha telefônica na cidade de Campo Formoso, que seria financiada pela igreja,

Em seguida foi pelo presidente entregue a mesa um ofício do reverendíssimo Pe. Francisco Vaz da Costa a este conselho no qual propõe a garantia de juros a seis por cento sobre o capital de doze contos, com privilégio de vinte anos, para o traçado da linha telephonica neste município.

A Igreja estava disposta a financiar esse benefício para a cidade, e em conjunto com a política ela também era responsável pelas transformações nessa região. Apesar da linha não ter sido construída por falta de condições econômicas, indica que apesar de se pensar que os juros estavam baixos ele não seria comportado pelo orçamento do município.

Nesse tempo os “giros” eram feitos em diversas regiões do interior, desde há muito tempo por conta da falta de Igrejas nas localidades mais distantes, sendo o arraial também visitado nos primeiros tempos, pelo menos três vezes ao ano. Nas anotações referentes ao século XIX fala-se, “são dignos de registros os Pe. José Olinto e Pe. Antônio Ferreira de Lima os quais percorreram a região pregando a palavra de Deus e os sacramentos as almas,

até três vezes por ano”.<sup>14</sup> Os padres os faziam a pé, de carro de boi, ou a cavalo, pregando a palavra, visitando os doentes, fazendo batismos, e dando a extrema- unção. A extrema unção era realizada caso os doentes terminais tivessem a “sorte” dos vigários chegarem na hora do seu descanso eterno. Estas obrigações religiosas foram por sua vez uma enorme motivação para construção de uma capela no antigo arraial que, pudesse atender aos fiéis, pois, eles pretendiam cumprir com as suas obrigações religiosas. Os padres no início do arraial vinham para rezar as missas domingueiras e cumprirem as obrigações eclesiásticas como, batismos e casamentos nas fazendas.

Em 1836 aparecem os nomes do sítio do Bahú, onde se batizam muitos inocentes, Cocal, Santa Barbara, Cuiabanos, Taquaral, Cachoeira, Posses, Piracanjuba, Engenho Velho, Boa Vista, Campo Alegre, como se depreende no Livro de registro do Pe. Calado e o Pe. Joaquim Ferreira.<sup>15</sup>

Então, mesmo que ainda não estivesse construída a capela, os fiéis não ficavam sem o apoio dos “ministros de cristo”. De Santa Cruz de Goiás também vieram inúmeros vigários para servirem o arraial de Capela dos Correia fazendo parte da vida religiosa dos habitantes do distrito como é mencionado no livro do tombo, “Pe. Colado, Pe. Antônio Joaquim Teixeira, Pe. Antônio Francisco do Nascimento, Pe. Antônio Joaquim de Azevedo”.<sup>16</sup> Fábio Gumieiro aponta um caminho para entendermos a dedicação às instituições religiosas;

A presença de instituições religiosas entre a sociedade colonial brasileira era de certa forma um consolo aos fiéis, que muitas vezes, devido à falta de padres diocesanos, ficavam devendo em suas obrigações religiosas, estes casos eram geralmente resolvidos pelos religiosos que auxiliavam atendendo confissões e pregando nos mais longínquos lugarejos da colônia tanto no tempo quaresmal como em outras épocas do ano, quando organizavam incursões ao interior para pregar missões e catequizar os moradores.<sup>17</sup>

Ainda percebe-se a preservação de uma visão política dominada pelos chefes regionais os coronéis. Mas, além desses muitos padres assumiam a representação desse tipo de autoridade, pois se transformam em verdadeiros líderes de uma determinada comunidade local como aponta Victor Nunes Leal,

<sup>14</sup> Livro do Tombo Campo Formoso ano de 1912. Arquivo da paróquia de Orizona, p.07.

<sup>15</sup> Livro do Tombo Campo Formoso de 1912. Arquivo da paróquia de Orizona-GO. p. 02.

<sup>16</sup> Livro Tombo Campo Formoso ano de 1912. Arquivo da paróquia de Orizona, p. 07.

<sup>17</sup> GUMIEIRO, Fábio. *As ordens religiosas e a construção sócio-política na Brasil: Colônia e Império*. Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 46, Curitiba, 2013, p. 68.

destacando que o padre funciona como um aliado dos “coronéis” e dessa forma, atinge um prestígio político. O Padre Trindade refletia algumas características desse conceito, contudo ele não tinha aliados coronéis, mas fazia de tudo para deter muita influência na cidade e durante o tempo que esteve à frente da sua paróquia ele reformou a capela da cidade passando a ser a Igreja Matriz, reformou as outras igrejas do município, transferiu o cemitério paroquial para o novo cemitério. Em cima dos lombos de cavalos o Padre fazia seu habitual “giro”, não é difícil conhecer pessoas na localidade que recordam da figura do Padre montado em seu cavalo pelas ruas de terra empoeiradas.<sup>18</sup>

Uma de suas últimas contendes com a parte política da cidade foi em torno da mudança da nomenclatura, para Orizona, onde teceu críticas ardentes. Afirmava que a nomenclatura não estava correta em relação a escrita e também não concordava com a mudança entrando em divergência com o Dr. Raphael Lemes Franco, médico, o autor da nova nomenclatura<sup>19</sup>. O Cônego se acha em uma verdadeira luta por vários valores na frente das quais se coloca como o seu maior feitor,

A corda da justiça ser-me reservada na Glória de Deus, por  
Quem tudo nos propusemos a fazer de joelhos agradecemos a nossa  
Senhora da Piedade, essa Mãe extremosa que sempre nos orientou e  
confortou em todas as horas em que as testemunhas do mal  
investiram-se contra nós fomos alvos das maiores campanhas, Mas,  
sabemos resistir a tudo. Se fizemos algum bem, foi o nosso  
sacerdócio; e se fizemos ou fomos culpados de algum mal, foi a  
nossa humanidade.<sup>20</sup>

As palavras do Cônego retratam que as animosidades eram elementos constantes e o vereador Joel Andrade do P.S.D. era um dos seus opositores. Em contrapartida o Pe. Trindade tinha o apoio dos mais conservadores pertencentes do partido U.D.N,<sup>21</sup> destacadamente pela figura do Arthur Silva, filho de Pio José da Silva Antigo Intendente municipal. Como destaca o Livro

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Maria Pereira, 82 anos moradoras da cidade de Orizona, nascida no povoado da Cachoeira. Av: Egerineu Texeira, centro, Orizona. Entrevista feita em áudio digital 30 minutos.

<sup>19</sup> Livro do Tombo de 1945. Paróquia da cidade de Orizona-GO.

<sup>20</sup> Livro do Tombo da cidade de Orizona de 1945. Pe. José Trindade. Paróquia de Orizona-GO.

<sup>21</sup> UDN, Partido da União Democrática Nacional, Criado em 7 de Abril de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965. Partido criado, principalmente, para fazer oposição a Getúlio Vargas e ao Então partido PSD, (Partido Social Democrata).

do Tombo “agradecimentos ao senhor Arthur Silva, também católico e dedicado operário em todas as atividades da paróquia”.<sup>22</sup>

Observa-se que o Pe. Trindade fora citado em ata relatando com indignação alguns desses desentendimentos descritos de maneira clara nas atas da Câmara de vereadores na década de 1940, pois, o vereador Joel Andrade, médico da cidade de Campo Formoso, não cansava de reclamar das investidas do Cônego José Trindade da Fonseca e Silva<sup>23</sup> em assuntos políticos. O cônego tornou-se uma figura política eminente no estado de Goiás. Se na região já tinha uma forte corrente religiosa em sua política, com a chegada do Pe. Trindade, isso foi ainda mais evidente. Por fim suas ações lhe renderam uma vaga na câmara dos deputados federais pelo estado de Goiás nesse período. As reclamações do vereador Joel Andrade denunciam os intrometimentos do padre nos assuntos políticos locais achando o vereador que ele deveria se restringir ao contexto da paróquia, como cabia a um verdadeiro “ministro de Jesus”.<sup>24</sup>

Uma disputa de poder é evidenciada de forma clara e inflamada, entre as partes. No período da década de 1940, quando Campo Formoso já era Orizona, ainda lutava-se pelo fim da influência religiosa nos assuntos políticos do estado. As discussões eram conflagradas de maneira aberta, tanto que constou em ata, e cabe citar sobre uma dessas passagens escrita pelo então vereador Joel de Andrade, o escrito é um pouco amplo, mas necessário para compreensão do espaço abordado,

[...] estando eu em Goiânia, fui surpreendido com uma pesarosa notícia do ocorrido em nosso município. Tão logo tive a notícia fui procurar o que havia de anormal, verificado o ocorrido

<sup>22</sup> Livro do Tombo da cidade de Orizona de 1945. Pe. José Trindade. Arquivo da Paróquia de Orizona-GO.

<sup>23</sup> José Trindade da Fonseca e Silva nasceu na histórica cidade de Jaraguá, Estado de Goiás, em 07 de junho de 1904, filho de Ernesto Camargo da Fonseca e Ernestina Luiza da Fonseca. Cedo transferiu residência para a cidade de Corumbá de Goiás, onde iniciou os seus estudos com o destacado professor Agnello Arllíngton Fleury Curado (1891-1966), na época, iniciante na escola primária local. Estudou no Seminário Santa Cruz da Cidade de Goiás e, mais tarde, no Seminário Anchieta, da cidade de Bonfim, hoje Silvânia. Ativo e intelectual dedicou-se aos estudos históricos, notadamente da educação. Foi nomeado Secretário de Estado da Educação de Goiás e mais tarde Deputado Federal. Também, foi secretário da Arquidiocese de Goiânia. Dirigiu, ainda, o Banco do Estado de Goiás e o Conselho Regional dos Serviços Sociais e Rurais de Goiás, cargos que exerceu com sabedoria e justiça.

<sup>24</sup> Atas da Câmara de vereadores da cidade de Orizona , (nessa data a cidade de Campo Formoso já tinha outra nomenclatura, 1948). p. 54.

cheguei a conclusão que tudo fora “obra” satânica do pe. José Trindade [...] deixou de ser surpresa para mim, pois tais fatos só poderiam partir do maquiavelismo do Pe. que em nossa terra só tem trazido desarmonia. Em todo o estado ele é conhecido como intranquilizador das massas. Em sua terra natal todos dele querem distância, em Pires do Rio, sempre foi o agitador, em Goiás Velho nunca fez outra coisa, em Anápolis assim procedeu e aqui em nossa Orizona tem sido ele o maior perturbador da ordem pública. [...] quer ser chefe da igreja e muito mais ainda chefe político. Esquece o Padre que o povo não o quer de forma alguma. Ele foi o fantasma que levou dr. Francisco do Nascimento a derrota. Ele colocado em um partido seja ele qual for é sombra negrade seus correligionários pertenceu aos partidos P.S.D., U.D.N., E.D., P.S.P., P.R. só não pertenceu ao comunismo porque esta abertamente é contra a religião católica. Ele quer mandar, entretanto o partido em que consegue penetrar a derrota é certa, pois desde 1930 que luta para ser qualquer coisa nesta terra.<sup>25</sup>

Figura polêmica, que não aceitava as soluções políticas feitas na época sem que participasse das mesmas, o cônego Trindade, também tentou deixar por meio dos seus registro no Livro do Tombo um resumo de várias páginas, a história do início da formação da cidade Capela dos Correias. São (re)inscrições das anotações feitas pelo Pe. Ramiro Meireles. O Cônego realizava trabalhos no campo da cultura do estado de Goiás, e na cidade na sua paróquia ele reformou a matriz central, antiga capela, e as igrejas dos municípios reivindicando para elas a autonomia pelos seus patrimônios. Eles trabalham em nome da Igreja e pela Igreja,

A capela de Santa Luzia de Ubatan, hoje Egerineu Teixeira, encontram-la no mais completo desprezo [...] hoje está reconstruída com todo o necessário para amplo exercício do culto divino ao lado de um povo bom; a referida capela que até o presente momento não possui patrimônio a não ser a praça onde está edificada.<sup>26</sup>

Observamos que seu interesse era deixar registros seus, satisfazendo as suas vaidades, que ficasse na história de cidade e assim na história de Goiás. Mas, não devemos entender a intromissão do Pe. Trindade como um assunto isolado, e único, pois já no tempo da criação do Conselho de Intendência em 1907, houve um acordo entre a administração do Conselho e a Igreja de fazer uma sociedade onde construiriam um espaço que chamaram de

<sup>25</sup> Pronunciamento feito pelo vereador Joel Andrade. Ata da câmara de vereadores da cidade de Orizona em 03 de fevereiro 1948, p. 54-55.

<sup>26</sup> Livro do Tombo da cidade de Orizona ano de 1945. Pe. José Trindade. Arquivo da paróquia de Orizona-GO. p. 20.

Pasto das Almas. Esse referido lugar era uma espécie de casa de oração onde o lucro obtido seria dividido entre a Igreja e a administração da cidade.

[...] pedindo a palavra o conselheiro Pio José da Silva, e concedida pelo presidente, foi por aquelle appresentado o projeto para que o denominado Pasto das Almas, sobre o consentimento da competente autoridade eclesiástica, fique sobre administração d'este conselho servindo de fonte de renda que será dividida em partes iguaes, entre o município e a Igreja.<sup>27</sup>

Construindo uma ligação econômica para a arrecadação de erário, a Igreja Católica não se restringe simplesmente levar os fiéis para a salvação ela também deseja dinheiro. E em ata todos os conselheiros aprovam unanimemente. Devemos lembrar que nesse período ainda não existia a freguesia, pois ela estava subordinada a cidade Santa Cruz de Goiás. O próprio nome de Capela de Nossa Senhora de Campo Formoso é um desdobramento da ação católica. Assim, “Nossa Senhora da Piedade proveio da devoção de um dos membros da comissão que construiu a capelinha”.<sup>28</sup>

Atualmente os terrenos da cidade ainda fazem parte do patrimônio da Igreja Católica, e muitos continuam pertencendo legalmente à instituição Católica, fazendo com que muitos moradores ainda não possuam as escrituras das suas casas e as outras propriedades ainda são alugadas aos moradores do local, segundo o relato do atual padre da cidade, o Pe. Roberto. O mesmo ocorre com os povoados ao redor da urbe, que também pertenceram/pertencem ao patrimônio eclesiástico e foram responsáveis por litígios entre moradores e igreja. O povoado da Cachoeira, por exemplo, existiram litígios não faz muito tempo, a Igreja queria recuperar as suas terras o que não ocorreu.

A intensidade da vida religiosa na cidade sempre foi/é notada. Em qualquer uma das duas situações a influência do apostolado era significativa. Dentre os vários dogmas e preceitos que deveriam ser seguidos, as doações nos chamam atenção, pois, são mencionadas nos sermões, sendo também responsáveis pela origem do arraial e as cartas pastorais sempre lembram aos fiéis da importância impar das contribuições ofertadas pelos mesmos. Eram

<sup>27</sup> Ata do Conselho de Intendência de Campo Formoso 4<sup>a</sup> sessão de 23 de novembro de 1906. Arquivo da Câmara de vereadores da Cidade de Orizona-GO.

<sup>28</sup> Livro do Tombo da cidade de Campo Formoso ano de 1912. Arquivo da paróquia de Orizona, p. 10.

eles que contribuíam de boa vontade, para a construção do grande patrimônio Católico.

Observamos isso na carta pastoral, que veremos mais adiante, escrita por D. Prudêncio Gomes da Silva, Bispo de Goiás em 19 de maio de 1913 endereçado a recém inaugurada paróquia Campo Formoso vemos o interesse nas esmolas dadas pelos fiéis. A paróquia teve como primeiro vigário encarregado o Pe. Julião Calsada vigário da paróquia de Santa Cruz de Goiás, que era o responsável no momento da instalação da freguesia, na data de 31 de agosto de 1912 antes mesmo da própria criação oficial da Paróquia. Por meio dela temos por objetivo não somente uma descrição, mas para, além disso, a sua escrita nos traz pensamentos, determinações e dogmas que eram priorizados, na época.

Vários Bispos da diocese de Goiás, antes de D. Prudêncio, faziam parte do Ultramontanismo, como o Bispo D. Joaquim Gonçalves de Azavedo (1865-1876) e D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1880-1890). E mesmo D. Prudêncio Gomes não ter a força dos seus antecessores mesmo assim, “eles se mostravam zelosos com seus rebanhos”.<sup>29</sup>

Então, do bispo D. Prudêncio Gomes apresentamos um trecho da carta pastoral, de valor inestimável, não somente por seu valor histórico, mas porque nela refletem-se os valores defendidos e instituídos pela Igreja Católica, na época, os mesmos que são repassados aos fiés. Ela é uma ilustração da visão religiosa da época dentro da cidade e dentre outros assuntos mencionados lá se fala a respeito da rigorosidade sobre as viagens ao vaticano dos seus sacerdotes que para isso necessitam das ofertas dos fiéis. Essa regra vem ratificar o pensamento ultramontano, ou seja, os seus representantes teriam que obrigatoriamente estar ligado diretamente ao Vaticano e em outro momento reafirma a necessidade do recebimento das “esmolas”, ofertas e dízimos dos fiéis.; de D Prudêncio Gomes da Silva, Bispo de Sant'anna de Goyaz, anunciando a sua próxima viagem a Roma e publicando a Encyclica de S. Santidade o Papa Pio X. D. Prudêncio Gomes da Silva por mercê de Deus e da S. Sé apostólica Bispo de Sant'anna de Goyaz. - [...] é a visita que lhe cumpre fazer ad limina apostolum. Três atos comprehendem esses meus: a visita material a basílica de São Pedro e São Paulo, prestação de obediência e reverência ao summo pontífice e apresentação de um relatório sobre o estado material da diocese.

<sup>29</sup>SILVA, Maria Conceição. *Casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. Revista Brasileira de História. Rev. Bras. Hist. vol.23 no.46. São Paulo. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000200006>> Acesso em: 20 de jun. de 2015.sp.

[..] a igreja em particular a fim de não usurpar coisa alguma das que sejam aptas a aumentar a glória de Deus, propagar a religião christan e procurar a salvação das almas [...] para fugir a esse grave dever costumão alguns objetar que o Papa não precisa de nossas esmolas, que habita um impetuoso palácio etc. Nada mais injusto, si pensarmos que não podemos calcular o quanto despende S. Santidade annualmente com os gastos do vaticano e suas dependências, com as congregações e secretarias Romanas com os Collégios de Roma, com as missões estrangeiras. [...] fora isso lembrem nos que por ocasião das grandes catástrofes, o S. Padre é um dos primeiros a enviar, além da consolação propria de um pai afflito, avultadas esmolas para matar a fome, estancar sede, enxugar lágrimas e amparar órfãos. [...] esse edifícios não é do Papa, é dos Papas, pertence a christandade.<sup>30</sup>

A ação do bispo D. Prudêncio Gomes, ratifica a análise feita por Victor Nunes Leal, que observa a grande utilidade dos padres para os coronéis, não era o que chamaríamos de um homem político, mas serviu perfeitamente para validar a próxima oligarquia que seria responsável pela hegemonia política no estado até 1930, a oligarquia dos Caiados.

A esse respeito Linda Greenow autora de amplos trabalhos que verificam os sistemas de crédito utilizados na América nos explica que, “as doações, dotes e obras pias dos fiéis estimularam o enriquecimento da Igreja – instituições e fundações eclesiásticas -, permitindo que ela concedesse o crédito eclesiástico, principalmente para a aquisição de imóveis”.<sup>31</sup> O catolicismo em Goiás assumiu, a partir desse período, uma postura parceira do governo dos Caiados, “O episcopado de D. Prudêncio Gomes da Silva apoiou essas metas e as cumpriu com a colaboração da oligarquia dos Caiados na diocese goiana, e, sobretudo na cidade de Goiás”.<sup>32</sup> Contudo, averiguamos que o poder católico no Brasil, marcou profundamente a nossa história, conforme Maria Lúcia Montes,

País historicamente marcado pela influência da religião, o Brasil encontrou no catolicismo, um conjuntos de valores, crenças e práticas institucionalmente organizadas e incontrastadamente hegemônicas que por quatro séculos definiram de modo coerente os limites e as interseções entre a vida pública e a vida privada”.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Carta Pastoral de 1912, escrita por D. Prudêncio Gomes, Livro do Tombo Campo Formoso 1912 a 1945. Arquivo da paróquia de Orizona. (grifo nosso).

<sup>31</sup> GREENOW, Linda. “El credito em Nueva España” In: Hispanic American HistoricalReview, 81, 1, 2001. p. 279-309.

<sup>32</sup> SILVA, Maria Conceição. *Op. cit.* 2003. sp.

<sup>33</sup> MONTES, Maria Lúcia. *As figuras do Sagrado: entre o público e o privado.* In: SCHWARCZ, Lília Moritz. ( org.). *História da vida privada no Brasil*, 2002. p. 73. ( V.4)

Assim, no século XX, mesmo perante as resistências tecidas pelos liberais na República, a Igreja católica não se abalou e continuou exercer sua influência na vida dos fiéis. Os “bons costumes” ensinados aqui nos trópicos, desde cedo, pelos religiosos eram inseridos na vida dos brasileiros de diversos modos, principalmente, com o uso do sacramento no casamento religioso e por isso a resistência feita ao casamento civil que fora combatido com severidade. Ela comandava com amplos poderes os principais estágios da vida do católico, como nascimento (batismo), casamento, e a morte (extrema unção).

Já sabemos que, com a chegada da República foi declarado pelas autoridades eclesiásticas, reações que pretendiam combater esse progresso, reações que pretendiam controlar ainda mais a vida civil da população o clero Ultramontano foi um desses controles, mais severos. Pois, devemos lembrar que diante da grande interferência da Igreja a cidade assume que, “as cerimônias e rituais públicos sempre tiveram uma função catalisadora do ethos comunitário, funcionando igualmente como eficiente mecanismo de controle social e manutenção da rígida hierarquia da igreja militante”.<sup>34</sup> Com seus domínios ainda fortes, ela sobrepujava amplamente a vida dos fieis e neste caso Campo Formoso era um exemplo. A Igreja não poupava seus rivais e desferia duros golpes nos que não compartilhavam da mesma denominação religiosa. Esses sujeitos eram excluídos de todas as sacralizações católicas. Essas medidas ultraconservadoras visavam “salvar” a igreja das críticas liberais e da conquista da liberdade religiosa. Além de promover um controle bem mais amplo e definido, que sem os quais, poderiam levar o seu rebanho a viver em pecado, fora a confirmação dos seus dogmas e preceitos.

## 1. 2. O Conselho de Intendência: a formação da elite política

Com a emancipação para vila de Campo Formoso, pela lei 277 na data de 12 de julho de 1906, os mais abastados do local, agora, seriam os chefes

---

<sup>34</sup> MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o culundu*. In: SOUZA, Laura de Mello E. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997. (V.1). p. 158.

políticos, pois a partir de agora o antigo arraial assumiria todas as prerrogativas política administrativas de uma cidade. Cria-se então o Conselho de Intendência de Campo Formoso, instalado em 15 de outubro de 1906 ratificando a elevação à categoria de vila, que e em pouco tempo será novamente elevada à categoria de cidade, em 8 de julho de 1909, pela lei 347.

Tal mudança ocorreu sob a direção e influência do coronel José da Costa Pereira Sobrinho, figura influente na região, que fora empossado pela Lei 129 de 23 de junho de 1897, sendo assim nomeado o primeiro Intendente da Vila. O evento de instalação do conselho relata que a inauguração inicia-se com a leitura da lei 277, de doze de julho de mil novecentos e seis que deu origem a vila de Campo Formoso<sup>35</sup>.

As observações tecidas nos farão refletir, sobre os principais assuntos que contribuíram para o novo estágio político da futura cidade que em breve viria a se concretizar. Liderado de perto, a princípio, pela figura do coronel José da Costa Pereira Sobrinho, o Conselho foi a materialização dos sonhos de uma classe social dominante local que via no arraial um cenário promissor para os desejos dessa elite em criar uma cidade a qual pudessem governar e depois disso, que trouxesse uma prosperidade e modernização para a região.

Com o desenvolvimento de uma economia um pouco mais próspera, pelo menos para alguns, os mandatários locais queriam o fim da dependência da cidade de Santa Cruz de Goiás da qual Campo Formoso era distrito. Contudo, ressalvo que esta mudança para vila e/ou cidade inicialmente não afetaria muito nas condições da grande maioria dos moradores locais. Na realidade, essa distinção sobre vila e cidade<sup>36</sup> pouco modificavam as condições

<sup>35</sup> Ata do Conselho de Intendência do Município de Campo Formoso de 1906. Arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

<sup>36</sup> Segundo Ney Eduardo P. D'ávila, devemos levar em conta que no período colonial e depois no Império e na República existiu uma grande desordem e confusão na nomenclatura e na hierarquia das divisões e subdivisões territoriais. Anteriormente à Proclamação de República, em função da união entre o Estado e a Igreja, sobrepuham-se entre si ora a administração estatal, ora a religiosa, aumentando a confusão. Apenas em 1938, no espírito da organização político-administrativa do Estado brasileiro preconizada pela Revolução de 30, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março, uniformizou a nomenclatura. Todas as sedes municipais receberam o título de Cidade, devendo a cidade e o município terem o mesmo nome, não podendo dois ou mais municípios terem o mesmo nome. O município subdividido em distritos, tendo as sedes distritais o título de Vila. Também terminou a confusão com a palavra "vila" que tanto se aplicava à área urbana da sede municipal, como também era sinônimo de "município". A expressão "Termo da vila" abrangia o território municipal. "Vilamento" significava emancipação

reais, sendo principalmente, uma diferença honorífica, assim destaca Rosa Maria da Silva,

Ainda que as cidades do Brasil tenham nascido dependentes do campo, e nos rincões do sertão *dentro* das extensões das fazendas, até a República, a língua graduava os aglomerados humanos, diferenciando *arraiais de vilas e cidades*. Em conformidade com o modelo português, a povoação chamada de *arraial* ou *freguesia*, podia ser elevada à categoria de *vila* e desta à categoria de *cidade*. Como vila adquiria autonomia político-administrativa [...], com direito a cobrar impostos e baixar posturas normatizando a vida da povoação. O título de cidade acrescentava muito pouco à vila, nos termos de organização política e administrativa. Mesmo assim, do ponto de vista ideológico, a primeira era superior à segunda.<sup>37</sup>

Assim, quando o arraial passou a condição de vila começou a esboça-se uma classe política constituídas pelos mais endinheirados do lugar. Observamos que a criação desse espaço-cidade era feita dentro dos ideais de poder político e econômico dos grupos dominantes. Se a cidade fora criada, não foi para todos, pois as únicas pessoas que poderiam habitá-la eram os mais abastados.

Da mesma forma, não devemos entender que as melhorias econômicas que impeliram a emancipação, no período da Primeira República, se tratam de grandes estruturações no âmbito da produção, pois, na maior parte do tempo estudado até a década de 1930, no município, com raras exceções, produzia-se somente o essencial para sua própria subsistência. Pelo recenseamento de 1920, Campo Formoso aparece como uma região de produção irrigória nos quesitos que tratam de produção de arroz, cana de açúcar e algodão. Não possuindo máquinas de beneficiamentos ou qualquer outro tipo de maquinário, sejam elas a vapor, hidráulica e muito menos elétrica.<sup>38</sup> Abaixo segue uma lista do Recenseamento,

#### Campo Formoso recenseamento de 1920

---

municipal. Arquivo Histórico Regional, Memórias do AHR: Vila do Passo Fundo. 2014. Disponível em: <[http://www.upf.br/ahr/index.php?option=com\\_content&task](http://www.upf.br/ahr/index.php?option=com_content&task)> Acesso: 23 de jun. de 2015.

<sup>37</sup> SILVA, Maria Rosa Ferreira da. *A cidade e o urbano: categorias explicativas e experiências históricas*. Revista Alpha. Centro universitário de Patos de Minas. 2012. p. 240. Disponível em: <[http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25962/A\\_cidade\\_e\\_o\\_urbano.pdf](http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25962/A_cidade_e_o_urbano.pdf)> Acesso: 23/05/2105.

<sup>38</sup> Ver recenseamento de 1920. 4º censo Geral da População e 1º da Agricultura e das Indústrias. Biblioteca IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso em: 20 de dez. de 2015.

Fábrica de manteiga	0
Café	0
Beneficiar Arroz	0
Mate	0
Descaroçar de algodão	01
Moer cereais	09
Engenho de assucar	62

Tabela 1: Machinismo Estabelecimento Agrários Existentes no Estabelecimento. Recenseamento de 1920. Estado de Goiás. p. 91. Recenseamento de 1920. 4ºcenso Geral da População e 1º da Agricultura e das Industrias. Fonte: Biblioteca IBGE.

Também pelo recenseamento de 1920 não havia em Campo Formoso, instrumentos e máquinas como arados, semeadeiras, tratores, grades, cultivadores e ceifadores. Em um primeiro momento podemos pensar que isso era óbvio, mas não corresponde com a realidade já que outros estados e cidades como Minas Gerais, por exemplo, já detinham uma grande quantidade de beneficiadoras de arroz e café, fábricas de manteigas, descaroçadores de algodão e moedores de cereais. Sem falar que, Minas Gerais também possuía a maior quantidade de Usinas de eletricidades e por conta disso uma enorme quantidade de cidades que já dispunha de luz elétrica, assim com também Rio de Janeiro, São Paulo, Recife. O nosso caso não é fazer uma competição para entre os estados, porém compará-los para entendê-los e refletir as desigualdades brasileiras.

Então, podemos observar a produção irrigária do município em diferentes itens, que somente se destacava nos engenhos de cana-de-açúcar, com a produção de água ardente, melado e rapadura. Dentro do próprio estado de Goiás Campo Formoso em comparação com outras localidades como Catalão, por exemplo, verificamos as diferenças, pois ali havia contabilizados 92 engenhos de cana-de-açúcar, 21 máquinas de beneficiar arroz, 5 fábricas de manteiga e 21 moedores de cereais. Então, destaca-se a insipiência da produção da pequena cidade objeto da nossa pesquisa.

Entretanto, a busca pelo o fim da subjugação político-administrativa com a cidade de Santa Cruz de Goiás, demonstra a insatisfação desta classe

dominante em ser arbitrada por outra cidade, pois isso significaria limitações nos enejos de comandarem a si mesmos, em seus assuntos econômicos, políticos e administrativos. O fim da subjugação indicaria que a cidade poderia ser criada dentro do que se imaginava como uma cidade ideal. Desse ponto de vista, devemos analisar que o desejo era maior do que as possibilidades econômicas.

Como a elevação a categoria de vila fora instalado o Conselho de Intendência da cidade e também a mudança da nomenclatura do antigo arraial. A instalação contou com a presença de figuras do estado como o vice-presidente do estado de Goiás, um Juiz de direito e um juiz discricionário. No ato da instalação os componentes eram obrigados ao compromisso oficial pronunciado no evento de instalação que diz,

Por minha honra e pela pátria prometo com toda exatidão e escrúpulo os deveres inherentes ao cargo de membro da Intendência provisória do município de Campo Formoso e ensejando nesse desempenho quanto em mim couber a bem do estado e dos meus concidadãos.<sup>39</sup>

Num ritual que marcava o início da nova história política da própria cidade, descreve-se o momento da inauguração oficial de acordo com a ata da intendência de 1907,

Neste ato o presidente da Intendência, e o membro representante do conselho Municipal de Bom Fim cel. Francisco Bertholdo de Sousa<sup>40</sup> descerrara a cortina que cobria o quadro que continha a lei nº 277 de 15 de julho de 1906, quadro que se achava em uma das paredes da sala do conselho digo da Intendência Municipal.<sup>41</sup>

Na realidade foram pouco tempo de Intendência Provisória, já que a primeira eleição estava sendo organizada nesse ínterim para ser feita no mês de novembro do ano corrente. A eleição é organizada para a substituição da

<sup>39</sup> Palavras ditas pelo então coronel José da Costa Pereira Sobrinho, em 1906. Consta na ata do Conselho Municipal de Campo Formoso. p. 02.

<sup>40</sup> Importante nos parece dizer que, o vice presidente de província de Goiás o coronel Francisco Bertholdo de Souza, xavierista, estava presente na instalação do conselho de Intendência de Campo Formoso, fato que demonstra que não nutria nenhuma rivalidade com a política de Campo Formoso, que pelo contrário, demonstraria até uma estreita ligação com o grupo político do momento, o xavierista, os apoiadores do período. Os xavieristas seriam derrubados pela Revolta Armada de 1909, liderada por Leopoldo de Bulhões e Eugênio Jardim.

<sup>41</sup> Ata do Conselho de intendência de 1906, escrita pelo secretário interino Antonino de Carvalho, p. 03.

Intendência Provisória. O evento da instalação contou também com a presença de outros cidadãos que seriam nomeados pelo Cel. José da Costa Pereira, para membros do Conselho. Estavam presentes na ocasião representantes do conselho e autoridades judiciárias da comarca de Bonfim<sup>42</sup>, além de outros da cidade;

Dr. Alfredo Fleury, juiz da comarca de Bom Fim, Antônio José Janussi, Dr. Ennéas Brettas, Francisco Bertholdo de Sousa, Salviano Pedro Borges, que saudarão o nosso município ao presidente do estado, ao congresso estadual autoridades da comarca e membros da Intendência. Ninguém mais usando da palavra o presidente declara a sessão de posse e instalação, digo de posse, da Intendência provisória.<sup>43</sup>

Assim, seguiram-se as nomeações dos membros do conselho feitas pelo Cel. José da Costa que foram apresentadas com base no decreto nº 1728, de 05 de setembro de 1906. Estes foram nomeados como os primeiros intendentes do Conselho Municipal Provisório da Vila de Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso. O próprio Cel. José da Costa Pereira Sobrinho assumiu o cargo Intendente e presidente, e foram nomeados para conselheiros da intendência; capitão Jeremias Fernandes de Castro, Major Pio José da Silva, José Antônio Jannussi, e Eduardo Pereira Cardoso e o Cel. Zacarias Gonçalves Caxeita<sup>44</sup>, este último também grande latifundiário da região, que seria outro coronel do local, dono da fazenda Boa Vista no município, as margens do rio Corumbá. Essas figuras iriam figurar toda a primeira República na cidade de Campo Formoso.

A partir de agora a história política da cidade foi liderada por coronéis. A presença de vários “coronéis” na região, demonstram a forma como as coisas aconteciam, comprovando a análise de Victor Nunes Leal, “o aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura dos “coronéis” ocupando o lugar de maior destaque”.<sup>45</sup> Sob a presidência do Cel. José da Costa a Intendência Provisória fora um período de criação do Código de Postura, da Lei Orgânica e

<sup>42</sup> Hoje município de Silvânia.

<sup>43</sup> Ata do Conselho de intendência de 15 de outubro 1906 escrita pelo secretário interino Antonino de Carvalho, p. 03.

<sup>44</sup> Ata do conselho Municipal de Campo Formoso ano 1906, Câmara de vereadores de Orizona-GO.

<sup>45</sup> LEAL, Victor Nunes. *O Coronelismo, Exada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. P. 21.

do Regimento Interno do Conselho Municipal. Em apenas dois meses constituíram as leis que iriam reger o município pelos próximos anos, ao que parece até a revolução de 1930, pois não foram encontrados nenhum outro Código de Postura.

A primeira reunião do Conselho Provisório de Intendência aconteceu no dia 16 de outubro de 1906. As sessões eram abertas a todos os cidadãos da cidade, porém diante das observâncias necessárias, de não poder se manifestar como consta no Art. 151 e Art. 152 do regimento interno do conselho, podendo ser advertidos ou mesmo presos os que incorressem em tal ação.

A lei orgânica do município de 1907 foi ainda formulada no período da vila e construída de maneira simples com poucos temas: dívida em quatro capítulos, três títulos e cinquenta artigos. Nela consta no art. 7, “O conselho Municipal se comporá de sete membros e de sete suplentes que durarão em exercícios de quatro annos”.<sup>46</sup> Nota-se que a referida lei mesmo sendo a que iria reger o município aborda mais o próprio Conselho de Intendência, do que o município propriamente dito. Construída em papel pautado, manuscrito e já amarelado e desgastado pelo tempo, com letras de caligrafia feitas à caneta tinteiro em um português arcaico, que muitas vezes nos dificultam a leitura.

A lei traz no seu primeiro título e capítulo único sobre a afirmação da autonomia político-administrativo do município de Campo Formoso. Além disso, elege-se a constituição de dois poderes; o deliberativo e executivo e das suas atribuições somente determinadas pela presente lei. Neste período, observa-se que o judiciário continuava subordinado a comarca da cidade de Bom Fim.<sup>47</sup> O regimento interno do conselho foi também promulgado em 1907 e, de acordo com ele, várias regras os intendentes seriam orientados de como proceder, como se comportar, de como seriam feitas as eleições e as mesas eleitorais.

Aos próximos intendentes seria apenas delegado o ato de votar, o que já estava determinado, sem nenhuma objeção, por “unanimidade”. O cel. José da Costa Pereira Sobrinho estava presente em toda e qualquer situação que

<sup>46</sup> Lei Orgânica do Município de Campo Formoso ano de 1907.

<sup>47</sup> A cidade de Bom Fim atualmente é denominada Silvânia. Ficando a 55 km de Campo Formoso.

envolvesse a cidade. A influência do coronel José da Costa é observada em vários assuntos: na construção dos códigos de posturas, a construção de matadouros, que na época constituía um grande problema pela falta de abastecimento de carne na cidade, e o abatimento de uma maior quantidade de rezes, e até mesmo em contendas da Igreja em relação a uma freguesia que era reivindicada pela cidade vizinha de Santa Luzia. Assim, esse aspecto “não destoa da norma do período e, portanto, vai pautar sua política pelos ditames do “coronelismo”.<sup>48</sup>

Os projetos apresentados nas reuniões do conselho eram votados em três sessões diferentes. Porém, chama-nos atenção sobre a “unanimidade” nas votações de todos os membros, já que nenhum deles apresenta qualquer tipo de objeção justificada. Os projetos votados foram o Código de Postura da cidade, Leis Orgânicas, Leis Orçamentárias, algumas leis de salubridade de caráter urgente como, “a proibição de porcos soltos”. A aprovação do orçamento para a construção de pontes também tinha caráter urgente. As unanimidades apresentadas era uma fidelidade a tudo que era aceito sem questionamentos nem análise. O que refletimos sobre isso é que, como os Intendentes são todos de uma mesma visão política, não existe oposição aparente nem mesmo assuntos importantes, a exemplo dos altos impostos, que nunca foram colocados em discussão.

Entendermos que estamos dentro de uma época denunciada pelos conchavos e compadrios. Mesmo assim, não nos impede de tentar observar essa ação mais objetivamente nos abstendo de utilizar as explicações sempre dadas ao período coronelista. Analisando que todos estavam de um mesmo lado político, um sujeito como Euclides Tolentino Brettas, farmacêutico da cidade que participava do conselho, mas não aceitou ser Intendente do município no ano 1919<sup>49</sup> não concordava com as decisões políticas do Conselho, haja vista que além de renunciar o cargo de Intendente, ele escreve em 1930 uma carta nos livros de registros de leis de Campo Formoso de 1931

---

<sup>48</sup> CAMPOS, Francisco Itamir. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987. p. 20.

<sup>49</sup> Ata de decretos, Leis, e ofícios do ano de 1919 a 1933. Arquivo público da Cidade de Orizona-GO.

que fora enviada ao Ministério da Viação no Rio de Janeiro<sup>50</sup>, condenando a ação política vigente no período em relação a Estrada de Ferro Goyaz, e aos desvios dos seus trilhos. Entretanto, Euclides Tolentino Brettas não teria força para fazer oposição a grande maioria.

A maioria dos presentes no Conselho de Intendência da nova vila compartilhava de visões fundamentadas em grupos políticos dominantes, que imperaram por toda Primeira República formando forças que dominariam o período. Assim, fomos buscar nas reflexões de Sérgio Buarque de Holanda o que ele chama de “maquinismo político, que provém da incompatibilidade, fundamental que apesar de muitas aparências em contrário, subsistia entre esses sistemas”.<sup>51</sup>

É este ‘maquinismo’ que se apega a nossa recém formada República, o agir mecânico, que não se pensa, não se mede, se apegando nostalgicamente aos velhos enganos, que concorda em prosseguir mesmo que, equivocamente, mas assim mesmo, continua ali em uma ideia fixa, que por fim, não tenta refletir se a fidelidade faz sentido. Essa forma de agir político também salta aos olhos de um naturalista americano chamado Herbert Smith que, da mesma forma, tenta refletir sobre isto,

no Brasil vigora quase uma universal ideia de que é desonroso para uma pessoa abandonar seu partido; os que o fazem são estigmatizados de traidores. [...] ora o espírito de fidelidade é bom em si, porém mau na aplicação; um homem não age bem quando deserta de um parente, de um amigo, de uma causa nobre; mas não age necessariamente mal quando se retira de um partido político: às vezes o mal está em apegar-se a ele.<sup>52</sup>

E nos parece que sempre trilhamos o mesmo caminho dos velhos enganos. As ideias tecidas e propagadas, apesar de serem incompatíveis com a realidade vivida, continuam a ser apregoadas. O pensar, independente, parece que nos faz mal, é assustador, confunde os que não são preparados para ele. Assim, refletimos as “unanimidades” verificadas em todas as sessões da Intendência como sendo uma cumplicidade que começa desde a esfera

<sup>50</sup> Livro de Registros, Actas, Portarias e Offícios de 1919 a 1933. Arquivo da Prefeitura de Orizona-GO.

<sup>51</sup> HOLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. Prefácio de Antônio Cândido. 13ed. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1979. p.20.

<sup>52</sup> SMITH, Herbert. Do Rio de Janeiro à Cuiabá. São Paulo, 1922. P. 182.

estadual e se amplia até a escala municipal e adentra a mentalidade se enraizando na nossa história. Aspectos que revelam a nossa raiz rural, pois “a origem desse espírito de facção podem distinguir-se as mesmas virtudes ou pretensões aristocráticas que foram tradicionalmente o apanágio de nosso patriciado rural”.<sup>53</sup>

Podemos perceber mesmo se olharmos rapidamente, a formação do Conselho de Intendência de Campo Formoso, que esse espelha a nossa realidade políticas de todos os tempos. Assim veremos uma cumplicidade que é fundamentada nos partidarismos ou mesmo em laços familiares e de amizades existentes em todos os lugares, mas ainda mais prejudiciais, aos lugares públicos,

tal concepção, as facções são constituídas à semelhança das famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados de toda sorte, hão de preponderar sobre as demais considerações. Formam assim, como um todo indivisível, cujos membros, se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses e ideias.<sup>54</sup>

Em Campo Formoso houve uma evidente ingerência de familiares e amigos das famílias importantes que se perpetuaram no poder de forma sistêmica refletindo um, “patriarcalismo e personalismo fixados por nós uma tradição de origem seculares”<sup>55</sup>, como diria Sérgio Buarque de Holanda ao analisar as relações tecidas na República. Podemos pensar que este envolvimento familiar nos ambientes públicos, implicaria em decisões que deixavam de ser tomadas e até mesmo provocavam o abarrotamento das instituições públicas, como foi denunciado a partir de 1930 pelo prefeito Públío de Souza em 1 de julho de 1933, quando nessa ocasião extinguiram-se os cargo de porteiro, coletor e fiscal, pois verificou-se que este lugares serviam para alocar os sujeitos por meio de padrinhos.<sup>56</sup>

A Intendência Municipal, a despeito da sua falta de autonomia, fora baseada nos ‘coronéis’ locais, e nos amigos e aliados desses coronéis. Desse

<sup>53</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.* 1979. p. 48.

<sup>54</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.* 1979. p. 47.

<sup>55</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op.cit.* p. 47.

<sup>56</sup> Ata da prefeitura de campo Formoso de 1933. Arquivo público da cidade de Campo Formoso.

modo, essa visão fundamentada nas ações particulares poderá ser entendida da seguinte forma: diante das políticas do período, os coronéis que entendessem a conjuntura da época não tomariam partidos, digamos, na escala governamental e federal, pois, isso poderia implicar seriamente na sua política local trazendo prejuízos ao seu potentado. O governo que estivesse no poder, ou a oligarquia que ganhassem o status de líder, seria esta que os “coronéis” locais iriam defender, “em política, eu sou intransigente: voto no governo”.<sup>57</sup> Esta afirmação categórica, talvez não necessite de mais elucidação. Pois, a lealdade a um ou outro político, dependeria do seu poder, seria assim dizendo, diretamente proporcional, quanto maior o poder político do líder do estado maior a lealdade a ele.

Assim, depois desses dois acontecimentos; a emancipação política da cidade e a instalação do Conselho de Intendência davam a impressão que Campo Formoso estava rumo ao progresso. Mas, a cidade no período da hegemonia dos “coronéis” Bulhões e Caiados, não consegue mais seguir os caminhos para um desenvolvimento e as duas décadas seguintes, a década de 1910 e 1920 marca um tempo de uma quase total estagnação econômica e social na região, e aqui, o principal fato que podemos identificar nessa fase é a Ferrovia Goyaz que fora desviada da cidade de Campo Formoso trazendo com isso muitos prejuízos a população.

Os representantes políticos empossados na primeira Intendência dominariam pelos próximos vinte e quatro anos a história política da cidade. A Intendência fora marcada por um rodízio, na ocupação dos cargos, fazendo com que o poder local nunca saísse das mãos dos mesmos. Essa característica aparece com frequência, nessa fase da república, marcada pelos compadrios, clientelismo e uma mistura, ainda maior, entre o público e o privado. As denúncias não são somente verificadas nos documentos da Primeira República como atas da Intendência e livros de registros de leis e decretos, também são encontradas, até em maior número, nas atas da prefeitura da cidade escritas por prefeitos nomeados pelo interventor de Goiás,

---

<sup>57</sup> ANDREONI, João Antônio (Antonil). *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967, p. 139.

Pedro Ludovico Teixeira<sup>58</sup>, depois da Revolução de 1930. No livro de Decretos e Leis consta as denuncias feita pelo então prefeito Públia Sousa,

Que o erário municipal não está em condições de poder sustentar os colaboradores de que tem precisão, considerando que manter um exercito de mata mosquitos que apenas faz um jus, aos molambentos ordenados que nada produzem, antes estabelecendo vergonhoso e prejudicial embaralhamento no serviço com aplausos somente de interesses pessoais. Considerando que malbaratar a fortuna pública que representa notável contingente de esforços e sacrifícios por parte dos municíipes, em conservando subalternos despidos de requisitos para o bom desempenho das exigências dos cargos e agradar por esta forma a pessoas alheia a coisa pública e empregál-a convenientemente, remunerando colaboradores capazes e eficientes para poder reclamar deles o mais possível em produção [...] considerando que os cargos de coletor, fiscal municipaes apenas existem na burocracia municipal campo formosense pô tão mal remunerado como são, para mal acostumar a indolênciia cidadãos que seriam excelentes agricultores, se não fosse o entorpecentes dos pingues vencimentos.<sup>59</sup>

A política local está enraizada numa herança fortemente rural. Alicerçada, principalmente, na figuras de liderança política dos coronéis locais. A esse respeito observamos que a política de Campos Sales serviu a esse propósito criar um emaranhado de dependências que vai do líder local até o presidente da República, sustentadas por meios de práticas clientelísticas que ganharam destaque nesse período<sup>60</sup>, com o advento do regime político representativo. Assim, segundo Sérgio Buarque de Holanda,

<sup>58</sup> A revolução colocou em Goiás um governo provisório composto de três membros; entre eles estavam o Dr. Pedro Ludovico Teixeira que, três semanas mais tarde, foi nomeado interventor em Goiás.

<sup>59</sup> Livro de Decretos e Leis de Campo Formoso de 1930 a 1938. Decreto nº33 feito pelo prefeito Públia Sousa. Prefeitura Municipal de Campo Formoso , 1º de julho de 1935. Arquivo da Prefeitura de Orizona-GO.

<sup>60</sup> Os primeiros anos de república serviram para consolidar o poder político dos cafeicultores sobretudo, de São Paulo , [...] o caráter federativo da República acabou por facilitar a hegemonia das oligarquias regionais, que se viram fortalecidas com a autonomia conquistada pelos estados. Essas oligarquias se organizavam em torno dos partidos políticos estaduais [...] para assegurar a manutenção do controle das oligarquias sobre a vida política foi criada no Congresso Nacional a Comissão de Verificação de Poderes, a partir de então deputados e ou senadores somente poderia tomar posse se seu nome fosse aprovado pela comissão. Com esse instrumento nas mãos, o governo podia impedir que parlamentares de oposição legitimamente eleitos fossem empossados em seus cargos. Era a degola. A utilização desse mecanismo fazia parte da chamada Política dos Governadores, instituída pelo presidente Campos Salles ( 1898- 1902). Tratava-se de um acordo entre as oligarquias pelo qual o presidente dava seu reconhecimento - por meio da Comissão de Verificação de Poderes – aos parlamentares eleitos com o apoio dos governos estaduais para o Congresso Nacional. Em troca os governadores se comprometiam em dar sustentação parlamentar ao presidente. (ARRUDA, José Jobson e PIETTI, Nelson. TODA A HISTÓRIA: História do Brasil. Ed. Ática. 2004, p. 320).

Se não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais de ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependência delas.<sup>61</sup>

Nesta época, Campo Formoso aparece como uma cidade basicamente agropecuarista. O grupo político atuante no cenário da cidade não se diferenciava muito dos antigos pensamentos de colônia espelhando, sobretudo, o cenário econômico periférico no qual Goiás está inserido.

### 1.3. O sonho de governar uma cidade

Campo Formoso nasceu do desejo de um grupo de pessoas ricas da região que tinha na imaginação criar uma cidade a qual eles governariam. Para isso a figura do cel. José da Costa Pereira foi útil já que parecia ter influência junto à classe política do estado de Goiás. Não sabemos ao certo o motivo da patente, se era por ter feito parte da guarda nacional ou se era por suas terras e força político-econômica, como contam os moradores mais antigos. O coronel veio da região das Minas Gerais, não se sabendo a cidade. Porém, sabe-se que suas terras eram nos arredores da cidade, em uma região chamada Bahú uma parte muito rica do local. Depois da criação da cidade ele também viera residir na parte urbana, passando por lá algum tempo, tinha além de terras e gados, imóveis prediais e negócios estes não aparecem especificados de quais tipos, assim consta no livro de impostos de 1913.

O cel. José da Costa Pereira casado com a senhora Placidina Carolina Amélia, é uma figura que sabemos os feitos, mas não temos tantas informações sobre a sua vida pessoal. A parte mais conhecida é do homem público aquele que interfere na vida política da região dita regras, baixa Códigos de Posturas, toma as “dores” da população, organiza os orçamentos e entra em contendas da igreja. Era um homem de posses, possuía terras, em

---

<sup>61</sup> HOLANDA, Sérgio B. *op. cit.* 1979. p. 41.

uma das melhores regiões, além de ser proprietário de prédios na cidade, gado, negócios, água encanada, e era quem mais pagava impostos de todos os moradores, conforme consta no livro de impostos. Nesse período de 1913, o coronel José da Costa era quem mais tinha gado chegando a pagar 10\$000 mil réis<sup>62</sup>, de impostos anuais pelo gado, enquanto que os outros também endinheirados pagavam 2\$500. No total são demonstrados o pagamento de 89\$000 réis ao ano de impostos total. Cifras bem alta para a condição econômica da região.

O Cel. José da Costa Pereira surgiu na história do local já nos tempos do arraial, porém nos finais do século XIX. É no Livro do Tombo da Paróquia que consta sua pessoa pela primeira vez quando é relatada a remodelação da antiga capela, “este aumento se dera em 1883, sob a orientação do cap. Pereira Cardoso e do Cel. José da Costa Pereira, Joaquim e Antônio Fernandes de Castro e outros cujos nomes estão escritos nos desígnios eternos de Deus”.<sup>63</sup> Assim, observamos a devoção do cel. José da Costa à religiosidade católica. Ele veio a falecer em 1913 não sabemos o dia.

Dentro de várias coisas que possa ter deixado como herança política uma que todos (re) conhecem é o seu filho José Pereira da Costa<sup>64</sup>, nascido em 25 de março de 1892, ou como é conhecido, senador Zequinha. Segundo depoimentos, de moradores da cidade que ainda respiram os tempos de Campo Formoso, sua geração marcou época. Uma “figura ilustre” como era reconhecido na cidade, dono de uma das melhores casas da cidade no tempo, mas que hoje está em ruínas. Como destaca Achilles Ribeiro, “Agora nós tínhamos pessoas cultas aqui, nós tínhamos seu Zequinha, nós tínhamos Dr.

<sup>62</sup> Livros de Impostos de Campo Formoso de 1913. Arquivo da cidade de Oirzona-GO.

<sup>63</sup> Livro do Tombo 1912, Pe. Ramiro Meireles. Paróquia de Campo Formoso. p. 05.

<sup>64</sup> O senador José Pereira da Costa, ou s. Zequinha, foi senador da República no período de Juscelino Kubitschek e por muito tempo dominou a política da região, era um sujeito introspectivo teve quatro filhos, todos morreram ainda novos, ficou viúvo e por muito tempo viveu sozinho. Herdara o poder político do pai o cel. José da costa, ele fora prefeito em Campo Formoso por dois mandatos seguidos, o primeiro foi quando assumiu o cargo no lugar o prefeito assassinado Egerineu Teixeira. Influenciava muito a política local era amigo do Pedro Ludovico Teixeira pertencia ao partido PSD. Profundo conhecedor das línguas latinas. Lecionava o português, foi corretor do Senado Nacional por muitos anos. Já naquele tempo, falava latim e francês fluentemente.

Pilla aqui, tínhamos Dr. Alcino Brettas, filho de Euclides Brettas, que era advogado....”<sup>65</sup> e mais a frente destaca sobre o José da Costa Pereira (o filho),

Ele era envolvido com política, bem antes o pai dele foi uma pessoa muito influente, né? E ele dominava as pessoas porque ele era um cara culto, ele tinha só o antigo ginásio, curso ginásial, mas era uma figura, bem em Português ele era consultado em termos de Brasil, uma figura culta ao extremo, então o que o seu Zequinha falava, não tinha jornal, não tinha rádio, não tinha televisão, era verdade. Me lembro de um dia quando ele era senador, tinha um camarada que tinha muito voto em casa, Pedrinho Fernandes, eu tava conversando com seu Zequinha e o Pedrinho chegou, né? Ai seu Zequinha em tom solene, porque ele era um cara que tinha aquela aparência, que praticamente hipnotizava o indivíduo, sabe? Ai ele disse: “recebeu a carta que enviei pra você do Rio de Janeiro? Ai ele disse: não seu Zequinha! Vou processar o correio disse se ele...mas tinha mandado coisa nenhuma sabe? Então, ele era uma figura que ditava as normas aqui...o que ele falava era.”<sup>66</sup>

Nas suas palavras temos uma compreensão da força política e social desempenhada pelo Senhor Jose da Costa Pereira por meio do seu carisma pelo qual desempenhava sua força dentro da pequena cidade. As relações são tecidas de vários modos inclusive pela admiração intelectual em um lugar onde a precariedade educacional era reinante. Senador José da Costa tinha pensamentos voltados para política, sendo ele partidário do PSD, e amigo de Pedro Ludovico Teixeira. Fora também prefeito por duas vezes seguidas de 1937 até 1942.

Tornou-se Senador no período de Juscelino Kubitschek, passando a ser uma figura política influente que continua, assim como o pai o antigo cel., a mandar na cidade. Sua casa ficava em frente à residência do outro conhecido Egerineu Teixeira. Inclusive é a ele, senador José da Costa, que provavelmente se atribui a liderança na resistência contra a passagem da Estrada de ferro Goyaz, fato que não se comprova. Segundo muitos cidadãos ele achava que a estrada poderia trazer muitos “perigos” a região e mesmo não fazendo parte dos Conselhos de Intendência do período já teria suas articulações políticas atuantes. Da mesma forma que seu pai dominava a

---

<sup>65</sup> Entrevista gentilmente concedida por senhor Achilles Ribeiro, professor no povoado do Taquaral e posteriormente em Orizona. Nascido em Taquaral, no dia 20 de Nov. de 1936. Endereço: Av. Egerineu Teixeira, nº 45, centro, Orizona –GO. Áudio de 46:15 segundos. Data: 14/07/2014.

<sup>66</sup> Trecho da entrevista concedida gentilmente pelo senhor Achilles Ribeiro.

política. Um dos nossos entrevistados que sempre conversava com o senador relembra uma passagem,

eu sempre ia à casa do s. Zequinha, ele dizia: "Hoje você poderá ir lá para conversarmos"...e eu ia...um dia eu cheguei lá e tinha uma foto do pai dele, e perguntei quem era a pessoa da foto e ele me respondeu: "É meu pai,... homem rigoroso, rigoroso era o meu pai". Seu Zequinha era profundo conhecedor do francês e do latim, ele falava corretamente. Seu Zequinha era gente muito boa.<sup>67</sup>

O cel. José da Costa Pereira Sobrinho era profundo devoto da igreja estando sempre envolvido com assuntos eclesiástico, como em uma contenda da Igreja entre as freguesias de Santa Luzia e Campo Formoso. A desavença aconteceu nos finais do século XIX, por conta de uma capelinha que ficava abandonada. O então o padre responsável pela freguesia de Campo Formoso, começou a rezar missas nessa propriedade, foi então que a freguesia de Santa Luzia reivindicou a posse, alegando que o espaço ficava dentro do município<sup>68</sup>. O Pe. Calzada protestou e pediu para o Cel. interceder pela cidade e nada mais está escrito sobre isto. O cel. também era responsável por uma das maiores festas da região em homenagem a São José. Como diz o Pe. Ramiro;

A festa de S. José também introduzida na freguesia pelo Coronel José da Costa Pereira. Enquanto viveu esse piedoso e exemplar católico esta solenidade não sofreu uma sequer interrupção. Hoje é feita pela obra das vocações sacerdotais de que São José o patrono Maior.<sup>69</sup>

Mas, o fato da elite política ter uma conexão estreita com a igreja também é verificada com quase todos os outros, os mais influentes da cidade, como a família Castro que está no Conselho de Intendência durante toda Primeira República. Observa-se tal aspecto em vários integrantes da família, como Jeremias Fernandes de Castro e Rodolpho Fernandes de Castro. Este último foi intendente municipal por três vezes nunca deixando de estar presente no conselho ocupando o cargo de presidente do Conselho por longos anos. Os Castros estavam sempre presente. Esta família segundo o Livro do Tombo, somente apareceu em Capela dos Correia a partir de 1850. Diz o Livro, "o

<sup>67</sup> Entrevista gentilmente concedida por Laudevino Ribeiro Batista, nascido em 23 de setembro de 1947, cidade de Orizona Goiás. Rua: Ananias Canedo, nº 14. Centro Orizona-GO. Áudio 10 minutos. 08/08/2104.

<sup>68</sup> Livro do Tombo de 1912, Pe. Ramiro Meireles. Paróquia de Orizona-GO.

<sup>69</sup> Livro do Tombo de 1912, Pe. Ramiro Meireles. Paróquia de Orizona-GO.

tronco Fernandes de Castro só se encontra no arquivo em Santa Cruz a partir de 1850 na Firmeza onde reside Joaquim Fernandes de Castro".<sup>70</sup> Essa família vem de boiadeiros que chegaram à região por conta do gado. Também homens devotadamente católicos também eram responsáveis pela festa de São Sebastião como consta no Livro do Tombo, "a festa de São Sebastião introduzida por Antônio Fernandes de Castro em 1890, o qual administrou esta solenidade com muita piedade até sua morte".<sup>71</sup>

As festas faziam que os moradores dos arredores viessem para a vila e assim continuou por longos anos, as mesmas festas na vila e depois na cidade de Campo Formoso. As pessoas se reuniam tendo principalmente o interesse na construção das convivências, pois as festas passaram a representar uma nova forma de seguir o calendário, que foi criado de acordo com o calendário religioso, "as vizinhanças mais solidárias, organizam-se, ainda, em formas superiores de convívio, como o culto a um santo poderoso, cuja capela pode ser orgulho local pela freqüência com que promove missas, festas, leilões, sempre seguidos de baile".<sup>72</sup> Os coronéis é que promoviam estas festas, que poderia ser em sinal de devoção, como também para reafirmarem seu poder, pois por meio delas eles demonstravam sua riqueza e importância econômica.

O outro coronel, o Zacarias Gonçalves Caixeta, morava no município na fazenda Boa vista que ficava bem distante da cidade a cerca de 40 quilômetros de distância. A fazenda conhecida pela sua extensão onde temos algumas notícias vindas de uma de suas moradoras, já que segundo d. Conceição Luiza Ribeiro, lá havia para mais 100 pessoas que moravam nas terras do cel. Zacarias, d. Conceição Luiza nasceu e foi criada na propriedade, e uma de suas falas começa assim: "Ela não queria casar com o tio, porque ele tinha acesso, mas casava... o pai dela era coronel mandava. Eu me lembro daquele burrão que ele andava, vixe nossa!"<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> Livro do Tombo de 1912, Pe. Ramiro Meireles. Paróquia de Orizona-GO.

<sup>71</sup> Livro do Tombo de 1912, Pe. Ramiro Meireles. Paróquia de Orizona-GO.

<sup>72</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 347.

<sup>73</sup> Trecho da entrevista concedida por Conceição Luiza Ribeiro. D. Conceição tinha 86 anos no tempo e João Nunes 80 anos. Todos criados na Fazenda Bela Vista. End. Av. Egerineu Teixeira, nº 35, centro- Orizona – Goiás. Áudio 14:08 minutos de gravação.

Nesse tempo em pequenas cidades havia muitos casamentos entre famílias. Vemos aí como eram construídas as relações dentro das fazendas e também dentro da própria cidade e os casamentos endógenos é uma característica dominante. A autoridade do cel. é incontestável como diz João Nunes ratificando que,

o nome dele era cel. Zacaria Caxêta, mandava aqui nessa Orizona e num pidia...naquele tempo era coronel, o cara que tinha uma fazenda era coronel, ele manda em Orizona e num pidia, só que ele era bom demais não castigava ninguém nunca bateu em ninguém e nem nos escravos, ele...a criação dele foi diferente dos outros foi criado em Igreja, sendo Padre, acreditando... A frente da casa tinha uns quase 40 metro. Lá tinha tudo que você pensar, tinha engenho, plantava açúcar, fazia rapadura, fazia tudo que você pensar tinha até os carrinhos de cabrito e de carneiro de buscar o barro, encangava dez ou doze cabrito ai pra lá chegava lá enchia de barro e trazia, pra limpar o açúcar. A fazenda tinha mais de 8 mil alqueire de terra no mínimo.<sup>74</sup>

Dessa forma, verificamos que todas as forças políticas da cidade a princípio dispõem de grandes concentrações de terras, pois são grandes fazendeiros da região. Observando as palavras do senhor João pode-se averiguar certos aspectos. Na fala acima destacamos o mandonismo uma das características do fenômeno. Apesar da afirmação de certa bondade vinda do coronel Zacarias Caixeta não se pode deixar de observar que ele também afirma “ele mandava e não pedia”, como demonstração da força regional que o Coronel detinha não tendo nada e nem ninguém que servisse de obstáculo para as suas vontades. Em outro momento ele também destaca a sua pretensa bondade que, o coronel era bom, pois não castiga ninguém nem mesmo os escravos. Segundo o senhor João Nunes, este coronel era bom mesmo sendo um coronel, pois essa atribuição lhe daria, possivelmente, o direito de fazer o que desejasse em relação aos seus subordinados, agregados e escravos, isso se consagrava como um fato comum, porém mesmo sendo assim ele se diferenciava, pois não usava da força bruta inerente a sua posição naquele período. Depois em outro momento atribui a sua benevolência a igreja a qual fez parte na juventude. Podemos observar nesse momento a cultura religiosa

---

<sup>74</sup> Entrevista concedida gentilmente por Conceição Luiza ribeiro e João Nunes. D. Conceição tinha 86 anos no tempo e João Nunes 80 anos. Todos criados na Fazenda Bela Vista. End. Av. Egerineu Teixeira, nº 35, centro- Orizona – Goiás. Áudio 14:08 minutos de gravação. 09/ 08/ 2012.

católica interferindo no pensamento tomado pelo entrevistado, e na cultura católica que teria feito do coronel um homem “bondoso”.

O poder dos coronéis como podemos observar não era pequeno e suas raízes perpetuaram por décadas depois com seus filhos e parentes. Assim, dentro das características que podem nos chamar atenção, observamos a ideia da suposta bondade. Mesmo ele sendo considerado bom ele tinha escravos, o que nas palavras do entrevistado são torna ninguém ruim pelo ato de escravizar alguém já que ele era um coronel e assim se justifica a injustiça. Mas, também sabemos que isto era uma coisa comum na época, apesar de abominável, que viera construir muitos dos grandes problemas sociais e humanos do País.

Também nos chama atenção a riqueza do coronel quando nos fala a respeito da casa. Apesar de todas essas informações o cel. Zacarias não detém o mesmo poder político, pois, todas as lideranças políticas eram tratadas pelo cel. José da Costa Pereira Sobrinho.

A violência era um elemento constante nesse local, coisas eram resolvidas muitas vezes “na bala”. Não é estranho esse tipo de comentário muitas famílias eliminavam seus problemas utilizando de serviços de terceiros. Não era novidade certos acertos de conta, sendo o próprio prefeito de Campo Formoso Egerineu Teixeira, no ano de 1937, vítima desse tempo de violência. Ele era adversário político dos Caiados. Sua morte permaneceu um mistério. Um tempo coroado por violências como aponta seu Achiles Ribeiro,

Aqui não tinha Roubo era violência né? O homem tinha que ser homem de verdade honrar a calça que vestia e matava a coisa era feia viu. Eu me lembro no tempo de criança de muitas mortes aqui, que agente ficava assim assustado sabe? Eu me lembro de uma história do Manezinho sangrador, ele tinha uma mulher chamada sapateira que traiu ele com um baiano e Manezinho deu 14 facadas no baiano quase degolou o baiano sabe? Agora ficou na minha memória o baiano morto lá na cadeia e o Manezinho loco, na grade desejando que o baiano vivesse outra vez para ele tronar a matá-lo, sabe? Agora eu não consigo tirar a expressão do Manezinho loco. Agora naquele tempo deram trinta anos de cadeia pru Manezinho. E ele morreu na penitenciária de Goiânia. Aqui era violento, muitas mortes assim, muitas coisas intriga de família caso o camarada, por exemplo, se a esposa, o homem podia fazer o que ele quisesse, mas a esposa não se acontecesse uma traição ai tinha que matar, ou

então o cara não morar aqui mais também, né? Mas, aí ele não era homem, essa história de ser homem...<sup>75</sup>

Ao observar as palavras de seu Achilles nos deparamos com os modos de viver da época os hábitos da região sempre com a lei do mais forte. Também podemos refletir sobre as ideias de moral e conduta, que eram vivenciados por essas pessoas, dentre elas a visão que se tinha da mulher também é relatado, sendo ela um ser que também fazia parte do domínio dos homens.

Os forasteiros que vinham e ficavam na cidade e assim entravam em conflito com os nativos. Nesse momento é retratado o que significava a vida nessas localidades, onde ainda o ambiente de violência predominava. Em outra passagem falada pelo senhor Laudevino destaca,

Aqui era assim. Tinha os homens que faziam o trabalho, ixe!!! era comum isso aqui as famílias que mandavam tinha quem fizesse o que eles quisessem. Matavam aparecia gente morta ninguém sabia quem foi, matava mesmo. Quem mandava eram eles mesmos. Aqui tinha família que eram assim, juntos com os Caiados eles todos eram UDN. Nunca mudaram, UDN até morrer.<sup>76</sup>

A fala de seu Laudevino ratifica mais uma vez que este tempo não era marcado como de “civilidade” que tanto procurava os republicanos, isto ainda não tinha chegado à pequena cidade. Confirmado que as notícias que são faladas sobre civilidade e prosperidade mais uma vez não foram atingidas. O que não nos admira, pois devemos nos perguntar se atualmente isso é existente, se alcançamos a civilidade. Entretanto, Campo Formoso permaneceu dentro de várias conjunturas que a historiografia goiana não reconhece.

#### 1. 4. As municipalidades na República

Desde o início da colonização poderemos observar uma grande parcela de dominação nas esferas municipais. Por esta razão, não podemos nos omitir

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida gentilmente por Achilles Ribeiro, nascido em 20 de novembro de 1936.

<sup>76</sup> Entrevista concedida por Laudevino Ribeiro Batista. Nascido em Orizona 23 de setembro de 1947. Rua: Ananias canedo, nº 14, centro Orizona-GO. Áudio 15 minutos. 05/ 03/ 2015.

de fazermos uma discussão em torno do assunto das municipalidades no Brasil. Essa reflexão é necessária. Pois, o fenômeno coronelista tem profundas raízes, no problema da municipalidade no Brasil. Tanto que Victor Nunes Leal afirma que os problemas dos municípios assumem uma dimensão extraordinária, no período da Primeira República, tendo como consequência o surgimento do coronelismo destacando,

o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município.<sup>77</sup>

O município é o ponto de partida para fenômeno coronelista. O surgimento dos coronéis, como os conhecemos, foi uma consequência da conjuntura política Federal do país que relegava ao município o total descaso e abandono. Feita, primeiramente, pelos grandes latifundiários e posteriormente pela própria coroa. Os poderes dos conselhos municipais na colônia eram confinados em seus próprios limites territoriais, sendo constituído pelos chamados “pessoas gradas” ou “homens bons”<sup>78</sup>, legalizado pela lei, que fora firmada nos tempos de Colônia. Dentre as características que chamam atenção se destaca, principalmente, a grande força formada pelas famílias patriarcais.<sup>79</sup>

Ao estudarmos a autonomia municipal no Brasil, verificamos, desde logo, que o problema verdadeiro não é o de autonomia, mas o de falta de autonomia, tão constante tem sido, em nossa história, salvo breves reações de caráter municipalista, o amesquinhamento das instituições municipais.<sup>80</sup>

A história dos municípios no Brasil sempre passou pelo amesquinhamento do poder nessa esfera que culminou no fenômeno coronelista nos tempos da República. Os núcleos urbanos desde os tempos da colônia passaram por vários modos de desenvolvimento político-administrativo

<sup>77</sup> LEAL, Victor Nunes. *Op.cit.* 1975. p. 25.

<sup>78</sup> Aquele que faziam parte dos conselhos municipais, que não pertenciam as classes subalternas da população sendo excluídos os trabalhadores manuais, e os que não fizessem prova de limpeza de sangue, portando os mestiços, negros e judeus. Cf. VIOTTI, 2010, p. 239.

<sup>79</sup> Elas que mantinham as governanças, sendo representada pela figura do chefe da família, onde depois da sua morte o lugar sempre era ocupado pelos seus filhos primogênitos. O segundo destaque seria o regime de visível exclusão em que viviam a enorme maioria dos cidadãos, em uma pobreza extrema, e por isto, proibidos de participarem destes conselhos. Cf. LEAL, Victor. 1975.

<sup>80</sup> LEAL, Victor N. *Op. cit.* 1975. p. 50.

configurando, primeiramente, uma autonomia política baseada no grande latifundiário que restringia ao máximo suas funções e seus direitos. Esses núcleos, no princípio, tinham pouco valor não despertando preocupações para a metrópole portuguesa, pois, tinham seus interesses garantidos pela presença do senhor de terras. Fato este que passou por algumas mudanças depois da chegada dos tempos da exploração do ouro e do diamante, onde a coroa aumentou a sua regulamentação e sua fiscalização.

No império, com a transferência da família real para o Brasil, houve uma diminuição maior do poder privado nas câmaras municipais.<sup>81</sup> Sem necessitar mais de intermediários a família real, pretendia cada vez mais aumentar os seus domínios políticos e administrativos dentro do país reivindicando para si amplos poderes e cada vez mais um maior conhecimento do território nacional.

Uma lei promulgada em 1828 submeteu as Câmaras Municipais a um rígido controle, “chamado-se doutrina da tutela”.<sup>82</sup> Aos presidentes das Província estavam atribuídos múltiplos assuntos, dentre eles a função de fiscalizar as posturas baixadas pelas câmaras Municipais, ficando ao seu encargo vetar ou não, por meio dos Conselhos Gerais das Províncias.<sup>83</sup> No segundo reinado pensou em um aumento ainda maior dos poderes dos presidentes das províncias sobre as comunas.<sup>84</sup>

Contudo, ressalta-se que apesar de muitas discussões a respeito da falta de autonomia da municipalidade observa-se que entre outras

<sup>81</sup> A constitucionalização do Brasil também contribuiu para isto. Nesse momento, devido à nova realidade da política brasileira tendeu-se para uma centralização do poder representado pelo Imperador. Os “homens bons” dos municípios, donos de imensos poderes, não eram mais necessários como antes, agora o que era proposto seria uma fortificação do poder do estado representado pela família real. Porém, para muitos brasileiros esta política real não compreendia as reais necessidades do povo e trabalhavam como se fosse um corpo estranho, alheio as verdadeiras precisões. Ver: LEAL, Victor N. 1975. p. 24.

<sup>82</sup> Art.78 da lei de 1828: “é proibido, porém todo o ajuntamento para tratar, ou decidir negócios não compreendidos neste Regimento, como proposições, deliberações e decisões feitas em nome do povo, e por isso nulos, incompetentes, e contrários à constituição, art. 167, e muito menos para depor autoridades, ficando entendidos, que são subordinadas aos Presidentes de Províncias, primeiros administradores delas”.

<sup>83</sup> seu principal objetivo era permitir que cada província, atentas as peculiaridades locais, ficasse em condições de estabelecer o regime municipal que lhe fora conveniente. Ver: LEAL, Victor N. 1975. p.76.

<sup>84</sup> Carneiro Maia, complementa escrevendo, “em relação aos atos de competência municipal deu a lei jurisdição tão amplas aos presidentes de províncias que, em grau de recurso, podem eles conhecer indistintamente de todas as deliberações, acórdãos, ou posturas das câmaras em matéria de economia a administração. Ver: MAIA, João A. Carneiro. *O MUNICÍPIO: Estudo sobre administração local*. Rio de Janeiro, 1883. p. 203.

consequências, esta centralização no tempo do Império foi benéfica até certo ponto, pois, por meio dela garantiu-se a unidade nacional, “centralização, dizem os historiadores, salvou a unidade nacional”.<sup>85</sup>

À República, “estava reservada à glória de instaurar no Brasil a verdadeira autonomia municipal”<sup>86</sup>, mas não aconteceu. Assim, em Campo Formoso instalou-se o Conselho de Intendência tentando-se estruturar um novo ambiente político para a cidade. No entanto as modificações não contribuíram para a melhoria dos vícios existentes no período Imperial. Há nesse momento a instituição de nova ordem político-administrativa baseada nos princípios federalistas. Mas ainda, pode-se ressaltar que “o ponto nevrálgico da autonomia dos municípios tem sido a eletividade do executivo”.<sup>87</sup> Entretanto, tais mudanças não surtiram muito efeito já que na cidade governaram os mesmos ricos do arraial, do período colonial, de amplas famílias e vastos domínios de terras estavam de novo confiscando o poder político econômico e administrativo com a emancipação da cidade nos tempos da República.

A proposta de fundar a autonomia dos municípios foi amplamente debatida na constituição de 1891. Pretendia-se quebrar esse estado centralizado e redistribuir a autonomia aos municípios para haver um melhor processo de distribuição de renda, pois diante do tamanho territorial do nosso país, existem muitas diferenças geográficas que seriam bem melhor servidas nos caso da autonomia Municipal. No entanto, mesmo com os discursos exaltados dos republicanos, de fato, pouca coisa mudou com o decorrer do tempo. Várias discussões vieram a tomar forma concreta no título III do art. 63 da constituição de 1891, estabelecendo que, os estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

---

<sup>85</sup> LEAL, Victor Nunes. *op. cit.* 1975. p. 80-81.

<sup>86</sup> MOURÃO, João Martins Carvalho. Os *Municípios- Sua Importância Política no Brasil - Colonial e no Brasil - Reino*. Situação em que ficaram no Brasil – Império pela Constituição de 1824 e pelo Ato Adicional. Ver. Inst. Hist. e Geogr. Bras. – Tomo Especial – Parte III, Rio de Janeiro, 1916. p. 299.

<sup>87</sup> Leal, Victor. *Op.cit.* 1975. p.127.

Tendo em vista que o período republicano é baseado em ideais federalistas<sup>88</sup>, onde o município alcançaria a importância desejada, por conta da descentralização defendida por estas ideias como escreve Agenor de Roure, em *A Constituinte Republicana* afirmando que, “não faltaria aliás, na Constituinte, e ainda mais tarde, quem sustentasse que o município está para o Estado na mesma relação em que este se encontra para a união”<sup>89</sup>. Era uma perspectiva otimista em virtude das pretensas mudanças que eram proclamados nos discursos republicanos.

Entretanto, os municípios representados pelos Conselhos de Intendência, se limitariam em diversos aspectos como uma extensão do poder estadual, assim, “pouco mais restava aos intendentes do que a representação dos interesses do Executivo Estadual”.<sup>90</sup> Dessa maneira, os poderes dos Conselhos de Intendência pouco mudaram em relação às câmaras de vereadores, do tempo imperial, pouco foi feito na dimensão das suas prerrogativas político-administrativas. Como destaca Carlos Porto, “as reformas surgiram cerceando os direitos dos municípios, ora determinando taxativamente as condições segundo as quais podiam gerir seus negócios, ora tirando-lhes a faculdade de eleger o chefe do seu poder executivo”.<sup>91</sup>

Porém, as atribuições idealizadas para, e pelos municípios não foram atendidas, se limitaram somente a discussões inflamadas de início, depois foram-se esfriando e vários estados passaram a eles mesmos, a decidirem quais seriam as atribuições municipais, “reduzindo-se o princípio da autonomia das comunas ao mínimo compatível com as exigências da Constituição federal, que eram por demais imprecisas, deixando os Estados praticamente livres, no regular do assunto”.<sup>92</sup> Mesmo com todos estes discursos reclamando a favor da descentralização, ela não viera a se concretizar, e pouco tempo depois, com

<sup>88</sup> Se o federalismo tem como princípio básico a descentralização (política e administrativa), seria perfeitamente lógico estender a descentralização à esfera municipal. (LEAL, 1949, p. 80)

<sup>89</sup> ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. 2 vol. Rio de Janeiro, 1920. p. 209.

<sup>90</sup> SANTOS, Renato Marinho Brandão. *A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930)*. Rev. Espacialidades [online]. 2009, vol. 2, n. 1. p. 02. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/renato.pdf>> Acesso em: 25de ago. 2015. p. 06.

<sup>91</sup> Apud NUNES, José de Castro. *Do Estado Federado e Sua Organização Municipal*- Rio de Janeiro, 1920. P. 138, nota. 17.

<sup>92</sup> LEAL, Victor N. *Op.cit.* 1975. p. 81.

a chegada das novas reformas, arrefeceu-se os ânimos dos liberais<sup>93</sup> dentro desta questão,

[..] nota-se, compulsando a maior parte das constituições estaduais, que todas elas foram de começo, pródigas de disposições liberais, reconhecendo e outorgando aos municípios, ampla autonomia. Pouco depois entrou a retrair-se o espírito liberal dos legisladores em alguns estados. As reformas surgiram cerceando os direitos dos municípios, ora determinando taxativamente as condições segundo as quais podiam gerir os seus negócios, ora tirando-lhe a faculdade de eleger o chefe do seu poder executivo.<sup>94</sup>

### 1. 5. Campo Formoso: uma cidade de coronéis

Existem duas características que podemos perceber na constituição do espaço urbano da cidade de Campo Formoso é que a sua formação fora profundamente marcada por duas forças, a Igreja e o coronelismo. Contudo, aqui não a vemos como antagônicas. Pelo contrário, na República particularmente nessa cidade, esses poderes trabalharam juntos neste cenário e interferiram intimamente no modo de vida e na construção do espaço urbano local. Uma delas é a Igreja e a outra o poder que nasceu do regime representativo instituído na República, o “coronelismo”.

Vamos tecer alguns comentários sobre a grande confusão que se instaura em diversos pontos do debate sobre o assunto. Entre elas destacamos que há uma diferença importante entre um coronel e um oligarca, pois apesar de terem origens comuns os dois assumem posições específicas. De uma forma mais simplificada podemos dizer que de acordo Edgard Carone em, “relação ao coronel o seu poder restringe-se a âmbito local, enquanto o do oligarca estende-se a nível estadual”.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> Rui Barbosa, defendendo no Supremo Tribunal a autonomia dos Municípios baianos, deu grande ênfase literária à eletividade dos prefeitos. Não podemos deixar de lhes transcrever as belas palavras: “Vida que não é própria, vida que seja de empréstimo, vida que não for livre, não é vida. Viver do alheio, viver por outrem, viver sujeito à ação estranha não se chama viver, senão fermentar e apodrecer. A Bahia não vive, porque não tem municípios. Não são municípios os municípios baianos, porque não gozam de autonomia. Não logram autonomia, porque não tem administração, porque é o Governo do Estado quem os administra, nomeando-lhe os administradores. Apud LEAL. p. 133

<sup>94</sup> CARERO, Carlos Porto apud Castro Nunes, Do Est. Fed., Pág. 183, nota17.

<sup>95</sup> CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*.São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976. 267.

Então esse fenômeno, o coronelismo, como afirma Victor Nunes Leal, marcou a primeira República no Brasil e compôs um quadro que fora vastamente discutido, mas não totalmente, pois, apresenta particularidades que devem ser sempre colocada para respondermos os questionamentos da história. Em Campo Formoso o que merece destaque é talvez o ponto que existiam dois coronéis fortes de amplos domínios, mas sem conflitos aparentes entre eles. Observamos até mesmo a existência de parceria em determinados pontos, como a aprovação da criação do porto Cavalheiro na fazenda Boa Vista. Este porto serviria a própria fazenda, mas fora aprovado pelo de Intendência e pelo cel. José da Costa. Analisamos que o Cel. José da Costa tinha suas terras no entorno da cidade, e o cel. Zacarias Caixeta na região perto do Corumbá. Assim, existia uma delimitação silenciosa a partir do momento que o cel. Caixeta já teria seus domínios amplos, mas bem distantes da cidade e apesar de ter grande influência na região como todo, não interferia na autoridade do cel. José da Costa. Cada um saberia até onde vai os seus limites? Ou a presença política do cel. José da Costa é unânime? Não há relatos nesse sentido.

Não queremos apenas ficar nas explicações mais conhecidas e debatidas, pois para ampliarmos a visão sobre o tema, passamos a verificar diversos aspectos sendo necessário também compreendermos que,

o Coronel não pode ser visto de maneira somente negativa, pois, é essencial para uma primeira análise, mais profunda, pois é ele quem realiza as melhorias necessárias no local. O coronelismo surge como um *defensor natural* de um homem sem direitos.<sup>96</sup>

Em Campo Formoso o cel. José da Costa se destacava por estar a frente da busca pela emancipação da cidade e da mesma forma queria também trazer melhorias para um lugar esquecido pelo estado. O coronelismo como fenômeno ocorrido na Primeira República não se enquadra em apenas uma ou duas características, dentro dele estão inseridos vários aspectos conhecidos como o clientelismo, mandonismo, filhotismo, paternalismo e

---

<sup>96</sup> ZARUCKI, Sara Ester Dias. *Clientelismo: um debate conceitual*. Departamento de Sociologia e Política. CNPq. PUC, FESP. Disponível em:  
[http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2007/resumos/SOC/sara\\_esther\\_dias\\_zarucki\\_tabac.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2007/resumos/SOC/sara_esther_dias_zarucki_tabac.pdf) Acesso: 14 de set. 2105.

outros, que são formadores do fenômeno. O coronel José da Costa era o homem que assumia uma força polarizadora que fazia os elementos do local conhecer e serem conhecidos seu lugar na esfera sócio – política, ou seja, por meio dele poderia conhecer se o indivíduo era ou não um elemento importante na sociedade local. Assim, aconteceu quando escolheu os que iriam figurar com ele o Conselho.

Gostaríamos a partir das nossas reflexões analisarmos a complexidade do fenômeno que nos faz perceber que existem outras considerações além daquelas, que colocam unicamente os aspectos totalmente negativos. Atualmente, vários pesquisadores já assumem posições contraditórias em relação ao fenômeno, uns vêm na figura do coronel, agente de mudanças de uma região e que sem ele as dificuldades seriam ainda maiores no que diz respeito aos benefícios trazidos pelos poderes públicos<sup>97</sup>. Dentro de uma visão mais comumente conhecida, foi construída, a figura dos coronéis é rotulada, somente, com estigmas de dominador e “malsinado” que pretende única barganha o poder político<sup>98</sup>, somente em benefício próprio, visão que foi debatida por vários autores. O que não deixa de ser verdade, porém não poderemos atribuir a um fenômeno político e social de tamanha magnitude somente um pensamento tão superficial, pois atribuir uma única reflexão, calcificada e generalista, onde engloba todos de uma única maneira não concordamos ser interessante. O coronelismo é um fenômeno complexo demais para ser rotulado facilmente. Assumindo características que se moldam dependendo das necessidades.

A história brasileira traz dentro da sua formação realidades que nos mostram as fases conturbadas da política nacional, retratada inúmeras vezes por barganhas de diversos aspectos. Dentro desse pensamento, o “coronel” de Campo Formoso desempenha a função de promotor dessa barganha no período da Primeira República, mas não somente isso. Assumindo além das

<sup>97</sup> Ver: LEAL, Victor Nunes. *O Coronelismo, Exada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. e QUEIROZ, Maria Isaura P. *O coronelismo uma interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia ( 1889 – 1930)* Tomo.III. (vol. 2). 2. Ed. São Paulo: DIFEL, 1977.

<sup>98</sup> Ver: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder formação do patronato político brasileiro*. 3ed. Revista. Porto Alegre: Globo, 2001.

comuns, várias características que os faz aparecer de maneira única na história brasileira. Pois, vários autores são veementes em afirmar que o fenômeno coronelista somente existiu uma única vez no cenário da política nacional com o surgimento do regime de representatividade, e nunca antes.

José Murilo de Carvalho destaca, que dentre as características assumidas, é o clientelismo que talvez apareça de maneira mais evidente, porém neste ponto da reflexão não poderemos atribuir esse aspecto somente ao fenômeno coronelista, pois, “de algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país”<sup>99</sup> e ainda podemos elucidar que conceitualmente, “o clientelismo, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.<sup>100</sup>

Em Goiás, esse fenômeno apresentou-se de maneira intensa e traçou muito da história do estado. A política Oligárquica se apresenta como um elo que entendemos numa ligação com a ampliação do ‘estado periférico’ ou de ‘autonomia negativa’. Conforme explica Itami Campos, “aqueles estados mais pobres, com pequena arrecadação de impostos de exportação e com força pública insignificante e sem equipamento [...] ao estados que merecerão pouca atenção do poder central”<sup>101</sup>, é assim que Goiás se apresenta dentro do período estudado. Um estado basicamente agrícola, sem grande expressividade no campo mesmo da pecuária como notificamos no recenseamento realizado em 1920.

Estados de Goyaz estabelecimentos rurais recenseados em 1 de setembro de 1920.	
Arados	26
Semeadeira	06
Cultivadeiras	11

<sup>99</sup> CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Vol. 40, no. 2, Rio de Janeiro, 1997. Sp. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>> Acesso: 23 de maio 2015.

<sup>100</sup> CARVALHO. José Murilo. Op.cit. 1997. sp.

<sup>101</sup> CAMPOS, Francisco Itamir. *Op. cit.* 1987. p. 21.

Grades	13
Tratores	01
Ceifadores	01

Tabela 2: dados fornecida pelo Recenseamento de 1 de setembro de 1920. 4º censo geral da população e 1º da agricultura e indústria.

Observamos então as dificuldades enfrentadas pelo estado de Goiás apresentadas pelo referido censo, traduzindo uma região carente de maquinários o que causa deficiência na produção agrícola. Foram recenseadas centenas de propriedades em toda região de Goiás. Nesse período já estava em decadência à força dos Bulhões. Essa fase marca uma acentuada estagnação econômica e nesse tempo a Ferrovia já estava a quase uma década sendo implantada no Estado.

Apesar de observarmos várias tendências no que diz respeito aos aspectos coronelistas em Goiás em se tratando da política Bulhonista<sup>102</sup> foi assumida uma posição muitas vezes contraditória nas suas vertentes, pois apresentava em alguns aspectos até pensamentos avançados, como a luta pela a separação entre a Igreja e o Estado, mas por outro lado, não se deixava seduzir, totalmente, pelas ideias ‘modernizadoras’, pois se colocava em uma posição de Oligarca quando tece para o Estado um domínio a todo o custo como, por exemplo, a Revolta Armada de 1909<sup>103</sup> lutando até com armas para garantir sua hegemonia política.

Em Campo Formoso também marcado por um estado de carência em todos os setores. A estrada de ferro nesse período também já cortava a hiterlândia modificando em alguns aspectos o cenário por, onde passava. Mas, não nessa cidade analisada, pois nela a estagnação política se reflete, principalmente, na pouca atuação da elite política na busca pela melhoria que poderia vir com a passagem dos trilhos da Ferrovia Goyaz. Os outros “coronéis” da região não detinham o mesmo poder que o antigo cel. José da

<sup>102</sup> Realizada por Leopoldo de Bulhões Jardim, uma das Oligarquias mais dominadoras do estado.

<sup>103</sup> A revolta Armada ocorreu em Goiás quando Leopoldo de Bulhões Jardim não admitiu o candidato de Xavier de Almeida, Miguel da Rocha Lima, assim juntamente com Eugênio Jardim Imposte coronel da região dona da imensa fazenda Quinta, perto da capital Cidade de Goiás em uma união juntaram homens em armas e invadiram a capital para depor Rocha Lima. Começou-se propriamente dita a época da hegemonia dos Bulhões.

Costa Pereira Sobrinho, porém este já havia falecido. A atuação dos que ficaram governando como os Castros e os Silva estiveram a frente da política em um tempo de atraso e carências sociais expressivas em comparação com a recém fundada Pires do Rio, por exemplo.

Mesmo durante os governos presidenciais, mais rígidos, os interesses particulares sempre se sobressaíram na política interna. Na própria cidade de Campo Formoso “o jogo dos interesses regionais foi mantido”.<sup>104</sup> Se a política estadual assumia esse papel de compromissos, na cidade analisada não fora diferente. Apesar da elevação do arraial à categoria de cidade e da instalação do Conselho de Intendência não percebem-se grandes modificações em seu cenário social e político.

Se antes este espaço do arraial de Capela dos Correia sofria a interferência dos poderes da Igreja e dos latifundiários locais, depois da República o poder continua nas mãos dos mesmos senhores, só que agora liderado pelo Cel. José da Costa Pereira Sobrinho. Esta elite local, primeiramente, não pensara na construção de uma cidade para todos, haja vista, a quantidade de impostos e exigências para poder se morar no centro urbano. Eles sabiam que as pessoas que iram habitar o espaço citadino teriam de ser moradores com condições de arcar com os compromissos com o estado. Então, a cidade teria que ser para os ricos ou remediados. Os pobres e deserdados de fortuna não se inseriam nos projeto da cidade.

Os coronéis de Campo Formoso, principalmente, pelo modo como atuam sempre falando pelo povo da região, exigindo melhorias, conforme observamos nos assuntos referentes à carne de gado vaccum, as exigência sobre as medidas de salubridades na criação de porcos ou a higiene dos regos públicos de água. Mas, o que observamos mais de perto é a estruturação da própria urbanização da cidade. Todo o Código de Posturas fora feito sob a liderança do cel. José da Costa Pereira Sobrinho, ele resolve a elevação da categoria e por meio dele que a cidade consegue a emancipação.

---

<sup>104</sup> CARDOSO, Fernando H. *Dos governos militares à Prudente – Campos Sales*. In: FAUSTO, Boris. (org.) *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano. Estructura de Poder (1889-1930)*. Tomo: III. (vol. 2). 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 38.

A situação de estado periférico e a basicamente rural e agrário, característica, aliás, que não se atribui somente ao Estado de Goiás, mas sim, a todo o País, haja vista que, em 1900, 64% da população brasileira viviam no campo, nos faz refletir nas palavras de Oliveira Viana,

o grosso do eleitorado nacional, como sabemos, está no campo e é formado pela população rural, ora, os 9/10 da nossa população rural são compostos- devido à nossa organização econômica e à nossa legislação civil- de párias, sem terras, sem lar, sem justiça e sem direitos, todos dependentes inteiramente dos grandes senhores territoriais. De modo que, mesmo quando tivessem consciência dos seus direitos, ( e, realmente, não tem...) e quisessem exercê-lo de modo autônomo – não poderiam fazê-lo.<sup>105</sup>

O drama de uma população analfabeta se refletiria no exercício seus direitos civis e isso foi crucial para que a política dos governadores, feita por Campos Sales, tomassem amplitudes nacionais bastante relevantes. Neste momento refletimos sobre como pessoas humildes acostumadas à vida dura, ao trabalho de sol a sol, sem escolas traçarem seu destino sem a figura de alguém mais “instruído”. O que a população do local sabia de política saberia pelas palavras do coronel. Nesse tipo de regime, encontrou-se uma forma de “proteger” e de fazer aliados para o fortalecimento da presidência da República. Mas, esse fortalecimento só poderia acontecer de forma completa se os municípios também pudessem interagir com o programa político que estava sendo instalado. Então, “a constituição de 1891 esvaziou os governos municipais, tornando os chefes locais dependentes do governo para obras públicas e nomeação políticas”.<sup>106</sup>

Os municípios foram instrumentos úteis na vida e na manutenção e até mesmo na existência do coronelismo. Desse modo, um dos principais fatores para se entender o fenômeno é a compreensão dos problemas que envolvem a municipalidade no Brasil. “O coronelismo gera um binômio entre o senhor da terra e seus dependentes”<sup>107</sup>, assim como também, demonstra a “manifestação do poder privado, e a decadência dos senhores de terra, onde para se sustentar teriam que se subjugar politicamente ao estado”.<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup> VIANA, Oliveira. F. J. *O Idealismo da Constituição*. 2ed. São Paulo, 1939. p. 112.

<sup>106</sup> LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.* 1975. p. 55.

<sup>107</sup> LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.* 1975. p. 25.

<sup>108</sup> LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.* 1975. p.25.

Em Campo Formoso, particularmente, não fora diferente a violência maior atingia os trabalhadores que precisavam trabalhar nas fazendas dos latifundiários da região. Pois, entendemos que cada grande latifundiário da região era um “coronel” dentro das suas propriedades, dispensando aos trabalhadores, peões e agregados, humilhações pelo fato destes necessitarem de trabalho, muitos trabalhavam o dia inteiro e não recebiam, ou então, recebiam somente a comida do dia, além da falta de opção de trabalho.<sup>109</sup> Estes elementos, no período da primeira República, lideraram o espaço político da cidade e eram provenientes de famílias abastadas, sendo também os proprietários dos grandes latifúndios da região em torno.

A municipalidade na cidade era inexpressiva, como também as relações nutridas com o poder central, colocada em quase total abandono. O que corrobora para o crescimento da política dos coronéis, devido à enorme carência que a atingia a região, a falta de erário, a distância dos centros urbanos, o grande número de analfabetismo, as doenças do sertão, as dificuldades de locomoção, tudo isso, contribuía para gerar um quadro de estagnação regional. E mesmo a República sendo um tempo de mudanças e ventos de progresso, ainda faltava muito para esta região se inserir nesse novo quadro republicano.

Em Campo Formoso defendemos a ideia de uma mentalidade moldada dentro desses dois universos bifurcados, entre o Latifúndio e a Igreja marcaram muito da sua história deixando sinais importantes na cultura dos moradores da cidade. As relações criadas dentro da política na cidade foram estruturadas em um regime de exclusão, em que somente os “homens de posses” teriam direito de morar na cidade criada pelo cel. José da Costa e aliados. E esses homens eram quase todos eles mesmos. Os pobres e trabalhadores foram morar fora dos limites da cidade, ninguém colocou uma lei oficial para isso, mas os altos impostos e exigências corroboravam para que isso acontecesse.

A figura do Cel. José da Costa Pereira Sobrinho é quem norteava os caminhos político-administrativos da futura cidade pelo que acredita ser certo.

---

<sup>109</sup> Entrevista concedida gentilmente por Laudevino Ribeiro Batista, 70 anos de idade morador da cidade de Orizona – GO.

Detém obediência dos municípios era ele que aparecia em vários problemas que afligiam o povo do local, sendo evidente nesse ponto um ressaltado paternalismo onde procurava “proteger” a população local. Esses problemas tinham vários teores como com a questão dada carne, que fez com que o Cel. José da Costa, fosse até o conselho de Intendência, exigir o maior abate de rezes<sup>110</sup>, pois o povo sofria com falta do produto; ou em averiguar os porcos soltos nas ruas da cidade, visando uma melhor higiene aos moradores e até mesmo nas festas religiosas onde era patrono, na manutenção da Igreja Nossa Senhora da Piedade.

Sabe-se que nesse período, as prerrogativas Municipais eram bastante limitadas, na realidade quase nunca fora diferente disso. Então, a política dos coronéis demonstra uma forma de deterioração do poder municipal, dessa vez, ele o/os coronel/coronéis representam o município. Portanto, ao se tentar analisar o coronelismo podemos verificar que ele é acima de tudo um “sistema político”<sup>111</sup>, como afirma José Murilo de Carvalho. Mas, além disso, ele é composto, “de uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”.<sup>112</sup> O coronelismo representava ainda, na perspectiva de Leal, a “confluência de um fato político com uma conjuntura econômica”.<sup>113</sup> A sua política tinha os limites do seu potentado e certamente era diretamente proporcional ao tamanho e valor da suas terras, era dono de várias propriedades. O cel. José da Costa Pereira não vivia somente da pecuária, pois na cidade detinha vários negócios, “o comércio não uma atividade negligenciada ou desprezada; bem ao contrário, tratava-se de uma ocupação privilegiada”.<sup>114</sup>

Apesar da sua força não estamos dizendo que o coronel José da Costa seria o senhor absoluto de tudo. Primeiramente esse fato não poderia acontecer em Campo Formoso, pois lá existiam dois coronéis, e não apenas uma única figura. Então, ele não detinha controle absoluto. Se admitíssemos tal

<sup>110</sup> Atas do Conselho de Intendência, ano 1906 a 1912. Arquivo da Câmara de Vereadores de Orizona, p. 144.

<sup>111</sup> CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.* 1997. sp.

<sup>112</sup> CARVALHO, José Murilo. *Op.cit.* 1997. sp.

<sup>114</sup> QUEIROZ, Maria Isaura. *Op. cit.* 1977. p. 175 -176.

pensamento, estaria equivocado, principalmente, porque analisamos algumas documentações em que existiam pessoas importantes na manutenção do poder do cel. José da Costa. Como é o caso da família Castro, particularmente Rodolpho Fernandes de Castro e Jeremias Fernandes de Castro, Pio José da Silva. Eles também faziam frente na política local, auxiliando, compartilhando e articulando das juntamente com o coronel. Após a morte do coronel, os Fernandes de Castros passaram toda a Primeira República liderando a política da cidade. É por isso que Eul-Soo Pang, diz, "em nenhum momento, repito, chamei o coronel de senhor absoluto".<sup>115</sup> Era comum em muitos casos eles dividirem de certa forma seu poder com outros mandatários da região.

Portanto, nos perguntaremos se dentro do espaço liderado pela figura do coronel, se alguém poderia contrariá-lo. Na historiografia fala-se focando na violência imposta dentro do espaço dominado pelos coronéis, se agravando intensamente quando existem apenas dois elementos que disputam o poder do seu potentado. No entanto, quando existem mais famílias envolvidas na disputa a agressividade diminui, como adverte Jean Blondel, "a presença, frente a frente, de apenas duas famílias, tende a dar mais agressividade às relações políticas. Onde três, quatro, cinco famílias se opõem, as divergências são menos brutais, pois nesses casos as alianças se tornam indispensáveis".<sup>116</sup>

Essa divisão parecia distribuída da seguinte forma: o cel. José da Costa Pereira assumia destaque na cidade de pelo motivo das suas terras ficarem nos arredores da região, enquanto o cel. Zacarias Gonçalves Caixeta dominava as regiões perto do rio Corumbá, pois suas terras ficavam cerca de 40 quilômetros da parte urbanizada. Nesse aspecto se apresenta uma cordialidade entre os dois chefes, eles se propõem a administrar a cidade e o município com certa parceria, não encontramos nada que se diga de conflitos, o próprio cel. José da Costa o ajudou com o aforamento do Porto Cavalheiro<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup> PANG, Eul-Soo. (1979), *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979. p. 12-13.

<sup>116</sup> BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1957, p. 62-63.

<sup>117</sup> O Porto cavalheiro fica à margem do rio Corumbá na fazenda Boa Vista de propriedade do Cel. Zacarias Gonçalves Caixeta, esse porto foi conseguido por uma concessão pedida à Intendência de Ipameri, para se poder utilizar o porto existente nesta cidade. Então, o Cel. Zacarias Caixeta pediu a concessão por meio da Intendência de Campo Formoso. por conta da

Entendemos que sua força provinha de muitos aspectos que podem e devem ser analisados. A força de mando de um coronel provinha de muitas características que deveriam estar presentes no tal indivíduo. Entre elas estão à força econômica que sobrepuja quase todas as outras, ou seja, os recursos próprios para si, mas também para adquirir fiéis seguidores que por conta da “gratidão” estariam dispostos a fazer qualquer coisa pelo líder local. O Cel. Zacarias, por exemplo, tinhava quase cem pessoas nos seus domínios, em um tempo que os moradores da cidade eram de umas quatro centenas<sup>118</sup>. A força dos coronéis também se baseava na ajuda e benefícios do governo, para que fossem distribuídos com seus partidários.

Sabe-se que a quantidade e valor das terras também eram fator determinante para o destaque da sua figura e o ajudariam a dirigir uma determinada região por meio do voto. Conforme constata André Heráclito do Rêgo na maioria das vezes, “o coronelismo seria, portanto, uma consequência do aumento do papel político-eleitoral da grande propriedade”, mas ao mesmo tempo, e aí está o paradoxo segundo o mesmo autor, “não se deveria ao reforço do latifúndio, mas, o contrário, à sua decadência”.<sup>119</sup> Essa mesma ideia é compartilhada por Victor Nunes Leal, porém advertimos nem sempre isto acontecia dessa forma. Raymundo Faoro aponta a pessoalidade transmitida pela figura do coronel, “trata-se de um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional”<sup>120</sup>, e este pensamento adotamos como ideia, pois percebemos a sua intimidade com os problemas do povo local, mas sabemos que essa relação tinha o seu preço.

Em Campo Formoso o coronel é a figura mais próxima que o homem do campo tinha para se chegar ao estado. É aí que se destaca que, as relações coronelísticas são permeadas de valores calcificados nos pensamentos de obediência, compadriões e alianças, como verificamos. Mas, aqui deixamos

falta de transporte, pensou que este porto seria de grande serventia, mas não aconteceu como esperado, pois a não ser sua própria formação depois ele não aparece como elemento de destaque para a cidade.

<sup>118</sup> Trecho da entrevista concedida por Conceição Luiza Ribeiro município de Orizona.

<sup>119</sup> RÊGO, André Heráclito. *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A girafa editora, 2008. p. 65.

<sup>120</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder formação do patronato político brasileiro*. 3ed. Revista. Porto Alegre: Globo, 2001. p. 752.

claro que muitas vezes é uma obediência “imposta” pela gratidão, e “favores” feitos aos mais carentes. No local observa-se que há um respeito e obediência a sua figura, assim diríamos que havendo imposição, pela quantidade de carência na região, se construíam relações interpessoais que tinham como base a troca de favores; “um laço de amizade que atenua e ameniza a subordinação”.<sup>121</sup>

É comum entre as pessoas mais pobres viverem como agregados nas propriedades de outras pessoas ricas ou remediados, construindo suas choupanas de pau-a-pique como acontecia nos arredores da cidade. Mas, aqui advertimos que não se trata de amizade, é mais um “favor” do que uma amizade, na concepção comum da palavra, essas pessoas às vezes eram lembradas que estavam de favores,

Ele sempre trabalhou pra várias pessoas, mas morava de agregado nas terras de outro. O cara dava um pedaço de terra e dizia pode morar aqui...mas as coisas não eram boas... Um dia meu pai comprou uma égua e ele disse que não queria ela ali, porque comia demais. Meu pai disse que ia dá um tiro na égua...mas meu avô ficou com ela...meu pai sofreu, mas nunca se curvou, sempre foi rebelde. Nunca se curvou.<sup>122</sup>

Essa rebeldia se referia ao que não era feito à maneira dos fazendeiros, apesar de ser agregado tinha a consciência de que trabalha às suas custas, mas isso não era compartilhado por muitos. Em outra passagem Laudevino Ribeiro diz: “não podia dar tiros, ai meu pai foi numa árvore e deus tiros, não sei nem quantos, matou a árvore de tanto atirar nela, meu pai era assim meio rebelde mesmo”.<sup>123</sup> Mais uma vez afirma a rebeldia, que na realidade era uma reação ao sistema imposto pelos mandões do município. Esses agregados se diferenciam dos peões, pois eles tinham liberdade para ir e vir, mas de vez em quando poderiam fazer trabalhos nas fazendas onde moravam. Já os peões estes, moravam e trabalhavam na fazenda com exclusividade.

O coronel José da Costa Sobrinho não fugiria a tais observações, pois desenvolvia estes “laços” entre os outros que o ajudavam a manter o seu poder

<sup>121</sup> FAORO, Raymundo. *Op. cit.*2001. p. 750.

<sup>122</sup> Entrevista gentilmente concedida por Laudevino Ribeiro Batista, nascido em 23 de setembro de 1947, cidade de Orizona Goiás. Rua: Ananias Canedo, nº 14. Centro Orizona-GO. Áudio 15 minutos. 05/ 03/ 2015.

<sup>123</sup> Entrevista gentilmente concedida por Laudevino Ribeiro Batista. Idem.

político, observa-se isso sendo ele quem coloca para Intendente Rodolpho Fernandes de Castro o primeiro intendente do conselho. O fato da decadência dos grandes latifúndios não pôde ser notificado, pois ao analisarmos os impostos observamos que ele era quem mais pagava pela criação de gado, além de outros impostos

Lembramos diante de diversas características analisadas por estudiosos que ressaltam a respeito dos coronéis e das suas formas de poder, que as definições não são monolíticas elas englobam visões que são focadas diante dos olhares de cada observador e de cada contexto abordado. Mas, o que temos visualizado é que em Campo Formoso existia um sistema coronelista que assumia várias responsabilidades formando uma ponte entre o município e o Estado. Não se tratava somente de ações impostas pela violência, mas era uma vasta rede de reciprocidade onde o coronel obtinha benefícios do governo estadual e os distribuía em forma de “favores”, principalmente eleitoral.

O Cel. José da Costa P. Sobrinho não desempenha sozinho, a qualidade de mandatário local, pois dividia suas funções com outros fazendeiros, donos de vastos latifúndios. Baseado na documentação verificou-se que estes indivíduos foram nomeados pelo então Cel., dessa forma existem figuras secundárias, mas que estavam continuamente atuantes, como Rodolpho Fernandes de Castro, Euclides Tollentino Brettas e Pio José da Silva.

Apesar do distanciamento entre poder municipal e estadual, uma vez por outra o estado participava das decisões municipais. No período coronelista as alianças falavam alto assim como também as intrigas. Então, era um tempo que ao se colocar contra a situação seja ela qual for isso poderia repercutir em grandes problemas políticos e econômicos para os coronéis. Em Campo Formoso a sua emancipação veio por intermédio do Coronel vigente, que também detinha aliados no governo do estado. Esse período era um tempo de luta acirrada entre as oligarquias dos Bulhões e dos Jardim contra os Xavieristas. Dessa forma, no evento da instalação do Conselho de Intendência estava presente o cel. Bertholdode Sousa, xavierista, vice-presidente da província, isso indica que o cel. José Pereira da Costa não fazia parte da oposição a Xavier de Almeida. Depois da sua queda no ano de 1909 sobe ao

poder Leopoldo de Bulhões, Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado e a partir desse momento todo o grêmio do Conselho passa então a fazer parte do partido Democrata, fundado por Eugênio Jardim no mesmo ano, e assim permanece até o fim da hegemonia dos Caiados e fim da Primeira.

O que estamos tentando demonstrar é que, esse aspecto ilustra que em uma República marcada pelo fenômeno do coronelismo, o melhor coronel é aquele que não importa qual governo assume, mas sempre estão ao seu lado, “O governo mudou, mas eu não mudo: fico com o governo”<sup>124</sup>, diante dessa assertiva podemos entender ainda melhor como o regime desenvolve.

O grande trunfo, e talvez a sobrevivência do fenômeno coronelismo, se baseasse nessa ideia: toda vez que um coronel deixa de servir ao governo da situação, colocando-se como opositor a ele poderá ter nisto seu fim. No que diz respeito a isso destacamos uma passagem da ata de 1909 de Campo Formoso que diz, “com a brilhante vitória política ultimamente alcançada pelo partido Democrata a cujo grêmio orgulha-se este município de pertencer”.<sup>125</sup> Os políticos da cidade de Campo Formoso oficializam sua fidelidade ao partido Democrata de Eugênio Jardim um dos líderes da revolta armada de 1909 que acabou por depor o governo de Miguel da rocha Lima. O partido Democrata foi fundado por Eugênio Jardim, em 1909 ao qual pertenciam os Caiados nesse tempo estava somente começando, mas em Goiás eles mantiveram uma autoridade indiscutível durante toda primeira República. Antes disso, durante longo período da Primeira República o partido Republicano dos Bulhões dominou vários governos do estado, mas no final da década de 1910, isso começou a mudar assumindo o Partido Democrata. Porém, antes disso os políticos de Campo Formoso se declaram Democrata. O governo muda, muda-se com o governo como destacou Raymundo Faoro, essa era a lógica coronelística.

Apesar da complexidade do assunto, acreditamos que os coronéis da Guarda Nacional, já existiam com algumas manifestações de poder no período

<sup>124</sup> Albuquerque, Ulisses Lins de. *Um sertanejo e o sertão*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p. 35, 163, 206 e 332.

<sup>125</sup> Ata do Conselho De Intendência de Campo Formoso, 1906. Arquivo da Câmara de Vereadores de Orizona- GO.

Imperial, porém eles ganharam força e amplitude na República, “a diferença seria que esse fenômeno, durante o império manifestava-se na sombra, havia atingido a plena luz, chegada à República”.<sup>126</sup>

Mas, também evidenciamos que os coronéis não seriam somente os da guarda nacional, nesse ponto nos parece que também os grandes proprietários de terras também levavam essa alcunha. Entretanto, diante das discussões sobre o fenômeno analisaremos outra característica que nos chama atenção. Observando as diferenças existentes sobre determinadas particularidades talvez possamos refletir sobre os pontos que diferenciam um coronel de outro dentre elas destacamos; a força política que vem dos benefícios que podem ser trocados com o governo vigente; o poder privado, o tamanho do seu potentado que se traduz, principalmente, na quantidade de votos e por último, mas também importante o carisma. Este elemento aparece de forma subjetiva, é algo que não poderemos explicar objetivamente. Mas, poderemos analisar e refletir sobre ele. Entendemos que o carisma muito influência na função das relações entre o coronel e o povo.

Vários autores destacam esta característica e segundo os mesmos, ela não é menos importante que as outras<sup>127</sup>, sendo também uma das explicações para o destaque de alguns coronéis em detrimento a outros? O carisma seria elemento fundamental para essa figura? Entendemos que a partir de um estágio do poder sua voz de mando não poderia ser somente centrada, na forma de imposição ou então na sua face mais extrema, a violência. Haja vista, que eles desenvolviam várias saídas para que pudessem agradar o governo estadual e aos seus subordinados, nenhum lado poderia ficar descontente: era uma troca de favores, que detinham grande quantidade de detalhes envolvido; poder, favores, paternalismo, dependência, violência, amizade, família, amigos, aliados e agregados, ressaltamos que todos estes elementos funcionavam muitas vezes em conjunto e em outras, um sobressai mais.

---

<sup>126</sup> RÊGO, André Heráclito. *Op.cit.*2008. p. 67.

<sup>127</sup> Ver: QUEIROZ, Maria Isaura P. 1977. RÊGO e André Heráclito. 2008.

Para compreensão da relação cultivada com a questão do carisma, no tocante ao assunto, Max Weber tenta detalhar o carisma<sup>128</sup>, como sendo uma atribuição pessoal ao individuo, onde ele é visto como um líder, esta análise poderá ser utilizada dentro de várias escalas que vai do “pequeno chefe político provinciano ao grande chefe nacional”<sup>129</sup>, assim destacamos,

[...] a liderança dos coronéis possuía dessa forma um aspecto carismático, e não somente tradicional, pois o eleito somente seria um grande chefe se provocasse uma adesão afetiva e entusiástica dos homens, deles conseguindo uma obediência espontânea, qualidade que reforçava a solidariedade interna do grupo.<sup>130</sup>

Na cidade, esse carisma o beneficiava, principalmente, no que diz respeito às eleições que, no período encerra talvez os fatos mais polêmicos dessa fase, durante os pleitos os “coronéis” sempre asseguram que as necessidades seriam sanadas, mas que para isso era indispensável o apoio nas urnas. Devemos lembrar que “o verdadeiro coronel, nesse contexto, é considerado um árbitro social”.<sup>131</sup> De maneira geral quando os pedidos não eram suficientes eles também tinham outros meios bem persuasivos, que recorriam sempre que fosse necessário o qual entendemos como, “a função de árbitro social, que decorre do seu poder e do medo de sua vingança, também se explica por seu papel de definidor”.<sup>132</sup>

Sobre o domínio Raymundo Faoro analisa como simplesmente uma “delegação do poder central”.<sup>133</sup> Mas, em Campo Formoso, como em muitas cidades do interior as limitações eram muitas, o afastamento uma realidade vivida, a grande distância dos poderes centrais era um fato constante, então os moradores viviam na figura do Coronel José da Costa Pereira a solução para suas necessidades, pois na grande maioria das vezes, nada de extraordinário

---

<sup>128</sup> Weber, Max. Sobre o carisma “é a qualidade pessoal considerada extracotidiana( na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quantos dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou pelo menos extra- cotidianos específicos ou então se toma como enviada de Deus, como exemplar e portanto como líder. ( *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1994. p. 158 e 159.)

<sup>129</sup> REGO, André Heráclito, *Op. cit.*2008. p. 67.

<sup>130</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Op.cit.*1997. p. 77.

<sup>131</sup> RÊGO, André H. *Op.cit.* 2008. p. 69.

<sup>132</sup> RÊGO, André Heráclito. *Op. cit.* 2008. p. 68.

<sup>133</sup> RÊGO, André Heráclito. *Op. cit.* 2008. p. 68.

era visto ou esperado dos poderes centrais ou na delegação de poder feita por estas esferas. O coronel era o que estava perto da sua realidade viva.

Imaginamos que para os moradores do local o que garantia as resoluções dos problemas da região, era o coronel o qual conheciam, pois era dele que partia as ações para sanar as necessidades mais urgentes. Era a figura carismática e também poderosa e até mesmo vingativa que imprimia nessa população a ideia de obediência. A dominação dos “coronéis” na república sempre foi assunto questionado, se tornando uma discussão clássica até os dias atuais, mas somente na dimensão do aspecto dominação Max Weber analisa como sendo,

a probabilidade de alguém conseguir que sejam obedecidas suas ordens dentro de determinado grupo de pessoas, acrescenta que essa dominação pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão, sejam eles referentes ao mero hábito inconsciente ou a considerações puramente racionais e finalísticas. O que é importante notar é que, o mínimo de vontade de obedecer, o mínimo de interesse na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação.<sup>134</sup>

São esses motivos que discutimos o poder político, o econômico e o carisma. Esta dominação se manifesta, principalmente, nas eleições que é o momento crucial onde o poder do coronel será testado de fato. A Lei que deliberava sobre as eleições municipais e estipulava quem poderia ser eleito, consta no “Art. 8º. Poderão ser eleitos para o conselho municipal os forasteiros e mesmo os estrangeiros que além das condições gerais da elegibilidade tiverem pelo menos um anno de residência no município”.<sup>135</sup>

Em Campo Formoso, as eleições eram feitas de maneiras aparentemente claras, mas os resultados e a forma como se procediam às apurações deixam em dúvida algumas questões observadas. O problema mais gritante é a quantidade de abstenções nessa cidade, a minoria da população comparecia as urnas. Diante de uma política baseada no sistema promovido por Campos Sales, que tomou forma na Primeira República com a Política dos Governadores, dentro desse regime tomaram vultos as figuras dos coronéis,

---

<sup>134</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol I Brasília: UNB, 1994, p. 139.

<sup>135</sup> Lei Orgânica de 1907 da cidade de Campo Formoso. Arquivo Público, prefeitura da cidade de Orizona.

pois como o governo federal precisava de apoio os governos estaduais teciam trocas com os municípios para ganharem esse apoio político.

Dessa forma, esse modo de política foi imensamente responsável pela consolidação do fenômeno coronelista. Os governadores se aliavam aos chamados coronéis, para ganharem votos em troca de benefícios concedidos aos municípios brasileiros que, somente, chegavam até lá por meio dos líderes desses locais, os coronéis. Portanto, as eleições municipais refletiam os problemas políticos vividos no período da República Velha, os conchavos, as fraudes, eram comuns nas realizações eleitorais e não se diferenciavam muito nas demais partes do país.

Durante o tempo que foram feitas as investigações observamos detalhamentos sobre o processo eleitoral da cidade. As eleições apesar de existirem, demonstravam a sua fragilidade nos que diz respeito à segurança e seriedade das votações. Elas eram totalmente influenciáveis pelas figuras dos mais abastados da região e do poder estadual, principalmente, pelo coronel José da Costa Pereira Sobrinho, que é destacado em vários documentos. O seu nome representava uma liderança, que, “corresponde a um conjunto de condições da natureza distinta: de um lado certo poderio econômico, que geralmente, mas não obrigatoriamente, traduz-se pela riqueza fundiária que permite enfrentar as despesas causadas por seus dependentes e o custo do seu suntuário”.<sup>136</sup>

Com a instalação da Intendência provisória, no mesmo ano fora feita a primeira eleição municipal, ela fora convocada pelo dito cel. José da Costa, que cedeu sua casa para que se procedesse à eleição.

Para funcionar a primeira sessão eleitoral que terá logar na sala do Conselho Municipal e para membro da mesa da segunda sessão, que funcionaria na casa da residência do cel. José da Costa Pereira Sobrinho, fora eleito os seguinte cidadãos: cel. José da Costa [...].<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> RÊGO, André H. *op. cit.* 2008. p.68.

<sup>137</sup> Ata do Conselho de Intendência do Município da Vila de Campo Formoso de 1906. Arquivo da Câmara dos Vereadores de Orizona – GO.

A votação fora feita em uma primeira e única seção. O processo eleitoral foi de acordo com o artigo 150 da Lei 205 de 1899,<sup>138</sup> a primeira eleição que aconteceu em Campo Formoso foi em 14 de novembro de 1906 e contou com 286 votantes como consta em ata. Onde com a quantidade de 58 votos<sup>139</sup> foi eleito para primeiro Intendente Municipal o senhor Rodolfo Fernandes de Castro, juntamente com o Intendente também foram eleitos os vice-intendentes que eram três e os conselheiros que se somavam na razão treze cadeiras.<sup>140</sup>

Observa-se dessa forma que as figuras que aqui despontaram para representantes da política local iriam dominar por muitos anos o cenário político da cidade. Na grande maioria das vezes eles se revezavam entre si não deixando a outros a oportunidade. A instalação da mesa apuradora e a sua composição eram feitas em escrutínio secreto conforme consta nas atas das eleições municipais. Os políticos atuantes na época abafaram quaisquer outros, por mais de vinte anos assim apenas ocorria um rodízio entre eles mesmos. A partir 1919, consta em ata como se procedeu a instalação da mesa para os trabalhos eleitorais municipais.

Durante o período analisado sabemos dos problemas em relação às eleições no País. Em todos os lugares havia as fraudes eleitorais as quais são amplamente debatidas e demonstradas na historiografia que trata do período<sup>141</sup>. No ano de 1919, analisamos os números de votos, foram registrados 34 eleitores<sup>142</sup>. Porém é difícil entendermos como se processava a votação, para Intendente havia 34 votos, mas para conselheiro haviam 146 votos distribuídos para vários candidatos, e para o cargo de vice Intendente 75

<sup>138</sup> A referida lei é uma lei estadual e trata das ações para a emancipação das cidades e dos prazos para instalação dos Conselhos de Intendência com os membros permanentes em substituição ao Conselho Provisório

<sup>139</sup> Ata do Conselho de Intendência do Município da Vila de Campo Formoso de 1907. Arquivo da câmara dos vereadores da cidade de Orizona-GO.

<sup>140</sup> Para conselheiros José Albino de Oliveira, Pio José da Silva, Herculano de Souza Pereira, José Antônio Janussi, Eduardo Pereira Cardoso, Anacleto Teixeira França, Aselino Fernandes de Castro, Nominato Teixeira França, Orozimbo Souza Pereira, Vicente Antônio de Miranda e Francisco Miguel Correa, os vice intendentes foram Benedito Gonçalves Pereira (59), Minelvino José da Silva ( 58 ) ( renunciou) e Florentino José de Andrade (58).

<sup>141</sup> Ver: LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.* 1975. CARVALHO, José Murilo. *Op.cit.* 1997.

<sup>142</sup> Ata das eleições do Conselho de Intendência do Município da Vila de Campo Formoso de 1919 a1927. Arquivo da câmara dos vereadores da cidade de Orizona-GO.

votos<sup>143</sup>. Então, observamos os números de eleitores que compareciam não são os mesmos para os três cargos no Conselho. Isso era um reflexo da forma como se procedia às eleições em Campo Formoso e no Brasil. Eram eleições que tinham uma segurança muito duvidosa. Além disso, o número de abstenções na cidade era muito grande e agravando-se ainda mais com o passar do tempo, até o final da República velha como pode-se observar em 1907 foram 256 presentes na votação, em 1919 foram 34 eleitores presentes.

Abaixo em uma transcrição do trecho da ata encontramos detalhadamente os procedimentos feitos por aqueles que participavam das mesas apuradoras. Em uma descrição do próprio espaço utilizado para os trabalhos eleitorais, que eram iniciados às dez horas da manhã no prédio do conselho municipal,

Os quais tomaram assento ao redor da mesa que se achava separado do resto do recinto, por um gradil, mais de modo que pudesse ser fiscalizados os trabalhos eleitorais. O presidente que se achava na cabeceira da mesa levantou-se, e em voz alta declarou que se ia dar começo aos trabalhos eleitorais, e abrindo a urna que se achava fechada à chave e colocada sobre a mesa mostrou-a a todos os presentes que verificaram está a mesma vazia. Em seguida fechou-a e ordenou que desse início aos trabalhos eleitorais, pela chamada dos eleitores que foi feita pelo mesário Samuel de Carvalho de acordo com a lista de nomes os mesmos fornecidos pelo presidente do conselho Municipal, os eleitores um a um, a proporção que eram chamados apresentavam seus títulos ao mesários José Albino de Oliveira que os examinava e depositava na urna três cédulas, rotuladas e fachadas: uma para Intendente , uma para vice intendente municipaes e outra para conselheiros municipaes, assinando o seu nome no livro de presença enumerado e rubricado pelo presidente do conselho. Terminada a chamada decorrido um quarto de hora mandou o presidente lavrar o termo de encerramento no livro de presença, em seguida à assinatura do último eleitor sendo este assinado pela mesa.<sup>144</sup>

Neste sentido, os problemas eram bem mais amplos, pois, nesta mesma eleição somente votaram trinta e quatro eleitores deixando de comparecer vinte e sete. Percebe-se a existência de dois problemas aparentes: um é a quantidade dos integrantes das listas eleitorais, que continham os nomes de

<sup>143</sup> Dados retirados do Livro de registros de Eleições de 1919 e da Ata de 1907 do Conselho de Intendência de Campo Formoso. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

<sup>144</sup> Livro de ata das Eleições de 20 de setembro de 1919, cidade de Campo Formoso, Goiás. (grifo nosso).

todos os possuidores de títulos do município o outro é a quantidade de votantes de maneira geral os números vão decrescendo já que havia de ser crescente ou com diferenças não tão grandes. Bastante diferente se compararmos com as eleições de 1907, que foi de 256 presentes, e o próprio livro de impostos marcavam mais de quatrocentas contribuintes em 1913. Obviamente que entendemos as condições que eram impostas aos eleitores como ser alfabetizado, por exemplo, porém de acordo com os presentes na eleição de 1907 os números não são conexos. Ao analisarmos esse fato poderemos refletir que as condições políticas nas quais eram produzidas as eleições da época deixavam a desejar em matéria de confiabilidade. Chamamos atenção o seguinte fato: no ano de 1919 já havia sido extinta o alistamento eleitoral, mas em Campo Formoso ainda continua vigente, embora a tal lei eleitoral que trata da extinção o alistamento eleitoral foi sancionada em 1916.

A criação da lei eleitoral acontece, principalmente, por conta do fortalecimento em vários poderes como o judiciário, por exemplo. Como nos explica Maria Isaura Queiroz,

[...] ficava a câmara municipal impedida de qualificar como eleitores apenas aqueles que fossem votar com o mandão local, impedida de barrar, tanto no momento de alistamento quanto no momento da apuração os nomes que não fossem interessantes. Tratava-se de uma amputação da autoridade dos coronéis, passando a parcela assim subtraída para o poder judiciário, que em princípio devia ser um poder neutro.<sup>145</sup>

Na cidade ainda estava atuante a lista eleitoral, podemos tentar entender o porquê desse acontecimento, como ainda era muito precário as fiscalizações dos poderes centrais, isso poderia ter contribuído para a não adoção da nova lei eleitoral, pois ela dificultava a atuação e controle dos votos. Aqui também se retrata os desniveis e desigualdades no âmbito jurídico no cenário nacional. As cidades que estavam longe dos poderes centrais não eram regidas da mesma forma, pois entendemos que a carência de fiscalização agravava ainda mais esse cenário desigual. As leis desses lugares afastados se diferenciavam muito das praticadas nos centros urbanos. O governo estadual propagava sua vontade por meio dos candidatos municipais. Mas, o que mais chama atenção

---

<sup>145</sup> QUEIROZ, Maria Isaura P. *op. cit.* 1977. p. 183

nesse aspecto é sobre os números de eleitores no município foram diminuindo como o tempo.

Podemos avaliar que mesmo que alguns não concordassem com as políticas adotadas deveriam permanecer em silêncio para não sofrerem retaliações. Tratava-se de eleitores que não tinham, na maioria, nenhum conhecimento de causa, a grande taxa de analfabetismo era mais um agravante para ao quadro político que se instalara no Brasil nesse período e nenhum município escapava a isso. Essas pessoas dificilmente já tinham saído da sua região que o que esses cidadãos tomavam conhecimento em matéria de mundo, era trazido do ambiente externo ao seu local era feito pelo coronel. Em Campo Formoso, ao traçarmos uma escala quantitativa, verificaremos que os votos foram diminuindo em cada eleição: em 1919 compareceram 34 eleitores, e deixaram de comparecer 27 eleitores; já em 1920 compareceram 21, de forma que não havia uma regularidade como também o número de abstenções era grande no ano de 1927 se contou 50<sup>146</sup> cédulas para intendentes. Podemos observar que diante da inexpressividade das votações ela destacava uma quantidade pequena de pessoas que participavam das votações para a Formação do Conselho de Intendência.

Devemos lembrar que nesse período as únicas pessoas que poderiam votar seriam cidadãos de sexo masculino e alfabetizados, fato que já dificultava uma votação mais ampla. No livro de impostos do ano de 1913 foram contabilizados 430 contribuintes que eram moradores da cidade e arredores que deveriam prestar conta ao fisco, e em 1927, ano da última votação, o número de habitantes deveria estar maior, mas os números de votantes eram inexpressivos, ou seja, menor que a lista de contribuintes. Diante de tais números é imensa a quantidade de abstenção uma quantidade mínima da população local participava do exercício de escrutínio. Esse cenário refletia uma concentração de poder nas mãos de uma elite, que encenaram por quase toda República sendo os líderes locais. Era realmente a vontade da elite do

---

<sup>146</sup> Ata o Conselho de Intendência de Campo Formoso de 1907, Livro de Registros das Eleições de 1919. Arquivos da Prefeitura e da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

antigo arraial de Capela dos Correia que tinha o projeto de uma cidade em mente, a cidade girava em torno dos mandatários.

As eleições aconteciam a cada quatro anos, até chegar o ano de 1930. Depois dessa data com a subida de Pedro Ludovico Teixeira que, fora apoiado pelo então presidente Getúlio Vargas nesta ocasião, os prefeitos substituíram já antigos intendentes sendo nomeados pelo interventor de Goiás. Oligarquia dos “coronéis” dominava vários âmbitos da política, Heráclito do Rêgo complementa,

[...] tinham o cuidado de não perder eleições em seus municípios, reunindo sempre que podiam numerosos deles; em ocupar cargos públicos importantes por eleição ou por nomeação; de exigir obediência cega dos seus eleitores; de alargar as terras de que dispunham e de combater os inimigos que disputavam com eles os espaços políticos e econômicos. Em contraposição davam proteção absoluta aos seus protegidos e se opunham aos que os enfrentavam nos seus domínios ou em suas adjacências.<sup>147</sup>

Entendemos que os eleitores de Campo Formoso seriam pertencentes às famílias mais ricas que viviam aos arredores da cidade, nos sítios e fazendas, pois eles poderiam deixar suas terras, essa fatia da população pesavam muito nas urnas. E também pelos eleitores da própria cidade que era habitada também pelos mais ricos. Pois, como destaca Lia Fukui, “os sitiante moravam em terras de sua propriedade; num bairro rural onde seus parentes e aderentes pequenos proprietários como eles, também residiam em geral; formavam, pois, um bloco com o qual se deve contar e que pesa em uma eleição”.<sup>148</sup> E além desses aqueles que não são tão importantes e úteis quanto os anteriores dos meios rurais, mas que também deveriam ser “convencidos”. Nas cidades viviam alguns que tinham uma boa condição de vida e passavam alguns dias na urbe, e retornavam para as fazendas e sítios assim que julgassem necessários. A mentalidade desenhada dentro do pensamento Coronelista e ruralista traça uma característica bastante singular, pois nesse tempo a força dos grandes latifúndios estava largamente ligada ao meio urbano. A cidade mantinha uma grande conexão com o campo. Construindo

---

<sup>147</sup> RÊGO, André Heráclito. *op. cit.* 2008. p. 38.

<sup>148</sup> FUKUI, Lia Garcia. *Parentesco e Família Entre Sitiante Tradicionais*. Tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

uma relação de dependência do campo que perdurou por longos anos, principalmente, depois que houve os desvios dos trilhos da ferrovia Goyaz afastando a “chegada do progresso” afastando uma direta interferência no modo de vida dos moradores da região.

## CAPÍTULO II

### A INVENÇÃO DE UMA CIDADE: INTERVENÇÕES URBANAS E IDEIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX, Campo Formoso passou a configurar ideias de uma urbanização. No entanto, esta fora condicionada aos anseios de melhorias de um grupo formado pela elite local baseada nos grandes latifúndios. Rodeada por uma grossa fatia de propriedades rurais e com uma urbanização insuficiente para deter a força dos mandatários. Por muito tempo a cidade ainda funciona como uma extensão do poder dos meios rurais. Assim, por muito tempo Campo Formoso lutou contra os empecilhos que tentava dirigir o seu destino, o distanciamento, as carências, a falta de conhecimento. Entretanto, na cidade os sonhos de melhoria urbana conviveriam com uma estrutura política tradicional, ligada ao poder dos coronéis.

Em 1889, proclama-se o governo republicano, em todo o Brasil apesar das dificuldades, tenta-se construir uma nova forma de se pensar quais caminhos deveriam ser utilizados para modificar a ultrapassada estrutura colonial. As mudanças começaram a ser pensadas em relação a diversos aspectos, mas um deles foi de extrema importância, a separação entre estado e Igreja. Em Goiás, as lutas existiram, e essa situação fora levada a diante desde 1883, por uma das Oligarquias do período para melhor dizer por Leopoldo de Bulhões Jardim<sup>1</sup>. Assim, Goiás não foi passiva às mudanças e desde há algum tempo, antes da República, ela já apresentava resistências

---

<sup>1</sup>Leopoldo de Bulhões Jardim foi o líder de uma das principais Oligarquias existente no estado de Goiás. ensaiou liderança política desde os fins do século XIX. No início do século XX retorna a política em Goiás e várias ações são tomadas para a solidificação do seu domínio. Em 1909 juntamente com Eugênio Jardim derruba o então presidente da província Miguel da Rocha Lima., no que ficou conhecido por Revolta Armada, alguns dizem que ela teve ideias modernizadoras, mas outros destacam sua ampla atuação perpetuar os domínios coronelísticos em Goiás. Porém, em relação às ferrovias o Plano Bulhões, apresentado por A. de Oliveira Bulhões era de integrar Goiás já no ano de 1882 no cenário nacional. Empreendimento que não fora concretizado.

quanto à questão religiosa. E buscava a construção de um meio onde pudesse vir a ser conectada ao resto do Brasil.

Foi com a elevação à categoria de vila em 1906 que se iniciou a transformação do antigo arraial aos moldes coloniais em uma cidade.

Mas, perguntaríamos: O que é uma cidade, do que ela é feita? Segundo Santo Agostinho ela é feita de homens. Pois, uma cidade representa muitas coisas, mas principalmente é um aglomerado de pessoas, que tecem relações, políticas e sócio-culturais. Aliás, sabe-se que as cidades são os espaços que mais conseguem aglomerar sujeitos, todos se encontram ali, e desenvolvem seus modos de viver e se relacionar. Ela é desejada e sobre os homens exerce muitas vezes um fascínio como se estivesse nela a fonte de todos os seus sonhos.

Maria das Vitórias Távora insiste em dizer desde há muito tempo a cidade atrai homens e mulheres para a vida dentro do seu espaço;

Segundo o pensamento medieval o homem é peregrino entre duas cidades. A vida seria a passagem entre a cidade de baixo (humana) para de cima divina, mas a cidade é fundamentalmente, um espaço coletivo, das experiências inalienáveis. Sendo assim, está impregnada das contradições humanas, pois só existe por causa do homem que lhe dá forma e significação, mesmo que de uma forma abstrata, refletindo a personalidade do povo que a habita, que a formatou com traços indeléveis e que a diferencia – por vezes, radicalmente – das outras.<sup>2</sup>

As cidades nunca são exatas, pelo contrário, inexatas, complexas, construídas de elementos, alguns concretos como; prédios, casas, ruas, avenidas, e de elementos abstratos, ou seja, não palpáveis, mas tão reais quanto os primeiros como os sonhos, ideias, desejos, resistências. Assim sendo, ela é um tanto subjetiva. Subjetiva porque o que podemos fazer é simplesmente analisá-la, tecendo algumas perspectivas, porém nunca fórmulas já prontas e afirmações formadas.

Assim, Campo Formoso foi formada no dia a dia, por diversos aspectos em conjunto, para que a possa tornar cada dia mais *civitas*, Então, esta cidade

---

<sup>2</sup> TÁVORA, Maria das Vitórias Matoso. *É dos sonhos dos homens que uma cidade se inventa: a poesia de Carlos Pena Filho*. Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. UFPE. Recife. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/handle/123456789/7963>>. Acesso: 11de jan. de 2106

se insere, a partir da República, nesse contexto de ser “civilizada”, foi impelida a isso, fazendo com que os seus habitantes se tornassem mais “civilizados”, e da mesma forma apreendessem novas regras de condutas

Essa denominação, cidade, geralmente é utilizada para representar vários aspectos que compõe este espaço de maneira conjunta ou separada, urbano, urbanismo, moderno e concentração de pessoas além de tantos outros elementos idealizados na Primeira República. As cidades são dinâmicas, urbanas, idealiza a beleza e as formas, busca a civilidade e a higiene, são transformadas a cada dia pelos indivíduos que a compõe. Sendo um espaço convergente, onde pessoas de diversos lugares e culturas se integram de maneira tal que pode transparecer uma homogeneidade aos olhos mais desatentos. A cidade “deve corresponder a uma imagem simbólica, uma imagem de ordem”.<sup>3</sup> É na cidade onde as coisas “acontecem”, onde fica o centro político, diria o centro nervoso, onde a tudo comanda e administra, e se quer que seja assim. Além do mais, na grande maioria das vezes é onde se busca o conhecimento, como afirmou Le Goff, “é o lugar de reunião e de difusão dos especialistas de direito. É também aí que se encontram os poderosos e presunçosos da inteligência e da cultura: sabe-se que a riqueza não é o único critério de poder urbano”.<sup>4</sup> Mas, aí está uma característica, principalmente, voltada para as cidades maiores, pois as cidades pequenas, na grande maioria, ainda hoje, não trazem esse privilégio, o das universidades. Seus habitantes saem para outras mais “desenvolvidas” em busca do saber acadêmico.

Se a cidade pequena agora desponta, como um lugar de permanecer, como em Campo Formoso, não sendo mais de passagem, ali então se construirá sonhos, objetivos, e viverão pessoas e suas tradições e culturas, onde estarão todos ligados por um laço delicado chamado estado e serão olhados conjuntamente, ao formarem uma sociedade constituída dentro de relações sociais, econômicas e culturais. Porém, é nessa aparente homogeneidade que advertimos sobre o que se esconde por trás dessas cidades menores, os sujeitos e as suas experiências. Organismo vivo, essas

---

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. *Por amor as cidades*. São Paulo: UNESP, 1998. p.111.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. cit.* 1998. p. 144.

cidades nunca são estáticas por menor que seja tem suas funcionalidades, então não é estática. Entretanto, nas cidades menores o tempo parece passar mais lentamente, assim como as adaptações as novas realidades vividas.

Destarte, as representações sobre estas cidades transcendem a materialidade, e se colocam também na categoria do imaterial. Nas cidades, em todas elas, se escondem diversos aspectos que devem ser investigados, para podermos construir um entendimento que venha a corroborar com a construção da própria identidade dos seus moradores. Por esse motivo elegemos como objeto de nosso estudo uma pequena cidade do sudeste de Goiás. Por acreditarmos que para muito além das conceituações e da escalas quantitativas, uma cidade assim esconde minúcias dentro do seu espaço físico, mas principalmente, nas relações pessoais e sociais dos habitantes que a constituem. Uma cidade não se repete não se imita não se confunde com outras.

Esse espaço revela diversos tipos de experiências e muitos ideais. A sua constituição e projeto não foram acidentais, ela tenta implantar uma harmonia entre espaço físico e pessoas que o habitam, no intuito de melhorar a vida de alguns. Analisar uma cidade como esta nos impele a observá-la não somente através do que mudou, mas também do que ainda permanece. Na pequena cidade ainda existe alguns aspectos que não passaram, sobrevivem até hoje e pouco se modificaram com o tempo, como; as festas religiosas, as rezas no cruzeiro para se pedir chuva nos tempos de seca, as procissões católicas, o canto para almas na época de quaresma, a própria capela Nossa Senhora da Piedade ainda permanece no mesmo lugar, ou seja, no centro da urbe.

Hoje analisamos que são aspectos culturais, mas não somente isso, pois neles estão envolvidas várias articulações entre o político e o social nos tempos de arraial e até mesmo já na cidade, essas festas eram realizadas, principalmente, pelos mais abastados e grandes latifundiários locais. Desde o seu início lá nos tempos de povoado, o local onde está localizada a cidade de Campo Formoso sempre fora envolvido pelas fazendas que deram origem ao seu espaço urbano. A cidade nasceu dentro da fazenda Santa Bárbara, pertencente ao fazendeiro João Correia, que dera nome ao arraial, foi no

quinhão doado a Igreja Católica, é que se fora construído o primeiro arraial de Capela de Nossa Senhora da Piedade dos Correia, por volta do ano de 1850, conforme já abordado no primeiro capítulo.

Mas, nas quatro primeiras décadas do século XX, nessa cidade não havia luz elétrica, saneamento, água encanada, casas de ovenaria, somente as feitas de adobe ou taipa com telhados de palha e/ou esteio. Habitada por uma população de algumas centenas, algo em torno de 430<sup>5</sup>, ou um pouco mais que isso, assim nos fala o livro de impostos de 1913. A partir da emancipação em 1906, o espaço seria configurado dentro de uma mentalidade pouco diferente, porém os parcós recursos não permitiam ir muito longe. A modernidade tão idealizada, pela República, chegou a Campo Formoso de maneira, discreta, lenta e incompleta. Neste momento o que se consegue verificar são “vestígios” de modernidade.

Uma pequena cidade, que abriga inúmeros sujeitos, que agora depois dela, se aglomeram e ali tecem suas relações sociais, seus embates, e dessa forma a constroem por meio suas experiências, sendo dessa forma que (re) desenham a paisagem a seu redor. Uma cidade pequena engloba várias características que passam despercebidas por alguns estudiosos, eles querem, e dessa forma olham-na, tomando como referência os estudos feitos nas metrópoles brasileiras. Isso seria um tanto equivocado, pois uma cidade menor, apesar de, apresentar algumas características formadoras desses espaços urbanos maiores, que já são conceituados por especialistas no assunto, elas não se confundem com outras já abordadas.

Atualmente, conhecemos diversos tipos de cidades que são classificadas por múltiplos aspectos incorporados a ela, como quantidade de habitantes, produção, IDH e atividades desenvolvidas, por exemplo. Assim, ao investigarmos uma cidade classificada como pequena, nosso caso, não poderemos aderir, totalmente, às essas mesmas formas de reflexões que foram construídas para atender aos apelos de uma cidade metrópole. Refletimos assim que, o mesmo olhar não poderá ser direcionado à análise de uma metrópole e de uma cidade pequena. Porém, ainda afirmamos mais, que

---

<sup>5</sup> Livro de Impostos de 1913. Arquivo da prefeitura cidade de Orizona-GO.

nem mesmo quando analisamos duas cidades configuradas como pequenas, por exemplo, e que tenham vários aspectos semelhantes não poderemos querer tecer uma mesma compreensão sobre elas.

Porque nada se repete da mesma maneira, talvez, possamos comprehendê-las com alguns entendimentos e reflexões utilizados na cidade maiores, contudo há as diferenças que caracterizam cada cidade pesquisada. Cada cidade é única. Notamos isso quando nos debruçamos para fazermos uma análise comparada entre o objeto de nosso estudo e Pires do Rio, cidade vizinha, por exemplo, o quanto são díspares. Evidenciamos isso quando confrontamos com a arquitetura, o desenho urbano, a influência religiosa que em Pires do Rio é bem menor, assim como também na forma em que fora fundada, com a chegada dos trilhos de ferro da Ferrovia Goyaz e em Campo Formoso ele nem chegou. São cidades em uma mesma região tão próximas, porém que guardam profundas diferenças.

Assim, necessitamos de uma análise mais particular, pois, existem algumas diferenças que merecem ser discutidas mais de perto. Conforme afirma Maria Stella Bresciani, “uma cidade dispõe de uma quase personalidade específica que estimula o potencial da imaginação ao recriar formas baseadas em experiências”<sup>6</sup> Assim, também entendemos que, uma pequena cidade é feita de experiências. E foi por meio dela que a cidade fez tecer a sua própria história a qual observamos por meio do Código de Posturas, do modo de viver dos seus moradores e de seu desenho urbano e da sua cultura. Nesse espaço cidade pode-se identificar o que foi considerado mais importante e dessa forma teria de ficar no centro da cidade. Nesse caso destaca-se a capela Nossa Senhora da Piedade, ela continua no centro. Até mesmo na atualidade ela está localizada no centro administrativo e financeiro da cidade. Nela a experiência religiosa nesse tempo e por um longo período ajudou a tecer esse cenário.

As pequenas cidades como a que estudamos não despertavam a atenção dos especialistas, há alguns anos atrás, talvez elas fossem pensadas como sem relevância para servirem de objeto a ser pesquisado. Somente as carências eram os pontos mais observados. De maneira geral, suspeitavam

---

<sup>6</sup> BRESCIANI. Maria Stella. *Cidade e história*. In: LIPPI, Lúcia. (org.). *Cidades história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2002. p. 31.

que não tivesse problematizações suficientes para colocá-las em foco, pois quando se levava em conta seu pequeno espaço e população, tudo era, até um determinado momento, bastante claro. Atualmente, elas são cada vez mais observadas.

Assim, quando discutimos esta cidade vemos abordá-la utilizando certos caminhos de análise, seus problemas, sua desigualdade, sua cultura e as estratégias formadoras desse espaço. Nessas cidades menores existem aspectos que chamam a atenção, como, por exemplo, a busca por um, certo, bem estar social. Em Campo Formoso isso pode ser observado a partir do Código de Posturas de 1907, nas ações dos intendentes que distribuem lotes aos que não podem comprá-los, por exemplo. Em um primeiro momento, a partir dessas medidas tomadas pelo governo observamos uma maior consciência social. Da mesma forma, quando os enterros correm por conta do Conselho de Intendência, caso o indivíduo ou família não possam arcar. As ações que prezam por certo bem estar social podem ser visualizadas nos parágrafos do Art. 63<sup>7</sup> do Código de Posturas, quando dispõe sobre a limpeza das frentes das casas, reparos nas calçadas e renovação da numeração dos prédios, que seriam feitos pelo Conselho de Intendência, “Art. 64- As despesas que se fizer como o cumprimento do disposto nos §do artigo antecedentes correrão por conta dos cofres municipaes, quando o proprietário for reconhecidamente pobre, e isto reconheça o conselho”.<sup>8</sup> Essa interferência do Estado nesse sentido é analisado por Winston Bacelar, da seguinte forma:

A relação entre o poder público e a população é o diferencial da problemática de uma pequena cidade e a maneira “ideal” de conceituá-la. A construção de um “Estado do Bem Estar Social” nessas pequenas cidades é o resultado da amálgama da lógica lusitana de se administrar o bem público.<sup>9</sup>

Temos que levar em conta que essas ações eram de pequeno porte, condizendo com as condições econômicas da cidade,. Existiam certas medidas que eram tomadas pelo estado para tentar garantir um mínimo de ajuda aos

<sup>7</sup> Código de Postura da Vilade Campo Formoso 1907. Arquivo Público da cidade Orizona-GO.

<sup>8</sup> Código de Posturas do Município da Vila de Campo Formoso 1907. Arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

<sup>9</sup> BACELAR, Winston K. de Almeida. Pequena cidade: uma caracterização. V ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA, “Agricultura, Desenvolvimento, Regional E Transformações Sócio espaciais”. 25, 26, 27 DE NOV. DE 2009.

mais desfavorecidos, mas não devemos deixar de destacar que essas mesmas pessoas não poderiam morar dentro dos limites da cidade, por conta da sua carência econômica. Segundo Winston Bacelar essas ações poderão se entendidas da seguinte forma:

O Estado-município social, representante e articulador de situações internas à pequena cidade, o faz como maneira de diminuir os impactos de uma modernidade tangencial e difusa para a população e, assim, busca maneiras de “satisfação” social que, em sua maioria, atende apenas uma parcela da população residente nessas pequenas localidades.<sup>10</sup>

No entanto, esse mesmo estado que tenta melhorar atenuar os problemas sociais, muitas vezes, não conseguia seguir as mudanças por causa da falta de recursos do município. Mas, dentro dessa administração da Intendência, a população local era a grande responsável pelas melhorias, pois havia vários problemas relacionados à capacitação de recursos, já que esses dependiam basicamente dos impostos e a arrecadação era precária.

Então, toda e qualquer ideia sobre a pequena cidade de Campo Formoso somente se desvenda aos nossos olhos, se auto explica e se configura a partir do momento que reivindicamos sua história. Porque nenhum espaço observado poderá ser percebido, sem que antes passemos a discuti-lo de forma sistemática e ativa. Como afirma Harvey, “o caráter fundamental perpetrado às cidades atuais reflete as características das sociedades que as criaram/moldaram”.<sup>11</sup> Por isso as particularidades, e as diferenças são sempre objeto de estudo. Numa cidade pequena como a analisada a pessoalidade deve permear vários setores dos projetos desenvolvidos no seu espaço, tece uma discussão que coloca em foco as relações do estado com a sociedade, nos permitindo dizer que as relações do governo com os cidadãos são diferenciadas das cidades maiores.

---

<sup>10</sup> BACELAR, Winston K. de Almeida. Op. cit. 2009.

Disponível

em:<[http://w3.ufsm.br/qpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar\\_NEAT\\_UFU.pdf](http://w3.ufsm.br/qpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar_NEAT_UFU.pdf)>  
Acesso: 10 de dez. de 2015.

<sup>11</sup> HARVEY, apud Corrêa, CORRÊA, Roberto Lobato. *Hinterlândia, hierarquias e redes: Uma Avaliação da Produção Geográfica Brasileira*. In: Revista Brasileira de Geografia, 51(3). Rio de Janeiro: FIBGE. P.121.

1966, p. 113 -137.

Essa diferença existe em relação às cidades grandes, porque havia uma maior proximidade entre os moradores, e isso dá uma impressão de que todos podem cobrar algo dos poderes constituídos de forma mais direta. As atividades burocráticas são formadoras dessa prática. Então, na cidade pequena existe um canal bem mais direto entre a comunidade e quem os governa. No entanto, isso não quer dizer que, faça com que todas as reivindicações da população sejam atendidas, mas simplesmente que possam ser ouvidas mais de perto pela parte administrativa.

Ao observar vários aspectos verificamos que, a grande questão em relação ao que seria uma cidade variou com o tempo. Ela assume, hoje, conceituações mais amplas que englobam um número maior de espaços, que podem ser inseridos nessa categoria, de cidade. Assim, para se conceituar uma pequena cidade, expõe-se uma grande quantidade de problemas que ainda terão que percorrer um longo percurso cheio de complexidades.

Campo Formoso se insere na denominação de uma pequena cidade porque, ela se apresenta com muitas características que já foram pontuadas pelos estudiosos no assunto como, por exemplo, falta de recursos suficientes para investimentos, a pouca quantidade de habitantes, uma agricultura de subsistência, um menor distanciamento entre o governo e a população, uma economia frágil e valores muitos influenciados por ideias rurais<sup>12</sup>. Desse modo, “não é adequado adotar uma tipologia rígida, sendo aconselhável, além da flexibilidade na classificação, o estabelecimento de áreas comparáveis, ou onde é possível tomar por referência critérios comuns”.<sup>13</sup>

Mas, não somente por isso, ela é considerada assim e talvez seja o mais importante porque desenvolveu uma modernidade insuficiente que não chegou a completar-se, ainda desconhecida, na época, pela maioria dos moradores e não se preocupou com as grandes novidades do tempo, sabendo sobreviver sem elas. Apesar das proibições dos Códigos de Posturas no intuito de se

---

<sup>12</sup> Ver: Bacelar, Wiston Kleiber de Almeida. 2009., SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.

<sup>13</sup> DESMARAIS, Louis “Considération sur les notions de petiteville et de villemoyenne”. *Cahiers de Géographie du Québec*, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n. 75, pp. 355-364.

construir uma cidade mais urbanizada, persiste alguns costumes que segundo o Código do Município deveriam ser banidos,

Art 119. É proibido.

§2º Lançar e montar em animaes bravos, correr a cavalo pelas ruas,  
§3º Dar tiros dentro da vila. Ao infractor 5000 réis de multa. Na reincidência 24hrs de cadeia.

§ 4º Cantar e rezar em altas vozes de noute, por ocasião de guardarem-se cadáveres em casa mortuárias.

§ 5º acompanhar cadáveres à sepultura com cantos fúnebres ou expó-los em paradas em paradas para encomendações que serão somente permitidas em casas mortuárias, Igrejas e Cemitérios. Será o promotor do cantos e paradas multados em 10\$000 réis.<sup>14</sup>

Essas proibições eram algumas, mas existiam várias outras. Ao analisá-las observamos uma negação de hábitos que estavam sendo colocados como incivilizados e perturbadores da ordem pública. Mas, suspeitamos que essas exigências não foram seguidas por muito tempo, se é que algum dia já foram, pois atualmente ainda se velam corpos nas casas com rezas e cânticos, assim como também é de fato comum nos caminhos para o cemitérios entoar cânticos religiosos.

Desse modo, a população resiste às mudanças da maneira que pode do modo nos hábitos da vida local, continuando a criação de porcos nas ruas, e as lavadeiras levavam trouxas de roupa para lavar em ribeirões<sup>15</sup> muito depois do fim da Primeira a República mantendo assim os costumes produzidos dentro das necessidades do cotidiano, onde as pessoas encontram saídas para seus problemas de acordo com as especificidades socioculturais.

As festas religiosas eram feitas com grande devoção e nos parece, aliás, que a maioria das cidades menores tecem fortes vínculos conservadores. À exemplo de outras cidades de Goiás com uma cultura reconhecidamente mais tradicionais, que apontam para essas configurações com fortes vínculos religiosos.<sup>16</sup> Assim, entendemos a sua formação constituída em moldes mais

<sup>14</sup> Código de Postura do Município de campo Formoso ano 1907. Arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Inês Maria de Castro, 87 anos, moradora da cidade de Campo Formoso, sobre a década de 1930 e 1940. Avenida Egerineu Teixeira, centro Orizona - GO. Vídeo duração de 10 minutos.

<sup>15</sup> SOUZA, João Carlos. Ibidi. p. 32.

<sup>16</sup> Podemos para título de comparação a Procissão do Fogaréu, em Goiás Velho, onde é encenado às 00:00 das quartas feiras Santas a prisão de Cristo, á porta da Igreja da Boa Morte, é um bom exemplo. A Procissão do Fogaréu foi introduzida em Goiás pelo padre espanhol Perestelo de Vasconcelos, em meados do século XVIII. A indumentária utilizada

conservadores, esta culturalmente, assume essa postura. Eram muitas festas que aglutinavam/aglutinam os moradores do local. Nesse espaço os sujeitos têm mais tempo para conversas, para visitas, assim eles constroem suas relações socioculturais discorrendo no que é vivido cotidianamente. Isso configura muito da sua cultura e da sua vida social. Dentro de uma visão mais arcaica, ela estaria fora do que se imagina para uma cidade, porque não incorporara os moldes que construíram/constroem as cidades grandes, com a existência de grandes empresas, indústrias e uma vida enormemente dinâmica.

Entretanto, as complexidades e dificuldades também são vividas pelos indivíduos que constituem as cidades menores. Eles tecem suas vidas, influenciados pelo espaço a sua volta e por isso modificam esse espaço por conta das suas necessidades. O Brasil sempre foi e ainda é cheio dessas cidades. Elas por muito tempo foram à sustentação para as cidades maiores desenvolvendo uma linha estreita com estas. A cidade, que observamos deve a sua formação, principalmente, a necessidade de melhorias que pudessem trazer novas perspectivas de futuro para seus moradores, mas acima de tudo isso ela foi criada para atender os sonhos de uma classe dominante. As investigações feitas exercitam o nosso olhar na esperança de compreendê-la. Contudo, mesmo assim, com inúmeros esforços, temos a consciência que uma cidade não se deixa captar na sua totalidade, jamais. Interessa-nos a análise feita por Wiston Bacelar,

a pequena cidade “esconde”, ainda, um mito, o de cidade ou lugar sem problemas, e este mito, sendo universal, ultrapassa a esfera do regional. Idealizado nas pequenas cidades européias e norte-americanas, é transferido para um país onde é grande o saudosismo onírico e escapista das pequenas cidades, moradia da maioria das pessoas no século XIX até a década de 1950.<sup>17</sup>

---

pelos penitentes caracteriza-se por uma túnica comprida e e por um longo capuz cônico e pontiagudo, guardando fortes semelhanças com as vestimentas que ainda hoje são comuns nas celebrações da semana santa na Espanha. A Festa do Divino ou Carvalhada de Santa Cruz de Goiás, esta é uma tradição folclórica perpetuada desde meados do século XIX.

<sup>17</sup> BACELAR, Winston K. Almeida. *As pequenas cidades no Brasil e no Triângulo mineiro*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 1398.

Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/06.pdf>> Acesso: 12 de dez de 2015.

Assim, ao se inserir nessa categoria, de cidade pequena, entendemos estes pequenos espaços, como cultivadores de hábitos que na maioria das vezes já foram abolidos em outras cidades maiores. A forte religiosidade impregnada nesse espaço/cidade nos parece um fator marcante nessa região são várias as festas religiosas; de São Sebastião, São José, Nossa Senhora da Piedade, Santa Luzia, São Vicente de Paula, Divino Espírito Santo<sup>18</sup> e outras mais, que uniam centenas de devotos todos os anos vindos das fazendas ao seu redor. A cidade, funcionou por muito tempo a esse propósito trazendo os moradores das fazendas para assistirem as festas religiosas, pois o calendário dos habitantes da recém inaugurada cidade estava regido pela devoção aos Santos Católicos.

Essas pessoas alguns tinham casas na cidade, entretanto a maioria ficava na casa de parente ou mesmo conhecidos. Aliás, uma coisa interessante a ser observado são as relações de parentesco, que na maioria das vezes é bastante extenso quase todos os seus habitantes tecem algum tipo de parentesco entre si. Assim, enorme quantidade dos habitantes que a constituem nesse período são parentes. As distâncias existentes de outras cidades fazem com que os citadinos do local desenvolvam esse tipo de relação endógena. As pessoas conhecem, uma as outras. Isso é destacado ao analisá-la mais de perto, como disse a senhora Maria Pereira moradora da cidade desde os tempos de Campo Formoso: “eles eram três rapazes que casou com três irmãs e eram primos, antigamente tinha muito disso as pessoas casava com parentes mesmo”<sup>19</sup>, diz achando certa graça. Dona Maria Nasceu na região da Cachoeira e foi uma das que primeiro chegou à cidade para se instalar.

Em uma cidade como uma metrópole a invisibilidade dos sujeitos é uma fator quase dominante, não passando de um número, de uma estatística, assim o indivíduo passa-se despercebido, o que mais importa dentro desses espaços acreditamos que seja o coletivo. “Ocorre o fim do reino do individualismo numa

---

<sup>18</sup> Livro do Tombo de 1912, escrito por Pe. Ramiro Meirele.

<sup>19</sup> Entrevista cedida por Maria Pereira, moradora da cidade e uma das primeiras famílias a vir morar em Campo Formoso. Hoje com 81 anos, nascida no ano de 1934. Av: Egerineu Teixeira, nº 68, centro, cidade de Orizona-GO. Áudio digital. Duração 21 minutos de duração. Data: 22 de jun de 2105.

imposição do coletivo e da organização. O coletivo no sentido da dissolução do individuo, perda da individualidade".<sup>20</sup>

Em uma metrópole quase não conhecemos as pessoas a nossa volta, persiste o distanciamento mesmo que diariamente convivamos e disputemos espaços comuns como universidades, escolas, hospitais, prédios, condomínios, e até mesmo os transportes coletivos não conhecemos quem está ao nosso lado e na maioria das vezes não nos importamos com isso. Nesses grandes aglomerados urbanos com todas as centenas de informações que nos são passadas a cada minuto, não temos "tempo" para sabermos quem está ao nosso lado, compartilhando muitas vezes das mesmas ideias e aspirações.

Os múltiplos saberes estão presentes em uma cidade grande, as disputas e as competições diariamente tecidas dentro desses espaços urbanos nos faz ter um comportamento quase automático, movido principalmente pelo tempo, ou melhor, a falta dele. Não se tem tempo para pensar em coisas mais simples como a observação da natureza, o altar da igreja, como acontecia nesse espaço ou então qual período é melhor para plantar-se, e se esse ano choveu suficiente ou não. Como nos conta Inês Maria de Castro,

Eu me lembro direitinho do altar da igreja naquele tempo, ele era muito bonito todo feito em madeira, eu me lembro direitinho do forro que colocavam nele uma toalha que me lembro até de como era feito os bordados... é como eu tivesse vendo ele agora.<sup>21</sup>

Essas realidades são raras na vida dos moradores das grandes metrópoles. Assim, ao registrarmos essa reflexão e pelo contato mantido com várias visões sobre o assunto, nos incomoda o fato das generalizações às vezes observadas em alguns pensamentos quando refletem o caso da modernidade, urbanidade e progresso na República, quando evidenciamos os espaços pequenos. Pois, entendemos que mesmo havendo a tentativa de

<sup>20</sup>SILVA, Marilda Teles Maracci, SOUSA, Silva Aparecida. *A produção do espaço brasileiro: abstração real*. Trabalho apresentado junto à disciplina Metodologia científica em geografia. Revista UNESP, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/1194/1187>> Acesso: 22 de dez. 2015.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Inês Maria de Castro. Moradora da cidade de Orizona nascida em 22 de julho de 1929, nascida na fazenda Taquaral de baixo município de Campo Formoso. Hoje com 86 anos de idade. Endereço: Av. Egerineu Texeira, nº 40, centro, Orizona –GO. Vídeo de 10 minutos e 54 segundos de duração. Data 08/12/2015.

implantar essas categorias acima citadas em diversas regiões do Brasil, quase a um mesmo tempo, isso não ocorreu de modo algum maneira equânime em todos os lugares.

Acreditamos que a urbanização no Brasil em início do século XX fora construída, mas observamos uma urbanização desigual, configurada pelos contratempos regionais, dentre os quais destacamos; a mão de obra dos profissionais envolvidos, o nível de conhecimento da população e a importância política que destacava certos estados e cidades do Brasil e principalmente os recursos econômicos, então se tomássemos somente esses aspectos já afetariam diversas análises. E somado a isso, as grandes distâncias que separavam as cidades mais afastadas dos grandes centros nacionais ordenadores da política.

Levando-se em conta critérios que justificam a caracterização de uma cidade como Campo Formoso, acredito que dentre vários aspectos um dos mais relevantes sejam os restritos recursos para a manutenção e sobrevivência desse espaço, e nesse caso há interferência da implantação de ideias modernizadoras. A problemática da falta de recursos é sempre colocada quando se fala de espaços assim. As delimitações conceituais a que são restritas as cidades pequenas oferecem caracterizações variáveis e ainda não estão completas. Esses conceitos são o que Winston Bacelar chama de “limbo conceitual epistemológico”, que as delimita, quase sempre em cidades locais, pseudocidades ou cidades rurais, entretanto nenhum desses conceitos vistos separadamente poderá englobar todas as características necessárias.<sup>22</sup>

Dessa forma, quando fora baixado o Código de Posturas teve-se a intenção de transformá-la em uma cidade urbanizada e aí estaria a grande mudança a ser observada; construir uma cidade que, a princípio, não se parecesse com a zona rural. Dentro desse entendimento ao abordarmos um espaço cidade é entendê-lo também dentro das características de urbano. Nesse período Campo Formoso pretendia se tornar urbanizada. O caminho foi difícil e problemático, várias décadas se passaram na luta por essa ideia, a

---

<sup>22</sup> BACELAR, Winston. *Pequenas cidades uma caracterização*. V Encontro de grupos de pesquisa em educação e território. Universidade Federal de Santa Maria. 2009. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar\\_NEAT\\_UFU.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar_NEAT_UFU.pdf)>

modernização. As mudanças não foram automáticas, nem seguiram uma linearidade. Por mais de 50 anos Campo Formoso convivia com todos os problemas que atravancava o crescimento da população e consequintemente do lugar.

Campo Formoso faz parte de uma categoria de cidades que tem sua formação dentro de um pensamento ruralista,<sup>23</sup> como indica Wiston Bacelar nos seus estudos de cidade pequenas, pois tece uma fina ligação com o meio rural, aliás as cidades pequenas per si, já indicariam genericamente esse tipo de entendimento, porém ele por si somente não responde aos vários questionamento sobre esse espaço. Mas, ao mencionarmos que as cidades pequenas são tidas como cidades rurais, nós estamos abrindo um leque de questões tomando como caminho de análise, esse entendimento. Cidades pequenas são cidades de forte vínculo com o meio rural, que entende a sua urbanização como um processo onde se poderia construir aspectos, nesse espaço, que a diferenciaria das fazendas entorno.

Porém, essa intenção de separação de zona rural e zona urbana não configuram uma quebra total com essas localidades mais afastadas do centro urbanizado, entendemos que nesse sítio os moradores viveram harmonicamente com seus lugares mais rurais, aos quais eles chamam de roças. Portanto, dentro desse espaço a cidade pequena, “tem uma forte ligação com seu entorno rural e, em certos aspectos, desempenham um papel semelhante ao do espaço rural. Logo ela tem que ser analisada juntamente com seu entorno rural”.<sup>24</sup> Assim, entender uma cidade pequena é ultrapassar a abordagem do meio urbano. Apesar dos restritos conceitos e complexas formas de abordagens estudar a pequena cidade é uma realidade possível e necessária.

No seu cotidiano ela desenvolveu por muito tempo, bem mais tempo do que as cidades grandes, a preservação de certos costumes, culturas que são colocados por muitos como ultrapassada e “antiga”, os tecidos feitos nos

---

<sup>23</sup> BACELAR, Wiston Kleiber Almeida. *Cidade pequena nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-política nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico, Grupiara – MG*. Tese apresentada ao programa de Pós- graduação em Geografia. Área de concentração: Geografia e Gestão de Território. 2008.

<sup>24</sup> BACELAR, Winston K. Almeida. *op. cit.* 2008.

antigos teares, a agricultura para subsistência a criação de porcos nos quintais das casas ou mesmo soltos nas ruas. As cidades grandes e “modernas” na grande maioria já o aboliram.

tinha que plantar com sobra pra vim a cidade, aqui...vender aqueles mantimento lá que eles tinha colhido pra poder comprar as coisa necessária que agente não dava conta de fazer lá na roça..Então Orizona ( Campo formoso), muita coisa num tinha o sal se acabasse até chegar comé que fazia, né? Então as pessoa comprava previnindo pra dá pras vacas lá nas fazenda, e pro alimento em casa... Não tinha grandes plantações...não, tinha não! Nada, nada, né? E as roças, primero tinha que vim aqui na cidade pra comprar a foice, o machado a inchada, né? Pru exemplu, com a foice lá no mato cortava as maderas fina, sabe? As arvres finas falava era roçar o mato. E dipois com machado cortava as maderas mais grossa aí os pau ia caindo, arrumando tudo caído assim... depois punha o fogo, depois rrumava... o fogo queimava ficava aquela sobra de madeira e tinha que tirar aquilo pra poder plantar o arroz, depois o feijão, o milhu, o algodão pra poder trazer pra cidade... pra vender pra cidade sustentar as pessoa da cidade... pruque quase não tinha transporte do outro lado, né? Então...assim pra trazer o sustento pra cá, então as pessoa que tivesse fazendas aqui por perto assim, se a pessoa tivesse um pedacinho de terra, ela ia cultivar pra poder trazer. Lá fazia o açúcar mascavo, a rapadura tudo pra trazer pra vender aqui pra cidade. pruque não tinha uma frutaria, um mercado tinha nada, né?<sup>25</sup>

Ao verificar as palavras de d. Inês Maria, antiga moradora, demonstra-se além das dificuldades, a ideia de que a roça teria de “sustentar” a cidade. Partindo desse princípio observa-se que o espaço urbano como diferenciada das fazendas, mas não independente delas. Apesar de a cidade ser um espaço pouco urbanizado, dentro dos moldes idealizados, e ainda parecido com as roças, os moradores não as confundiam. As pessoas cultivavam plantações para trazer para urbe, mas o dinheiro ficava na própria cidade, quando os donos das plantações compravam ferramentas de trabalho. Também temos notícias que existiam trocas de uns materiais por outros.

Criou-se um intercâmbio entre a cidade e o meio rural, numa simbiose necessária para a sobrevivência da cidade e do espaço rural. Apesar dos esforços para o abastecimento existiam épocas de dificuldades. Ao observar o

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Inês Maria de Castro, moradora de Campo Formoso, nascida em 2 de julho de 1929. Hoje com 86 anos de idade. Endereço: Av. Egerineu Texeira, nº 40, centro, Orizona –GO. Vídeo de 10 minutos e 54 segundos de duração. Data 08/12/2015.

Artigo 154 do Código de Posturas foram tomadas medidas para os tempos de escassez.

Art 154 - os lavradores que se dirigirem a esta Villa com carregamento de quaisquer generos dos chamados de primeira necessidades, ( feijão, arros, toucinho, farinha, assucar, rapadura e outros) não poderão vende-los por atacado senão depois de passados 24 horas de exposição, e venda no mercado no lugar indicado pelo conselho, para servir provisoriamente como tal. As vendas serão feitas sob a vigilância de um empregado nomeado pelo Intendente para esse fim. ao infrator 30\$000 réis de multa. A entrada desses gêneros serão anunciadas com 5 badaladas no sino do mercado quando houver.<sup>26</sup>

Os fazendeiros produziam o que eles chamavam de “primeira necessidade”<sup>27</sup>, e além desses citados no código também eram produzidos milho e o algodão. O algodão era muito utilizado, pois todas as roupas, cobertores utilizados na cidade eram feitos de maneira artesanal, em um processo demorado que exigia técnica entre as mulheres que eram responsáveis por isso. Elas cardavam, descaroçavam o algodão, fiavam fazendo novelos de linha de algodão utilizavam para isso a roda de fiar. E depois faziam as tramas nos teares, com desenhos de vários tipos e formatos. A vida era dura, mas era ultrapassada dia a dia.

Mas, se a República no Brasil assume uma ideia avassaladora de modernização do território nacional, porque ela foi tão desigual e em diversos aspectos não aconteceu? Acreditamos que, dentre várias teses defendidas na historiografia do Brasil, a ideia de Sérgio Buarque de Holanda argumenta é bastante útil: “como esperar transformações profundas em um país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? [...] as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas”.<sup>28</sup>

Esta afirmação nos dá uma ideia da situação vigente na época apresentando um país basicamente rural que, tenta se tornar um país industrializado e moderno, a semelhança das grandes metrópoles mundiais.

---

<sup>26</sup> Código de posturas do Município da Villa de Campo Formoso, estado de Goyaz, ano de 1907.

<sup>27</sup> Código de posturas do Município da Villa de Campo Formoso, estado de Goyaz, ano de 1907

<sup>28</sup> HOLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. Prefácio de Antônio Cândido. 13ed. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1979

Porém, os problemas sociais refletiam as contradições de um povo em formação que tinham a sua estrutura mental, baseadas nas relações coloniais, aspecto que Sérgio Buarque Holanda reflete como sendo pautado em um, “imobilismo mental”.<sup>29</sup> Conspirando para que as mudanças reais não acontecessem nesse momento. Assim, como entender que uma cidade como Campo Formoso esquecida pelas políticas nacionais em um estado periférico, basicamente agrícola, poderia adquirir meios de tecer uma modernização aos moldes da República? Seria difícil, assim mesmo com a chegada da Ferrovia isso não aconteceu em diversos aspectos, não sentindo os impactos dessa construção.

A formação do espaço/cidade tentou forçar certa separação dos dois espaços onde um seria urbano e o outro rural. Dentro de uma formação social, muitos habitantes das fazendas levaram anos para vir morar na parte urbana. Dessa forma, inicialmente, a cidade é pensada como sendo local de encontro esporádico, em tempos de festas, por grande parte da população. Então, as fazendas no entorno serviram por muito tempo como únicos fornecedores de vários tipos de alimentos, como feijão, toucinho, arroz milho e algodão para as tecedeiras, como afirmou Inês Maria de Castro.

Nas pequenas cidades, fortemente ligadas ao meio rural, essas modernizações não assumiram grandes proporções. Nessa cidade de Goiás esquecida por muito tempo pelos poderes vigentes muito pouca coisa fora feita em relação a diversos aspectos. Portanto, verificamos que em boa parte da Primeira República, ela ainda convivia com grandes problemas econômicos e políticos. E nessa fase, lutava-se por melhorias em todos os setores e as intensas dificuldades faziam que seus moradores, todos os dias, tivessem que ultrapassar inúmeros desafios.

Compreendemos, portanto, que quando vamos investigar uma cidade, como esta, tendo como base a categoria modernidade, teremos que buscar entender o que isto significa, e qual sua conexão com o conceito de civilização. Então, devemos observar a explicação dada por Norbert Elias quando afirma, “civilização refere-se a uma grande realidade de fatos: ao nível da tecnologia,

---

<sup>29</sup> HOLANDA, Sérgio B. *op.cit.* 1979. p.46.

ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosa aos costumes".<sup>30</sup>

Portanto, partindo deste conceito, entendemos também que essas novidades seriam cruciais para a construção de novas maneiras de viver em um lugar urbano. Isso seria uma evolução em termos gerais inclusive de comportamentos e de atitudes perante diversos aspectos do cotidiano. Pensamento semelhante ao de Norbert Elias é trazido por Schwarcz quando destaca, "civilização é [...] um nome abrangente, que comporta vários significados: tecnologia, maneiras, conhecimento científico, idéias, religião, costumes; enfim, resume determinada situação política e cultural e faz par com a noção de progresso".<sup>31</sup> Essa ação norteava o entendimento que dizia respeito as ideias arquitetadas para a urbe, onde englobava: saneamento, às leis de salubridade, melhorias no tratamento de doenças, e não menos importante, as maneiras de boa convivência social. Mas, notadamente no espaço-cidade de Campo Formoso observamos que essas medidas ficariam aquém do imaginado pelos republicanos. Esta cidade teve seus próprios meios de desenvolvimento, construindo sua saída para sobressair por meio do trabalho dos seus habitantes.

## 2. 1. A urbanização de Campo Formoso por meio do Código de Posturas

No alvorecer da República, início do século XX, no Brasil ocorrem transformações propostas pelas classes mais ricas da sociedade, que desejam um País moderno, de preferência, aos moldes franceses. Esses pensamentos, espalhados no território nacional, impeliram as cidades brasileiras a um surto modernizante em que se cultivava a ideia de apagar o passado, tão recente, da historiografia brasileira, o regime colonial. Para isso nas grandes, cidades as

---

<sup>30</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1. p. 23.

<sup>31</sup> SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 584.

ruas foram alargadas, prédios erguidos e massas de mendigos, foram subtraídos desses lugares onde somente a beleza e ordem poderiam existir.<sup>32</sup>

Apesar das diferenças entre os vários estágios da modernidade assumidos em diversas partes do Brasil, houve a tentativa de se implementar o ideário da modernização em Campo Formoso incorporadas ao Código de Posturas de Campo Formoso.

Por meio do seu Conselho de Intendência, na República, as leis visavam o desejo de tornarem as cidades mais “civilizadas” e modernas. Nesse contexto, a cidade deveria “rumar na direção do *Progresso*, palavra que guiou sonhos e projetos na modernidade”.<sup>33</sup> Esse aspecto esteve presente por décadas da história da construção de Goiás. Assim, pensamos que mesmo depois da Primeira República o termo progresso se torna um discurso ainda mais presente na sociedade goiana, pois “entre a perplexidade e a fascinação, a ideia de progresso iria sustentar as propostas políticas dos homens dos anos 30 em Goiás, traçando caminhos sinuosos e arquitetando novas formas de representação”.<sup>34</sup>

A igreja foi a orientadora dos modos de vida adotados na cidade. Culturalmente ela norteava de perto a vida dos cidadãos, impondo no cotidiano os valores e as relações construídas na doutrina Católica de uma maneira que a colocava como uma verdade indiscutível. O elo viria também por meio dos calendários das festas, missas e datas que a Igreja julgava importante, isto fez com que o cotidiano dos moradores fosse construído pela figura sempre presente da igreja e dos coronéis porque eles patrocinavam as festas. As dificuldades do dia a dia somente eram apaziguadas nos dias de festas na cidade. Nesses momentos as populações do campo e da cidade desfrutavam de uma ocasião de lazer. Como alega Darcy Ribeiro que, “as vizinhanças mais solidárias, organizam-se, ainda, em formas superiores de convívio, como o

<sup>32</sup> Ver: SILVA, Sérgio Duarte da . *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Ed. da UFG 1997., LEMOS, Carlos. *A Republica ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999., SOUZA, João Carlos. *Sertão cosmopolita: Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008., SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’água, 2000.

<sup>33</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade moderna – Natal, entre 1900 e 1930*. Natal: UFRN, 2008.

<sup>34</sup> CHAUL, Nars Fayad. *Os caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2010. p. 170.

culto a um santo poderoso, cuja capela pode ser orgulho local pela freqüência com que promove missas, festas, leilões, sempre seguidos de baile".<sup>35</sup>

Há de se destacar a força política e econômica dos coronéis donos e responsáveis pelas festas e a orientação da afirmação dos preceitos católicos. Esses pensamentos e práticas articulavam o poder entre si na busca da construção de uma população obediente e presa às antigas tradições. O que podemos atestar ao analisarmos as documentações da época é que a Igreja estava à frente de várias decisões tomadas ou então, quem tomava as decisões políticas estavam sempre à frente dos assuntos da igreja, pois eram fiéis, devotos católicos.

Quando o arraial assumiu a intenção de urbanizar-se dentro de um espaço configurado por uma ruralidade expressiva teria de dar inicio a um processo que entenderíamos como sendo uma oposição ao antigo e ao tradicional. Porém, isso indicaria algumas "perdas" que talvez os habitantes desta pequena cidade não estavam prontos a realizar. A normatização descrita no Código de Posturas visava transformar o aspecto do cenário rural, em um espaço urbano. Assim, a partir da instalação da Intendência Provisória, em 1906, em caráter de urgência configurando-se nesse momento: a instauração de eleições, a criação do Código de Posturas da cidade, o Regimento Interno do Conselho, a Lei Orgânica e a Lei de Receitas e Despesas para o orçamento do município.

Para se constituir um espaço urbanizado sabemos da importância dos Códigos de Posturas para cidade, na conformação das regras para convívio social. Nelas são colocadas várias regras de boa conduta, visando a higiene e embelezamento do lugar.

#### Título V

Das salubridades pública, meios preventivos das enfermidades;  
Art 88. É proibido:

§ 1º Ter nos quintais águas estagnadas ou materiais corruptos, capazes de prejudicar a salubridade pública;

§ 2º Enterrar cadáveres humanos sem ser nos cemitérios públicos e se as cautelas necessárias para evitar os miasmas. Ao infrator 30\$000 réis de multa e 20\$000 ao encarregado do cemitério.

§ 3º Crear porcos dentro dos limites desta Villa sem ser em chiqueiros calçados de pedras e bem arejados. Ao infrator 10\$000 réis de multa e a obrigação de remover os porcos em 24 hrs.

---

<sup>35</sup> RIBEIRO, Darcy. *Op.cit.* 2006. p. 347.

§7º Construir cloacas, cisternas próximas aos muros que dêem para ruas e praças.

§8º Expor sal nas ruas e praças desta Villa, couros de rezes para secar. Ao infractor 5\$000 réis de multa.<sup>36</sup>

Observamos que sem essas normas as cidades podem ser depositárias de inúmeras epidemias. O código de Posturas da Villa de Campo Formoso, elaborado no ano da instalação da Intendência, vigorou por todo período da Primeira República e também depois dela. Com a emancipação da cidade começa-se a assumir sua configuração física, delimitação do seu território, que a princípio lhe rendeu muita contenda com a cidade de Santa Cruz de Goiás, da qual era distrito.

A primeira lei de delimitação territorial que configurou os limites territoriais do município foi feita pela cidade de Santa Cruz de Goiás, mas foi muito debatida e criticada, como consta em ata do Conselho Municipal onde descreve o problema surgido com a tal divisão.

Ser apresentada a lei 303 de julho do corrente ano (lei estadual) estabelece novas divisas entre este município e a cidade de Santa Cruz, e que resolveram os membros do conselho por unanimidade protestarem contra a mesma visto que; em 15 de maio do corrente ano, esta câmara em sua reunião officiou ao congresso estadual trassando o limite que era viável haver entre estes municípios. Por a divisa ora trassada prejudica por demais o novo município sem haver necessidade alguma para o município de Santa Cruz, visto que aquelle município pelas divisas dadas por essa casa já seria maior em território e população do que este; terceiro que a divisa feita agora atravessa diverças fazendas pelo meio.<sup>37</sup>

Diante dos escritos fala-se que as propriedades foram fatiadas, sendo que uma parte ficou para a cidade Campo Formoso e a outra para Santa Cruz de Goiás. Em outras passagens menciona-se a escolha dos fazendeiros que sofreram com as novas divisas. Estes proprietários participaram à Intendência esse problema assumindo por conta própria a sua opção por pertencer ao município recém criado<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> Código de Postura do Município de Campo Formoso de 11 de jan de 1907. Arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

<sup>37</sup> Ata do Conselho de Intendência Provisória, 21 de agosto 1907. p. 30. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

<sup>38</sup> Ata do Conselho de Intendência Provisória, 21 de agosto 1907. p. 30. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

Os limites do município foram documentados definitivamente somente em 1933, onde se constam três divisórias distintas no documento a seguir;

A linha divisória entre os municípios de Santa Cruz e Campo Formoso é a seguinte: (Lei n. 303, de 20 de julho de 1907)” A partir da ponte do rio do peixe, na estrada de que Bom Fim se dirige a Santa Cruz, em linha reta a mais alta cabeceira do ribeirão Bananal, denominado Bahúsinho e Bahú Grande e por este abaixo até o rio Corumbá.Fica estabelecido a seguinte linha divisória entre os municípios de Bom fim e Campo Formoso: (Lei n. 374, de 11 de julho de 1910), “a partir da ponte sobre o rio do Peixe, na estrada que vai de Bomfim a Santa Cruz, subindo pelo veio d’água do rio do Peixe até a barrado córrego da Limeira; pelo veio dagua deste córrego até a barra da vertente do Burity da vertente da limeira; subindo pelo veio dagua do dito Burity até baixada, na sua cabeceira. Desta em rumo ao marco do espião da divisa da fazendo Sao Francisco Albino Oliveira e seus irmãos; pela divisa ate o ó dos macacos, no logar onde fecha o arame dos Albinos; dahi em rumo vertente para o Taquaral, dobrando a esquerda por este até a estrada velha que vai para Santa Luzia (antigas divisas), dobrando a direita pela estrada, atravessando ribeirão Taquaral embaixo da morada de José Ignacio Pereira e continuando transpondo o ribeirão Santana para cima da morada de Antonio Lopes; daí em rumo ao espião que verte para as cabeceiras do ribeirão Firmeza, dobrando a esquerda e rodeando essas cabeceiras até a cabeceira do córrego S. José, a esquerda descendo o dito córrego até o ribeirão e por este até o rio Piracanjuba.Os limites do município, digo,entre os municípios de Santa Luzia e Campo Formoso serão os estabelecidos pelas lei anteriores com as seguintes modificações: (Lei n. 663, de 16 de julho de 1920) “pelo rio Piracanjuba a baixo, até a barra do ribeirão da Extrema; por este a ponta da serra do Gordurinha; dahi até o espião até apanhar os marcos da demarcação da fazenda Mandaguahy, precedida pelo juiz de direito de Santa Luzia; por estes marcos até que fica mais próximo ribeirão Mumbuca em rumo ao espião do outro lado: desta até as águas vertentes até chegar a estradinha que divide a fazenda Posse da do Japão; dahi voltando à direita deixando a fazenda Posse para Santa Luzia. pelo espião do Poção até o rio Corumbá. A divisa do município de Campo Formoso com Ipamerí é pelo Corumbá abaixo, conforme a lei n. 277, de 12 de julho eu criou o município.<sup>39</sup>

Vários regulamentos foram construídos no processo de edificação da cidade que tratavam de diferentes assuntos essenciais para a formação do espaço urbano. Os Intendentes regiam sobre vários temas que vão das atribuições do Conselho aos incentivos às obras que iriam redesenhar o perímetro urbano. Ao se analisar os artigos, observamos também que muitos são baseados em valores morais pautados em ideias com tendências religiosas. mas, segundo Renato Santos a,

---

<sup>39</sup> Documento do limítrofe da cidade de Campo Formoso, deferido em 12\04\1933.

elaboração do Código de Posturas da cidade fora o mecanismo utilizado para a modificação do espaço, ainda centrado nos antigos costumes vindos dos meios rurais e dos tempos de colônia. Esse instrumento segundo Renato Santos reflete os desejos, sonhos, anseios desse grupo social se tornaram projetos reais e construções materiais que modificaram a cidade na medida em que ele ocupou áreas estratégicas em sua administração. Tomamos a Intendência do Município, nessa perspectiva, como espaço privilegiado para a atuação da elite, campo para que os tais sonhos fossem postos em prática.<sup>40</sup>

Com o Código de Posturas que passou a vigorar em 1907, Rodolpho Fernandes de Castro, foi eleito o 1º Intendente Municipal<sup>41</sup>, cargo ocupado por três vezes no período da Primeira República. As leis implantadas vigoraram e foram a estrutura normatizadora para que o antigo arraial de Capela dos Correias desse os primeiros passos, para uma inicial estruturação de uma cidade urbanizada desde fato. Pois, antes do Código de Posturas a cidade era um pequeno povoado com algumas construções de pau-a-pique para onde os moradores das fazendas, entorno, vinham para as obrigações e festas religiosas. Apesar das discussões em torno de o que seria urbano, sabemos que existem alguns critérios mínimos como; quantidade de habitantes, construções, hospitais e meios transportes que contam de alguma forma para formação de um espaço que se entende como urbanizado. Porém, no nosso caso nada poderá ser estático, porque entendemos que ao afirmarmos que era uma cidade não podemos afirmar que era urbana, principalmente, quando adotamos os critérios de urbanização existentes.

Atualmente ainda permanece essa distinção, entre urbano e cidade, pois a categoria cidade existe desde os tempos imemoriais. Já urbano uma palavra vinda do latim, é um conceito adotado há menos tempo ele significa o que “pertence à cidade”. A primeira ideia que os distingui seria no campo do mental,

---

<sup>40</sup> SANTOS, Renato Marinho Brandão. *A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930)*. Rev. Espacialidades [online]. 2009, vol. 2, n. 1. p. 02. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/renato.pdf>> Acesso em: 25 de ago. 2015.

<sup>41</sup> Atas do Conselho de Intendência de Campo Formoso de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

pois, “a idéia de cidade é clara para todos, diferentemente da idéia de urbano.”<sup>42</sup>

Para entendermos o que é uma cidade poderemos utilizar vários vieses para classificá-la. O termo é um substantivo, que se define por ser uma, “aglomeração” humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo.<sup>43</sup> No entanto, as palavras cidade e urbano para Sandra Lencioni indica que, “tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente”.<sup>44</sup>

Uma cidade geralmente é entendida como um aglomerado humano, onde existem além das casas circunscritas em delimitado espaço ainda possuem vários comércios e onde se destacam várias atividades industriais, ou, às vezes, não. Mas, “o conteúdo do conceito de cidade já indica, por tanto, dois termos para sua definição: o de aglomeração e o de sedentarismo. Mas eles se apresentam ainda insuficientes”.<sup>45</sup> Ratzel adverte, principalmente, para a sedentariação, já Derruaux fala que a cidade não deixa de ser uma aglomeração, entretanto ela se refere, “a idéia de aglomeração, mas a de aglomeração durável”.<sup>46</sup>

No Brasil ela é observada também nas suas origens, pois nesse caso ela poderá ser compreendida a partir disso,

Muitas delas se originaram de locais fortificados e postos militares, de aldeias e aldeamentos indígenas, de arraiais, de corrtelas, de engenhos e usinas, de fazendas e bairros rurais, de patrimônios e núcleos coloniais, de pousos de viajantes, de núcleos de pescadores, de estabelecimentos industriais, de seringais, de

<sup>42</sup> LENCIONI, Sandra. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008. p. 114.

<sup>43</sup> Definição presente no Dicionário Houaiss.

<sup>44</sup> LENCIONI, Sandra. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008. p. 114. Disponível em: [www.geografia.ffch.usp.br/publicacoes/Geousp/](http://www.geografia.ffch.usp.br/publicacoes/Geousp/)

<sup>45</sup> LENCIONI, Sandra. *Op.cit.* 2008. p. 115.

<sup>46</sup> In: Derruaux, M. *Tratado de geografia humana*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1964. p. 561.

vendas de beira de estradas, de ancoradouros ás margens dos rios, de pontos de passagens em cursos d' água, de estações ferroviárias e de postos de parada rodoviária, dentre tantas origens<sup>47</sup>

Porém, sabemos que o entendimento desse espaço é ainda pensado de maneira que lá acontecem relações político-sociais, econômicas e culturais de infinidáveis entendimentos. A amplidão do assunto torna impossível uma conceituação rígida e monolítica. Objeto de cobiça, a categoria cidade sempre despertou interesse nos estudiosos de diversas vertentes, assim assumindo com o passar do tempo cada vez um entendimento mais amplo, porém não finalizado, pois a cidade é uma fonte fecunda quase inesgotável. Temos conhecimento sobre a existência de cidades desde os tempos antigos, se configurando de formas particulares, mas possuidora de um aspecto que lhes é imprescindível, pessoas. As pessoas são formadoras desses espaços, elas lhe dão “vida”. Já afirmaram, que as cidades possuem uma força magnética a qual nos impele a fazerem parte do seu espaço. Cidades apareceram e desapareceram, por diversas causas responsáveis por seu esplendor ou sua ruína. Os estudiosos tentam entendê-las, decifrá-las, na busca da compreensão de seus mais diversos matizes.

Já o urbano, ou melhor, o estudo dele, está intrinsecamente ligado as funções assumidas nas cidades, salientando que, “o desenvolvimento do aparelho urbano está diretamente imbricado com as funções que a cidade assume na Idade Média”.<sup>48</sup> Le Goff complementa que “além da importância das feiras e do comércio, que conferem à cidade sua função econômica, merece destaque a função religiosa, exercida pelas ordens mendicantes”.<sup>49</sup>

Ainda, urbano é tudo que se refere à cidade, dessa forma seria uma oposição ao campo e ao rural. De forma sintetizada para Sandra Lencioni “a idéia de urbano aparece, na maioria das vezes, vinculada à de capital industrial e à de sociedade capitalista industrial”.<sup>50</sup> Mas, isto não que dizer que ele é somente derivado do capital industrial, como chama atenção Lefebvre

<sup>47</sup> AZEVEDO, A. de. Embriões de cidades brasileiras. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB/São Paulo, n. 25 , p. 31- 69, 1957., 1957, p. 36.

<sup>48</sup> ABREU, Jean Luiz. Sociedade urbana e conflitos sociais na idade média. MNME. Publicação do departamento de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de ensino superior de ceridó V. 5 nº 11. 2004. p. 644.

<sup>49</sup> LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

<sup>50</sup> LENCIONI, Sandra. *Op.cit.* 2008. p. 118.

insistindo que não se trata de um reducionismo<sup>51</sup> que nos levaria a uma compreensão equivocada sobre o que significa urbano. Segundo Martins essa visão limitada prejudica o entendimento sobre as “dimensões do urbano, tornando impossível compreender o que ele é em si mesmo e, assim, tornando extremamente difícil a compreensão de que o urbano é um lugar de enfrentamentos e confrontações, uma unidade de contradições”.<sup>52</sup>

Foi muito tempo para que as melhorias regidas nos Códigos de Posturas em favor da população se apresentassem de maneira real. A cidade recém emancipada sofreria os mesmos problemas do estado a que pertencia. O estado de Goiás é pontuado como periférico e esta classificação não é improcedente, mas reivindica explicações, pois “a situação de periferia será caracterizada dada a dificuldade de uma conceituação mais precisa, por referentes empíricos que enumerados darão certa medida da marginalização a que foi relegado o estado de Goiás no contexto da política brasileira”.<sup>53</sup> Desse modo as precariedades da região eram compartilhadas e vividas nessas áreas ainda isoladas.

Em Goiás, devido ao abandono dos governantes, até 1930, não existiam meios urbanos como eram representados pelo pensamento Republicano, e aí se insere todas as características que a palavra urbana se refere: ruas alinhadas, sanitarismo, salubridade, luz elétrica, grandes investimentos em infra-estrutura e escolas, estes aspectos não existiam. Pois, se uma cidade moderna vive praticamente das linhas retas elas estão presentes na construção dos imóveis, esgotos, canalizações, ruas limpas arborizadas, avenidas, calçadas bem delineadas etc. Assim, também não compreendemos que em Campo Formoso, mesmo com imensos esforços, a urbanização não assumiu as características sonhadas.

Assim, essas ideias não se conectaram com o modo de vida dos moradores, que ainda tinham hábitos rurais e simples bem distanciados das propostas apresentadas nas Posturas. Então, nesse caso, entendemos dois

<sup>51</sup> LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

<sup>52</sup> VER: MARTINS, S. Prefácio. In: *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 7-13

<sup>53</sup> CAMPOS, Francisco Itamir. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987 .p. 20-21.

aspectos, povo e a elite local estavam longe de convergir para o mesmo ponto. Na urbanização da cidade a linearidade era um elemento cobrado e as punições para quem não obedecessem eram rigorosas que iam de multas até demolições,

#### Título II

##### Do Alinhamento, nivelamento, construção e reconstrução

Art 33- Nenhum alinhamento ou nivelamento poderá ser feito sem despacho do Intendente. Os alinhadores e mestre de obras que infringirem o presente artigo serão multados em 5:000 réis.

Art 37- O alinhador ou mestre de obras, que alinhar edifício, muro ou qualquer outra edificação, com irregularidades notória pagará as despesas que se fizer com a demolição.

No título que trata do alinhamento, observa-se que o projeto de urbanização pressupunha uma rigorosidade, já que as multas aplicadas seriam de 5\$000 mil réis até 30\$000 mil réis, para forçar que as ruas, praças, casas, sobrados, chalets, todos fossem edificados de modo simétrico trazendo, dessa forma, beleza a cidade. Pelo desejo da ordem, trata-se de começar uma luta “contra o acaso, contra a desordem, contra o desleixo, contra a preguiça que traz a morte; aspira-se a ordem, e a ordem é atingida pelo recurso às bases determinantes de nosso espírito: a geometria”.<sup>54</sup> Por sinal, todos os alinhamentos da cidade teriam também que ser concedido pelo Conselho de Intendência da vila e depois transcritos para um livro próprio, onde se ficava registrado, pois, sem isto perderia o seu efeito.

Ao alinhador cabia fazer as medições e os alinhamentos das casas e prédios, onde ganhava-se 50 réis por cada metro alinhado. As suas ruas e travessas deveriam conter treze metros de largura e a praças vinte e cinco metros em forma de quadrado, modelo herdado de Portugal, onde as praças eram quadradas ou retangulares prezando pelo desenho “matemático e geométrico” como explicou Deusa Maria Boaventura, “a partir de praças centrais retangulares ou quadradas em malhas previstas [...] de desenho erudito regular que se baseava em princípios matemáticos e geométricos”.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Martins fonte. 2009.p. 85.

<sup>55</sup> BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás século VXIII*. Orientador. Ed: FAU-USP. São Paulo. 2007.

Na cidade, as antigas ruas dos tempos coloniais que traziam a marca do “atraso”, teriam de ser desfeitas pra esquecer esse período de estagnação, como nos esclarece Lená Menezes;

recursos e esforços foram canalizados no sentido de apagar os registros do passado, tão presente nas ruas, nos becos considerados pestilentes, estalagens e cortiços definidos como anti higiênicos, nos quiosques nos armazéns de secos e molhados que pareciam afrontar os novos tempos modernos<sup>56</sup>

A população rural, atingida pelos novos “modos do viver moderno”, consideravam tudo muito difícil de ser adaptado. No perímetro da vila/cidade não era permitido se construir em terrenos públicos, e todos os gradis e muro teriam que ficar alinhado dentro da linha de baliza, pelo menos quatro metros, além de colocar “feicho de grades de ferro ou madeira”<sup>57</sup> alinhadas no ponto da rua. Essas exigências eram difíceis de ser colocadas em prática, pois, nesse tempo mal existiam tijolos as casas eram feitas de adôbe. Quantos aos gradis teriam que trazê-los de Araguary ou mesmo Uberlândia no estado de Minas Gerais ou de outras localidades longínquas, o que não era condizente com a vida econômica local. Nas construções das casas tinham-se mais preocupações para que ficassem o mais simétrico possível tendo o cuidado de ter três metros e vintes centímetros do baldrame a parte superior do telhado. Aí se deu início ao aparecimento dos trabalhadores mais especializados como pedreiros, agrimeiros, seleiros, ferreiro, carpinteiros e alinhadores que poderiam cobrar pelos seus serviços como destacam os Códigos de Postura e Livro de Impostos.

Já que antes eles viviam nas fazendas e o modo do trabalho era diferente, trabalhavam como peões que faziam de tudo para os fazendeiros e ganhavam um salário único, isso quando não trabalhavam em troca de comida ou mesmo por um litro de banha de porco, arroz, ou outros elementos de subsistência. Nesse período, cada um fazia sua própria casa e dificilmente havia condições econômicas para atender as determinações urbanas impostas pelos Intendentes.

<sup>56</sup> MENEZES, Lená Medeiros. Rio de Janeiro nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (1902/1906). In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'agua, 2000. p. 119.

<sup>57</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso de 11 de janeiro de 1907. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

As casas já existentes que estivessem diferentes do alinhamento da postura vigente seriam obrigadas a construir muro ou gradil que preze o alinhamento, ou podia ser punido com multas de 20\$000<sup>58</sup> réis e ainda pagar o lado do vizinho que estiver dentro do alinhamento.

Art. 40- É proibido edificar ou reedificar fora do alinhamento salvo as construções da casas denominadas chalets, contanto que sejam levantadas para dentro da linha de balisa pelo menos 4 metros e com o feixe de grades de ferro ou madeira no ponto do alinhamento da rua. Ao infrator 20\$000 réis de multa e a obrigação de desfazer a obra sobordinando-a as disposições desta postura.<sup>59</sup>

Em Campo Formoso havia uma lógica bem criativa quanto às numerações das casas e prédios da cidade como consta no artigo abaixo mencionado,

Art. 62-O Conselho fará denominação as ruas, travessas e praças dessa vila e ordenará a numeração das casas por duas séries de números, sendo a dos pares seguidamente de um lado e dos ímpares do outro, numeração esta que não poderá ser alterada ao arbítrio do proprietário, sob pena de ser multado em 5\$000 réis e estabelecer a suas custas o número que competir a seu prédio.

Até nos dias atuais o modo da numeração das casas e prédios ainda são dispersas dessa forma. O diâmetro da cidade era bem pequeno, pois se resumia no entorno da igreja ou um pouco mais além, até onde hoje seria a capelinha que era o antigo cemitério paroquial, o que daria uma faixa de uns duzentos metros de largura. O velho arraial ao estilo colonial, no período republicano, ia sendo palmo a palmo substituído.

Nesse período quem era designado para garantir o cumprimento das normas exigidas era o fiscal da Intendência. Encabeçando as atividades dentro da cidade a eles cabiam a responsabilidade para que tudo corresse como o Conselho pretendia. Alguns elementos básicos são necessários e a urbanização se reitera dos problemas e necessidades do local procurando atuar e construir melhoramentos por meio das formas e do planejamento. A linearidade seria uma das exigências principais na configuração de um espaço urbano. Le Corbusier, analisa essa busca pela harmonia, equilíbrio, e

---

<sup>58</sup> Código de Posturas do Município de Campo Formoso de 1907. Arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

<sup>59</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso de 11 de janeiro de 1907. p. 04.

principalmente pela mobilidade, colocando que, “a linha reta é sadia também para a alma das cidades. A linha curva é ruinosa, difícil e perigosa; ela paralisa”.

A cidade foi formada pela vontade de um grupo mais rico na tentativa de criar uma organização político administrativa, corroborando na adoção de medidas que foram as responsáveis por tentar converter espaços antes rústicos em ambientes mais “modernos” para eles próprios governarem. Heitor Carvalho conceitua os Códigos de Posturas como um conjunto de “instrumentos normativos que estabeleciam parâmetros gerais para o convívio em sociedade”.<sup>60</sup> Estas leis inseriram na vida do campoformosense, as primeiras medidas para configurar o que viria a ser uma cidade “civilizada”.

As normas dentro desse espaço pensaram em atender diversas questões, desde o embelezamento da cidade, a preservação ambiental, passando pela preocupação com a moral e bons costumes, além, obviamente, de “ensinar” maneiras de convívio social, e até mesmo regras sobre a criação de animais de estimação na vila. Mas, até que ponto isso fazia parte da vida dos moradores? Não podemos e nem devemos aqui entender essas pessoas como não civilizadas, pois elas como todas as pessoas são constituídas nas experiências do dia a dia que regem seu modo de vida, nos confrontos as durezas do campo. Construíram suas vidas, utilizando-se de criatividade para encarar as faltas e carência da região. O Código de Posturas vinha tentar modificar essas experiências fazendo-os conhecer novas formas de viver e conviver, mas que nem sempre eram seguidas.

Por isso, além de retas e alinhamentos que eram cobrados nas ruas e casas, a cidade teria de ter beleza a propósito, todas as cidades pretendem ser bela, cada uma ao seu modo, mas esse é um desejo comum. Assim, destaca o Código de Posturas da cidade que chama embelezamento de aformoseamento vejamos,

Título III  
Do asseio, Aformoseamento e Desempachamento das ruas e praças  
Art 63- Os proprietários dessa Vila serão obrigados:

---

<sup>60</sup> CARVALHO, Heitor Ferreira. *As posturas e o espaço urbano comercial:ocupação e transgressão na São Luís Oitocentista*. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004. p. 32.

§ 1º A rebocar, caiar, as frentes de suas casas e muros de três em três annos.

§ 2º Renovar a tinta a óleo, ao menos na frente de três em três annos.

§ 3º Renovar a numeração de seus prédios e denominação da rua ou praça quando se apagar a inscrição por culpa ou ato seu.

§ 4º Reparar a calçada da frente de seus prédios ou muros, sempre que for preciso.

§ 5º A limpar as testadas de suas casas e muros, arrancando matto e vassourinha etc...duas vezes por anno. As testadas compreendem a 3ª parte da rua e 5 metros das praças. A remoção do lixo será feita pelo fiscal que receberá multa de 5\$000 se não fizer.<sup>61</sup>

O esse título falava dos entulhos que não deveriam ficar atrapalhando a passagem

Art 65- É prohibido nas ruas e praças dessa Villa;

§ 1º conservar para fora das portas e portões, ou sobre os passeios quaequer fardos, caixões, lenha, milho e outros objetos que intercepte o trânsito por mais tempo que necessário com multa de 20\$000 para quem não cumprir o código.<sup>62</sup>

Analisando o Código de Posturas observando que eles adicionavam as multas de acordo com importância delas. Então, obstruir as ruas era mais errado do que, por exemplo, jogar animais mortos no meio da rua, ou mesmo correr esgoto ao céu aberto. “Art. 54 § 2º Fazer instrumeiras, palhiços nas frentes das casas ou muros deixar correr immundicies pelos esgotos e boeiros e lançar ou deixar na rua animaes mortos. Ao infrator 2\$000 mil réis de multa e a despesa de remoção as suas custas”.<sup>63</sup> As medidas tomadas assumem formas surpreendente quando também diz que cortar uma árvore na cidade 20\$000 réis de multa enquanto que os esgotos em ruas seriam de 2\$000 réis. Percebemos até aqui que se pretende construir uma cidade que pauta pela beleza estética e arborização, sendo as multas um instrumento para reprimir qualquer pessoa de fazer o contrário.

A carga tributária observada na cidade era alta, para as condições dos moradores locais e era ela que custeava os benefícios das construções na cidade. Ao nos propomos analisar a formação urbana de um espaço julgamos ser importante a primeiro momento descobrir e ou entender como foram feitas

<sup>61</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso ano 1907. Arquivo da cidade de Orizona – GO.

<sup>62</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso, ano 1907. Arquivo da cidade de Orizona – GO.

<sup>63</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso ano 1907. Arquivo da cidade de Orizona – GO.

essas mudanças buscando quais foram os recursos que deram condições para que a urbanização proposta no Código de Posturas fosse edificada, já que falamos de um período em que as municipalidades são totalmente carentes de recursos. Então, nos chama atenção quais meios eram utilizados para se conseguir as modificações do espaço urbano. A urbanização da cidade foi feita basicamente por meio da arrecadação de impostos, que, a exemplo de outras cidades, assumiram uma importância ímpar na Intendência campoformosense, pois sem eles nada poderia ser feito na cidade. Assim, eles foram divididos em várias categorias, em uma enorme lista de obrigações tributárias. O outro ponto que observamos é que em uma região profundamente carente as cobranças são feitas sem equidade, fazendo com que fosse responsável pela seletividade imposta excluindo aqueles que não poderiam pagá-los de dentro dos limites da nova cidade. O art. 68 expõe sobre a construção das Obras Públicas,

Art 68. Correrão por conta dos cofres municipais os reparos e conserto das prisões desta Villa sua limpeza, iluminação e hygiene e bem assim as construções de benefício de utilidade pública como sejam; encanamentos de água potável, matadouro, mercado, cemitério, curral pontes, calçadas, não se compreendendo as feitas a frente de prédios particulares.<sup>64</sup>

Mas, acreditamos que as coisas não ocorriam dessa forma, pois existem outros artigos no próprio código que demonstram que essas obras não corriam somente às custas do Conselho de Intendência, conforme consta no art. 77 , onde se trata do encanamento d'água.

Art 77. Os consessionários de anéis d'água, são obrigados a encanar a água nos lugares em que estas atravessam as ruas e praças, por meio de bicas de madeira de lei, ou canais de pedra ou tijolos, sendo estes encanamentos cobertos por pranchões ou por pedras revestidas de terra até ganhar o nivelamento da rua ou praça. Ao infractor 10\$000 réis de multa.

Então, a maioria dos melhoramentos era feitos pelos próprios moradores, no que se trata do mercado, açougue, matadouro nunca existiram. A limpeza das ruas era feita na maior parte dela pelos donos das residências, pois eles eram obrigados a limpar a frente da sua casa como também a terceira

---

<sup>64</sup> Código de Posturas da Vila de Campo Formoso de 11 de jan de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

parte da própria rua<sup>65</sup>. A Intendência não possuía os recursos necessários para as edificações das obras

Portanto, crescimento e a administração da cidade giravam entorno dos impostos municipais, que seriam elemento condicionante para a formação de uma cidade moderna. Como os municípios não tinham recursos, várias prefeituras fizeram empréstimos, e outras como não tendo a quem recorrer se utilizou das leis orçamentárias do município para alcançar um objetivo final, uma cidade dentro dos moldes republicanos. Foram então arquitetados dezenas de meios de arrecadação de altos valores.

A partir de 1906 o aumento da receita para a construção das melhorias foi a base para a constituição da cidade. Os impostos eram muitos, divididos e subdivididos em várias classes e tipos. Quase não havia investimentos das esferas estaduais e federais voltadas para as cidades. Assim, vários tributos foram criados quase todos os anos e a cada dia eles aumentavam em números.

#### Impostos de 1917

Taxa de 50\$000 sobre phamárcia – 200\$00
Idem de 5\$000 sobre cortumesendo de 20\$000 sobre os que tiverem mais de um empregado - 30\$000
dem 40\$000 sobre dentista deste ou de outro município – 40\$000
3\$000 sobre carro ou carroça 540\$000
Idem 8\$000 sobre anel d'água nos regos públicos – 160\$000
Idem 50\$000 para quem abater gado vaccum e expor a venda além de 3\$000 por cabeça de gado abatido, não excedendo o preço de 600 por kilo de carne verde, se exceder a taxa será elevada de 3\$000 para 20\$000. <sup>66</sup>

Estes são alguns dos impostos que existiam na cidade e como podemos averiguar de várias espécies. Ao todo foram 110 artigos, encontrado nas leis orçamentárias nesse período na cidade. Existiam de vários tipos os que eram cobrados sob as licenças que controlavam a abertura de casas de comércio, moradias, profissões liberais, mascates e outros, além de também de taxar os espetáculos, como os circos, que às vezes passavam pelo local. As carroças e carro-de-boi também tinham emplacamento pelos quais eram cobrados a taxa

---

<sup>65</sup> Código de Posturas da Vila de Campo Formoso de 11 de jan de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

<sup>66</sup> Sala de secção do Conselho de Intendência Municipal de Campo Formoso, 26 de dezembro de 1917. Feito por Idomenico Marques de Araújo, presidente. Nominato Teixeira França, secretário. Sancionado por Rodolpho Fernandes de Castro 1º vice Intendente Municipal

de 2\$000 mil réis<sup>67</sup>. As multas também contribuíram para a entrada de dinheiro nos cofres públicos. O próprio fiscal ganhava uma porcentagem em cada multa aplicada cerca de 10%,<sup>68</sup> o que estimulava as cobranças por parte dos fiscais. Existiam impostos até para categorias que não havia na cidade nessa época, como o imposto destinado a médicos, negociante de jóia, joalheiro, fotografia. Entendemos que essas colocações de certa forma era uma esperança que a cidade viesse a crescer em um futuro próximo. Os dentistas era um caso interessante, pois como não havia dentista na cidade, então os Intendentes fizeram a lei dizendo que o imposto seria sobre o dentista de outras cidades ou localidades que atendesse na cidade. Por meio do livro de impostos de 1917, observamos que nesse período não havia casas comerciais, mas já existiam muitos tipos de licenças para esses comércios com seus equivalentes preços.

Analizando esse aspecto, supomos que as classes mais pobres eram quem mais deveriam sentir esse problema, pois como conviviam com importantes carências e não raro beirando a miséria eles estariam sempre inadimplente. A população não desfrutava dos tributos pagos. O mercado, por exemplo, nunca fora construído e dessa forma os pequenos produtores ficavam vagando em lugares determinados pelos fiscais da maneira que é indicado no Art 154,

Art 154. Os lavradores que se dirigirem a essa vila com carregamento de quaisquer gênero dos chamados de primeira necessidade ( feijão, arroz, toucinho, farinha, assucar, rapaduras e outros) não poderão vende-los por atacado senão depois de passadas de 24hrs de exposição e venda a varejo no mercado do lugar ou lugar indicado pelo fiscais do Conselho.<sup>69</sup>

Não havia hospitais, nem eletricidade, poucas escolas e na década de trinta d. Inês Maria nos conta que existia uma escola particular na cidade; a distribuição equânime de água não existia como vemos o Livro de Impostos de 1913, onde pouquíssimas pessoas tinham direito a ela. Mas, quando serviam a certos interesses, particulares, algumas obras eram realizadas, como a praça

<sup>67</sup> Código de Postura da Vila de Campo Formoso, 11 de jan de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

<sup>68</sup> Ata do Conselho Municipal de Campo Formoso de 1906. Arquivo da cidade de Orizona Goiás.

<sup>69</sup> Código de Postura da Vila de Campo Formoso de 11 de jan de 1907. Arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

do coreto que fora construída, sendo o lugar o ponto de encontro dos mais abastados da cidade. Fora feita para que a família Castro, da qual fazia parte o Rodolpho Fernandes de Castro, intendente por três vezes, fazer suas apresentações como músicos.<sup>70</sup>

Em uma região de carências profundas, a alta cobrança nos parece sem sentido. Suspeitamos que isso era seguido por várias cidades, pois não havia apoio por parte do governo estadual e muito menos federal. Observamos que a cidade não oferecia estrutura para essa grande cobrança, eram tempos difíceis havia altas taxas de pobreza. No ano de 1937 o Prefeito Egerineu Teixeira ainda fala sobre as cobranças chamando atenção aos valores cobrados,

Atribuo o fato a insuficiente distribuição dos vários tributos no lançamento, feitos ainda na gestão do meu antecessor o que venho procurando corrigir para este anno. [...] não se comprehende que o contribuinte do município concorra para os cofres do Estado com quantia muito superior à que concorre para seus próprios cofres: esta beneficia-lhe directamente, enquanto aquella vai beneficiar outros lugares.<sup>71</sup>

A grande maioria não tinha condições de pagar as exigências do Conselho de Intendência tornando-se inadimplentes. De forma que, em 1919, em ata foi colocado em pauta o seguinte projeto de lei para se repensar as multas pelos atrasos que eram exorbitantes, excedendo as condições do povo da cidade,

Considerando que a cobrança dos impostos municipais até aqui sem a precisa equidade dando margens a constantes reclamações, aliás algumas bem fundadas; considerando que a liquidação da dívidas activa tem sido quase nulla devido as dificuldades acima apontadas,

Art - 1º Fica o Intendente autorizado a mandar receber sem multa todos os impostos que forem pagos até setembro do ano corrente.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> Livro de decreto e leis de 1919 a 1933. A resolução da construção do coreto que até hoje existe na Praça do Coreto. E as apresentações foram contadas por d. Inês Maria de Castro, nas entrevistas.

<sup>71</sup> Discurso proferido em 06 de janeiro de 1937, pelo Prefeito Egerineu Teixeira. Este Prefeito fora o único que verificamos ter entregue o município com saldo positivo ele fora o responsável pelos vários melhoramentos da cidade, como; aberturas de estradas para automóveis, compra de materiais para a construção de escolas que funcionavam em prédios de aluguéis. Egerineu Teixeira fora morto brutalmente em 1937, por um forasteiro desconhecido vindo pela estrada de ferro. Egerineu Teixeira fora um cidadão de alta cultura, um visionário pra o seu tempo, que escrevia para vários jornais do triângulo mineiro, isto lhe rendeu muitos inimigos que foram responsáveis por sua morte. Hoje ocupa a 21<sup>a</sup> cadeira na Academia goiana de letras.

<sup>72</sup> Ata da 1<sup>a</sup> reunião da 3<sup>a</sup> sessão do Conselho Municipal de Campo Formoso em 2 de maio de 1919. Ata de decreto do conselho de Intendência. Arquivo da prefeitura de Campo Formoso.

Em relação ao comércio a administração colocou as cobranças de acordo com uma classificação sobre as casas comerciais, existiam as de 1<sup>a</sup> classe, até a 4<sup>a</sup> classe, e depois de algum tempo fora acrescentada mais uma classe a 5<sup>a</sup> toda essa classificação dependia da quantidade de capital de giro<sup>73</sup>.

Art 4º a cobrança de impostos sobre casas comerciais;  
 1º serão considerados de 1<sup>a</sup> classe as casas commerciaes, cujo estock for superior a 50 conto de réis.  
 2º de 2<sup>a</sup> classe aquelas cujo estock for inferior a 50 conto e superior a 15 conto de réis. Com depósito de sal, arame farpado, café, etc.  
 3º de 3<sup>a</sup> classe as casas cujo estock for inferior a 50 conto e superior a 15 conto sem depósito de sal, arame farpado, café, etc.  
 4º de 4<sup>a</sup> classe casas cujo estock for inferior a 15 conto.<sup>74</sup>

Essas eram cobradas pela distribuição da água conssecionada no valor de 2\$000 dois mil réis. Mas, essa distribuição quase inexistente, e as que existiam o Conselho não arcava com nem um réis na construção do seu encanamento. O fato poderá ser demonstrado pelos livros de impostos do conselho de Intendência do ano de 1913. Essa precariedade sobre a distribuição a água podemos constatar em uma carta escrita por Cassiana da Cunha Telles, de 27 de março de 1915, endereçada a Intendência de Pedro Antunes. Na solicitação constava uma reclamação devido ao imposto que deveria ser pago pelos inexistentes serviços de água, “venho solicitar a isenção de imposto sobre o meu “engenho de serra”. Se não lha pedi desde o começo é porque tive a expectativa de fazê-lo trabalhar [...] o que não aconteceu devido a falta absoluta de água para seu cabal funcionamento”.<sup>75</sup> A carência sobre distribuição de água persiste várias décadas adiante.

Inusitado também nos parece aquele imposto cobrado a todos os rapazes de vinte e um anos de idade todos os moradores de sexo masculino, acima dessa idade teriam que pagar ao imposto municipal a quantia de 2\$000, dois mil réis<sup>76</sup>. O estado estava em primeiro lugar na visão dos Intendentes. Mas, certamente os moradores não compartilhavam dessa opinião. Essa

<sup>73</sup> Lei orçamentária da cidade de Campo Formoso ano de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

<sup>74</sup> Lei orçamentária da cidade de Campo Formoso ano de 26 de dezembro de 1917. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

<sup>75</sup>Carta escrita por Cassiana da Cunha Telles. Campo Formoso 1915. Destinada ao Conselho de Intendência de Orizona-GO.

<sup>76</sup> Lei orçamentária da cidade de Campo Formoso de 1917. Arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

determinação faria com que os moradores pagassem porque se entendia que, todos os homens nessa idade já teriam uma fonte de renda. Então, o município deveria receber por isso.

Os animais domésticos como os cães, também eram alvo do fisco, os que não tivessem a licença teria os seus animais confiscados e mortos. Os pagamentos prediais, e os sobre a instrução eram para todos, obrigatoriamente e mesmo depois que a educação passou para o estado, continuaram a ser cobrados. As escolas na cidade a princípio eram sustentadas pelo município, então eram cobrados 2\$000 réis de todos os moradores do sexo masculino, o que raramente acontecia eram esses contribuintes pagarem.

Já os professores ganhavam 1:000\$000, um conto de réis por ano o que ficava em menos de 100\$000 réis por mês, quando recebiam, se formos fazer uma análise comparada vamos a passagens para ir até a estação era cobrada o valor de 10\$000 mil réis, o que demonstra o desnívelamento dos impostos. Eram tempos de carestia, a própria carne verde custava 10\$000 mil réis o quilo nas raras vezes que havia para vender, porém muitos cobravam bem mais. Mas, no ano de 1942 um professor rural chega a ganhar o mesmo vencimento do zelador do fórum a quantia de Cr\$ 1.800,00 cruzeiros<sup>77</sup>. Se formos fazer uma comparação uma máquina extintor Agridefesa<sup>78</sup> aquelas para formigas, as saúvas custava entorno de quatro vezes mais, 400\$000 mil réis.

De várias maneiras os eram cobrados, pois, a região não fica a dever em nada aos impostos atuais, tudo custava ao bolso do contribuinte, porém ninguém na época era isento a não ser pela caridade quando o Conselho de Intendência entendesse o cidadão como pobre, porém não identificamos quais eram os pré requisito necessário para esse entendimento. Entretanto, um detalhe talvez mereça atenção; os moradores simplesmente não pagavam, observamos isso no controle que era feito pela Intendência Municipal. A inadimplência era muito grande. O gado que representava a maior parcela de arrecadação era cobrado por cada cabeça criada. Nesse ponto, tal cobrança

<sup>77</sup> Relação dos cargos e salários que constituíram o período de 28 de outubro de 1942. Livro da Prefeitura de Campo Formoso de 1938. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona-GO.

<sup>78</sup> Encontramos a instrução que deveria ser utilizada no combate às formigas, enviado pelo ministério da Agricultura Departamento Nacional da produção vegetal, serviço de defesa sanitária vegetal. Ano 1938. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

não incidia somente o município, pois a criação de gado em Goiás era a mais importante forma de arrecadação do estado.

Observamos que a família dos Correia, responsável pela doação das terras para construção da cidade, mesmo não fazendo parte aparentemente da política local, ainda era a maior criadora de gado região. Chegavam a pagar mais de 10\$000 réis por ano<sup>79</sup> ao conselho de Intendência.<sup>80</sup> Observe como as contribuições assumem uma postura não equânime, pois um criador de gado pagaria entorno de 10\$000 mil ao ano e um rapaz da cidade após completar vinte e um anos tinha que pagar 2\$000 mil réis. Essa quantia referente ao gado era paga por ano. Então, ter que desembolsar 50\$000 de um imposto sobre farmácia, então pagar 30\$000 réis de uma multa aplicada pelo Conselho, quantias que equivaleriam a três anos de contribuição sobre gado do senhor Correia. Dentro dessas reflexões tentamos entender o valor das taxas no município. Parece-nos que os que moravam na cidade pagavam mais do que os próprios produtores, afirmando mais uma vez que, morar na cidade era um privilégio para poucos.

Os agricultores eram quase de subsistência, não tendo condições de sanar sua dívida com o fisco. Na década de 1930, a arrecadação melhorou conforme o livro de receitas do município, na prefeitura de Egerineu Texeira assassinado no ano de 1937. Diante de tantas fases difíceis foi na prefeitura dele que a arrecadação superou as despesas, deixando erário nos cofres públicos, mas fora um momento único, logo depois volta à mesma falta de recursos. Dessa forma, a resistência de não pagar as cobranças fazia que os cofres públicos sempre estivessem em déficit. O gado trazia renda certa, porém poucos tinham essa propriedade, dentro de uma lista de mais de duzentas pessoas, menos de vinte moradores cumpriam com suas obrigações sobre os impostos, que eram os mais ricos.<sup>81</sup> Observamos dessa maneira as estratégias utilizadas pela Intendência em busca de recursos para a implantação das

---

<sup>79</sup> Na cidade quem mais pagava sobre gado eram arrecadados também e diante dos registros verificamos que o cidadão que mais pagava este imposto era o cidadão Inácio Correia Peres e o segundo o cidadão Luiz Gonzaga Correia.

<sup>80</sup> Livros de impostos da cidade de Campo Formoso ano 1913. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>81</sup> Livros de impostos da cidade de Campo Formoso ano 1913. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

modificações. Com a debilidade a que estavam colocados os municípios não tinham recursos, o governo deixava quase tudo a cargo dos moradores, que deveriam cumprir as exigências pautadas nas Posturas, com recursos próprios.

A intendência da cidade não custeava quase nada, nem mesmo quando desfaziam as obras, os moradores eram obrigados a refazê-las. Tudo os moradores deveriam custear, como as calçadas, por exemplo, que deveriam ser feitas com pedras de larga face e com largura de um metro, ainda se exigindo o tipo e a qualidade dos materiais, em consonância com o ideal de beleza almejado pelas classes abastadas. Eles desejavam uma cidade agradável aos olhos, que pudessem demonstrar modernidade, beleza, urbanização, cultura, e os moradores, podendo ou não, tinham que custear a maior parte desses ideais. Almejando uma cidade onde pudessem governar, mesmo sem saber ao certo como se procedia para isso, um lugar onde pudessem se transformar nos líderes da política local. No entanto, também quiseram evidenciar que esta cidade de Goiás fazia parte do Brasil, mesmo estando esquecida pelos poderes centrais e pelas “mudanças” impelidas pelos ventos republicanos.

As moradias também faziam parte dos projetos de urbanização os embelezamentos da praça e das casas eram realizados de várias maneiras; as casas teriam que ser caiadas na frente e rebocadas, e as tintas a óleo repintadas. Também ficavam proibidos cercas de aroeiras, ou qualquer madeira, varas, espinhos, valas, onde o prazo seria a partir de 1º de janeiro de 1907. Proibidos também seriam as construções de casas de meia água<sup>82</sup>, sob qualquer pretexto. Proibia-se igualmente, fazer degraus e escadas somente se fossem para fora das soleiras das portas, nunca poderiam ser feitos para as calçadas<sup>83</sup>, colocar janelas, clarabóias, frestas de qualquer tipo ficavam terminantemente proibidos se fossem para terrenos alheios ou públicos. Nesse sentido a privacidade fora ratificada as pessoas tinham que saber o seu espaço. Observamos vários métodos na tentativa de criar um espaço público

---

<sup>82</sup> Art. 57. § 1º. Código de Posturas da cidade de Campo Formoso ano de 1907. p. 07. Arquivo público da cidade de Orizona.

<sup>83</sup> Art. 57. § 2º. Código de Posturas da cidade de Campo Formoso ano de 1907. p. 07. Arquivo público da cidade de Orizona.

onde todos, que pudessem custear deveriam está confortáveis, longe dos costumes inaceitáveis para os padrões de construção de uma cidade moderna. Os bons modos teriam que ser apregoados, ensinados, exigidos. Entretanto, grandes esforços teriam que serem feitos, para apagar as marcas em uma população que vinham de uma imersão nos tempos coloniais, mas que a partir de agora parecia que estavam rumo ao progresso. As estratégias usadas para isso deveriam ser por meio das multas e prisões que eram cobradas todas as vezes que a regras fossem quebradas. As multas são punições pelas quebras nas hierarquias agora admitidas como corretas.

O espaço urbano era uma opção para que as mudanças chegassem mais rápido, pois dentro dele se poderia desfrutar da adoção de novos tipos de relações políticas e de outros meios econômicos, não seria somente a terra. Politicamente os moradores da cidade de Campo Formoso iriam experimentar uma nova visão agora teriam que lidar com as mudanças políticas e administrativas. A partir do momento em que as leis começaram a vigorar limitou-se o que pode ou não fazer, em relação ao espaço vivido. Neste momento o público ultrapassa o mundo privado, estipulando-se como se pode morar, ou seja, impelir a mudança dos hábitos que sempre conviveram com os moradores desde o tempo de arraial.

Assim, os moradores da cidade começaram a modificar alguns hábitos como o uso do cemitério, por exemplo, pois nos campos não havia cemitérios da maneira que conhecemos. No entanto, a pequena cidade em muitos pontos continua com vínculos estreitos, com a vida rural, pois lembramos que a cidade além de ser uma consequência dela, mantinha uma economia dependente dos meios rurais. O comércio ainda insipiente corroborava para que se morasse no meio urbano não possuíssem meios de sobreviver sem estar atrelada a produção agro-pecuária. Neste cenário existiam aqueles que eram donos dos meios de produção, as terras, e os que dependiam diretamente desses meios, os trabalhadores das fazendas. As mudanças ocorreram, mas de forma processual.

Por essas razões insistimos que o Código de Postura impelia na busca de vários aspectos, mas principalmente, era a idealização de grupo dominante,

na construção de um espaço não somente mais habitável, mas acima de tudo mais bonito e “civilizado”, porque como diz Jacques Le Goff, “a cidade, bela e rica, é também fonte de idealização”<sup>84</sup>, em todos os tempos, desde o seu surgimento. Em Campo Formoso essas mudanças vinham mostrar que uma nova cidade que estava sendo construída, não ficaria relegada a um segundo plano, pois não era mais somente o espaço de visitas esporádicas. Agora este espaço era pensado como um epicentro de disputas de outros interesses agora em jogo, passando a ser imaginado, a partir desse momento, como o local de onde se partiriam as decisões que regulariam a vida dos moradores.

A construção do espaço urbano atendia a vários propósitos diferentes do que antes era pensado, pois era somente um lugar de encontros quase predominantemente religiosos, agora os indivíduos se aglomeraram não somente algumas vezes, mas toma o local como moradia.

O espaço urbano, anteriormente usado por todos os munícipes em encontros coletivos, festas, mercados, convívio social etc., começa a ser governado por um novo interesse, em meados do século XIX e início do XX, que é “o interesse público controlado pelas elites dominantes.”<sup>85</sup>

A disciplinarização e as punições, presentes no Código de Posturas, para as construções das moradias na cidade exigiam vários requisitos e isso implicava que somente os mais ricos podiam fazê-lo. Os mais pobres comumente moravam em casas de taipa com telhados de esteio ou palha e estas não eram permitidas dentro do perímetro da cidade. Observamos alguns artigos do Código de Posturas, a esse respeito:

Art 41- Na edificação e reedificação dos prédios guardar-se-á as seguintes dimensões pelo menos;

§ 1º as casas térreas terão 3.20 metros de altura contados do baldrame a linha superior do telhado.

§ 2º As casas de sobrado terão 4 metros de altura no perímetro térreo, contados do baldrame da linha superior, e o segundo andar 3.50 metros.

Art 44- dentro do perímetro dessa Villa as casas só poderão ser coberta de telhas ou outro material incombustível.

Para se morar na cidade, tinha-se que ter condições, pois além da disciplinarização, existia o fator sócio-econômico, o que levava aos que não

---

<sup>84</sup> LE GOFF, Jacques. *Op.cit.* 1998. p. 71.

<sup>85</sup> CARVALHO, Heitor Ferreira. *Op.cit.* 2004. p.31.

podiam viver dentro do perímetro urbano passarem a residir nas regiões no entorno dela. A disciplina é sempre procurada como forma de organizar o espaço a respeito desta rígida demonstração disciplinar Michel Foucault afirma,

A disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola em um espaço fechado, esquadinhado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes.<sup>86</sup>

As palavras a partir do regimento de ordem eram ruas alinhadas e niveladas, casas arejadas, salubridade, embelezamento e segurança dentre outros objetivos, as ruas também eram objetos de padronização ela tinham que de preferência serem largas e arborizadas, conforme o “Art. 66 o Conselho mandará plantar árvores de escolhidas qualidades nas ruas e praças”.<sup>87</sup> Devemos entender que as normas eram cumpridas na medida do possível as modificações obviamente que aqui não seriam semelhantes às do Rio de Janeiro<sup>88</sup>, mas em guardadas proporções elas foram feitas. Estas construções e remodelações estão no “Art. 28, O Conselho fará levantar a planta e o nivelamento da Villa e das povoações do povoações do município que se forem creando”.<sup>89</sup>

Se o Intendente Municipal deveria colocar as coisas em “ordem” dependeria mais uma vez das figuras dos fiscais do conselho. Os fiscais foram figuras marcantes para época e tinham um imenso trabalho, dentro dos limites da vila. A esse agente caberia, autuar, inscrever, punir, aplicar multas, indiciar, além lavar os canteiros dos muros sujos pelos lodos, fiscalizar anéis d’água, recolher o lixo, matar cães atacados por doenças e ainda matar os que não

---

<sup>86</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005. p. 11.

<sup>87</sup> Código de Posturas de Campo Formoso de 11 de jan de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

<sup>88</sup> MENEZES, Lená Medeiros. Nas trilhas do Progresso: Pereira Passos e as posturas municipais ( RJ 1902-1906). In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. A cidade em debate. São Paulo: Olho d’água, 2000.

<sup>89</sup> Código de Posturas da vila de Campo Formoso de 11 de jan de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

tivessem donos e até mesmo matar formigas “as cabeçudas”<sup>90</sup>, que era como pragas nessas paragens.

O peso do trabalho dos fiscais era imenso o que lhe rendia, certamente, muitas discussões e desentendimentos com outros moradores da cidade. Assim, diz o Art. 168 do código de posturas da cidade destaca, “o fiscal é funcionário municipal especialmente encarregado de zelar pela boa execução destas posturas, impondo multas aos seus infratores”<sup>91</sup>, e, segundo o Art. 182 “todo indivíduo que insultar o fiscal no exercício de sua funções ou se opuser ao desempenho dos deveres de seu emprego, será preso e recolhido a cadeia à ordem do Intendente, afim de sofrer a multa de 30\$000, trinta mil réis e oito dias de prisão”.<sup>92</sup> Observamos que a quantia era o maior valor já pago dentre todas as multas. Todas essas medidas visavam intimidar os mais afoitos do local, de um possível desacato.

O código de posturas da cidade foi dividido em 15 títulos, com 185 artigos. Nele as infrações eram penalizadas sob forma de multas, prisões simples ou com trabalho e a obrigação de fazer ou desfazer ação dependendo de cada caso. Sempre que se infringia o código, ao responsável era dada a obrigação de fazer ou desfazer, no prazo médio de cinco dias, o que quer que tenha feito sem a licença do conselho ou fora das posturas da cidade. Relembreamos que esses instrumentos normativos, “permitem levantar o pressuposto de que as regras neles impostas eram resultantes de práticas que vinham sendo executadas pelos municípios de forma aleatória, implicando em desordem, o que não caracterizava, portanto, uma sociedade civilizada”<sup>93</sup>.

E por isso as figuras dos fiscais são tão importantes. Eles eram responsáveis pelas punições, e havia um estímulo a sua atuação, pois além de receberam seus salários ainda recebiam gratificações o que estimulavam mais

<sup>90</sup> Diante de vários problemas que existem em relação à produção são colocados, principalmente, pelo governo do estado uma praga que acomete não somente Campo Formoso como todo o Goiás, a infestação dos solos pelas formigas saúvas, que foi uma grande responsável pelas baixas produções agrícolas. As saúvas se transformaram em grande dor de cabeça não somente para a cidade, mas principalmente, para o estado de Goiás que era penalizado pelas baixas produções e dessa forma diminuía seu mercado de exportação.

<sup>91</sup> Código de Postura do Município da Villa de Campo Formoso de 11 de janeiro de 1907. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>92</sup> Código de Postura de 11 de janeiro de 1907 do Município da Villa de Campo Formoso, 1907. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>93</sup> CARVALHO, Heitor. *Op. cit.* 2004. p. 34.

ainda seu trabalho, assim diz o “Art. 179- o fiscal será remunerado pelo intendente e receberá além de vencimento fixo que lhe marcar o conselho, mais 10% das multas que impuser, e a gratificação do artigo 37 do presente código”.<sup>94</sup> Isso funcionaria como uma recompensa pelos duros inconvenientes que passassem no cumprimento do dever.

A força pública, criada com a emancipação da cidade de Campo Formoso, nesse momento, por meio da legislação, ultrapassa a força privada. Verifica-se isso no caso de aberturas de ruas, que ficam proibidas, sem licença prévia dos conselhos de Intendência. As multas eram cobradas em Real, unidade monetária do período, “cujo plural era expresso pelo termo réis”.<sup>95</sup> A força pública agora era centralizadora de todos os acontecimentos sobre o espaço urbano estipulando as ações que nele eram construídas. Sempre que se houvesse a necessidade de fazer uso dos meios judiciais as multas seriam acrescentadas de mais vinte 20% sobre o valor cobrado. Lená Menezes nos esclarece que as medidas tomadas eram para garantir a, “ampla reforma pretendida, assim impunha-se os meios jurídicos que respaldassem a ação administrativa”.<sup>96</sup>

Ninguém poderia negar-se a servir de testemunha e se o fizesse seria multado em 10\$000 dez mil réis, ou seja, as pessoas eram impelidas a contribuir com os ordenamentos. Quem não pudesse pagar a multa ficaria até 15 dias na prisão onde cada dia equivale a 1\$000 mil réis. Todos poderiam ser penalizados com tais regimentos, até mesmo os tropeiros, os viajantes, os mascates e os carreiros, tendo estes que pagar no ato da infração ao fiscal por não residirem na cidade, pois, somente os domiciliados a mais de um ano é que seriam considerados do local.

As multas aplicadas nos reincidentes teriam seu valor duplicado. As penalizações eram variadas, porém qualquer um poderia estar nelas incursas. Assim, fica especificado que ricos ou pobres todos teriam que cumprir as

<sup>94</sup> Código de Postura de 11 de janeiro de 1907 do Município da Villa de Campo Formoso, 1907. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>95</sup> NASCIMENTO FILHO, João Aderaldo. *Senhores e Escravos no Maranhão Provincial: um estudo dos Códigos de Posturas (1843-1888)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999. p. 20. Disponível em: <http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?=com> Acesso: em 08 de jan. de 2105.

<sup>96</sup> MENEZES, Lená 2000. p. 120.

diretrizes anunciadas e isto fora deixado bem claro no Art. 27 como segue, “estas posturas obrigarão a todas as pessoas e corporações dentro do município, quaequer que sejam os seus privilégios”.<sup>97</sup> O problema diante da normatização expressa no artigo, é pensarmos que, quem mais sofria com as pesadas penalizações impostas pelo Conselho de Intendência era os mais desafortunados, incapazes na maior parte de atender as determinações.

Percebemos a todo o momento que os códigos de Posturas são mecanismos de controle social, onde se tenta destruir antigos hábitos ou tradições que possam ser tido como não “civilizados”, substituindo por outros que pareçam mais polidos. Ademir Gebara nos indica, que os Códigos de Postura, também

[...] referem-se a um grande número de questões pertinentes à administração pública municipal, sendo uma excelente fonte para o estudo da história local, por revelarem inúmeros aspectos da vida diária como os costumes e problemas enfrentados pela comunidade.<sup>98</sup>

Nenhum cidadão poderia fazer nada em relação ao município sem apresentar uma licença do Conselho de Intendência que, não era liberada, senão declarasse para que finalidade o propósito da mesma, e sem o pagamento prévio dos impostos. Isto destaca que a partir da edificação de uma força centralizada, o governo do município desenvolve uma organização burocratizada sobre as ações dos cidadãos que não poderiam mais ser feitas de maneira livre. Nesse momento o estado é o responsável direto pelo espaço urbano. A Intendência afirmava, a todo o momento, quem era realmente o responsável pela cidade e pelo modo de viver dentro dela. Havia a partir desse instante um crescimento do setor público em detrimento ao privado.

### 2.1.1. A República impõe como se morar

---

<sup>97</sup> Código de Postura do Município da Villa de Campo Formoso do Estado de Goiás de 11 de janeiro de 1907. Arquivo da cidade de Orizona.

<sup>98</sup> GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 101. Disponível em:<[https://books.google.com/.../O\\_mercado\\_de\\_trabalho\\_livre\\_no\\_Brasil](https://books.google.com/.../O_mercado_de_trabalho_livre_no_Brasil)> Acesso: 16 de jan. de 2105.

Nos grandes centros, os profissionais da saúde tinham como grande desafio instalar medidas de salubridades para adequação das moradias, mecanismos espalhados para outros lugares do Brasil, no intuito de diminuir doenças. Dentre essas medidas, havia a questão das janelas, pois como o sol era um uma forma de garantir salubridade essas deviam ser altas e largas, não havendo restrições em seu número, mas somente permitia estas janelas se fossem pintadas à tinta óleo.

Art 57- Fica prohibido nesta vila;

§ 3º fica prohibido colocar no pavimento térreo da casa: portas, janellas rótulas ou empanadas de qualquer espécie, que abram para fora em frente das ruas ou praças. Serão, porém permittidas venezianas pintadas à óleo ou caxilhos com vidraças que abram para fora nas casas, cujas janelas fiquem pelo menos 2.20 m.<sup>ts</sup> acima do nível do passeio.<sup>99</sup>

Art. 42 As janellas deverão guardar as seguintes proporções:

§1º As janellas terão, pelo menos, 1.<sup>40</sup> metros de altura e 90 cm de largura, devendo guardar 1 metro de altura do baldrame, à face superior do peitoril.

Nesse caso havia grande preocupação com as janelas, na parte antiga da cidade até hoje observamos várias delas nas casas mais antigas, que pertencem ou pertenceram, às pessoas mais abastadas do local. Esse momento nos fez lembrar uma passagem de Ítalo Calvino que diz, “quantas variedades de janelas apresentam-se diante das ruas”<sup>100</sup> e da praça. Pois, na cidade as casas no entorno da praça tinham que ser feitas de vidraças, caxilhos e pintadas à tinta óleo, mas muitas eram feitas somente de madeira.

As moradias também teriam portas largas e altas que mediriam dois metros e quarenta centímetros<sup>101</sup>. Devemos observar que as regras do Código de Posturas insistem em casas arejadas para que obtivessem maior conforto e saúde aos moradores. Anteriormente não somente no Brasil, a falta de luz solar nas moradias foi um grande problema, por isso o assunto foi aprofundado em várias investigações a respeito do assunto, os motivos foram evidenciados por Carlos Lemos dizendo, “uma pesquisa de Berna, 1789, constatou o fato de que

<sup>99</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso de 11 de janeiro de 1907. Arquivo da cidade de Orizona – GO.

<sup>100</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 85.

<sup>101</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso de 11 de janeiro de 1907. Arquivo da cidade de Orizona – GO.

o lado não ensolarado da rua apresenta 13% a mais de mortalidade".<sup>102</sup> A partir de estudos desse tipo, houve um importante, amadurecimento, sobre os conhecimentos em relação às moradias do Brasil a partir no período Republicano, e as normas de salubridade que deveriam ser conhecidas e aplicadas. O lar passou a ser um espaço vigiado dentro das novas ideias que estavam sendo construídas as rigorosidades na construção das casas, isso é uma inovação importante, pois a habitação é o "uma característica fundamental da condição humana".<sup>103</sup>

Todos os alicerces tinham de ser de tijolos ou pedras, não seriam tolerados casas ou muros em estado de ruínas, e os responsáveis seriam punidos se não tomassem providência dentro de vinte e quatro horas, porém se puder ser reparado o fiscal poderia conceder até sessenta dias para a execução da obra, ou, a punição ou demolição da propriedade. Dentro da cidade as casas só poderiam ser cobertas com telhas, nunca com materiais inflamáveis como a palha, essas medidas evitariam incêndios e preveniam doenças<sup>104</sup>. Entretanto, fora do perímetro urbano existiam muitas casas com telhados de palha com demonstra um recenseamento na região feito por Ernesto Luiz Schumattz em 1934. É interessante a apresentação dessas Posturas, como a cidade teria aproximadamente 200 metros de diâmetro, o que ficasse fora desse epicentro poderia ter qualquer tipo de construção.

As pessoas mais pobres viviam na periferia da cidade. Seria lá que encontrariamos a realidade da maioria dos moradores do local, com suas pequenas casas de tetos baixos, muitas meia-água, o que era expressamente proibido dentro do perímetro da urbe, com janelas pequenas de madeira, paredes feitas de pau-a-pique com telhados de palha e ou mesmo de telhas, mas totalmente diferentes das que eram construídas dentro do centro da cidade. Tal aspecto é ressaltado no depoimento de um antigo morador da cidade já em 1950, demonstrando que esse tipo de moradia perdurou por muito tempo,

---

<sup>102</sup> LEMOS, Carlos. *A Republica ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 72.

<sup>103</sup> HEIDEGGER, M. *Essais et conférences*. Paris: Gallimard. 1958. p. 192. "el rasgo fundamental de la condición humana".

<sup>104</sup> Código de Postura da Vila de Campo Formoso. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

A nossa casa era de pau-a-pique, foi meu pai mesmo que fez, ela pegava ia no mato cortava um monte vara de madeira de lei, angico, aquelas que o cupim não rói, colocava elas assim uma junto da outra e amarrava com varas, depois fazia uma massa de barro e ai enchendo tudo aí, fazia o teto assim... uma cumeeira e cobria podia faze de duas bandas ou meia água a nossa era de meia água...depois que colocava a massa...Alisava tinha uns que alisava com a mão...Mas, meu pai tinha uma colher, eu acho...ele alisava e fica até bom enquanto tava molhado, depois que secava ela rachava demais aí era uma ótima casa pra os barbeiros...eu não sei como não fui picado...eu minha mãe e meu pai mesmo...mas, é porque tinha uns formicidas terrível e meu pai colocava assim purinho nas paredes da casa...também não sei como não morremos envenenado... esse veneno era terrível formicida!...talvez foi por isso que agente não pegou a doença. Um dia tava muito ruim e meu pai rebocou com uma mistura de areia do mato e estrume de vaca que mistura e reboca para tirar aquelas rachaduras. Ele andava como se fosse do cemitério ao cortado... É muito longe empurrando um carrinho com areia várias vezes...teve que pedir para tirar essa areia ou dono da terra...A areia não presta... A areia do mato não é essa areia agora boa de construir, não! É aquela areia preta, rústica. Depois por ultimo meu pai passou cal que agente passava a mão assim e ele saía na mão... Mas, o que eu quero dizer é que a vida nas fazendas era muito mal.<sup>105</sup>

Dessa forma, podemos entender como acontecia na vida desses sujeitos, as dificuldades, o abandono, a falta de trabalho e a pobreza que os faziam desenvolver muitas atividades, fazendo-os trabalhar nas terras de outros. O dilema que enfrentavam dia a dia trabalhando aqui e ali sem ter lugar certo. Essas casas ainda se podiam ver fora da cidade, bem depois de 1930. A região fora do perímetro urbano, não possuía ruas planejadas e limpas, nem alinhamentos, nem nivelamentos, eram construídas como seus donos conseguiam, inicialmente, no meio do cerrado, com poucos recursos.

Dentro da cidade as medidas embelezadoras estavam diretamente ligadas ao combate aos tipos de moradia existentes comumente no local, pequenas choupanas de telhado de palha construídas de pau-a-pique. E as imposições contidas nos códigos impossibilitavam os mais pobres de residirem dentro do perímetro urbano. Sendo somente as pessoas paupérrimas que seriam ajudadas, como consta o “Art. 48. § 1º- As pessoas reconhecidamente pobres que assim forem consideradas pelo conselho que então autorizará a

---

<sup>105</sup> Entrevista gentilmente concedida por Laudevino Ribeiro Batista, nascido em 23 de setembro de 1947, cidade de Orizona Goiás. Rua: Ananias Canedo, nº 14. Centro Orizona-GO. Áudio 15 minutos. 05/03/2015.

fazer a calçada a custa dos cofres municipal".<sup>106</sup> Diante desses artigo imaginamos que a Intendência tinha que despender enormes quantias, haja vista, o estado de carência na região. Neste sentido, o sr. Achiles Ribeiro relembra e retrata as condições da cidade de Campo Formoso da década de 1940,

[...] me lembro que matava uma vaca aqui, ficava no açougue uma semana, uma vaca.. não existia dinheiro corrente, agente comprava num ano pagava no outro, nem tinha inflação não tinha nada, né? Mas, era uma pobreza total [...] porque Orizona era da praça do Lazer até a saída lá, não tinha esses bairros, não tinha nada. Eu conheci Orizona eu caçava passarinho aqui...aqui era mato aqui, não tinha nada! Isso tudo aqui era sertão! Só a partir de sessenta que isso aqui começou a produzir alguma coisa. Tem a história que Orizona mudou de Campo Formoso para Orizona. Porque é terra do arroz, né? Porque é Oriz,... não! Não tinha nada era uma produçãozinha que tinha só pra casa da gente sabe? Porque naquele tempo se você não colhesse arroz, você não comia arroz, num vinha arroz de fora pra vir pra cá não, não tinha transporte.<sup>107</sup>

O que evidenciamos é sobre o estado de carência da região, das batalhas que o homem no/do sertão todos os dias encaravam para garantir a sua sobrevivência. Senhor Achiles era professor no Taquaral, e depois diretor por muitos anos no Colégio estadual na cidade nasceu em Taquaral e retrata a Orizona a qual conheceu. Outro ponto importante é sobre o que ele considera sertão, como sendo o cerrado em si, o nada, a ausência total de qualquer beneficiamento feito pelo homem. Seu Achiles considera o sertão como sendo o caos e a desordem. Em outro momento fala da produção de subsistência, e de ser uma cidade para poucas pessoas.

São tempos de necessidades que retratavam a vida dos que lá viviam. A caridade com os menos favorecidos seria o reflexo de uma sociedade criada dentro dos moldes católicos, pois “sempre houve caridade na sociedade cristã desde que o cristianismo se difundiu”<sup>108</sup>, assim afirma Jacques Le Goff. Aliás, a pobreza e carência da região não passam despercebidas nas palavras do

<sup>106</sup> Código de Posturas de 1907 da cidade Campo Formoso. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona.

<sup>107</sup> Entrevista concedida por seu Achiles Ribeiro, morador da cidade de Campo Formoso nascido em 20 de novembro de 1936, nascido em Taquaral povoado do município de Campo Formoso. Entrevista realizada em áudio com 47:15 minutos de duração. Endereço. Av. Egerineu Teixeira, Centro, Orizona-GO.

<sup>108</sup> LE GOFF. *Op.cit.* 1998. p. 88.

Bispo do Goiás D. Prudêncio Gomes quanto durante o ano de 1913, atesta na sua Carta Pastoral, dizendo:

Demos portanto nosso óbolo, por pequeno que seja ao papa que é nosso pai, temos de ir com auxílio de Deus, no anno que vem a presença do Papa e queremos como nos cumpre, depor então aos seus pés o óbolo ou esmola da diocese de Goyaz. E porque não?! Goiás é pobre, mas é generosa, e, como todas as outras suas co-irmans da Federação Brasileiras mandão a Roma, sua oferta, maior ou menor, por intermédio do seus bispos. (D. Prudêncio Gomes, grifo nosso).<sup>109</sup>

Assim, poderemos ver demonstrado por meio dos documentos da cidade de Campo Formoso os grandes problemas financeiros, como também verificamos no documento encaminhado ao “Exmo. Pedro Ludovico Teixeira, [...] valendo-se do ensejo, envio a cópia da acta que, então, se lavrou e onde se verifica a precária situação financeira dessa municipalidade. Ante o saldo de 180\$400 mil réis em caixa, e uma dívida passiva de 7: 544\$360 ante a urgência”.<sup>110</sup>

As municipalidades na maioria das cidades eram de fato inexpressivas. Em Campo Formoso as relações nutritas com o poder central eram mínimas, isso corrobora para o maior crescimento da política dos coronéis. O fator da legitimação da pobreza recai sobre o que os Intendentes consideravam pobres, não havendo regras claras sobre o assunto. Devido à enorme carência que atingia a região, à falta de erário, a distância dos centros urbanos, o grande número de analfabetismo, as doenças do “sertão”, e as dificuldades de locomoção, tudo isso, contribuía para gerar um quadro de estagnação econômica e social<sup>111</sup>.

Mesmo a República sendo um tempo de mudanças e ventos de progressos ainda faltava muito para esta região se inserir nesse novo quadro pintado pelos republicanos. A modernidade tinha limitações claras sobre quem poderia ocupar certos lugares. Em Campo Formoso ela fora idealizada pelos

<sup>109</sup> Livro do Tombo de Campo Formoso de 1913, escrito pelo Pe. Calzada, pároco da cidade.

<sup>110</sup> Livro de Registros, Actas, Portarias e Officios de 1919 a 1930. 22 de dezembro de 1930. p. 51. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona-GO.

<sup>111</sup> Ver: SILVA, Leicy Francisca. *A persistência de um saber: a medicina popular em Goiás 1930 a 1950.* 2005. p. 01. Disponível em:

<<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1327.pdf>> Acesso: 15 de set. de 2015.

mais ricos e para os mais ricos. Pela primeira vez, na história do lugar construiu-se uma nova forma de perceber o espaço onde se mora, “a relação do habitante com seu habitat (em particular a sua moradia) não é somente uma relação instrumental”.<sup>112</sup> Se a morada representa um espaço particular, agora ela seria inspecionada e moldada ao que se pretendia. Observamos que a partir desse instante a vida do indivíduo ficou “resguardado pelo olhar vigilante do Estado”.<sup>113</sup>

As medidas na/da República em relação às cidades visavam acima de tudo destacar que seriam inadiáveis “medidas preventivas que viessem torná-la mais saudável, tais como arborização das praças, canalização das águas dos chafarizes, proibição de circulação de porcos, cabras e outros animais que pastavam livremente pelas ruas”.<sup>114</sup> As Posturas tinham a obrigação de modificar os modos dos que ali existiam seu objetivo era, sobretudo criar, “um dos principais meios efetivamente viáveis para a Câmara controlar a transformação das práticas cotidianas”.<sup>115</sup>

## 2. 1. 2. Água, símbolo de poder: as concessões

O serviço de água denotava poder. No Código de Posturas, título IV, que trata “Do abastecimento d’água”, do Art. 71 ao Art.87, consta: “Art. 71- O conselho tratará logo que tiver fundos de canalizar novos mananciais para esta Villa”.<sup>116</sup> A água era um meio de ostentar a riqueza dos mais abastados do

<sup>112</sup> CHOAY, Françoise. *El urbanismo utopias y realidades*. Trad. Luis Del Castillo. Barcelona: LUMEN, 1970. p. 74. “La relación del habitante com el habitáculo (em particular, la morada) no es solo una relación instrumental”.

<sup>113</sup> MENEZES, Lená M. *op.cit.* 2000. p. 115.

<sup>114</sup> Magalhães, Sônia Maria de. *O cenário nosológico de Goiás no século XIX: The nosológicos cenes of Goiás in century XIX*. 2005, São Paulo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000200011&script=sci_arttext)> Acesso: 27 de set de 2015.

<sup>115</sup> CARMO, Bruno Bortoloto do. *Entre práticas e representações um estudo de caso de código de posturas 1857*. (2010, p. 13). Disponível em:<[http://www.academia.edu/1211366/Entre\\_pr%C3%A1tica](http://www.academia.edu/1211366/Entre_pr%C3%A1tica)> Acesso: 22 de out de 2015.

<sup>116</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso de 11 de janeiro de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona - GO.

local. A canalização dela era de fato uma inovação, em uma região que os meios de acesso a água eram difíceis, sendo somente buscadas nos rios, córregos ou cisternas. Sua distribuição por meio das concessões fazia parte das novidades para época, mas ela era algo irreal para as condições de vida da grande maioria da população que vivia numa extrema carência. E mesmo sendo regos públicos as pessoas teriam de pagar para utilizá-los, o que a partir desse momento deixa de ser público, pois o estado o particulariza e o pagamento se daria na forma de impostos.

Os intendentes trataram de criar uma série de medidas que visavam solucionar o problema da água na cidade. A distribuição era realizada por meio da construção dos anéis d'água os quais tentaremos descrever por meio do sistema utilizado: uma tábua com vários furos e cada furo seria um anel d'água, afixados solidamente em um rôgo de água vindo das minas de águas que nesse tempo existiam espalhadas pela cidade. Depois os anéis eram enumerados e registrados em livro com o número do anel e o nome do concessionário ao preço de 5\$000 réis por ano.<sup>117</sup>

Esse encanamento se daria por pequenos canais recobertos de pedras ou tijolos, ou bicas de madeiras de lei, cobertos por pranchões ou pedras, que ficariam enterrados no mesmo nivelamento das ruas, para que não obstruíssem as travessias das ruas e praças e assim conseguisse chegar ao destino final as casa dos concessionários. O serviço era cobrado pelo Conselho de Intendência que, novamente, não custeava nada das obras, tendo os moradores de arcar com os custos das obras.<sup>118</sup>

Estes serviços certamente não eram baratos, inacessíveis para a maioria dos cidadãos. Os mais pobres não viviam quase nada dessas mudanças, dessa forma, entendemos que, “a inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”),

<sup>117</sup> Art. 73. Código de Posturas da cidade de Campo Formoso, ano de 1907. p. 09. Arquivo público da cidade de Orizona.

<sup>118</sup> Art. 77. Os concessionários dos annéis d'água serão obrigados a encanar a água, nos lugares que atravessar a ruas e praças, por meio por meio de bica de madeira de lei, ou canais de pedras ou tijolos, sendo estes encanamentos cobertos por pranchões ou por pedras e revestidos de terra até ganhar o nivelamento da rua ou praça. Ao infrator 10\$000 mil réis de multa e o serviço feito as suas custas. p. 09.

mas é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer".<sup>119</sup> Se os rôgos pertenciam a população em geral esse fato de utilizá-los já era consolidado, com a chegada da Intendência ele passa a ser controlado por ela, o que torna a vida dos que não podiam pagar pelo serviço da água terem de ir buscá-la nos ribeirões.

Essa reflexão nos aponta o seguinte fato; se algum vestígio de modernização chegou à região e não foi vivenciado pelos mais carentes, observamos que a partir de agora os distanciamentos ainda se colocaram mais evidentes. Pois, percebemos com base nos livros de pagamento das concessões que a maioria da população não utilizava as melhorias, menos de 5% da população do local desfrutava dessa modernização implantada nesse espaço. Essa porcentagem foi calculada com base nos livros de concessões ano de 1913, a distribuição da água era colocada como um imposto a ser pago quem a utiliza. Assim, de 430 pessoas inscritas apenas 13 pessoas pagavam o imposto referente à distribuição, as concessões<sup>120</sup>.

Os códigos normativos nos mostram até certo ponto, o que acontecia em relação à administração e a comunidade de Campo Formoso, como a cidade poderia ser desenhada pelo grupo político. Mas, não mostram as relações tecidas pelos sujeitos no seu dia a dia, o mundo silenciado, um mundo que não temos acesso senão pelas falas de personagem, por algumas cartas, cobranças, pelas queixas pelos impostos que não eram pagos, na grande maioria, são fragmentos de histórias que não são evidentes e muito menos evidenciados, elementos refletidos que pertencem ao campo microscópico da história.

Aquilo que não está escrito, que engloba sentimentos, distanciamentos sociais que muitas vezes não são falados. Ao analisarmos o livro de Decretos e Leis verificamos que a pobreza existente no entorno era mesmo uma realidade,

Que nos fim do perímetro urbano, desta cidade, há alguns casebres cujo péssimo estado de conservação pouco ou quase

<sup>119</sup> THOMPSON, E. P. Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 48.

<sup>120</sup> Livro de pagamento sobre as concessões de água encanada de 1913. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

nenhum valor aparentam, considerando que essas casas pertencem a mulheres, e quase todas viúvas nenhuma renda tem e que por isso mesmo, não deviam e nem podem estar sujeitas a impostos. Resolve-se perdoá-las a dívida ativa.<sup>121</sup>

A grande maioria das pessoas da região fazia o uso de cisternas, porém os mais carentes utilizavam as águas dos ribeirões, problema sentido pelos que moravam nas regiões afastadas da cidade.

Para termos ideia, nos documentos do recenseamento em 1934 feito pelo recenseador Ernesto Luiz Schumattz, na prefeitura de Aguinaldo França, foram 298 recenseados, nas zonas do município. Pode-se observar que a maioria dos moradores ainda utilizava cisternas, número em torno de setenta e uma pessoas, ou águas dos ribeirões mais próximos onze pessoas, as outras não estava declarado. Dentro disso, observamos que a estratégia utilizada pela população faz que compreendamos a sua luta diária longe dos poderes constituídos. As informações que formam algumas estatísticas regionais muitas estão incompletas devido aos problemas de acesso, transportes, estradas e grandes distâncias o que indica as diversas problemáticas para fazer o recenseamento, como falta de recursos, de acesso, e da própria desconfiança por parte da população.

Assim, tomaremos como exemplo o ano 1934, por entender que depois de quase trintas anos após a implantação do Código de Posturas existe uma carência ainda bastante acentuada. Mais uma vez se destaca a ideia de que o que chegou nesse espaço citadino foram vestígios de uma modernidade ainda incompleta, mas nada, além disso. Para alguns habitantes nem mesmo isso. Por isso demonstramos um recenseamento feito na região de Campo Formoso por Ernesto Luiz Schumattz em 1934, ano da fundação de Goiânia. Enviado pelo governo federal para o melhor conhecimento das condições do povo de Goiás. O recenseamento foi estruturado da seguinte forma.

Recenseamento de 1934	
Tipo de moradia	
Cisterna	
Sim	36
Não	

<sup>121</sup> Livro de Decretos e Leis de 1930 a 1939. 25 de março de 1935. Prefeito Municipal de Campo Formoso Aguinaldo França. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona-GO.

	11
Luz elétrica	
Sim	0
Não	40
Casa de adobe e tijolos	01
Casa de esteio e adobe	35
Casa de pau-a-pique e palha	08
Casa de esteio e pau-a-pique	01
Casa de esteio, adobe e capim	01
Casa caiada	01
Profissões	
Lavrador	25
Negociante	04
Turmeiro (estrada de ferro)	06
Seleiro	01
Agenciador	01
Pensionista	01
Instituição escolar	
Sexo masculino	
Sabe ler	31
Não sabe ler	10
Sexo feminino	
Sabe ler	14
Não sabe ler	27

Tabela 2: recenseamento de 1934. Município de Campo Formoso.<sup>122</sup>

Foram também recenseados diversos itens da vida dos moradores, suas moradias, o analfabetismo que foi dividido por sexo, e até quem possuía luz elétrica, e quais as profissões dos moradores. Nelas foram constatados que a maioria dos analfabetos eram mulheres, as casas poucas eram de tijolos, sendo a maioria de adobe e pau a pique, os telhados ainda nessa década muitos eram de palha, luz elétrica e água encanada não foram constatadas.<sup>123</sup>

<sup>122</sup> Livro de recenseamento do Município de Campo Formoso. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona.

<sup>123</sup> Foram recenseadas localidades como Ribeirão da Areia, fazendo Areia de Cima de propriedade das famílias Araújo, Silva, Vieira, Ribeiro Morro Alto, Córrego do Ouro, Panela Quebrada onde todos os moradores eram pertencentes a família Silva, Fazenda Ribeirão Baú, Bauzinho, fazenda Pedregulho, Pedreira de cima que faz parte da Zona do Piracanjuba, e a fazenda Bananal onde se tinha como proprietários várias famílias agregadas, outra fazendas em

Podemos afirmar que, apesar de algumas melhorias, o plano de modernidade para a região se passou de maneira superficial, e frágil, pois a própria Intendência não tinha condições de desenvolvê-lo e a maioria da população muito menos. Para as periferias também era levado tudo que não fosse bom para a cidade, como os curtumes, por exemplo, foi-se obrigado a ser instalado fora dos limites da cidade,

#### Título V

Da salubridade publica e meios preventivos de enfermidades

Art 88. É proibido:

§12º estabelecer cortume os quaisquer outras manufatura ou fábricas cujas instalações possam alterar e corromper a athimosphera dentro da Villa. Tais fábricas só podem estabelecer em lugares longínquos fora da Villa.<sup>124</sup>

#### 2. 1. 3. Saúde pública: não temos médicos, temos curandeiros!

Como tudo funciona em conjunto se, o direito a água não acontecia, a busca por higiene se torna muito difícil para a população. O título que trata das “Salubridades e Saúde Pública”, envolve diversas medidas para se tentar resolver problemas que estavam no dia a dia dos moradores da cidade. Por conta disso várias medidas foram tomadas visando garantir a saúde dos cidadãos e a melhoria na higiene do espaço. As reformas foram concebidas a título de modificar os modos de convivência e os hábitos dos moradores.

Assim, os animais mortos deveriam ser retirados e enterrados fora dos limites da vila no lugar que o fiscal designar, a obrigação de mudar costume nasce a partir de ideias responsáveis por “imagens emblemáticas de um comportamento civilizado”.<sup>125</sup> O Conselho da Intendência não poupar esforços nas imposições sobre a obrigatoriedade da higiene, pois ser higienizado seria

comum. É importante destacarmos que os locais recebiam os nomes das fazendas, eram denominadas, de povoados nas regiões circunvizinhas pertencentes ao município de Campo Formoso. Para o governo estadual os recenseamentos era um fator importante para o conhecimento do estado e principalmente depois da revolução de 1930 houve uma preocupação ainda maior na constituição desses mapeamentos.

<sup>124</sup> Código de Posturas da vila de Campo Formoso, ano 1907. Arquivo da Prefeitura de Orizona – GO.

<sup>125</sup> MENEZES. Lená Medeiros. *Os Indesejavéis*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997. p. 31.

uma ótima demonstração de civilidade. A partir desse pensamento, tratou-se de “definir a higiene como uma ideologia, tornando explícito o mecanismo através dos quais o discurso técnico científico no século XIX era apreendido pelo poder”.<sup>126</sup> As multas eram os meios que se teriam para intimidar antigos costumes ainda vigentes, a higiene era tratada como rigorosidade.

Antes de discorrer mais sobre o assunto, apresentamos o pensamento de Rubens Adorno que nos apresenta a saúde publica como sendo, “uma prática urbana, que surge da observação das cidades, considerando-se como um modelo de conhecimento e de intervenção que teve como instrumento o Estado e a sua relação de poder com as populações”.<sup>127</sup> Diante de tantas regras, o enterro de cadáveres humanos fora dos cemitérios públicos daria punição de até 30\$000 réis, e aos coveiros multa de 20\$000 réis por não saber fechar corretamente as sepulturas e os sepultamentos somente ocorreriam passando-se vinte e quatro horas. Por causas das doenças epidêmicas no tempo, como a varíola e a febre amarela.

Estas medidas foram criadas, pois certamente isso sempre acontecia ao que sabemos segundo algumas histórias populares há na praça, onde foi construída à Igreja Matriz a sepultura do senhor Fulgêncio Caetano de Sousa, mas o assunto não é popularizado. Aliás, as pessoas ricas da cidade que eram devotas da Igreja foram enterradas dentro da Igreja Matriz. Ainda no fim do século XIX. Assim como também, era um hábito comum as pessoas morrerem e serem enterradas em qualquer lugar, nas fazendas ou sítios, pois, as distâncias e a falta de um cemitério não lhes dava alternativa. O cemitério paroquial era o limite da antiga cidade e desde a década de 1920, não

---

<sup>126</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. *Modernização do espaço urbano de batatais: o código de posturas de 1894*. História e Perspectivas, Uberlândia (32/33): 245-271, Jan. Jul./Ago. Dez. 2005. p. 05.

Disponível em:  
<https://www.google.com.br/#q=.+PEREIRA%2C+Robson+Mendon%C> Acesso: 18 de jun de 2105.

<sup>127</sup> ADORNO, Rubens de Camargo F. *A cidade como construção moderna: um ensaio a respeito da sua relação com a saúde e as “qualidades de vida”*. 8 (1): 17-30. 1999. p. 21.  
 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12901999000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12901999000100003&script=sci_arttext) Acesso: 24 de out. de 2105.

comportava mais a demanda, porém por influência da Igreja somente fora interditado em 1935, pela Lei nº 110.<sup>128</sup>

[...] a inspetoria de Hygiene considera isto uma grande ameaça a saúde pública já tão ameaçada por outros modos de conformidades com instrução recebidas do Dr. Inspetor de Hygiene, desta zona, attendendo as necessidades do momento, nesta hora de aterradoras apreensão de que se acha possuído o povo goiano, com a alarmante notícia da invasão da “febre amarela” no nosso estado como medida de saneamento e profilaxia, decreta no Art 1º a interdição do velho cemitério desta cidade.<sup>129</sup>

A preocupação com a saúde da população foi pontuada na normatização, cujo título destaca “Salubridade e dos meios preventivos de enfermidades”.<sup>130</sup>

A falta de abatedouros<sup>131</sup> na cidade fazia com que o gado vacum fosse morto nas periferias, ou seja, sem as regras de higiene que hoje são normatizadas. Também na cidade não existia nenhum lugar, ao que aparece, pra fazer estes abates. Outro ponto crucial na criação ou compararmos com hoje, é que os animais não eram vacinados, nem utilizavam vermífugos, a situação era no mínimo preocupante, eles viviam ao relento, mas no tempo isso era comum. Grandes parcelas dos animais sejam suíno ou vacum, não resistiam às longas e duras caminhadas e muitos morriam no caminho, e para não perderem os animais eles eram estripados e salgados para chegar até o seu destino onde seriam vendidos<sup>132</sup>.

Mesmo nos matadouros na cidade vizinha de Pires do Rio, as carnes muitas vezes eram de péssima qualidade, fato interessante nos conta Conceição Luiza,

um dia o meu marido estava trabalhando e então chegou um home puxando uma vaca puruma corda, e chamou o meu marido que foi lá prontamente... e o home disse: eu trouxe essa vaca procê

<sup>128</sup> Livros de Leis e Decretos da cidade de Campo Formoso ano 1919-1937. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>129</sup> Livros de Leis e Decretos da cidade de Campo Formo ano 1919-1937. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>130</sup> Código de Posturas do Município da Vila de Campo Formoso de 1907. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>131</sup> Atualmente na cidade de Orizona ainda não tem abatedouro, hoje os políticos estão colocando como projeto para a próxima eleição.

<sup>132</sup> Entrevista cedida por Maria Pereira, moradora da cidade e uma das primeiras famílias a vir morar em Campo Formoso. Hoje com 81 anos, nascida no ano de 1934. Av: Egerineu Teixeira, nº 68, centro, cidade de Orizona, Goiás. Áudio digital. Duração 15 min.

matar, o Alcalino oiou o home e disse: "eu num mato essa vaca de jeito ninhum!" táva doente e magra, o homem insistiu, mas ele num matô, aquilo era uma carniça! Mas, é o que mais acontecia naquele tempo, ninguém queria perder nada.<sup>133</sup>

As palavras de Conceição Luiza relatam a realidade, que muitas vezes não são contadas, mas apresentam as condições impostas de um tempo de pobreza, carência e falta de informação. Sobre o assunto fomos buscar na historiografia alguns entendimentos,

até o início do século XIX não havia no Brasil leis públicas que regulamentassem a limpeza e o uso das cidades. Os espaços para o abate de animais domésticos e para as lavagens de roupas, nas fontes centrais, bem como os locais para cortar lenhas foram reduzidos ou transferidos do centro das cidades, para a periferia.<sup>134</sup>

Os Códigos de Posturas, mesmo tentando melhorar as condições de vida dos moradores da cidade de Campo Formoso fato que cumpriu timidamente, enfrentava muita resistência da população. Em relação às doenças, o que as autoridades podiam fazer eram tomar certas medidas de prevenção, pois, não se tinham remédios como hoje conhecemos. Nas farmácias vendiam somente alguns tipos de remédios incluindo ervas medicinais<sup>135</sup>. As posturas mencionam farmacêuticos, médicos, dentistas e cirurgiões, mas na realidade não havia esses profissionais na cidade. Até onde se sabe em Campo Formoso o único médico que todos conhecem somente a partir da década de 1940 foi o dr. Joel Andrade e Raphael Lemes franco, este último que deu o nome de Orizona em 1945.

A preservação de bons hábitos de higiene teria que ser feito, pois, não se admitiam mais certos antigos hábitos, trazidos dos meios rurais, para dentro do espaço urbano. A criação de porcos soltos dentro e até mesmo fora da cidade, por exemplo, era um problema renitente essa atividade foi proibida por

---

<sup>133</sup> Entrevista cedida por Conceição Luiza Ribeiro de 86 anos, hoje já falecida, sendo o seu marido responsável pelo abate no matadouro de uma cidade vizinha, em Pires do Rio, conta ela, Conceição Luiza Ribeiro, 86 anos moradora da cidade de Orizona, já falecida. Gravação fita cassete, 30 minutos. Ano 2009. Projeto de História Oral realizado pela Universidade Estadual de Goiás.

<sup>134</sup> D'INCAO, Maria Angela. *Mulher e família burguesa*. In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 224.

<sup>135</sup> Códigos de Posturas da Vila de Campo Formoso. arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

várias vezes tanto nos campos cultivados e principalmente no meio urbano<sup>136</sup>. Mas, dentro de todo período pesquisado, vemos vários incidentes sobre o mesmo problema, o da criação de porcos: ao que se parece os criadores não tinham lugares próprios, as pocilgas, para serem criados adequadamente, pois, observamos nas posturas e atas do conselho de Intendência que proíbem porcos soltos na cidade, por mais de uma vez isso é mencionado.

As dificuldades ainda persistiam diante de vários assuntos. Em 1926 o Intendente Rodolpho Fernandes de Castro, eleito pela terceira vez para o cargo Municipal, decretou uma lei nº 42 de onze de janeiro de 1926<sup>137</sup>, autorizando o fechamento do perímetro e de acordo com a nova lei, no “Art. 2º- Uma vez fechado o perímetro ficará proibido animais de qualquer espécie dentro do perímetro; §1º o animal encontrado vagando pelo perímetro será aprehendido pelo fiscal e o seu proprietário sujeito a multa de 10\$000 mil réis”<sup>138</sup>

Devemos observar a medida drástica tomada pelo Intendente da cidade, o que nos leva a entender que a cidade fora fechada para se evitar a entrada de animais. Mas, mesmo todas essas medidas não foram suficientes para a abolição do costume, pois depois da revolução de 1930 o interventor do estado viera novamente proibir a atividade em Campo Formoso. Em 4 de abril de 1938, no governo de Pedro Ludovico, interventor do estado, fez saber por meio de decreto estadual nº 135 a proibição, novamente, da criação de porcos soltos nas cidades de Goiás assim diz o documento,

Rogo a v. ex. enérgicas providenciais no sentido de ser rigorosamente observado nesse município o seguinte dispositivo do regulamento de saúde pública:

“Art. 84- não será permitida a criação de porcos dentro dos núcleos de população, sob a pena de multa de 20\$000 a 100\$000 e apreensão dos mesmos”. Dentro de trinta dias seguirão para o interior do estado dois funcionários desta Diretoria Geral a fim de fiscalizarem o cumprimento daquele dispositivo legal.<sup>139</sup>

---

<sup>136</sup> Códigos de Posturas da vila de Campo Formoso de 11 de jan de 1907. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

<sup>137</sup> Livro de Leis e Decretos de 1919 a 1937. Arquivo Público da cidade de Orizona-GO.

<sup>138</sup> Ata de Leis de 1919 a 1933 da cidade de Campo Formoso. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

<sup>139</sup> Ofício da Diretoria Geral do Serviço Sanitário endereçada ao então prefeito da cidade de Campo Formoso. Diretor Geral: Agenor Alves de Castro. De 04 de abril de 1938. Arquivo público da cidade de Orizona.

Os presentes documentos nos leva a perceber que esse mesmo problema ainda continua existindo muito tempo depois. Lembramos que as medidas proibindo os animais soltos na vila já foram normatizadas como verificamos, no código de posturas da vila de 1907. A persistência do costume indica como, “a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes”<sup>140</sup>, já disse Edward Thompson. As salubridades tentavam a todo custo coibir esses hábitos rurais, mais observamos que a população continua a persistir, nos mesmos problemas aqui os costumes ultrapassam as leis.

Os moradores tinham os mesmos hábitos que traziam das fazendas e sítios da região. Contudo, apesar de determinar o confinamento dos porcos, eles poderiam ser criados e mortos nos quintais das casas, porém nunca nas ruas. Vejam a contradição, neste momento, o próprio código de posturas se curva aos hábitos mais antigos. Estes hábitos demonstram que neste e em outros aspectos, a cidade assume uma posição conservadora na conformação dos seus espaços público e privados, como também na constituição das relações sociais. O hábito de criar porcos aponta para duas vertentes além de ser um hábito trazido das antigas vidas rurais, ainda o entendemos que como não se tinham matadouros na cidade, os habitantes teriam que criar os animais para poderem consumi-los.

Muitas medidas tomadas pelos Intendentes são observadas como meio de se prevenir doenças, pois como destaca Rubens Adorno, “no imaginário, as doenças e os costumes traduzem-se em um mesmo patamar de ameaça das cidades”.<sup>141</sup> Assim, todos os meios possíveis são empregados para se evitar a propagação de doenças no meio urbano. Nesse sentido, refletimos que as posturas adotadas em Campo Formoso estavam em uma consonância com projetos de modernização urbana adotadas em várias outras cidades brasileiras como Rio da Janeiro, Natal e Recife dentre outras<sup>142</sup>. Trava-se do esforço das elites locais de introduzir essas transformações na constituição dos espaços urbanos dentro dos padrões da época republicana.

<sup>140</sup> THOMPSOM, Edward. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 19.

<sup>141</sup> ADORNO, Rubens de Camargo F. *Op. cit.* p. 19.

<sup>142</sup> Ver: SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

Portanto, mesmo nas pequenas cidades partindo dos Códigos de Posturas percebemos que não existe lugar para todos, havendo uma exclusão total de vários sujeitos, e uma negação de antigos costumes. Diante disso, entendemos que os republicanos aspiram “excluir” o próprio passado. Mas, para isso teriam que enfrentar o estado calamitoso a que estavam relegadas as antigas cidades coloniais.

Mas, as grandes moléstias ainda acometiam as regiões de Goiás. Mas, apesar da calamidade e da necessidade de médicos, hospitais, assistência pública e de todo suporte necessário para o funcionamento da saúde as Posturas também advertem, mais uma vez, para outras proibições.

Não somente na cidade como em todo o Estado de Goiás havia duas atividades que faziam parte da vida da população, os curandeiros e as parteiras. No caso de Campo Formoso as posturas proibiam a atuação dos curandeiros proibindo. Assim, diz o “Art. 89 inculcar-se curandeiros de certas enfermidades por segredos, feitiços, ou orações ou tomara a cura por empreitada garantindo o seu êxito, se procederia uma pena de 20\$000 réis”.<sup>143</sup>

Certamente não era sem razão que os curandeiros eram proibidos no local. Os estudiosos do assunto afirmam que as disputas entre curandeiros e médicos aconteciam porque “nessa época, a medicina preventiva, apesar das intensas pesquisas e avanços científicos na identificação das doenças e a determinação de suas causas, caminhava vagarosamente, fato que contribuía para inúmeras especulações em torno do assunto”<sup>144</sup>, explica Sônia Maria Magalhães.

Mas, devemos ver além, pois sabemos que as decisões das Posturas estavam em conforme com a legislatura vigente, então certos fatos não surpreendem, mas o assunto era tratado não somente pela imposição de uma lei maior, essa proibição também acompanha os pensamentos conservadores, pois, as parteiras não entraram nestas Posturas e elas por muito tempo também foram perseguidas. Entretanto, em Campo Formoso o que fica

<sup>143</sup> Código de Posturas de 1907 da vila de Campo formoso. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>144</sup> MAGALHÃES, Sônia Maria de. *O cenário nosológico de Goiás no século XIX The nosológicos cene of Goiás in century XIX*. 2005, São Paulo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-8775200500020001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-8775200500020001&script=sci_arttext)>. Acessado em: 22 de jul. 2015.

proibido é o tratamento com os curandeiros, suas rezas e “feitiços”. Suspeitamos que essa normatização também indicam o fato de ser uma sociedade constituída nos moldes conservadores católicos e toda e qualquer indicação de religiosidades “pagã” deveria ser combatida. Contudo, Leicy Francisca da Silva nos aponta mais alguns motivos para a perseguição,

século XX em Goiás marca o momento em que o corpo médico interessado em organizar-se como grupo e defender o monopólio sobre o seu espaço de trabalho inicia uma luta contra o que denominava charlatanismo [...] Um dos fatores que aqueciam os conflitos entre os grupos era a pequena distinção entre os resultados dos trabalhos médico-científico e médico-popular, frutos da falta de suporte técnico para o trabalho e também de uma formação profissional falha. A medicina não possuía ainda o aparato tecnológico que lhe permitisse alcançar grande número de resultados favoráveis gerando o descontentamento de uma população observada como objeto de uma ciência que lhes parecia afastada de sua realidade.<sup>145</sup>

A dificuldade dos médicos em fazer algo de real para o enfermo construía uma desconfiança entre a população. Os saberes médicos evoluem muito lentamente, o que realmente faz a diferença são as tecnologias adotadas, nos laudos, nos exames, nas drogas administradas, sem isso os efeitos da medicina são bem difíceis de serem observados, com confiança. Todos esses problemas realimentavam um quadro de desconfiança para com os profissionais da medicina por conta da falta de recursos e de conhecimento.

Mas, mesmo perante as proibições destinadas a esse tipo de exercício, os curandeiros continuaram a ser procurados ainda por muitos anos depois dessas posturas serem sancionadas, como o curandeiro João Pereira, benzedor, muito conhecido na região, morador de Urutáí uma cidade próxima. Essa prática continuava a existir até bem depois da República, como relata Maria Pereira,

eu fui uma vez, mas acho que foi depois (de 1947) num sei se foi... fui em Urutáí com uma muié que foi lá num curandero, eu fui de trem, acho que foi dessa vez que foi a premera vez...no nome do curandero era João Pereira, eles falava ele de Perera mais num tinha nada a haver com nois...e eu lembro até do jeito dele assim ó...no dia que eu fui com essa muié lá. Um veio magrinho, ele era daquele que

---

<sup>145</sup> SILVA, Ley Francisca. *A persistência de um saber: a medicina popular em Goiás 1930 a 1950*. ANPUH. XXIII Simpósio nacional de história. Londrina- PR. 2005. p. 01. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1327.pdf>> Acesso: 15 de set. de 2015.

benzia, adivinhava, falava lá tem que tomar o remédio pra isso pra aquilo, mas eu fui só uma vez nesse curandero.<sup>146</sup>

Nessa entrevista sobre o assunto Maria Pereira interrompe e muda de assunto, não dando mais espaço para se continuar a conversa sobre o curandeiro de Urutaí. Percebemos certa resistência à prática, talvez por ela ter sido criada dentro de uma família tradicionalmente católica, praticante e até hoje participa assiduamente da Igreja local, o avô dela participou do Conselho de Intendência e foi o doador do sino da Igreja Matriz, a antiga capela. Assim verificamos que até a década de 1940 muitos curandeiros ainda andavam pelo local. O fato importante disto é que a procura por curandeiros acontecia primeiramente porque não tinham médicos na região à carência era preocupante. Como relata Inês Maria de Castro sobre os meios de tratamento na cidade,

Os remédio, né? Também tinha as farmácias, mas tinha muito poca qualidade de remédio acho até que á falei sobre isso que agente tinha que se virá pra podê ter os remédio, ia no cerrado panhá os remédios, né? Pruquê tinha naquela época a..maleita, tinha a febre amarela, aquela que o barbero provoca? Chagas, né? E tinha uma outra também pneumonia era uma doença que atacava demais as pessoa, tanto da fazenda como da cidade, sabe? Então tinha que tê remédio...e os médicos era muito poco, né? E falava mais assim era os raizero, né? Que trava com raiz, com benzeção.<sup>147</sup>

As pessoas enfermas por terem que se tratar utilizavam os serviços dos curandeiros ou “raizeiros”, que eram os únicos que se tinha disponíveis, e nesta região eles sempre foram muitos atuantes. Mesmo as pessoas sendo católicas, contrariando a sua fé, não tinham outra opção, nesse tempo, até mesmo os ricos faziam uso desse tipo de tratamento, isso era comum. Assim, compreendemos que mesmo diante das imposições feitas no Código para a proibição dos curandeiros não adiantou, pois a população ainda continua a utilização desses serviços, por uma necessidade e mesmo por costume.

As doenças eram muito temidas, os tratamentos eram difíceis e havia uma demora imensa para chegarem os remédios e médicos, agravando dessa forma ainda mais a situação. Então, foram tomada medidas drásticas diante

<sup>146</sup> Entrevista cedida por Maria Pereira, moradora da cidade e uma das primeiras famílias a vir morar em Campo Formoso. Hoje com 81 anos, nascida no ano de 1934. Av: Egerineu Teixeira, nº 68, centro, cidade de Orizona, Goiás. Áudio digital. Duração 21 minutos.

<sup>147</sup> Trecho de entrevista concedida por Inês Maria Castro.

dos enfermos. Não eram permitidas pessoas atacadas por varíola dentro da vila/cidade assim, como também por outras enfermidades graves e contagiosas. Estes eram totalmente excluídos e banidos. Como observamos no Art.96 do código de Posturas,

Art. 96- Não será permittida nesta Villa e bem assim no município as pessoas nelles não residentes que estejam atacadas de varíola ou outra enfermidade grave, contagiosa ou epidêmica, se porém entrar qualquer indivíduo de fora do municipio, com alguma dessas enfermidades o fiscal obtendo o mandato do intendente, o intimará para sahir. E se for pessoa pobre e sem recursos, será removida para um lugar conveniente, distantes do povoado, para ahy ser tratado as expenças dos cofres municipaes. Em caso algum, será permitido que os doentes se demorem ou se tratrem nas casas a beira das estradas públicas. Ao infrator 3\$000 três mil réis de multa.<sup>148</sup>

Nem mesmo depois de mortos os doentes não poderiam entrar na cidade, sendo que o intendente deveria indicar o lugar a ser feito o enterro fora dos limites. Os cofres municipais deveriam arcar com esses custos. Se houvesse epidemia, o Conselho designaria o local para onde deveriam ser levados os doentes não importando se estes viviam ou não, nos limites da cidade. Conforme observa Sônia Magalhães, nesse processo de melhoria da salubridade,

intensificaram, também, a intolerância aos alienados, aos morféticos e aos portadores de moléstias contagiosas, segmentos considerados perigosos à salubridade do lugar. A multidão de bociados ou "papudos" dispersos por todo o território impressionaram a todos os estrangeiros.<sup>149</sup>

Como nos conta Inês Maria de Castro, “aqui tinha muitas pessoa com papu, mas ocê sabe que era por causa do sal, aqui nois usava o sal que dava pru gado, aí ele não tem o remédio como os sal de hoje em dia”.<sup>150</sup>

Em caso de morte por essas doenças, o sepultamento seria feito no cemitério, mas com caixão lacrado, ninguém poderia abrir a sepultura, antes de dez anos.<sup>151</sup> Tinhama-se regras rígidas em caso de epidemias. Esta medida nos levar a refletir sobre o isolamento a que eram condicionados os doentes. Se as dificuldades de cuidá-los em um lugar mais habitável eram difíceis, pensamos

<sup>148</sup> Código de Posturas do Município da Villa de Campo Formoso de 11 de janeiro de 1907 da cidade de Campo Formoso. Arquivo da cidade de Orizona.

<sup>149</sup> MAGALHÃES, Sônia Maria. *Op. cit.* 2005. sp.

<sup>150</sup> Trecho de entrevista concedida por Inês Maria de Castro.

<sup>151</sup> Código de Posturas da vila de Campo Formoso de 11 de jan. 1907. Arquivo da cidade de Orizona –GO.

como seria feito em regiões afastadas dos meios habitados. Se ao mesmo tempo não se tinham médicos, enfermeiros ou remédios.

Essas soluções rigorosas foram tomadas, pois, se pretendia reverter o quadro ao qual estava inserida a província de Goiás, e a cidade de Campo Formoso, que neste momento, ainda era tida como insalubre. As medidas higienistas subjuguavam em grande parte, os antigos hábitos da população, mas por parte dos governos e das autoridades eles também conviviam com as dificuldades cotidianas em educar um povo ainda com poucos conhecimentos que convivia com a desinformação, os maus hábitos de higiene e carências. Januário Cicco aponta a falta de conhecimento como o problema maior dentre todos os que existiam, assim denunciando que “a eficácia das medidas em prática são poucas [...] não há remédio contra as reinfecções, tônicos que reorganizem decadências, nem fossas que eduquem um povo de analfabetos”.<sup>152</sup>

Apesar de talvez nos parecer, em um primeiro momento, chocantes tais atitudes tomadas pelos governantes, era um tempo de escassos meios e de tratamentos precários que não atendiam as necessidades dos brasileiros. Assim, vários fatores contribuíram para o alastramento das patologias, como o regional, pelos parcos meios de transporte, além do descaso das autoridades Fazendo com que assim essas doenças se propagassem de forma intensa fazendo centenas de vítimas, que morriam sem nenhuma assistência médica e Campo Formoso não fugiu a regra. Doenças como a de chagas, foram disseminadas, além de outras que castigam os goianos de maneira geral como sífilis, lepra, febre pútrida e outras mais. Houve algumas investidas do governo, mas o quadro era desolador em muitas regiões do Brasil.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> CICCO, Januário. *Como se hygienizaria Natal: algumas considerações sobre o seu saneamento*. Natal: Typ. M. Victorino, 1920. p. 17.

<sup>153</sup> Durante praticamente toda a década de 1910 os cientistas do Instituto Oswaldo Cruz estiveram à margem das decisões oficiais relacionadas à saúde pública. Em contrapartida, valendo-se de seu prestígio pessoal, Oswaldo Cruz articulou, a partir de Manguinhos, uma série de ações de grande envergadura, empreendidas através de contratos privados, envolvendo a prestação de serviços profiláticos ao próprio governo federal, a governos estaduais e a empresas privadas que executavam obras de grande porte no interior do Brasil. Embora desde sua criação, em 1900, o instituto já participasse de ações dessa natureza ao lado de outros órgãos de governo - a própria descoberta da doença de Chagas resultara de uma dessas ações -, foi a partir de 1910 que se realizaram as mais importantes viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz, algumas das quais comandadas pessoalmente por seu

Podemos verificar dessa forma que, “O cenário patológico, mostrava-se aterrorizante, sendo alarmante o número de portadores do mal de Chagas (*trypansomíase americana*), especialmente em Goiás”.<sup>154</sup> As doenças ficavam sem diagnósticos, pois, a escassez de médicos e a carência da população não facilitavam o tratamento e as medidas de profilaxia. Os próprios órgãos de saúde pouco sabiam sobre estes males, e atribuíam a culpa dessas epidemias ao próprio clima, ou a escassa alimentação e até mesmo a arquitetura.<sup>155</sup> Destarte, podemos verificar vários relatos de inúmeros casos de mal de chagas, que acometiam os mais antigos, onde não raro, atingiam várias pessoas de uma mesma família de uma só vez. Na família de Maria Pereira, toda sua família por parte materna contraiu a doença de chagas. Ela narra que,

Na família da minha mãe todos morreron de chagas, tudinho a ultima foi minha mãe que também morreu desse mal, só que dela deu no esôfago, obstruiu... aí ela ficou 9 anos comendo por sonda. Mas, todos morreron disso. Eles morava lá na região do Buriti, aqui perto da Cachuera.<sup>156</sup>

diretor. Ao contrário das missões anteriores, que visavam a resultados profiláticos imediatos em áreas restritas, as viagens realizadas nos anos 1910 percorreram extensas regiões - Amazônia, nordeste e centro-oeste - e tiveram a pesquisa científica como principal objetivo, vindo a constituir o primeiro inventário moderno sobre as condições de vida e saúde das populações rurais do Brasil. A trágica realidade revelada por essas viagens - documentada em relatórios ricos em observações de caráter sociológico e em vasta documentação fotográfica - teve enorme impacto nos meios intelectuais e políticos. As discussões acerca da responsabilidade dos governos no combate às endemias rurais animariam, a partir de 1916, um vigoroso movimento em prol da modernização dos serviços sanitários do país, sob o lema da "valorização do homem e da terra". O êxito do chamado movimento sanitarista, liderado pelos pesquisadores de Manguinhos, traduziu-se pela criação, no início de 1920, do Departamento Nacional de Saúde Pública. Carlos Chagas, sucessor de Oswaldo Cruz na direção do instituto, foi nomeado diretor do novo órgão federal e pôde, finalmente, como pretendera Oswaldo Cruz, reorganizar os serviços sanitários do país, atribuindo à União a competência pela promoção e regulação desses serviços em todo território nacional. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/Biograf/ilustres/oswaldocruz.htm>> Acesso: 16/ 02/ 2106.

<sup>154</sup>MAGALHÃES, Sonia Maria. *op. cit.* 2005. sp.

<sup>155</sup> Até o final do século XIX, no campo da medicina, dominava a teoria miasmática, princípio segundo o qual surtos epidêmicos de doenças infecciosas seriam causados pelo ambiente. As condições sanitárias geravam um estado atmosférico, que vinha a causar doenças. Assim, criou-se certa mentalidade preventiva que orientou as ações públicas a partir da observação de que certos tipos de enfermidades ocorriam com mais frequência, e várias epidemias e males contagiosos surgiam como consequência da falta de higiene, da deficiência alimentar, do saneamento precário ou inexistente, e até mesmo em decorrência de certas condições climáticas locais. Assim, os higienistas se esforçaram desde logo em definir imperativos cuja prática garantia a salubridade do ambiente. Ver: MAGALHÃES, 2005.

<sup>156</sup> Trecho de entrevista concedida por Maria Pereira.

Mas, esses fatos somente são perceptíveis quando traçamos uma análise sobre como e onde elas ocorreram e quem eram essas pessoas, de outra maneira esses episódios passam invisibilizados sendo inseridos dentro de uma mera estatística, sem a busca por essas histórias prosseguiríamos sem verificar estas particularidades, sem analisá-las. Estes casos passariam a pertencer então, unicamente, às lembranças dos mais velhos e findariam quando estes desaparecem. Por mais que se tenha vontade de criar uma imagem mental sobre uma cidade, e sobre os elementos que a compõe, isto certamente não seria possível se não fosse à história, pois, suas construções, análises, métodos, teorias, conceitos e observações existem única e exclusivamente para o que Jacques Le Goff destaca, “fixar uma representação da cidade que possamos dominar mentalmente, mobilizando os recursos da história”.<sup>157</sup>

---

## Capítulo III

### PONTOS, PONTES E FERROVIAS: ADESÕES E RESISTÊNCIAS AO PROGRESSO EM CAMPO FORMOSO

A cidadezinha onde moro, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com os olhos saudosos pousados na nuvem de poeira erguida além. Desviou-se dela a civilização, o telegrafo não a põe a fala com o resto do mundo, nem as estradas de ferro se lembram de uni-la à rede por intermédio de humilde ramalzinho.<sup>1</sup>

No projeto nacional o advento da ferrovia seria o principal elemento que representaria o progresso. As questões que eram colocadas giravam em torno, principalmente, de duas vertentes a primeira era a demonstração do atraso generalizado que representava a política vinda do Império e a outra se coloca na busca pela modernização que era trazida pela República. Então esta surgiria em oposição a outra.

A construção das ferrovias era uma das formas para “civilizar” o sertão, caracterizado como região ainda distante e isolada, assim era pensado, e esse fator diminuía muito as possibilidades para esses espaços. As melhorias esperadas para o Brasil, tão mencionadas nos discursos, não atingiram a intensidade desejada chegando de maneiras diferentes nas regiões brasileiras. Dentro dessas regiões o primeiro passo dado foi fazer com que as medidas “civilizadoras” modifcassem o modo de vida e os costumes dos habitantes desses locais. Muitas cidades no litoral passaram por soluções urbanísticas,

---

<sup>1</sup> LOBATO, Monteiro. Cidades mortas, vol. 2 da série 1<sup>a</sup> das Obras completas de Monteiro Lobato. Empresa gráfica da “Revista Tribunais” Ltda. São Paulo: Brasiliense Ltda, 1951. p. 09.

paisagísticas e arquitetônicas na tentativa de implantarem um esplendor, a todo custo, modificando todo cenário em que se encontravam esses espaços.<sup>2</sup>

Foi com a chegada da Estrada de Ferro que os sonhos de prosperidade não tardariam a chegar a várias regiões do Brasil. Assim, coube a República dar continuação aos projetos de ligação entre as cidades e regiões do País, projeto esse que fora principiado pelo Imperador do Brasil D. Pedro II<sup>3</sup>, no tempo Imperial.

A conexão que se deveria construir era um ideal a ser consolidado e seria feita por meio das Estradas de Ferro. No entanto, estes projetos foram construídos, principalmente, no intuito de buscar apoio e confiabilidade dos países industriais. Pois, para o Brasil se inserir no mercado internacional teria que tomar algumas medidas e uma das primeiras e mais importante seria a construção de transportes mais eficientes.

[...] a economia nacional frente ao progresso das potências industriais e a urgente necessidade do Brasil de tornar-se um país economicamente confiável e digno de crédito das grandes potências, exigia do Brasil meios de transportes mais eficientes e caminhos largos para a comunicação com o mercado internacional. [...] Era necessário que se alargassem os caminhos, que se criassem estradas, vias de comunicação eficientes, que se interligassem a produção do país<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: olho d'água, 2000.

<sup>3</sup> Desde o Império, apesar das severas críticas no período republicano, o imperador do país foi quem teve a intenção de desenvolver no Brasil, as inovações que corriam o mundo. D. Pedro II foi um homem da ciência. Sempre bastante envolvido em projetos científicos os quais financiava com seus próprios recursos, a exemplo temos; o instituto Louis Pasteur e o projeto de Alexander Graham Bell, o inventor do telefone. Sempre em contato com grandes filósofos, entre eles Friedrich Nietzsche, Ralph Waldo Emerson e o astrônomo francês Camille Flammarion de quem foi amigo. Grande estadista, intelectual, apaixonado pela astronomia um dos autores da petição ao presidente norte americano, Grant pela a demarcação das terras indígenas a pedido feito pelo cacique Touro Sentado. Sendo um dos pioneiros na mentalidade de preservação ambiental, mandando reflorestar a floresta da Tijuca devastada pelo plantio do café. Hoje a maior floresta urbana do mundo. No exílio ainda vivia uma vida voltada para assuntos científicos, assinando inúmeras revista sobre o assunto. Foi amigo de um dos maiores médicos neurologistas do mundo o francês Jean Charcot, que seria um grande influenciador de Freud posteriormente. Charcot foi quem esteve a seu lado até o fim, assinando seu óbito. Ao imperador D. Pedro II, foi oferecido espontaneamente um funeral de chefe de estado, aliás ação que o Brasil lhe negara. Ver. Revista História Viva. VASQUEZ, Pedro. (org.). *Caminhos do trem: as grandes ferrovias*. Vol.2. São Paulo: Duetto Editorial., 2008. p. 10-11.

<sup>4</sup> NASCIMENTO, Isaac Francisco do. *As ferrovias e a construção da rede urbana na Paraíba*. Monografia de Graduação em Geografia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003. p. 23-24.

Em Goiás, um estado de economia periférica, que sofrera com a decadência aurífera, e passou a ser, lentamente, cada vez mais dependente da pecuária o afastamento com a primeira foi sentido de modo determinante até o início do século XX. Assim, os planos ferroviários para a região de Goiás foram iniciados no ano de 1892 por Antônio Maria de Oliveira Bulhão, com o intuito de levar os trilhos até Cuiabá passando por Goiás. O Estado nesse tempo padecia pelas doenças que se alastravam, e pela sua insipiente participação no quadro político econômico do País. Dessa forma, a região foi imensamente marcada pela inauguração da Ferrovia dentro do seu território.

Esse Processo se inicia a partir de 16 de janeiro de 1880, pelo decreto nº 862, quando é concedida a Estrada de Ferro Mogiana, no oeste de Minas Gerais, o direito de prolongar seus trilhos até Jaraguá e Perdões, até chegar a Catalão, no estado de Goiás. Porém, a Mogiana não cumpriu o prometido, pois não viu na região, negócios promissores,

Em função de pressões exercidas pelos habitantes do triângulo mineiro (particularmente os de Araguarí) este trajeto é por várias vezes alterados e o ponto de cruzamento passa da cidade de Jaraguá para a cidade de Araguarí sendo alterado também o nome da empresa passando de “Alto Tocantins” a denominar-se Estrada de Ferro Goiás.<sup>5</sup>

Os traçados que marcariam a chegada dos trilhos nas regiões de Goiás, ao que parece não eram irredutíveis tinha certa flexibilidade e poderiam ser modificados e remarcados a partir das reivindicações locais ou melhores oportunidades para os negócios. Com a chegada dos trilhos na parte sul/sudeste de Goiás várias cidade foram cortadas pelos dormentes e outras ficaram fora deles. Podemos verificar essa flexibilidade na interferência no traçado, tomando como exemplo outras cidades do sul e sudeste goiano, que tiveram que ficar excluída da rota dos trilhos ou com modificações na planta original do desenho, dentro das próprias cidades.

A exemplo, do que ocorreu na cidade fundada com a inauguração da Estação de Pires do Rio, por exemplo, pesquisas afirmam que o seu traçado

---

<sup>5</sup> BRANDÃO, Hilma Aparecida. *Memórias de um tempo perdido: a estrada de ferro Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX)*. Dissertação defendida em set. pós-graduação de História UFU. Universidade Federal de Uberlândia, 2005. p. 10.  
Disponível em: <[http://www.bdtd.ufu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=72](http://www.bdtd.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=72)> Acesso em: 27 de out. de 2015.

original foi modificado pelo Cel. Lino Sampaio,<sup>6</sup> que não ficou satisfeito com o seu projeto principal, feito pelo governo, modificando-o para que, segundo ele, seria melhor para o desenvolvimento do local. Pelo que se sabe o cel. Sampaio era o dono das terras onde foram construídos os trilhos. Porém, a antiga cidade do sudeste goiano Santa Cruz de Goiás fora excluída dos trilhos por conta de divergências políticas assim afirmam os pesquisadores sobre o assunto.<sup>7</sup>

Portanto, em Goiás a Estrada de Ferro viera trazer melhorias em alguns aspectos, e em algumas regiões, no entanto, essas melhorias atingiram, principalmente, a economia do estado, mas devemos destacar que mesmo com a chegada da rede ferroviária, Goiás continua com uma baixa expectativa de produção em 1920 destaca-se que, “cerca de 695 261, 9 de açúcar dos quais 6. 771. 2 foram produzidos em Goiás, enquanto que 141. 482,1 são de Pernambuco e 131. 006, 06 são de Minas Gerais”<sup>8</sup>, assim verificamos a baixa produtividade ainda mesmo depois da chegada da estrada. O que queremos refletir nesse momento é sobre esse marco que põe a estrada de ferro como a única responsável pelas melhorias em todo o estado de Goiás e isso de forma quase automática e determinista. Essa forma de observação nos parece querer encerrar,

imagens sem conflitos, como desencadear líquido e certo de ocorrência das possibilidades projetadas. Evolução mecânica inexorável, ausência total da ação humana e de seus conflitos. Um progresso automático, linear como defendiam de modo geral, as diversas correntes do cientificismo então em voga na sociedade brasileira de fins do século XIX e início do século XX.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Cel. Lino Sampaio doador das terras em 5 de jul de 1922 que seria construída a cidade de Pires do Rio a 25 Km de Campo Formoso, a cidade de Pires do Rio nasceu com a chegada da Ferrovia. Seu nome foi em homenagem ao ministro da Viação e Obras Públicas o ministro José Pires do Rio, no ano de 1922. Projeto de pesquisa *in locu. Cidades Beira trilhos*. Pesquisa feitas com a contribuição do arquivo público da cidade e na biblioteca municipal. Projeto desenvolvido pelo laboratório de história, LHEMA. Universidade Estadual de Goiás, ano 2010 – 2013.

<sup>7</sup> PARAGUASSÚ, A parecida Teixeira de F. e CURADO, Bento A. A. J. F. *Santa Cruz de Goiás, a veneranda dama antiga do sul goiano*. Goiânia: Elite, 2014, (Coleção História).

<sup>8</sup> Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Estatísticas complementares do Censo econômico. Disponível em:

<  
[https://archive.org/stream/recenseamento1920censo/RecenGeraldoBrasil1920\\_v5\\_Parte3\\_Estatisticas](https://archive.org/stream/recenseamento1920censo/RecenGeraldoBrasil1920_v5_Parte3_Estatisticas) >. Acesso em: 27 de out. de 2015.

<sup>9</sup> COLLCHIO, T. Alves Ferreira. *Miranda Azevedo e o darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 17.

Diríamos que acreditamos que a Ferrovia é uma das responsáveis pela modernização e urbanização do estado na parte sul/sudeste, principalmente, mas devemos sempre observar que isso se deu de maneiras, díspares e em diversos níveis nada equânime. Verificamos que as mudanças vieram a passos muito lentos, quando paramos para analisar a produção de Pernambuco e Minas Gerais, por exemplo, verificamos a baixa produtividade do estado de Goiás mesmo depois de quase dez anos da chegada da Ferrovia no estado.

Assim, a defesa que se sustenta na ideia que os trilhos trouxeram um grande desenvolvimento econômico automaticamente com a sua chegada nas cidades e povoados como indicam alguns escritores da historiografia dentre eles Barsanufo Gomide Borges<sup>10</sup> e Nars Chaul, merece de nossa parte algumas ressalvas.

Essa perspectiva articula cifras e estatísticas, como número de locomotivas, de passageiros, de mercadorias transportadas, origem dos trabalhadores, cidades por onde a ferrovia passou (empresas abertas, urbanização, número de habitantes, número de cabeças de vacas, porcos, charqueadas).<sup>11</sup>

Dentro da perspectiva assumida por ambos, acreditamos que há questões a serem observadas. Dessa forma, onde estaria a região do extremo norte de Goiás e até mesmo cidades e povoados da região sul e sudeste que não retratam a realidade escrita por eles, ou ainda onde estaria Campo Formoso dentro dessa perspectiva? Assim, apesar de entendermos que a Ferrovia trouxera, com o passar dos anos algumas melhorias, essas mudanças não foram sentidas por todas as cidades do sul/sudeste igualmente e muito menos quando analisamos o quadro de todo o estado.

Quando trata-se da sociedade, a firmação feita por Borges destaca, “a modernização, estimulada pela via férrea, atingiu todos os níveis da realidade

---

<sup>10</sup> Barsanufo G. Borges é o autor do livro *O despertar dos dormentes*. Onde fala de aspectos positivos da chegada da Ferrovia e nos parece que até certa altura nos passa a impressão de que a chegada dos trilhos na região sul/sudeste de Goiás fora dada de forma linear e constante atingido toda a sociedade de Goiás de uma só vez.

<sup>11</sup> INÁCIO, Paulo César. Trabalho, Ferrovia e Memória. A experiência de Turmeiro (a) no Trabalho Ferroviário. Uberlândia – Minas Gerais: UFU, 2003. Dissertação (Mestrado em História)

social”<sup>12</sup>, abordando o assunto de uma maneira, ao nosso ver, pouco sólida. Pois, a ferrovia poderá ser vista como uma forma modernizadora que modificou os modos de vida, entretanto algumas vezes ela foi “sentida enquanto negação de alguns modos de vida das pessoas no início do século XX”.<sup>13</sup> Com a sua implantação buscava-se não somente a negação como também a substituição de costumes antigos por outros mais modernos. Ao observarmos sua história, de maneira mais geral, visualizamos algumas melhorias significativas no setor econômico do estado, pois os registros numéricos apontam para isso, entretanto ressalta-se que isto para algumas poucas cidades, mas que vem apresentando variações e contradições, importantes para o fator da modernização sócio-económica do estado de Goiás.

Campo Formoso continuou sendo uma pequena cidade que luta para sair das grandes dificuldades econômicas e sociais e assim permanece até década de 1950. Da mesma forma, outras cidades também pertencentes à região dos trilhos não apresentaram esse esplendor consagrado na historiografia, pois não atingiram o desenvolvimento esperado, a exemplo de Urutaí, Bonfinópolis, Leopoldo de Bulhões, cidades que constituem os caminhos ferroviários dentro dos seus limites, além disso, existem os povoados; de Caraíba e Ponte Funda, que nunca deixaram de ser povoados apesar de possuírem Estações Ferroviárias no seu território. Estas cidades não tiveram o brilho de algumas como Catalão, por exemplo.

Por meio ainda do censo de 1920 também se constatou que em Goiás não tinha nenhuma usina açucareira, o que não surpreende devido à baixa produtividade da região. Na mesma pesquisa também verificamos que a energia elétrica era quase inexistente das “37 cidades e vilas pertencentes ao estado de Goiás somente três possuíam energia elétrica, a partir de 1911-1920”<sup>14</sup>, assim como não foram visualizados a construção de esgotos. Os

---

<sup>12</sup> BORGES, Barsanufo Gomide. *O despertar do dormentes: estudo sobre a estrada de ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1920*. Goiânia: Cegraf. 1990, p. 13. (grifo nosso).

<sup>13</sup> INÁCIO, Paulo César. *Op. cit.* 2003.

<sup>14</sup> Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Estatísticas complementares do Censo econômico. Disponível em:

maquinários foram colocados como agentes de medição de desenvolvimento no censo de 1920 então, em se tratando de máquinas de serra, por exemplo, Goiás não as possuía, no mesmo tempo, por exemplo, “Paraíba já teria 197 máquinas de serra para o preparo do algodão”.<sup>15</sup> Citamos a Paraíba para demonstrarmos que a melhor condição tecnológica não se resumia aos estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Dessa forma refletimos que nenhuma transformação poderá ser verificada rapidamente, pois mesmo com a chegada da linha férrea, Goiás demora de trinta a quarenta anos para se adaptar e ampliar o desenvolvimento no estado e fazer com que esse chegue a população. Mas, os pensamentos na maioria convergem para as palavras de Horácio Capel,

“as ferrovias serão as fundantes da organização territorial e da estruturação nas redes de cidades, sem falar que a partir desse momento as estradas de ferro imprimiram novas formas de viver aos núcleos urbanos que atingissem. Sem elas nada mais restaria do que a estagnação”.<sup>16</sup>

É dentro dessa perspectiva que são condicionadas as visões sobre as Estradas de Ferro, pois elas seriam dentro dessa mentalidade determinista, mensageiras incontestáveis do progresso, e principalmente nesse período, elas concretizariam os sonhos de um mercado capitalista que estava despontando e dessa forma, também ajudava a construção da coesão e ao (re)conhecimento nacional.

Mas, o que não é falado, é sobre a diversidade dessas iniciativas, pois os parâmetros apresentados não representam todas as localidades que a receberam. No período republicano as ferrovias foram portadoras de novos tempos. Nesse contexto, as estradas férreas foram trazidas para Goiás, no desejo de superar os longos períodos de estagnação de um estado sustentado somente pela a pecuária e herdeiro da decadência do ouro.

<sup>15</sup> < <https://archive.org/stream/recenseamento1920censo/RecenGeral> >. Acesso em: 27 de out. de 2015

<sup>16</sup> Recenseamento de 1920. 4º censo geral da população e o 1º da Agricultura e das Indústrias. Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1920censo/RecenGeral> >. Acesso em: 27 de out. de 2015

<sup>16</sup> CAPEL, Horacio. *Ferrocarril: territorio y ciudades*. Revista Bibliográfica de Geografía Ciencias Sociales, Barcelona, v.12, n.717, 15 abril, 2007.

Tornar o espaço “parte da civilização, ao lado das demais nações ‘civilizadas’, foi uma preocupação marcante do pensamento sobre o Brasil no século XIX.<sup>17</sup> Para o próprio Barsanufo Borges é destacado a visão dicotômica do atraso/moderno sobre a ferrovia: “a nível ideológico, a estrutura social também sofreu o impacto da modernização estimulada pela ferrovia, Dentro de um processo dialético, as idéias e valores petrificados dessa sociedade regional, assentada sobre uma estrutura fundiária retrógrada, começaram a se transformar”.<sup>18</sup> A ideia assumida por este autor nos faz entender a ferrovia como um processo que implantou a urbanização e inovações em toda sociedade goiana, nesse tempo com valores petrificados.<sup>19</sup>

Particularmente Campo Formoso exemplifica esse aspecto, pois foi constituído valorizando as suas raízes rurais. Essas conceituações que coloca a frente a idealização de progresso nos impele a entender Goiás como um, “sertão, reconhecido como espaço periférico a ser tomado e ocupado pelo modo de produção capitalista, ou seja, pelos costumes modernos”.<sup>20</sup> Da mesma forma, com a integração regional se procurava de alguma maneira destruir visões regionalistas edificando um Brasil dentro de moldes únicos onde seriam dispensadas as diferenças sócio-culturais, a nosso ver, uma ideia bastante problemática.

Por isso, entendemos que a história de Goiás, atualmente, é escrita encenando uma visão dicotômica dividindo o que seria Goiás antiga e atrasada e o Estado depois da ferrovia, representado como moderno e capitalizado. Essa representação se afirma durante o período que se desenvolve a

<sup>17</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre Campo e Cidade. Olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas – São Paulo: Unicamp, 1999. p. 2.

<sup>18</sup> BORGES, Barsanufo Gomide. Op. cit.

<sup>19</sup> No entanto, a região norte ficou relegada ao abandono, podemos observar nas palavras ditas pelo então Presidente do estado Major Rodolpho Gustavo da Paixão, em 1891 em relação ao norte do estado, “O norte desfalece, como que segregado do sul pelos óbices insuperáveis do trânsito através de serras medonhas e a pique; por matas densas, apenas trilhadas por animais ferozes e daninhos; de passagem em rios caudalosos, onde nem se quer uma canoa existe para poupar ao viajante ousado os receios e perigos de inglória e eminentemente morte”. E continua assim por muitos anos. As diferenças eram tantas que culminou com a divisão de Goiás e a formação do estado de Tocantins Ver: MENSAGEM dirigida a Câmara Legislativa de Goiás pelo Governador do Estado Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão. In: TELES, J. M. (coord). *Memórias Goianas*. Goiânia: UCG, 2002. v.

<sup>20</sup> 15. p. 98

<sup>20</sup> SILVA, Bruno Goulart Machado. Op. cit. p. 09.

construção da malha ferroviária e se perpetua, principalmente, depois da revolução de 1930. De acordo com Paulo César Inácio nesse entendimento,

De maneira difusa, o historiador atribui ao passado um sentido de unidade que parece ser uma preocupação de sua época, delineando um sentido aos fatos: mineração, criação de gado, chegada da ferrovia. Um sentido que responde à angústia de seu tempo. Essas construções estariam postas diante das transformações que o Estado sofre na década de 70, inclusive com crescimento de algumas cidades.<sup>21</sup>

Hoje as produções nesse campo devem retratar como se deram essas reformas, quais suas abrangências e as diferenciações assumidas no processo modernizador. Aqui não desejamos divagar sobre esta questão, que englobaria uma análise total da historiografia goiana, tendo com eixo de reflexão a identificação do que é moderno e o que seria antigo, rural, tradicional.

No entanto, entendemos é que, por muito tempo o estado conviveu com esses dois aspectos, de maneira natural dentro da sua história. Essas duas categorias o tradicional e a “modernidade” estiveram presentes na vida dos sujeitos do centro- oeste por um longo espaço de tempo depois da chegada da República. Construindo as suas relações sociais no dia a dia, configurando o modo de vida, arquitetando o que poderia, ou deveria, ser mudado assim como o que permaneceria. Esse entendimento poderá ser verificado, na cidade de Campo Formoso, que passou muitos anos da sua constituição, depois de emancipada, construindo o que seria o seu projeto de modernidade. Ficando por anos em uma encruzilhada entre a modernidade e tradição, convivendo com essas duas categorias de maneira natural.

O otimismo da integração férrea se deu, principalmente, em análises sobre as cidades que foram contempladas pela chegada da Ferrovia Goyaz. Entendemos que em muitas cidades com a chegada do trem de ferro desenvolve-se relativa ou mesmo, grandes mudanças nos hábitos do cotidiano e modos de vida que ali existiam. Mas, essas transformações não aconteceram de maneira igualitária. E nem sempre se poderá afirmar que essa reação era sempre positiva e/ou eufórica por parte da população. Porque, em várias

---

<sup>21</sup> INÁCIO, Paulo César. Trabalho, Ferrovia e Memória. A experiência de Turmeiro (a) no Trabalho Ferroviário. Uberlândia – Minas Gerais: UFU, 2003. Dissertação (Mestrado em História) . p. 15. Disponível em : < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000114.pdf> > acesso: 11/01/2015.

cidades a chegada do advento ferroviário não parece surtir o efeito desejado colocando em dúvida o projeto da modernidade automática e determinista. Somente observando o processo de integração na economia nacional por si somente.

### 3. 1. A modernidade pelos trilhos da ferrovia: percepções e sensibilidades

“O termo modernidade foi lançado por Baudelaire em um artigo publicado em 1863”.<sup>22</sup> Daí então se tornou uma palavra que teve seu conceito inspirada na noção de futuro, mesmo que, o seu autor não tenha tido a intenção de pensá-la assim ele a refletiu sem querer entendê-la para além do seu valor de presente. Já Henri Lefebvre nos afirma que,

a modernidade difere do modernismo, tal como um conceito em via de formulação, [...] a primeira tendência – certeza e arrogância – corresponde ao Modernismo; a segunda – in-terrogação e reflexão já crítica -, à Modernidade. As duas inseparáveis, são dois aspectos do mundo moderno.<sup>23</sup>

Mas, existe uma definição de modernidade que seria interessante para aqui apresentarmos ela é colocada como uma cultura de massa, que Henri Lefebvre, nomeou de “flor do cotidiano”. Edgar Morin discorreu e explanou de forma interessante essa Modernidade como “cultura de massa” sendo assim colocada por ele;

[...] as massas populares urbanas e de uma parte dos campos acedem a novos Standards de vida: entram progressivamente no universo do bem estar, da distração, do consumo, que até então era exclusivo das classes burguesas. As transformações quantitativas (elevação do poder de compra, substituição progressiva do esforço do homem pelo trabalho da máquina, aumento do tempo de descanso) operam uma lenta metamorfose quantitativa: os problemas da vida individual, privada, os problemas da realização de uma vida pessoal, põem-se com insistência não só no plano das classes burguesas, mas da nova grande camada salarial em desenvolvimento.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 194.

<sup>23</sup> LE FEBVRE, Henri. *Introdução a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1969. p.10.

<sup>24</sup> MORIN, Edgar. Cultura de Massas no século XX: neurose. 1<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1969. pp. 119-21.

Esse tipo de pensamento fora trazido para o Brasil, no intuito de substituir os antigos modos, rudes, herdados da colônia que retravavam o “atraso” tão criticado. No Brasil a palavra modernidade foi bastante explorada no tempo da Primeira República. Ela encabeçou os discursos de todas as mudanças, sendo pauta da preleção de políticos que queriam fazer do Brasil um País moderno. Até então, para nós, ela aparecia como uma desconhecida, pois o nosso País era (re)conhecido como uma região rústica onde não havia modernidades. O seu sentido econômico começou a ser construído na Europa, principalmente, depois da Revolução Industrial. Dessa forma, ela teria de fazer parte da nossa vida na construção de todas as mudanças que julgavam esperadas por nós brasileiros.

O nosso cenário político no tempo imperial, segundo os republicanos, não combinava com tal palavra, pois ele retratava uma conjuntura arcaica que fazia lembrar domínio, exploração e colonialismo. Assim, teria que se inventar, ou melhor, copiar outra forma de governo o qual indicasse as aspirações de uma nova classe que reivindicava por mudanças, os grandes produtores de café. A nova classe, na verdade, nada tinha de nova, o que era novidade, talvez fossem as suas aspirações por poder. Assim, a República poderia inaugurar o marco onde a partir dela o Brasil começava a tornar-se um País “moderno”. Onde acima de tudo se configuraria ideias de grupos dominantes que gostariam de repetir aqui hábitos “corteses”, trazidos do velho mundo.

Apesar das inúmeras visões sobre o assunto a imagem de moderno quer representar o que é novo, se analisarmos superficialmente, ele parece se contrapor ao antigo ou “tradicional”. A variação e dinamismo impelido pelo tempo nos apresentam que, o que um dia fora novo depois de algum tempo deixa de sê-lo, desconfiamos que talvez por conta disso haja na história humana uma demonstração de busca incessante pela novidade, pela modernidade. Enquanto o tempo continuar a passar, e ele continuará, sempre existirá a busca por algo novo. Porém, “O conceito de progresso e de vitalidade então vigentes nem sempre coincidem com o que na época se considera novo,

e o par de conceitos ‘moderno/antigo’ comporta, então ambigüidades que deixam o historiador perplexo”.<sup>25</sup>

Nas regiões do Brasil houve essa busca por melhorias e progresso e então a chamaram de ‘busca pela modernidade’. Esse fato é bastante discutido e muitas vezes analisados de maneira separada e foi apontado por Le Goff da seguinte forma,

quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização, e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional. Um pouco por outro lado, distingui-se também a modernização econômica e técnica da modernização social e cultural”.<sup>26</sup>

As palavras acima não deixam dúvidas que a modernidade poderá ser entendida por vários vieses, pensamento com o qual comungamos. No entanto, o que na maioria das vezes acontece no meio dessa busca desenfreada, pelo o que é novo é uma total desvalorização dos costumes e tradições em nome da modernidade que no caso do Brasil era vinda de outros países. De acordo com a linha de pensamento de Le Goff, apontamos esse tipo de acontecimento como, “modernização desequilibrada”. Parece-nos que, o que veio a acontecer no Brasil fora em vários aspectos um desejo de anulação dos antigos costumes na tentativa de parecer moderno. Esse caminho deixou, em muitos aspectos, a desejar, em relação a ideia da busca de uma anulação da nossa identidade em substituição por outra mais civilizada.

A modernidade no Brasil quisera trazer as modificações de cidades, costumes e mentalidades. Ela fora representada, por alguns símbolos e nesse período as máquinas ferroviárias foi o mais imponente deles. Anunciando sua chegada em regiões distantes com seu apito estridentes, ela fora reveladora de um “novo tempo”. Apesar de ser trazidas de outros países bem diferentes do nosso, os engenheiros brasileiros conseguiram construí-las em lugares que os estrangeiros duvidavam. As moldando às nossas necessidades, pois os projetos deveriam ser constituídos levando em conta os desafios impostos pela natureza, quase indômita do País. Esses projetos foram muitas vezes

---

<sup>25</sup> SVIEZANWSKI, Stefan apud Le Goff, Jacques. *História e memória*. Op. cit. p. 174.

<sup>26</sup> LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 190.

malfadados como foi o caso a da Ferrovia Madeira-Mamoré. Nessa região a ferrovia deixou um rastro de morte. Tentaram fazer um espetáculo da economia capitalista, na selva. Ela a Ferrovia do Diabo<sup>27</sup> mostrava pra o Brasil e para o mundo o outro lado, mais obscuro, dessa euforia modernizante. Tanto este, como outros vários empreendimentos no Brasil e no mundo foram feito de maneira quase inacreditável assim o historiador Eric Hobsbawm reflete de que maneira eram feitos esses projetos,

tratava-se de uma atmosfera ideológica respaldada no mais eficiente pragmatismo: esses homens não apenas arquitetavam planos mirabolantes, mas, sobretudo faziam. Capitais fictícios juntavam-se da noite pro dia. Empresas formidáveis se organizavam, capturando recursos financeiros gigantescos em manipulações bem tramadas na bolsa de valores. Exércitos de proletários nômades eram recrutados nas periféricas franjas do sistema. E conduzidos aos pontos mais insalubres da terra. Para os patrocinadores desses projetos, cada quilometro vencido significava ter chegado mais perto dos céus; para os operários que construíram essa torres de Babel, contudo cada dormente a fixar era transpor mais um degrau do inferno.<sup>28</sup>

Sabemos que a modernidade nos propôs novas situações que modificaram a vida dos indivíduos para sempre. A energia elétrica é um deles ela cria novos ambientes, além de mudar a rotina das pessoas, porém ela não existia em Campo Formoso até 1940. Mas, foi a partir de sua descoberta e do seu uso, que o tempo de produtividade aumentou, diferente de antes quando única luz era a luz solar, e bem depois dela o querosene, a energia a gás e enfim a elétrica.

Na cidade de Campo Formoso como não existia energia elétrica até o final da década de 1930 o tempo era percebido de forma diferente. Acordava-se muito cedo, pois as atividades diárias teriam que serem feitas enquanto durava o dia. Todavia, quando um lugar começa a desfrutar das novidades tecnológicas, “a anti-natureza torna-se meio social e estabelece-se na cidade moderna”<sup>29</sup>, escreve Henri Lefevbre. Desse modo, sabemos que com o passar do tempo começaram a existir diversos parâmetros para se entender e refletir sobre a modernidade. Mas, em Campo Formoso tomaremos a ferrovia e a luz

---

<sup>27</sup> Nome da famosa obra escrita por Manoel Rodrigues 1960.

<sup>28</sup> HOBSBAWM, Eric. J. A era do capital. Rio de Janeiro: paz e terra, 2<sup>a</sup>. ed., 1979, p. 74.

<sup>29</sup> LEFEVBRE, Henri. *Op.cit.* p. 211.

elétrica como símbolo da categoria modernidade para colocar um eixo na nossa discussão.

Por muito tempo a luz elétrica fora tida como uma das maiores descobertas de todos os tempos. Ela modificou cidades inteiras, as iluminou. Mas, não somente isso aumentou o progresso, modificou cenários e a partir dela entramos em um novo momento na história das tecnologias. A máquina de ferro por sua vez também não foi menos importante, ele revolucionou o modo de vida de milhões de sujeitos por todo o mundo. Encurtou distâncias, reformulou a concepção de tempo/espaço, ligou locais distantes povoou regiões, mas também trouxe as resistências, as vidas duras tecidas nos trabalhos com tempo de horas marcadas e metas a serem cumpridas.

Assim, quando observamos esses dois elementos como indicadores de modernidade, observamos, mais uma vez, que Campo Formoso não poderá ser incorporada como sendo uma cidade inserida na modernidade, portanto ela também não pode ser colocada na análise historiográfica que é feita a partir da chegada da Ferrovia no estado. Até o final da década de 1930 não existia luz elétrica. Apenas na década seguinte ela começou a esboçar a utilização da energia elétrica esta produzida em uma pequena usina feita em uma das fazendas da região a qual o governo chamava “Força e Luz”, onde quem a fornecia era Abilon Borges.<sup>30</sup> Da mesma forma, quando tomamos o indicativo do Trem de Ferro como elemento responsável pelo desenvolvimento também está fora, pois a Ferrovia Goyaz não chegara até a cidade. Mas, principalmente, ela também não desfrutou das modificações modernizadoras afirmadas por autores que analisam a história do Estado de Goiás dentro da perspectiva ferroviária.

O próprio estado de Goiás mesmo depois da ferrovia sobrevive por muitos anos ainda sem luz elétrica em várias regiões. No recenseamento de 1920 consta que não existia nenhuma máquina movida à eletricidade no estado e apenas duas cidades possuíam distribuição de luz elétrica. Em uma análise comparada com o estado de Pernambuco que no tempo possuía 12 cidades, e

---

<sup>30</sup> Ata Câmara de vereadores ano 1948. Arquivo da câmara de vereadores cidade de Orizona-GO.

Minas Gerais que detinha 98 cidades iluminadas com luz elétrica<sup>31</sup>, o que não seria novidade, pois as primeiras usinas fornecedoras de energia elétrica são inauguradas neste último estado. Numa conversa com o senhor Laudevino sobre a luz elétrica no seu tempo, década de 1950, ele disse:

eu era rapazinho e aqui quase não existia luz elétrica...essa que agente conhece hoje, não tinha. Eu ia pra praça quase no escuro, mas quando a noite era clara, não precisava de luz, a lua clareava o caminho... Mas, a luz que tinha parecia com a luz de uma vela, não clareava nada não ... era fraquinha e caia o tempo todo.<sup>32</sup>

Então, qual seria a modernidade que a estrada de ferro viera trazer para cidade? Pois, mesmo que a ferrovia não tenha chegado até a urbe, ela deveria ter sofrido a influência do projeto modernizador. Assim, por isso nos distanciamos desse ‘marco de modernidade’ instalado com a Ferrovia no estado de Goiás. Não percebemos dessa forma, pois apesar de compreendermos que o processo de inserção do estado de Goiás, no mercado econômico nacional, fora efetivado, há aí uma longa distância em considerar o Estado como Modernizado depois da Ferrovia.

Dessa forma, Campo Formoso não compartilha com essa modernidade republicana e fica assim por um longo período da sua história. As ideias modernizadoras brasileiras tomaram rumos problemáticos. No nosso caso a cidade cresceu dentro de suas próprias perspectivas internas, quase nada viera de fora. Em se tratando da urbanização nacional, Maria da Penha Siqueira nos apresenta a ideia de como foi o processo de urbanização no Brasil e aí também se insere o Estado de Goiás.

o caráter limitado da urbanização brasileira até o final do século XIX, ainda atrelada à expansão comercial, estabelecida a partir de interesses políticos e econômicos voltados à produção agrário-exportadora e direcionada, essencialmente, para o mercado externo, contribuía para acentuar o distanciamento entre as populações do interior e as das capitais brasileiras, [...]<sup>33</sup>

Estas palavras são bastante pertinentes na nossa abordagem. A Ferrovia e a luz elétrica são parâmetros condicionantes da “modernidade” e

<sup>31</sup> Recenseamento de 1920. 4º Censo Geral da População e 1º da Agricultura e Indústrias. Realizado em 1 de setembro de 1920. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso: 24 de dez 2015. p.117.

<sup>32</sup> Entrevista concedida gentilmente pelo senhor Laudevino Ribeiro Batista, nascido em 23 de setembro de 1947. Rua: Ananias Canedo, nº 14, Centro Orizona-GO. Áudio 15 minutos.

<sup>33</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. *op. cit.*

sempre são colocados como análises fundamentais para a reflexão dos espaços, pois de acordo com Horácio Capel, “em todas as cidades citadas, a ferrovia antecede a iluminação à energia elétrica. A implantação destes dois equipamentos modernos não se deu de forma isolada, mas sim acompanhada de outras ações condizentes com a aspiração à Modernidade”.<sup>34</sup>

Contudo, Campo Formoso não desfrutou desse processo. A modernidade bateu as suas portas, mas não adentrou o seu espaço. Por conta disso, a cidade apontada teve um ritmo diferente das regiões onde houve algumas investidas mais modernas. A cidade desfrutou de uma lógica diferente de mudanças não se assemelhando a outras regiões atingidas pelas inovações da ferrovia. Assim, observamos que “a modernidade incorporou características de descontinuidade em relação às ordens sociais tradicionais.

De forma desigual e discriminativa a modernidade foi inserida em várias regiões do País ela se limitava, basicamente, a ideia de formação de grandes obras, tendo por objetivo a criação de amplas avenidas como eixo de pensamento, que daria impressão de desenvolvimento. Porém, isso era contraditório se lebrarmos que centenas de pessoas foram expulsas desses centros representantes de modernidade passando a viver em ruelas fétidas e epidêmicas, “mostrando assim as contradições sociais de um país ainda fortemente marcado pela desigualdade e pobreza”.<sup>35</sup>

A modernidade representa um tempo de inovações de várias ordens. A ciência nunca antes fora tão consultada ela foi legitimadora de várias ações que formaram as cidades desse tempo. Era um tempo de otimismo e talvez este tenha contribuído para não se levar em consideração os milhares de sujeitos que não estavam nos ‘planos’ dos governos. Como comenta João Carlos de Souza, “é nesse processo que a cidade burguesa tenta se impor, colocando a seu serviço os saberes das ciências, especialmente quanto as

---

<sup>34</sup> CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades. II. Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005. p. 549.

<sup>35</sup> SIMÓES Junior, José Geraldo. *Cenários de modernidade: os projetos urbanos das capitais brasileiras no inicio da República*. III Fórum de Pesquisa FAU. Mackenzie. São Paulo: 2007. Disponível em: <[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FAU/Publicacoes/PDF\\_IIIForum](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FAU/Publicacoes/PDF_IIIForum)> Acesso: 23 de out de 2015.

reformas urbanas”.<sup>36</sup> Mas, entendemos que algumas tradições não podem ser substituídas a bel prazer, nem extirpadas de um povo por algo considerado ‘mais moderno’, pois elas englobam características intrínsecas nesses sujeitos formando, conjuntamente, com outros aspectos a identidade de um povo. As tradições são colocadas, na maioria das vezes, como objetos que devem ser modificados e ou totalmente anulados. Mas, não são todas as tradições que devem ser substituídas, pois “a tradição é corporificada em símbolos que representam, e a agressão a tais símbolos é vista como uma agressão à tradição e aos valores que ela incorpora.”<sup>37</sup>

Dessa forma, poderemos questionar até onde devemos desejar a modernidade, pois na sua total absorção perguntamos até que ponto não começamos a nos perder. Muitas vezes esses modismos inovadores, refletem as aspirações dos ideais dessa sociedade, formadora de “uma imagem ideal.”<sup>38</sup> Contudo, essa situação quase sempre converge para uma cultura de massa, como diz Edgar Morin, e não raro esta entra em choque com outros símbolos já existentes, que a negam e por vezes a contradizem. Se estes antigos símbolos estão vivos na mentalidade de um povo, a sua quebra resultará em uma reação violenta, pois isto indicaria a, “destruição de uma ordem social por ele simbolizada”<sup>39</sup> No entanto, se não houver reação no seu desaparecimento isto “é sinal inequívoco de que tal tradição já está morta.”<sup>40</sup> Dentro dessa reflexão, nós entendemos que a modernidade causa (des) continuísmos, que assim sendo, ela não se torna desejada pelos ambientes mais tradicionais. Mas, por outro lado, verificamos também que a própria modernidade,

gera uma tradição, formando um sistema que deriva da inovação e da pluralidade, podendo criar, por outro lado, um processo de centralização ideológica e de, ao mesmo tempo, integração de diferenças periféricas e busca da uniformidade efetuada pela perseguição a diferenças eleitas como tal.<sup>41</sup>

<sup>36</sup> SOUZA, João Carlos. Sertão cosmopolita: tensões da modernidade em Corumbá 1872-1918. São Paulo: Alameda, 2008. p. 17.

<sup>37</sup> SOUZA, Ricardo Luis. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Silvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freire*. Belo Horizonte: Autentica, 2007. p. 18.

<sup>38</sup> SOUZA, Ricardo Luis. *Op.cit.* 2007. p. 18.

<sup>39</sup> SOUZA, Ricardo Luiz. 2007. p. 18-19.

<sup>40</sup> Idem, Idem. p. 18-19.

<sup>41</sup> Idem, Idem. p. 19.

A modernidade traz quebra de valores e na República ela era a palavra representante de todos os desejos de mudança. A Estrada de Ferro era o centro dos projetos de modernidade no Brasil. Ela viria conectar as várias partes de um Brasil ainda desconhecido, sem dúvida, foi imensamente importante, para o crescimento econômico e social do país, mas não em todas as suas escalas e diversidades, da mesma forma que não foram somente tempos de otimismos, pois não devemos esquecer que a experiência não fora tão agradável para centenas de sujeitos expulsos de suas precárias casas para ser instalados em condições ainda mais decadentes, por exemplo. Sua chegada construiu uma nova postura dos moradores por onde passou. Assim sendo, fez surgir novas cidades, remodelou muitas das já existentes, trouxe uma modificação na paisagem por onde passava, no entanto ao mesmo tempo, também fez transparecer uma diferenciação ainda maior dos grupos econômicos.

Por outro lado, os grandes feitos tecnológicos trabalham nas vidas dos sujeitos recriando modelos de ideais a ser seguidos e de relações sociais pautadas em experiências agora afastadas das ordens naturais das coisas as quais estavam acostumados antes dessas invenções, depois delas “presencia-se o prolongado processo de imagens disformes do espírito humano apartado da ordem natural e das relações sociais de sua própria existência”.<sup>42</sup> As tecnologias nascidas do progresso, que era prometido e desejado na República do Brasil, refletiam-se de duas formas, segundo Francisco Foot Hardmam;

( a) Em suas rupturas espaço - temporais com o mundo circundante, no sentido dos impactos tecnológicos que novos mecanismos e procedimentos são capazes de desencadear no plano das chamadas “mentalidades”; (b) em suas articulações internas, à medida que características como tamanho, movimento, justaposição de ferramentas simples numa estrutura mecânica complexa, ritmo, ruídos, automatismo acabam compondo em si mesma, no seu conjunto, figuras em que o exercício de *mimesis* redundou em construções monstruosas.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> HARDMAM, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda, 1988. p. 24.

<sup>43</sup> HARDMAM, Francisco Foot. *Op. cit.* 1988. p. 47.

A edificação dessas máquinas de ferro seria para além do maravilhamento como caracterizou Francisco F. Hardmam, uma representação da civilização capitalista no sertão de Goiás. Diante delas os sujeitos constroem suas próprias imagens do que acreditam ser progresso, nesse caso nada irá garantir que essas imagens sejam otimistas dependerá de suas experiências em relação a ela. As imagens também colaboram para um referencial no tecer dos modos de vida e relações sociais que se adaptem as novas invenções trazidas pela modernidade recém chegada por estas bandas. Os caminhos desenhados pelas máquinas férreas rasgaram a hinterlândia despontando desejos de melhorias, mas também novas resistências diante das novas ordens impostas, os problemas de expectativas de violência como foi desenhada por Campo formoso, desconfiança com o evento, a negativa em relação a Ferrovia principalmente, em relação as pessoas de fora, o medo do desconhecido anunciado de longe pelos ruídos da Maria Fumaça. Ela ficaria de longe, e a cidade a contemplá-la, para utilizá-la somente quando desejasse.

Nota-se que em muitas cidades do sul/sudeste de Goiás por onde passou a ferrovia foi tecido um “referencial determinista e otimista de progresso”.<sup>44</sup> E ele fora fomentado pela historiografia vigente. Visões deterministas que somente levaram em conta a construção econômica externa, muito embora, a reação inversa ao otimismo demonstrasse que, “os determinismos, ao mesmo tempo, sobrepõem-se e contradizem-se. A economia é invocada para explicar as mudanças na vida social brasileira.”<sup>45</sup> Mas, o sucesso desse setor econômico também ficou limitado à lógica das grandes produções para a exportação, baseadas nas rústicas lavouras. Sendo assim, muito pouco fora vivenciado pelos sujeitos que ficavam fora dessa relação.

Estudiosos menos otimistas, como Silvio Romero que em uma passagem destaca,

uma nação embrionária que tem em uma lavoura rudimentar sua principal fonte de riquezas, sem classe operária, toda ela marcada pela inércia, com pequenas indústrias locais e uma malha urbana

---

<sup>44</sup> SOUZA, João Carlos. *Sertão cosmopolita: Tensões da modernidade de Corumbá ( 1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 33.

<sup>45</sup> SOUZA, Ricardo Luis. *op.cit.* 2007. p. 19.

rarefeita caracterizada pela passividade e uma classe média poucos significativa".<sup>46</sup>

Em Campo Formoso a máquina moderna despertou variados tipos de expectativas, para os sujeitos que não eram acostumados nem com um automóvel. Diante dela muitos dos sujeitos paravam atônitos, pois eram acostumados aos carros-de-boi, e numa perspectiva geográfica, significava o encurtamento das distâncias. O sr. Achilles Ribeiro morador antigo da cidade conta que,

E o trem chegou e apitou, eu quase morri de susto, sabe? Veja o atraso da gente, né? E o medo dele passar em cima da gente, eu era menino aí pensava isso. Então, eu fiquei com muito medo, quis sair correndo, mas meu pai me segurou, eu pensei que ele ia passar em cima de mim, eu não sabia que ele andava sobre os trilhos. Ver um trem daquele ...Olha era o mesmo que se descesse uma nave espacial aqui na minha porta, agora eu ira ficar surpreso de ver, eu fiquei surpreso de ver o trem naquela época. Olha as pessoas iam no meu tempo à cavalo lá em Teixeira pra ver o trem era tão importante que as pessoas saiam da fazendas pra ver.<sup>47</sup>

Em outro momento a moradora da cidade no tempo de Campo Formoso, Inês Maria comenta:

a minha vó, foi conhecer o trem de ferro quando tava de idade aí meu pai conta que quando ela viu o trem, né? Ela deu um grito e caiu no chão. Ela assustô dimais né? Certamente, não conhecia nada, ficou em pânico... eu penso que sim".<sup>48</sup>

Estas são algumas das muitas reações que as pessoas tinham ao se deparar com a máquina de ferro. A explicação para tal reação viria do impacto causado pela mudança em um mundo praticamente distante dos meios de comunicações. Daí as pessoas se surpreendiam imensamente com algo que fugisse do seu cotidiano e das suas experiências. Para esses indivíduos a modernidade se apresentava como algo que não conheciam, causando espanto e ao mesmo tempo, desconfiança.

---

<sup>46</sup> ROMERO, Silvio. Obra filosófica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 274-276.

<sup>47</sup> Entrevista gentilmente concedida por senhor Achilles Ribeiro, professor no povoado do Taquaral e posteriormente em Orizona. Nascido em Taquaral, no dia 20 de Nov. de 1936. Endereço: Av. Egerineu Teixeira, nº 45, centro, Orizona –GO. Áudio de 46:15 segundos. Data: 14/07/2014.

<sup>48</sup> Entrevista concedida por Inês Maria de Castro, 87 anos, moradora da cidade de Campo Formoso, sobre a década de 1930 e 1940. Avenida Egerineu Teixeira, centro Orizona - GO. Vídeo duração de 10 minutos.

Maria Pereira também nos apresenta seu pensamento, sobre o trem de ferro, “eu fui com ela umas três vezes pra patos de Minas... de trem... é viagem vagarosa, eu achava vagaroso, né? Parece que não rendia.”<sup>49</sup> Consideramos pertinente as palavras de dona Maria e certamente Francisco Hardmam acharia no mínimo irônico o pensamento, pois esse autor destaca e louva, na sua obra, que a velocidade que marcou profundamente a vida dos sujeitos nas suas palavras, “aí já ressalta o poder transfigrador da locomotiva, os efeitos da velocidade sobre a percepção espaço-temporal, o deslocamento rápido [...].”<sup>50</sup>

É importante notarmos as várias faces dessa modernidade que a uns encanta e a outros, em uma escala bem menor, não. Da mesma forma que ela diz que não se surpreendeu quando viu a máquina férrea, ela não teve reação de expectativa.

Na época num lembro que senti nada não...A única coisa que lembro é que não era muito fácil de entrar, tinha que ser meio esperto. Que ele dava muito arranque. Mas, parece que agente gostava da viagem enrolava, mas era bom. Eu tinha um sonho de andá de avião, ai em janeiro eu andei, mas as vezes eu fico pensando que não compensa, não deu nem tempo a mesma hora que entrei lá eu cheguei em Goiânia. Agora de trem de ferro já achei demorado, porque parava né? Ficar aquele tempo lá dentro escutando. [...] se a ferrovia tivesse passado aqui, as vez tinha melhorado Itamildes, ele criticava era isso aí; que Orizona não melhorô porque o povo tinha medo e Pires do Rio começou muito por ultimo de Orizona e era mais pra frente, né? Orizona foi ficando parada, né? Agora que aqui ta melhorando, né? Se ao invés do Teixeira tivesse vindo até aqui tinha melhorado há mais tempo.<sup>51</sup>

Dessa forma, talvez ela retrata o momento que ficou gravado nas suas recordações da ferrovia. A forma como eram vividos os momentos registram marcas indeléveis nos seres que as produzem, por meio das suas experiências. Da mesma forma que também ficou marcado nas lembranças do senhor Achilles as violências que eram cometidas dentro dos carros dos trens,

lembro bem que tinha os vagões classe especial só andava os marajás neles, bem trajado era aquela coisa sabe? E tinha o carro de segunda, né? Até assisti um dia que eu viajava, um camarada sem passagem... descobriram um camarada sem passagem, sabe, o que

<sup>49</sup> Entrevista concedida gentilmente por Maria Pereira, nascida em 1934, no povoado da Cachoeira município de Campo Formoso. Áudio 21: 45 minutos. Rua: Egerineu Teixeira, nº 45, bairro: centro. Orizona-GO.

<sup>50</sup> HARDMAM, Francisco F. *op. cit.* p. 24

<sup>51</sup> Trecho da entrevista de Maria Pereira.

os cara que tava no trem fizeram? Dois camaradas, do braço grosso, lá um pegô num braço do cara e outro pego no outro e arrasto pra plataforma diminuiu a velocidade do trem e jogou ele no meio do mato e foi embora, num olhou se tinha quebrado um pescoço, se tava morto ou se num tava, isso eu assisti, então era uma violência naquele tempo, viu? E você ia reclamar pra quem?<sup>52</sup>

Não havia regras que impedissem as ações tomadas pela empresa. Mas, por outro lado para seu Achilles aquilo era uma violência que a própria época corroborava pra isso, ou seja, não era somente nos trens em particular, era uma coisa comum<sup>53</sup>. Segundo ele esses vigias estavam ali pra não deixar ninguém sem passagem, trafegar nos trens. Nos vagões de segunda classe existiam esses sujeitos responsáveis por impor as regras aos que não respeitavam. As próprias comodidades trazidas pelas ferrovias enfrentavam as adversidades de um tempo de poucos recursos, quando menciona a roupa queimada pela Maria fumaça, ou então quando aponta das infestações por insetos dentro dos vagões,

me lembro de uma época que tinha percevejo demais nos vagões você viajava e levava percevejo pra casa, num tinha veneno, isso é outra coisa que também não existia, sabe? Eu já era professor quando apareceram os malários, falava malários era o pessoal da Sucan<sup>54</sup>, naquele tempo eles aplicaram um veneno que era proibido nos Estados Unidos, aplicaram aqui mataram gato, galinha, cachorro, só num vi falar em gente que tenha sucumbido com o veneno, né? Mas, foi ainda assim um sucesso, porque agente não aguentava era percevejo, barata, barbeiro e morria gente demais, por causa de barbeiro né, A partir dessa época diminuiu.<sup>55</sup>

Nesse momento ele se refere à ferrovia e faz uma comparação com o seu cotidiano, pois eram comuns os insetos que acometiam os sujeitos trazendo doenças, nessas paragens, nesse aspecto ele não viu tanta diferença com o mundo em que vivia. Como também relata senhor Laudevino “aqui teve uma época que colocaram uns venenos aqui e mataram os insetos e os bichos,

---

<sup>52</sup> Trecho da entrevista de Achilles Ribeiro.

<sup>53</sup> Trecho da entrevista concedida por Achilles Ribeiro.

<sup>54</sup> **Sucam**, órgão que resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV),

<sup>55</sup> Trecho da entrevista de Achilles Ribeiro.

matou tudo, nesse tempo eu tinha uma gata que até morreu, matou muito gato, cachorro era assim".<sup>56</sup>

A falta de assistência nos manuseios dos venenos já nesse tempo aparecia, principalmente, nas cidades do interior. Observamos assim que em Campo Formoso a ferrovia encontra vários entendimentos tecidos, várias conexões são construídas como dia a dia dos moradores talvez, pelo motivo da cidade e seus moradores não terem participado diretamente das transformações trazidas por ela.

Outro aspecto ressaltado era em relação ao atraso, pois o trem não carregava somente passageiros nessa linha, levava de tudo, principalmente cargas,

O trem era de passageiro, depois era misto era misto porque ele rodava três carro de passageiro e três vagão pra transportar outras coisa, porque eles falava que num dava renda só a passageiro aí eles pusero até mais até oitos vagão com carro de passageiro misturado. Então, eles atrasava dimais, porque parava muito, parava em vários lugar aí então se fosse fazer uma viagem de Pires do rio a Goiânia, você saia de Pires do rio de madrugada e chegava a Goiânia de noite, rodava o resto da madrugada e chagava em Goiânia de noite. Aí acabo a incentivação do povo com isso, aí foi até que parô. Eles falava etapa quando ia as turmas pra descarregar os saco, essas coisas.<sup>57</sup>

Dessa forma, verificamos que os trens de passageiros não era elemento primordial e sim o transporte de mercadorias, lógica assumida pela Ferrovia em Goiás desde o início. Na cidade de Campo Formoso a ferrovia encontra algumas formas de entendimentos diferenciados. Lá também existiam pessoas que nunca foram até a Estação de Ubatan como nos conta dona Inês Maria. A ferrovia foi percebida pela maioria dos morados com frieza e sem muitas euforias. Não modificando seu modo de viver dela a única coisa que restou foram os raros passeios a Estação de Ubatan. Segundo senhor Achilles, o negócio que prosperou foram os vários sujeitos que levavam lenhas tiradas na própria região do povoado de Ubatan, para serem vendidas na Estação, como nos conta a seguir;

---

<sup>56</sup> Trecho da entrevista gentilmente concedida por Laudevino Ribeiro Batista, nascido em 1947, no município de Orizona. Áudio de 10: 24 minutos. Dia 25 de junho de 2014.

<sup>57</sup> Trecho da entrevista concedida por Sebastião da Silva dia 21 de dezembro de 2105, cidade de Vianópolis. Na qual analisa os caminhos dos trilhos pelo chapadão goiano.

era movido a lenha, né naquele tempo? Ai surgiu uma oportunidade pro pessoal ganhar dinheiro. Tirar lenha nas margem da Estrada de Ferro e transportar pra estação e casca de Pau Santo pra fazer rolha, essas coisa, sabe? O pessoal ganhava dinheiro com isso, o resto não tinha jeito de ganhar dinheiro, não tinha muita gente trabalhando na estrada de ferro de Orizona, de Orizona não, de Pires do Rio tinha, hoje mesmo passou um aqui e comprou gelo..., mas aqui não tinha quase ninguém.<sup>58</sup>

Outro ponto sempre debatido era o atraso da Maria Fumaça, muitas reclamações sobre o atraso do trem passageiro,

Maria fumaça queimava a roupa da gente toda, era uma loucura, atrasava, eu mesmo um dia, eu vendia carroças de Anápolis aqui e era professor na região de Taquaral e era revendedor de carroça, eu fui pegar o trem lá em Caraíba, cheguei... aí o chefe tinha acabado de colocar quatro horas de atraso, no quadro, quando estava vencendo as quatro horas ele colocou mais duas eu fiquei seis horas na estação passando frio e fome, então era essa a nossa situação naquela época, sabe? De Campo Formoso até Anápolis não tinha uma cerca de arame, nada! Eles falava assim; que isso aqui era larga todo mundo soltava o gado e ficava ali. Mas, somente com a vinda de Brasília aí o progresso apareceu veio arame farpado, tela pra fazer horta, vasilhame que num existia, naquele tempo plantava cabaça pra fazer cuia, comia em coité. Era uma coisa incrível o atraso daquela época, né?! Quebrava cabaça com água ficava sem a água, né? Então, nós passamos por uma situação muito difícil... nós devemos tudo isso, esse progresso de hoje, nós devemos a um cidadão que eu tenho a maior admiração que é o Juscelino Kubitschek. Esteve em Orizona quando era presidente. Depois disso tudo mudou. Eu me lembro bem das resistências, porque era uma resistência tremenda, das famílias daqui contra o pessoal que vinha do sul, vinha de São Paulo, Rio Grande do Sul, desses estados o pessoal já com a mente aberta vinha pra trabalhar houve muitas resistências, sabe? O povo nosso aqui antigo era muito avesso a progresso, num deixou a estrada de ferro passar aqui! Eu sei que não concordaram com a Estrada de Ferro passar aqui.<sup>59</sup>

Compreende-se os tempos modernos como construtores novas imagens fazendo surgir, novos cenários, paisagens, influenciaram as artes e a literatura não houve nada que não fosse atingido pela onda de modernidade que nesse momento assolava o País. No Brasil, a modernidade também fora surpreendente, embora tardia e inacabada. Para esse propósito, centenas e centenas de quilômetros de ferro e madeira foram fincados no chão, por um batalhão de soldados vindos de muitos lugares. Sujeitos sem preparos, a maioria necessitados, entre eles escravos, que construíram com muitas

---

<sup>58</sup> Trecho da entrevista concedida por Achilles Ribeiro.

<sup>59</sup> Trecho da entrevista concedida por Achilles Ribeiro.

dificuldades os trilhos, as pontes, os túneis que serviriam subservientes à máquina suprema, de várias toneladas. Nesse período muitas coisas foram modificando-se e se curvaram a chegada da modernidade, até mesmo o ferro com sua dureza indiscutível, não fora obstáculo para a construção dos “novos tempos”. Ele fora o alicerce onde a modernidade se ergueria. Fora ele que melhor serviu a consagração da modernidade.

### 3. 2. A República em Campo Formoso: como vencer o isolamento.

Para falarmos em isolamento temos que determinar aqui alguns pontos para que haja um melhor entendimento. Nesse período o isolamento se dava por conta de dois principais fatores que visualizamos, a falta de transporte e as grandes distâncias entre os núcleos populacionais. Mas, mesmo sendo muito difícil às vezes eram ultrapassados pelos mais abastados do local por possuírem os conhecidos carros-de-boi ou cavalos e por não precisarem trabalhar dia e noite na produção agrícola, então poderiam se ausentar da sua propriedade coisa que os peões não poderiam fazer. Dessa forma, se comunicavam com as pequenas cidades mais próximas. Porém, quanto maior a distância das cidades, maior o isolamento entre elas. Assim, as pequenas cidades interagiam entre si, por conta da necessidade em busca de materiais necessários ao viver do dia-a-dia. No entanto, essas visitas não eram rotineiras havia uma preparação para as viagens, pois elas não deixavam de ser longe e incomodas. Sofrendo com esse problema por toda a República e mesmo depois dela.

Entretanto, refletindo sobre a situação de isolamento a qual era relegada as regiões mais afastadas no Brasil, começamos a perceber o seguinte ponto crucial sobre isso; o isolamento que mais castigava era promovido pelos poderes federais e estaduais. Aqueles que não davam apoio para pequenas cidades como Campo Formoso, o descaso com os pequenos municípios vindo da esfera federal, principalmente. Apesar disso, no início do século XX, a cidade se deparou com novas situações que começaram a se delinear com a

constituição do Conselho de Intendência e o projeto idealizado pelas elites, conforme já foi abordado. Mas, romper com os antigos laços coloniais e imperiais não seria uma tarefa fácil. Em meio aos embates de pensamentos e os problemas que conviviam com as populações das cidades brasileiras, e ainda mais, com as do interior, Sérgio Buarque de Holanda fez a seguinte análise sobre os ideais republicanos os quais eram vividos na época, “eram dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõe o tradicional, ao abstrato se opõe o corpóreo e o sensível, o citadino e cosmopolita se opõe o regional ou paroquial”.<sup>60</sup>

Não poderia ser mais oportuno o pensamento de Sérgio B. Holanda, fazendo uma análise em que opõe dois universos diferentes, construindo uma linha de pensamento a qual iremos nos nortear para tecermos uma reflexão sobre a cidade de Campo Formoso, que não se deixa seduzir totalmente pelos ventos liberais e modernizadores, pelos menos a classe política, e até por vezes os contradizem. O problema do isolamento era a questão colocada em pauta e é mencionada como sendo um dos elementos para a preservação dos valores tradicionais. Os moradores de local tinham consciência desse problema como é demonstrado em uma entrevista feita com uma moradora local sobre a década de 1930,

e poucas pessoas também sabia ler...não tinha noticiário de nada, num tinha rádio, num tinha televisão, num tinha telefone. Eu achava que era isolado... Eu achava que era, né? Se adoecesse uma pessoa era buscado recurso muito longe...muitas vezes o sal era buscado lá em Uberlândia era uns quinze dias de viagem...ou até mais...é muito longe ou buscado lá em Silvânia. Só que naquele tempo Silvânia chamava Bomfim. Eu vim conhecer uma TV em 1949 quando fui Anápolis na casa do tio do meu marido. Só pra você vê.<sup>61</sup>

A cidade necessitava de muitas melhorias nesse sentido. E somente poderia ocorrer com a criação de meios para que esse desafio fosse vencido. A utilização de meios de transporte modernos e de ligação entre regiões, por meio de pontes, portos, ferrovia e rodovias seriam imprescindíveis para os

<sup>60</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Prefácio. Antônio Cândido. 13. ed, rio de Janeiro: J. Olympo, 1979. p. 46.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Inês Maria de Castro, 87 anos, moradora da cidade de Campo Formoso, sobre a década de 1930 e 1940. Avenida Egerineu Teixeira, centro Orizona - GO. Vídeo duração de 10 minutos. 08/12/2015.

melhoramentos dentro desse espaço. Dentre as melhorias nesse sentido as rodovias foram as últimas a serem construídas, pois na cidade por muito tempo passou sem a existência de automóveis. O primeiro que se teve notícia foi em 6 de abril de 1924, porém não sabemos se veio a ser uma realidade, para ser utilizado na criação de uma estrada de terras para a estação de Ubatan trazido pelo senhor cel. Abilon Borges,

Ilmo. Sr. Cel. Abilon Borges, nesta autorizo a fazer a compra em São Paulo, ou onde lhe convier, de um automóvel para o transporte de passageiros desta cidade para a Estação de Ubatan, correndo as despesas por conta da Intendência. Renovo os protestos de alta estima e consideração. Saudações. O Intendente em exercício Floretino de Andrade.<sup>62</sup>

Porém, observamos que ainda se demorou a chegar o automóvel. Depois que chegou ficou conhecido como jardineira, que sempre é lembrada nas conversas dos moradores, sendo um meio de transporte que perdurou até a década de 1950. Muitos moradores comentam que ela percorria várias vezes o trajeto por dia, mas a passagem era muito cara.<sup>63</sup> Porém, o automóvel somente fora entregue a Intendência na década de 1930. Nesse sentido, em Campo Formoso, no início do século XX, houve uma busca pela integração nacional e até mesmo com centros comerciais regionais. Mas, tudo que tentou-se fazer, nesse sentido, foram feitos com os poucos recursos do governo municipal, obtidos por meio dos impostos ou até mesmo pelos próprios moradores.

Na tentativa de buscar uma saída, houve então a construção do Porto Cavalheiro<sup>64</sup>, de iniciativa privada, na fazenda Bela Vista, município de Campo Formoso. Na realidade esse porto seria de pequeno porte e fora conseguido

<sup>62</sup> Ofício nº 3 de 9 de junho de 1924. Livros de Decreto, Leis, e Offícios 1924. Arquivo da cidade de Orizona-GO. p. 25.

<sup>63</sup> Isto foi visto no discurso do então prefeito Egerineu Teixeira no ano de 1935.

<sup>64</sup> O Porto Cavalheiro atendeu, principalmente, as necessidades da fazenda Bela Vista de propriedade do cel. Zacarias Gonçalves Caixeta. Entretanto, atualmente o Porto Cavalheiro é desconhecido pelas pessoas da região. Mas, devido a sua importância deu origem a uma vila chamada de Vila do Cavalheiro, distrito de Ipameri, que fica a quatro quilometro do núcleo ao porto. Esta vila era ligada a cidade de Ipameri e Formosa. A vila Cavalheiro, pelo seu isolamento e pelo desaparecimento do seu porto como opção de travessia do Corumbá, mantém-se ainda como distrito de Ipameri, chegando mesmo a quase desaparecer<sup>64</sup>. Hoje a fazenda Bela Vista já não existe mais, estando no seu lugar o povoado, de curioso nome, chamado Beira<sup>64</sup>. Pesquisa *in locu* na cidade de Ipameri, originada do projeto Fatiás do tempo Na Historia de Pires do Rio, 2010-2013, desenvolvido pelo LHEMA Laboratório de História Estudos Multidisciplinares e Ambientais. UEG. Universidade Estadual de Goiás.

por conta de um aforamento<sup>65</sup> feito particularmente pelo Cel. Zacarias Gonçalves Caixeta ao município de Ipameri, este seria um porto de travessia, às margens do rio Corumbá, um prolongamento do porto Cavalheiro de Ipameri. O porto na fazenda Bela Vista, pertencia ao cel. Zacarias Gonçalves Caixeta e ficava a uns 50 quilômetros da cidade de Campo Formoso. O cel. Zacarias Caixeta pagaria a importância de 200 mil réis anuais pela a utilização do tal porto como diz a ata,

Acta da sessão extraordinária do Conselho de Municipal de Campo Formoso, de 24 de agosto de 1907.

[...] Procedida a leitura do mesmo pelo secretário e posto a deliberação da meza foi por esta unanimemente aprovado o acordo que concede ao dito cidadão Zacarias Gonçalves Caixeta o aforamento do porto chamado Cavalheiro na razão de duzentos mil réis annuaes pagos em prestação semestral a contar desta data; ficando a cargo do Intendente Municipal o pagamento ao Conselho de Ipameri.<sup>66</sup>

Dentro de uma perspectiva nacional os portos por muito tempo foram/são de grande importância para uma melhor mobilidade e escoamento de produção e conforme Cocco e Silva, “em várias partes do mundo, o desenvolvimento do porto tem sido um elemento essencial e estratégico para o desenvolvimento econômico”.<sup>67</sup>

No caso de Campo Formoso, entretanto o porto durou muito pouco tempo e não teve a importância que se presumiu, pois não há registros que trate de sua contribuição na arrecadação do município ou nas produções escoadas por meio dele. Outro projeto sobre portos fora apresentado no Conselho para construção, o porto de Burity, sobre o qual só se tem a menção em ata do Conselho de Intendência.<sup>68</sup>

Observamos que o problema do isolamento procurou ser sanado, mas pouca coisa foi efetiva para que o município saísse dele. As cidades mais próximas exigiam vários dias de viagem. Um dos fatos problemáticos era por

<sup>65</sup> Aforamento, é o ato de concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade cedida em enfeiteuse (arrendamento) para exploração ou usufruto ao seu ocupante, pelo proprietário. Era um ato jurídico privado que se praticou até à década de 1960 em Portugal.

<sup>66</sup> Ata do Conselho de Intendência de Campo Formoso. 24 de agosto de 1907. p. 31.

<sup>67</sup> SILVA, Geraldo; COCCO, Giusepp. (orgs.). *Cidades e Portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 195.

<sup>68</sup> Ata do Conselho de Intendência do Município da Vila de Campo Formoso de 11 de janeiro de 1907. p.35. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

conta da região ser entrecortada por alguns ribeirões e rios, sendo os portos vistos então como uma possível saída para a cidade.

Alguns anos depois, em 1914, também as margens do Corumbá, foi construída a Estação de Roncador perto da cidade de Pires do Rio, esta cidade ainda não tinha sido fundada pela Ferrovia, fato que se deu somente em 1922. Então, a Estação de Roncador virou um importante porto de travessia. No ano de 1914 fora inaugurada a Estação de Roncador, contudo ela só entrou em funcionamento em 1915, a Estação tornou-se uma importante ponta de linha dos trilhos que vinham de Araguary ( MG). Ao seu redor formou-se um povoado, mas que durou somente 9 anos, período que se esperava uma ponte vinda da Inglaterra, nomeada por Epitácio Pessoa em homenagem ao então presidente da República, no ano em que foi colocada para atravessar a barreira natural, que era o rio Corumbá. A Estação de Roncador ficou como ponta de linha de 1914 a 1922. Os moradores de Campo Formoso chegaram a utilizar esta Estação que ficava do outro lado do rio, mas a distância não era pouca o que dificultava seu acesso. O trajeto era feito andando cerca de 30 quilômetros trilhados de carro-de-boi e depois de chegar às margens, os produtos comercializados eram atravessados de balsa até chegar à estação propriamente dita.<sup>69</sup> Roncador e seu povoado desapareceu depois que a linha seguiu em frente e a cidade de Pires do Rio foi fundada. Através dele se poderia até pensar em escoar algumas mercadorias, que seria feito com a demora habitual.

De maneira geral, no Brasil não foi diferente, por várias décadas os portos fizeram a ligação do País com várias partes do mundo, e da mesma forma, ligaram diversas regiões brasileiras. Nas cidades maiores o incentivo foi dado a esta atividade a partir de 1881 até 1920. Nesses projetos houve apoio do governo brasileiro a incentivar a iniciativa privada, tanto a brasileira como a estrangeira, tanto que, em 1902 foi feito um empréstimo a Inglaterra para este fim<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Pesquisa realizada pelo LHEMA Laboratório de História e estudos Multidisciplinares e Ambientais. Projeto de Pesquisa Cidades Beiras Trilhos. 2010-2013. UEG. Universidade Estadual de Goiás.

<sup>70</sup> Foi justamente neste momento que os cais de Santos, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Rio Grande e Salvador foram criados. Em 1912 foi criado pelo governo federal por meio do

A região de Campo Formoso tenta aderir a essa ideia, pois os portos poderiam ser uma saída para construir uma conexão com outras cidades mais distantes e principalmente para escoar alguma produção. Agora ela era uma cidade que teria de arquitetar seus caminhos em busca de melhorias, coisas que antes no tempo de subjugada a cidade de Santa Cruz de Goiás não acontecia.

Tudo naquele tempo era levado a Roncador, porcos salgados ou vivos, e era trazido o sal de outras regiões, um artigo muito precioso na época, em razão da criação de gado e para uso humano também, este produto na maioria das vezes era comprado em Anápolis, que fica cerca de 121,5 km de Campo Formoso. Não existiam na cidade, automóveis e as estradas eram muito difíceis de transitar, feitas de terra, esburacadas e cheias de lama. Os carros-de-boi eram os únicos meio de se transportar mercadorias. Como recorda a senhora Inês Maria de Castro moradora do município em 1934,

fui criada lá na fazenda e hoje eu vivo aqui na cidade, no tempo de Campo Formoso agente morava na fazenda, e vinha pra cidade de carro-de-boi, pra assistir as festas...de São Sebastião, do Divino Espírito Santo e da Nossa Senhora da Piedade. Então agente aqui em Orizona (Campo Formoso) tinha umas estradas diferentes...ali e... é... no tempo de Campo Formoso pra chegar aqui era umas estradas tudo diferente, e tinha uma ponte ali na saída de Taquaral, que agente vinha de Taquaral, e tinha a ponte pra agente passar o carro-de-boi e tinha um pé de angico na beira do ribeirão Santa Barbara, lá agente parava pra os bois descansar pra depois acabar de chegar...porque os bois não agüentavam uma viagem muito longa...aí chegava aqui tinha as casas onde agente ficava [...] e principalmente quem morava nas fazendas era difícil para vim na cidade as estradas era muito ruim vinha mais era a cavalo.<sup>71</sup>

A entrevista concedida por dona Inês Maria retrata as dificuldades, devida às estradas ruins, a falta de comodidade dos moradores. Ela nasceu na fazenda de Taquaral de Baixo no povoado de Taquaral, dona Inês veio morar na urbe a partir da década de 1940, mas sempre esteve em contato com a parte urbana sempre que necessitava vender produções da fazenda do seu pai ou para as festas religiosas. Assim, a entrevista nos dá uma pequena dimensão para o entendimento sobre as dificuldades enfrentadas pelos

<sup>71</sup> ministério de viação e obras públicas a inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais e ainda a Inspetoria Federal de Navegação visando regulamentar essas atividades.

<sup>71</sup> Entrevista concedida por Inês Maria de Castro, moradora da cidade de Campo Formoso, hoje Orizona, sobre a década de 1930 e 1940.

moradores nesse período da sua história. Antes dessa data as condições deveriam ser iguais ou ainda mais difíceis. A entrevistada relembra um tempo de muitas dificuldades, o qual é relatado com tranqüilidade por dona Inês. Porque para ela essa era sua realidade a qual estava acostumada a vivenciar.

Se as distâncias políticas configuravam a solidão da cidade, os empecilhos naturais não contaram menos. A cidade e o município de Campo Formoso são entrecortados por vários rios e ribeirões. A cidade é cortada pelo ribeirão Santa Bárbara, córrego Santo Inácio e o município também fica a beira do rio Pirancanjuba e Corumbá e o rio do Peixe. Então, esta situação fez com que a cidade ficasse ilhada sem ter como ultrapassar essas barreiras naturais. Então, a construção de pontes fora tão importante como os portos e assim se viu na obrigação de construí-las. Várias pontes foram construídas, mas uma das mais importantes para cidade foi a ponte que atravessou o ribeirão Santa Bárbara, porque esse fica beirando a cidade.

Sobre o assunto, encontramos na ata do conselho de 1906 um pedido para se construir a primeira ponte sobre o ribeirão Santa Bárbara. Em 09 de julho de 1907, foi requerido a um empreiteiro Gabriel Fernandes Ronis, pela quantia de 600 mil réis, dívida paga em duas vezes. O problema do isolamento da cidade era sempre mencionado nas atas do conselho da Intendência de Campo Formoso<sup>72</sup>. O assunto ganhava destaque pelas dificuldades que a população sofria por conta desta separação com centros maiores. Tal aspecto é ressaltado em ata, que menciona os obstáculos oferecidos pelo rio Corumbá ao município,

Existe um assunto de grande estudo para a vida econômica do nosso município, cujas as consequências são de benefícios extraordinários. O rio Corumbá é um obstáculo que vem separando a zona da estrada de ferro Goiás de uma zona não menos importante do planalto goiano. Seja composta uma comissão para o estudo desse plano qual é de uma construção de uma ponte sobre o rio Corumbá ponte este que deverá ficar em um ponto estratégico para beneficiar esta ou aquele município isolado tornado-se em uma região completamente agregada. Esta comissão terá poderes para interceder como governo do estado.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> Ata do conselho de Intendência ano de 1906. Arquivo da Câmara de vereadores cidade de Orizona-GO.

<sup>73</sup> Ata da Câmara de vereadores de Orizona de 31 de maio 1948. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

A escassez de produtos manufaturados atrapalhava ainda mais o crescimento da região no período da Primeira República. Em relação ao próprio estado de Goiás essa situação do isolamento foi citada por vários entrevistado, entre eles um antigo trabalhador da Estrada de Ferro Goyaz, senhor Sebastião Silva, que nos conta sobre as dificuldades as faltas de recurso e das distâncias da região. A partir desse momento precisaremos nos alongar um pouco no espaço temporal, por um breve momento, para ratificar nossa proposta de apresentar bases para afirmação uma região carente, de poucos recursos, e ainda por muito tempo isolada e distante, que não apresenta esse progresso automático como é afirmado por alguns historiógrafos como Barsanufo Borges sobre o assunto;

o meu irmão sintiu mal.. assim, ai as pessoa falava tá fraco da cabeça, mas é depressão...aí disseram, não! ele vai lá no Joaquim Pereira que ele resorse esse pobrem tem que ir lá, aí ele andou de a pé saiu de casa cedinho e chegou lá (Orizona) de tarde. Pegô os remédio e volto de a pé pra fazenda. Longe memo. Eu vou fala pra vc num tem tantos anos assim, eu sai com minha esposa uma vez, pra você o tanto que era difici transporte eu sai daqui de tarde, de quatro hora da tarde e nós chegamos em Pires do Rio de onze hora da noite, porque as estrada o ônibus atolô três veze, daqui a Pires do Rio...Agente não gasta uma hora daqui im Pires do Rio, de carro hoje, é uns 50 minuto. E naquele tempo só rodava esse ônibus...e pode bem dizer agora na década de oitenta. O tanto que era difici, hoje nós vai conversar com o pessoal novo eles num acredita no que agente diz, dizem ah! Isso é bobagem! Mas, era totalmente diferente, muito diferente agente, aqui até em 80 era tudo cerrado isso aqui. Se eu falar procê o que eu enfrentei, ocê num acredita eu casei e morava em Caraíba, e trabalhava aqui em Vianópolis eu saia de bicicleta de Caraíba de 4:30 de manhã...<sup>74</sup>

As cidades citadas por ele fazem parte da região dos trilhos e ficam próximas a Campo Formoso. As palavras de seu Sebastião, trabalhador da ferrovia nos anos 1970, onde desempenhava a função de conservador de via<sup>75</sup>, conhecidos por turmeiros, esse trabalhador viera das fazendas encontrando na ferrovia uma saída dos trabalhos na roça com oportunidade de melhor salário. Porém, essa mudança não garantia de mais facilidades, pois de acordo com

<sup>74</sup> Entrevista concedida pelo Senhor Sebastião Pereira da Silva. Natural de Pires do Rio, mas toda sua família é de Orizona. Trabalhou por 24 anos na Ferrovia no trecho de Egerineu Teixeira até a cidade de Leopoldo de Bulhões. Vídeo 13:31 minutos. Rua: José Damásio. Setor: Maria de Lourdes. Cidade: Vianópolis. Data: 12/12/2015. Esses trabalhadores serviam a Estação de Egerineu Teixeira vários Km e aí Campo ormoso, nesse tempo já Orizona.

<sup>75</sup> Conhecidos por Turmeiros. Trabalhadores braçais que conservavam as vias férreas.

ele os trabalhos eram muito pesados. O senhor Sebastião revive não somente o aspecto do trabalho, mas o seu testemunho nos mostra um estado de Goiás que mesmo depois da Ferrovia ainda continua com grandes aspectos de isolamento e faltas de melhorias. As suas experiências configuram seu foco de raciocínio nos passando a sua visão de mundo e se concentra principalmente nas grandes diferenças do “ontem” e do “hoje. Os trabalhos pesados, a falta de maquinário, e uniformes que todos iam sem botinas de bico de aço. Ele nos conta que os trabalhadores até 1976;

era muito poca gente assim, durante um período de 4 ano, por exemplo aqui em Vianópolis tinha 15 funcionário pra atender 45 Km de linha, antes era muito difici, então a linha era muito ruim dava muito acidente, mas antes era muito difici, era totalmente diferente porque o maquinário era diferente, num tinha máquina de furar dormente, não tinha condução pra ir pru trabalho aí em 76 já mudô totalmente, aí melhorô, melhoro dimais! Aí antes tinha o pobremata de salário, agente recebia salário de minas... falava salário de minas, aí em 76 já começou a ter concurso, já veio promoção de nive, aí os mestre de linha não tinha concurso, mas eles tinha que ficar trinta dia de treinamento, pra fazer curso pra lidar como pessoal, que de primero, as pessoa, o tipo de conversa era um, depois mudo outro, aí a lei já mudô né? Antes como os povo fala: era na doida! E as pessoa ia trabalhar, ia de chinelo, somente depois de 76 ia a CIPA uma empresa de proteção, aí ela já mandava capacete, butina com bico de aço, uniforme... aí já mudô, que antes não... antes era totalmente diferente; era ropa normal, até de chinelo o cara trabalhava dava muito acidente era muito pobremático.<sup>76</sup>

A própria empresa não representava as “modernidades”, idealizada pelos que a viam de fora, pois, as vidas dos trabalhadores eram difíceis e rudes. Ao mesmo tempo, que fala do isolamento senhor Sebastião não deixa de falar das dificuldades no tempo do seu trabalho na empresa ferroviária que deixaram marcas nas suas lembranças. De forma ainda manual as construções dos trilhos eram feitas no meio dos vazios deixando para trás, as cidades. Os trabalhadores muitas vezes não passavam de exército de esfarrapados. Com poucas condições de trabalho e medidas de proteção para o desempenho de atividades perigosas. Conta-nos sobre essas dificuldades o também trabalhador da Estrada o senhor Admar de Brito Oliveira, morador de Viánópolis que no tempo servia no trecho de Ubatan até Leopoldo de Bulhões, nesse momento ele nos fala sobre como eram feitos os trabalhos,

---

<sup>76</sup> Trecho da entrevista concedida pelo senhor Sebastião Pereira da Silva.

mandaro eu pra Bonfinópolis, trabaíá lá numa barrera que caiu, mas se ocê vê que trem pirigoso, e eu fiquei lá até eu fazer o serviço tudo, os otros colegas foram imbora, e o engenheiro de lá num dexô eu vim imbora, purquê lá era um serviço muito pirigoso. Caiu um barranco no corte e aí nois limpo lá todinho e fico um bico de pedra muito grande e pirigoso e os otros colega num tinha corage, pra impidurá na corda e nois foi três só que teve corage, subi lá por cima do barranco do corte, um corte alto pra daná. Aí marrava a corda assim ó e marrava num pau lá im cima do corte, e tinha que pegano a corda assim e ir descendo devagazin até dá a altura lá. Ficava o dia intero impindurado nessa corda furando com martelete pra por bomba. Aí quando ia por bomba agente tinha que correr porque vuava lasca de pedra longe dimais. E na hora que tava tudo pronto na boca do corte tinha um bico de uma pedra que o caboco fica lá debaxo dessa pedra pra poder ligar pra poder expludir aí ela gritava e nois tudo curria e ficava debaxo de uma prancha que tinha lá perto onde tava o compressor pra fazer o buraco. Caiu uma lasca de pedra na ponta da prancha que chegou balangar ela e nois tudo dibaxo da prancha. Só pruquê ela tava bem calçada e freada né?! Ela não saiu Du lugá. Aí o mestre de linha da linha chegô lá e me viu lá ai falô, uai Dudu o que ocê ta fazendo aqui que os otros foi embora e ocê num foi? Uai ele num dexô eu ir pur causa desse serviço aqui, que os otros num tava tendo corage né? Ele falô ocê vai embora agora tem um trem de passagero, ai o outro disse ele só vai dispois que terminar, aí ele disse ele vai agora. Cheguei em casa pareceno um porco, de tão sujo.<sup>77</sup>

Os trabalhos na Estrada de Ferro muitas vezes se tratavam de ter coragem. As adversidades eram muitas e a experiência e a coragem, contavam, pois esses homens como senhor Edmar não tinham preparos para isso se tornavam aptos nas adversidades dos dias. Ainda os embates como os superiores, onde a obediência era uma palavra chave. A própria empresa depois de algum tempo implantou um sistema de recompensar o que seu Sebastião outra hora chama de “promoção de nível” os melhores trabalhadores da estrada por meio de notas que eram recebidas pelo comportamento, produção entre outros requisitos.<sup>78</sup> Em outro momento Senhor Admar comenta;

eu vivi mais com meus colegas do que junto da famia. Ocê vê eu saia de casa segunda-feira cedo e só voltava sexta-feira era duas ou três hora da tardi, se tivesse normal. Então eu convivia mais era junto com os colega. Aí invento de fazer os alojamento pra nois. Em cada cidade fez um alojamento. Quando trecho era maior trilho

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Edmar Brito de Oliveira, trabalhador da estrada de ferro começou em 1963, turmeiro, hoje com 75 anos de idade, nascido no município de Cristianópolis, GO.

Endereço: rua José Calixto de Carvalho, nº 43, Vianópolis. Vídeo 29 minutos. 12/12/2015.

<sup>78</sup> Trecho de entrevista do senhor Sebastião Pereira da Silva.

alojamento na berando dos trilho. Agente pegava o serviço lá em bulhões e ia descendo até Teixeira lá perto de Orizona. se tudo corresse bem ocê me achava em casa somente no sábado e domingo. Se tudo corresse bem. Mas, du contrário era só no alojamento. Quando caia carga e num pudia ficar sozinho, os outro colega num tinha corage de ficá, aí era eu que tinha que ficá lá, purque tinha que ficar com uma lanterna ai quando vinha um trem eu ficava com uma lanterna ai eu tinha que balangá assim e eles sabia que tava chegando perto do acidente.<sup>79</sup>

Se as durezas do trabalho conviviam com esses trabalhadores os acidentes também eram uma realidade entre eles, e dentre os piores senhor Admar destaca,

o maquinistas que vinha de Goiânia tava bebo dimais, então como é que vai por um bebo com uma composição como essa? Que nem era, se não me engano era oito ou nove vagão de passagero com restaurante, o ajudante dele desceu em Sivania pra pega comida pra eles de primero eram dois numa máquina, hoje é só um. Quando deu a saída pra sair de Silvânia, tinah uma rampinha meia forte, o maquinista durmiu e a máquina passa a marcha por si. E aí eles passo correndo dimais na bera das turmas e os morado, pertinho da curva tem um aterrinho lá, aí foi entrá no corte, tem uns capim cidrera pra cercas as pedras pras descer pru atero. E o maquista acordo quando tava entrando nesse corte e ele puxo o freio de mão da máquina e tombo os vagão quase tudo só fico a máquina e um vagão em pé. Nois foi num caminhão da prefeitura, na hora lá tinha muita gente fartano braço, fartano perna, tudo que ocê pensar, agente achou três morto e todos os três era lá de Pires do Rio, menininho que tinha uma sacolinha que tinha os livro do pré e uma rapaz agente colocou um lençol. Ai agente foi juntando pedaço das pessoa, lá nois ach três moto, mas no hospital morreu muita gente o trem foi feio viu.<sup>80</sup>

Tempos difíceis segundo senhor Adamar, mas que ele tem saudades do serviço e dos companheiros de trabalho. Nessas palavras encontramos uma ferrovia distante dos esplendores idealizados pelos tempos modernos. Sendo também uma realidade a falta e/ou a imensa dificuldade de comunicação, então valia todos os esforços desses homens no sentido de superá-la. A escassez de meios de transportes nestas regiões do sertão do Brasil contribuía para entravar o processo de urbanização das cidades na região. O que queremos ressaltar é que o isolamento persistiu por décadas depois do advento da Estrada Férrea não sendo tão simples a solução dos problemas.

---

<sup>79</sup> Trecho da entrevista concedida por Admar Brito de Oliveira.

<sup>80</sup> Trecho da entrevista de Admar Brito de Oliveira.

Depois desses relatos observamos que a ideia de isolamento conviveu por longos anos com o estado de Goiás. E na região de Campo Formoso, verifica-se que por conta da deficiência dos meios de acesso a outras cidades, passa-se muitos anos lutando para o fim do seu isolamento no cenário nacional. E nem mesmo com a passagem da Ferrovia Goyaz pelas cidades vizinhas, esse problema fora totalmente superado. O afastamento continua sendo fator de grande dificuldade para os habitantes locais, restringindo seu modo de viver a uma vida dura. Nos tempos da chegada da Ferrovia na região sudeste de Goiás, a partir de 1922 e mesmo depois da sua chegada no povoado de Ubatan<sup>81</sup> o sal, por exemplo, ainda continuava sendo comprado em cidades de Anápolis, e Uberlândia e Bom fim, pois a Estação de Egerineu Teixeira, não havia depósitos e nem meios de estocagem não setinha infraestrutura. Já as rodovias na cidade aparecem ainda mais lentamente, os primeiros caminhos de acesso são os “trilheiros” abertos manualmente por machados e facões, as rudezas do trabalho eram comuns nessas redondezas sendo assim os primeiros caminhos desenhados para a Estação de Ubatan. O isolamento persistiu mesmo décadas depois da passagem da Ferrovia, como aponta Egerineu Teixeira, prefeito da cidade no ano 1936,

Campo Formoso, cidade situada a alguns quilômetros da via férrea, ressentia-se com a falta de transporte rápido e barato para a Estação da Estrada de Ferro, vivendo, por isso, quase num completo isolamento. Para resolver esse problema, dirigi a essa câmara a mensagem de 21 de novembro p. passada, experimentando a satisfação de ver convertida em lei a autorização pedida para a aquisição de um auto-omnibus pra ser empregado no serviço do transporte de passageiro entre a cidade e a estação de Ubatan.<sup>82</sup>

Apesar das dificuldades nas estradas e dos contratemplos mencionados, é notificado que pouco comércio que havia em Campo Formoso, como em vários locais de Goiás, a expansão econômica, era advinda da pecuária por ser ela uma mercadoria que se auto transporta. Mas, vale destacar que não fora a República a responsável por essa ampliação. Desde muito tempo antes, a

<sup>81</sup> Ubatan nesse tempo era um povoado a 12 Km sem nenhuma relevância e não fazia parte do município de Campo Formoso.

<sup>82</sup> Discurso proferido no dia 16 de janeiro de 1937, pelo então prefeito Egerineu Teixeira, secretário Armindo Teixeira França. Arquivo público da cidade de Orizona-GO.

pecuária foi adotada como a atividade principal da região depois do fim do período aurífero que fora uma “atividade predatória, a cigana de milênios, sem leitura de mãos calejadas, sem sorte grande. Que Goiás o ouro nos legou, além da decadência?”<sup>83</sup>

Campo Formoso teve na criação de animais importante fonte de renda para a formação do local. Mas, não podemos pensar em grandes criadouros como hoje. As propriedades eram bem mais modestas, algumas dezenas nada que se equipare a lógica atual dos grandes centros de criação do País, aliás lugar que atualmente Goiás ocupa. A cidade fora formada por sujeitos que viviam nos meios rurais, donos de terras, criadores de gado, de porcos e de vários tipos de animais e agricultores, principalmente, que serviram por vários anos somente a subsistência e depois ao comércio.

No século XIX Saint-Hilaire já testemunhava as distâncias por muito tempo formaram uma barreira, pois “as léguas nessas regiões são muito extensas, como sempre acontece com lugares poucos povoados, onde as pessoas estão acostumadas a percorrer grande distâncias quando tem de fazer as menores coisas”.<sup>84</sup> Esse era o caso de Campo Formoso, elas provocavam um afastamento de outras cidades da região. Somente durante a década de 1920 em diante observamos uma aproximação entre as cidades vizinha, como e o caso de Bela Vista; Araguary em Minas Gerais e outras mais. A observação feita por Nars Chaul ressalta, “quanto ao isolamento, diversos autores observam sua persistência tanto na colônia quanto no Goiás contemporâneo e apontam-no como o principal motivo da decadência da província”.<sup>85</sup>

Assim, é notório que as causas das dificuldades para se atingir um crescimento mais rápido se deve na maioria das vezes, pelas faltas e carências que os habitantes lidam quando estão localizados longe dos centros urbanos de comércio. Esse distanciamento trazia inúmeros prejuízos à região. Mas, o que ele mais prejudicava era ao comércio, aos agricultores e pecuaristas da

---

<sup>83</sup> CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2010.

<sup>84</sup> HILAIRE-SAINT, Auguste. *Viagem à província de Goiás*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Apresentação de: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo. 1975. p.81.

<sup>85</sup> CHAUL, Nars Fayad. *Op. cit.* 3<sup>a</sup>. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2010. p. 89.

região. O gado era obrigado a se locomover dias até chegar ao seu destino, e quando lá chegavam, estavam magros e cansados, o que prejudicava o seu preço, trazendo prejuízos aos produtores. Para, além disso, a população sofria muito pela falta de médicos e produtos de primeiras necessidades como remédios como nos contou d. Inês Maria. Eram viagens muito duras, para os sujeitos que andavam dias em cima de carros de bois ou a cavalo,

É que as dificuldades era bastante, né? Porque a povoação era bem pequena, né/ então até transporte das coisa, do sal dos tecidos, né? Tinha que trazer o sal lá de Uberlândia era de... de...eu acho que até eu já te disse isso, que era de Silvânia, só naquela época o nome lá era Bonfim...então, era tudo trazido de carro de boi, porque nem condução carro, essa coisa assim num tinha, bem dizer num tinha nem um, né? Eu acho assim porque tudo era transportado em carro de boi, né. É quando ia viajá pra buscá as coisa assim lá longe tinha que levar de tudo pra comê, pruque na istrada, aí eles levava pedra onde parava eles, fincava três pedras, assim ó; uma assim, uma assim, e uma assim. Aí, ali naquelas pedras que eles fincô, chamava trempe aí colocava pauzinho de lenha aqui, aqui, aqui...e cendia o fogo aí colocava a panela de ferro, pruque naquele tempo num existia de alumino era só ferro assim, era só ferro... assim as panela, sabe? Num tinha quase, acho que num tinha vasia de alumino...aí naquela panela...a cuié também era feita em casa assim... tinha aquelas pessoa que era mais sábio e fazia as cuié pra mexê a comida...tinha que sê de ferro, pruque se fosse de pau ela queimava...pruquê ia saindo o fogo assim ó...então eles fazia cumida ali.. e aí eu fico pensando...de certo tinha que ter mais pedras pra levá, se não aquelas pedras esquentava pra leva, né? Num é? Quando encontrava algum morado na bêra assim das estrada as vez eles podia fazer uma cumida lá naquela casa né?...Mas nu lugá que num tivesse...as distância era muito longe as cidade era longe uma da outra...era tudo difici. E depois tinha que clariá ali pra eles era com lamparina a querosene sabe? Pruque num tinha energia pra eles.<sup>86</sup>

Inclusive em 1935, por motivo da posse do prefeito de Egerineu Teixeira Campo Formoso foi intitulada “terra do capado gordo”.<sup>87</sup> O comércio era realizado com cidades mais próximas, mas ainda assim era muito difícil a mobilidade os produtores. O Conselho de Intendência não conseguia melhorar este quadro sobre o comércio, que na primeira década do século XX, ainda se encontrava estagnado na cidade, pelas licenças não visualizamos nenhuma casa comercial. E também pelo livro de impostos também observamos que nada fora notificado nesse sentido.

<sup>86</sup> Entrevista concedida por Inês Maria de Castro.

<sup>87</sup> Jornal Voz do Sul, semanário independente e literário, publicado em oficinas próprias, diretor e proprietário: José Lourenço Dias, Anápolis 21 de junho de 1936. Ano VI. Arquivo da cidade de orizona-GO.

### 3. 3. Campo formoso uma cidade às margens dos trilhos

No dia 01 de novembro de 1923 fora inaugurada a Estação de Ubatan que ficara a 12 km da cidade de Campo Formoso. A inauguração não fora marcada pelas mesmas festas que marcaram a Estação de Pires do Rio. A estação ficaria em meio ao deserto, ao seu redor não havia nada apenas cerrado. A economia da cidade não foi ajudada, a falta de dinheiro a estagnação social estiveram presentes na cidade todo o tempo. A ideia de desenvolvimento e modernização tão falada na historiografia goiana nos causa estranheza, em muitos aspectos, pois aponta que com a chegada da ferrovia na região sul/sudeste, começa-se uma fase de total desenvolvimento de Goiás em uma análise mais generalista. Como sabemos a cidade faz parte do sudeste de Goiás e das cidades que compõe a região da Estrada de Ferro, entretanto não fora agraciada por esses “ventos” modernizadores. Foi nesse período que o futuro Prefeito Egerineu Teixeira, inimigo declarado da situação de governava o estado, veio fixar residência no município. Nos anos antes da construção da estrada em Ubatan, a Intendência da cidade estava nas mãos de Rodolpho Fernandes de Castro, em 1919, e a partir de 1920 o prefeito passou a ser Pedro Antunes Campos e permaneceu até 1923, ano da construção da Estação. De forma autônoma e solitária a cidade não animou-se com a Ferrovia, pois ela fora construídas bem longe dos seus limites e para onde não se tinha nem caminhos, que somente foram abertos depois da estrada de ferro chegar, trilhas abertas pelas mãos calejadas de vários campoformosense. As esperanças nem chegaram à cidade, e já se foram sem ter deixado nada da máquina de ferro.

A historiografia sobre Goiás insiste que depois da chegada da Ferrovia, Goiás transforma-se “automaticamente” em um Goiás que agora está inserido no mercado de capital voltado ao mercado externo, “conectado” com o Brasil.<sup>88</sup> Porém, quando analisamos estas obras observamos que segundo elas a ferrovia trouxera a urbanização para o estado, não fazendo sequer menção às

---

<sup>88</sup> Ver: BORGES, Barsanufo Gomide. Op. cit.

regiões que não foram atingidas por esse processo. Assim não foram levados em conta os aspectos menos otimistas, como as cidades que foram excluídas da ferrovia, ou então, os locais que a ferrovia não trouxera essa “modernidade” continuando a ser o que eram e ainda mais, que existe a parte norte do estado que também não foi atingida por esse dito ‘surto’ modernizador.<sup>89</sup> No caso de Campo Formoso, ela fora a única cidade do caminho dos trilhos escolhida para não compartilhar do projeto de progresso. Ficando às margens dos trilhos e também da “modernidade”.

Durante muitos anos, cerca de três décadas, a cidade mesmo depois da estrada ter passado em Ubatan, que no tempo não era nem ao menos parte do município de Campo Formoso, não apresentou melhorias na parte econômica. A própria utilização da via férrea era feita esporadicamente por alguns moradores locais. Na parte dos negócios avaliamos que também não sofreram muitas diferenças, o comércio em busca do sal, na maioria das vezes de Anápolis e assim ficou até o final a década de 1940.

A classe política da cidade sempre reagiu com moderado entusiasmo, desde a primeira notificação sobre a construção da Ferrovia em Goiás, em ato do Conselho de Intendência no ano de 1907, não se contando mais do que duas vezes a discussão sobre o assunto. A primeira menção sobre a ferrovia no Estado de Goiás feita em ato do Conselho foi para satisfazer um pedido da cidade de Catalão numa ajuda mútua, que mais parece representar uma união das cidades para que a Ferrovia não tardasse a chegar a Catalão. E falado do dinheiro, ou melhor, a falta dele dispensa atenção para os juros da companhia férrea,

Quarta secção ordinária do conselho Municipal da Villa de Campo Formoso em 9 de julho de 1907, igualmente foi nesta dacta oficializado ao Exmo. Ministro de Viação sollicitando do mesmo a concessão da garantia de juros a companhia da estrada de ferro Mogiana a fim que esta traga os trilhos até Catalão.<sup>90</sup>

No entanto, a Estrada de Ferro Mogiana nunca estendeu seus trilhos no solo de Goiás. Mas, mesmo assim Goiás receberia a Ferrovia, a concessão foi

<sup>89</sup> Ver: CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2010.

<sup>90</sup> Ata do conselho de Intendência ano 1906 da cidade de Campo Formoso. p. 88. Data da reunião 09 de julho de 1907. Arquivo da câmara de vereadores da cidade de Orizona.

adquirida pela companhia da Estrada de Ferro Goyaz. Então, os trilhos da Estrada de ferro Mogiana que já tinham chegado até a Araguari, foram utilizados para colocar os primeiros dormentes da Estrada Ferro Goyaz, na cidade de Araguari em 1906.

A Cia. Mogiana não se interessou, pois entendeu que não seria bom negócio. Apesar da grande importância dada ao assunto, no âmbito geral, às noções que foram plantadas na cidade de Campo Formoso sobre modernidade e como elas foram recebidas pelos moradores, principalmente, a classe política fruto dos grandes fazendeiros da região, são verificadas pelos modos como eles desenvolviam suas relações.

Entendemos que dentro desse espaço as mudanças trazidas pela estrada férrea despertaram certa desconfiança por parte da elite local a respeito do que poderia significar esse progresso no contexto das relações sociais vividas no cotidiano dos moradores e dos próprios líderes. O silêncio que se observa sobre a construção da ferrovia no período que aproximava-se do ano da inauguração da Estação no povoado de Ubatan, nos chama atenção, pois nada foi feito para ouvir as necessidades dos moradores. A população desejava a estrada, pois precisava dela para diminuir as dificuldades do cotidiano.

Mas, quanto aos políticos, isso não é verificado, pois a forma com que a estrada fora pensada não lhe atribuía unicamente o símbolo do progresso e da modernidade, a ela também fora atribuída a responsabilidade dos (des)continuismos causando certo desequilíbrio em antigos meios de relações moldados em mentalidades conservadoras. Se os líderes locais nada poderiam fazer para impedir a sua chegada, também nada fizeram para reivindicar sua construção no perímetro da cidade. Nada consta em atas, ofícios, leis e decretos. Um total silêncio se abate sobre o assunto, até o ano de 1914; e depois e até a o ano de 1922, um ano antes da estação ser edificada em Ubatan. E como diz Le Goff, os “silêncios são reveladores destes mecanismos

de manipulação”<sup>91</sup> na história são muito significativos. Pois, neles poderemos encontrar as causas de vários problemas.

A elite da cidade de Campo Formoso não desejava a Ferrovia, dentro do que fora pensada para o estado em uma articulação conjunta na busca de melhorias econômicas. Uma das hipóteses é que a elite política não se interessou e porque a ferrovia poderia colocar fim em suas posições de “mandatários” do local. Esses sujeitos foram elementos essenciais para que a estrada não viesse a passar nos limites da urbe. Se por um lado, a ferrovia poderia trazer benefícios à cidade e sua população; por outro, a conjuntura da época fazia que estes homens pensassem em todas as negatividades, de uma modernidade que para eles trariam muitos desconfortos em matéria de poder. Assim, os líderes políticos além de nada fazerem para a construção ferroviária chegar até a cidade, ainda fizeram uma representação contra isso.

Nas buscas diárias e constantes encontramos base documental que indicariam os pensamentos da elite local em relação à Estrada de Ferro Goyaz. Estes foram os primeiros elementos que nos informam sobre a ideia do desvio do trem de ferro da cidade. Foram registrados em atas do Conselho as ideias do grupo, dos mais abastados, compostos pelos fazendeiros mais fortes da região, Rodolpho Fernandes de Castro, Pio José da Silva, Samuel Fernandes de Castro, Eduardo Pereira Cardoso, figuras políticas importantes que dominaram a cidade por toda a República, a respeito da construção da via férrea temos então,

Acta da sessão extraordinária do Conselho Municipal desta  
cidade de Campo Formoso em 13 de junho de 1914, presidente  
Rodolpho Fernandes de Castro, secretário: Samuel Fernandes de  
Castro. Aos 13 dias do ano de mil novecentos e quatorze. Hora  
regimental no Paço do Conselho Municipal desta cidade de Campo  
Formoso procedida a chamada, a ella respondem os seguintes  
Conselheiros: Rodolpho Fernandes de Castro, Pio José da Silva,  
Eduardo Pereira Cardoso, Francisco de Paulla Teixeira, Euclides  
Tollentino Brettas e o suplente convocado senhor Betholdo Teixeira.  
Havendo número legal é aberta a sessão ao expediente foi declarado  
pelo Presidente que esta corporação devia tentar, por todos os meios,  
trabalhando a fim de que quando não seja possível abster-se da  
passagem da Estrada de ferro por esta cidade, ao menos que a  
Estação, como anteriormente se pediu, seja collocada no ponto que

---

<sup>91</sup> *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão...[ et al.]. – 5<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2003. p. 422.

mais convinha aos interesses deste município. Contando que o nosso município vizinho ( Bomfim), foi ultimamente atendido, em seus desejos obtendo a passagem por aquella cidade, julgamo-nos com mesmo direito, e lançaremos mão de todos os recursos, pedindo a quem de direito até que sejamos satisfeitos. Não especificamos os meios, pois que serão aproveitados todos aquelles que nos foram sugeridos. O que foi aprovado. Nada mais havendo a tratar-se o senhor presidente encerrou a sessão.<sup>92</sup>

As palavras dos políticos devem ser analisadas com o cuidado devido, e articuladas com o contexto da época. Estavam presentes na reunião extraordinária todos os que governavam a cidade, representantes da elite local, somente os mais influentes. A ideia deve ser analisada, observando o pensamento negativo sobre a construção, pois como disseram já que não teriam como se ‘abster da passagem da Ferrovia’ utilizariam estratégias para fazer com ela não interferisse na vida do lugar. Entendemos, que se referiam ao próprio poder tecido por eles. Dentro dessa ideia havia somente uma maneira que poderia amortecer o problema, a construção da Estação mais distante dos limites da cidade. As palavras acima citadas demonstram o desconforto com o projeto ferroviário, então teriam que “contornar” o problema.

Assim, ratificam que mesmo a Estrada de Ferro sendo um fato já decidido, pelo poderes centrais, seria feito de tudo para que pudessem indicar onde ela deveria ser construída, e nada garantia que seria dentro dos limites da cidade. Outro ponto que devemos entender é que a cidade de Bonfim, a qual é citada, construiu a Ferrovia para além dos limites da cidade, uns três quilômetros para além dos limites da urbe. Desse ponto de vista declaram que eles também reivindicariam o direito de construir a estrada no lugar que pretendessem. Outro aspecto que chama atenção é que a decisão sobre a construção da Estação Ferroviária fora feita em uma reunião de caráter extraordinário, o que corresponderia a uma urgência sobre o assunto e onde estariam presentes somente aqueles que fossem convocados.

Outro fato que deve ser notificado é que a referida reunião não estava inscrita na ata como se faz normalmente e sim em um livro de lançamentos, contrariando o que se propõe no regulamento comum de reuniões do Conselho de Intendência. O tema deveria ser debatido de “portas fechadas”, pois eles

---

<sup>92</sup> Lançamentos para 1914. Campo Formoso, 4 de março de 1913, Intendente M<sup>al</sup>. Pedro Antunes Campos. Arquivo da cidade de Orizona-GO. ( grifo nosso)

determinariam o que deveria acontecer com a pequena cidade nos próximos anos. A estrada de ferro ameaçava em várias frentes o poderio econômico da elite local: traria pessoas de fora como aconteceu com as cidades vizinhas, abriria concorrências, mais liberdade por parte da população de ir e vir, pensamento reinante na época. O transporte ajudaria na locomoção, sem falar na melhoria, mesmo que temporária, do comércio quando fosse ponta de linha. Isso poderia ser visto como um problema para aqueles que estavam acostumados às antigas relações de poder. Assim, com descaso e contrariamente foi encarada a construção da Ferrovia Goyaz na região de Campo Formoso. Já em relação à população do local, sobre modernidade, o que se sabia não ia além dos discursos de alguns chefes locais desejosos de construírem uma cidade, para eles próprios governarem.

O fato de querer construir a Ferrovia longe da cidade nos faz entender que essa mesma elite pensava nessa modernidade com ressalvas, haja vista, que se por um lado esse grupo almejava construir uma cidade mais moderna dentro dos padrões urbanos vigentes, eles olhavam essa mesma modernidade representada pela chegada da Estrada de Ferro Goyaz com desconfiança, pois nesse caso este aspecto poderia construir situações que fugiram ao controle dessa mesma elite.

A cidade até então refletia as vontades dessa elite política. Por conta disso, não desfrutou dos projetos ferroviários, na época acreditava-se seguramente “que a chegada de linhas férreas em alguma pequena cidade significava um futuro promissor”.<sup>93</sup> O que não se comprova em várias cidades. Assim, mesmo pertencendo à região denominada de Região da Estrada de Ferro, Campo Formoso não compartilhou como as suas vizinhas dos trilhos “mensageiros de prosperidade”. A cidade fora excluída, as razões sempre foram silenciadas sobre os motivos reais que levaram a ferrovia passar por fora da cidade.

Depois de articularmos fragmentos, pensamentos, conjunturas e ideias, propomos a construção de um caminho. A partir da criação do arraial, Campo

---

<sup>93</sup> CARDOSO, A. *Ferroviás em Sergipe: Nota Histórica*. Artigo publicado em 17 e 18 de novembro de 2010. Disponível em <<http://2008.jornaldacidad.net/2008/noticia.php?>> Acesso em: 25 de mar. de 2012.

Formoso desenvolve uma forma predominante de poder concentrado nas mãos dos fazendeiros locais. Assim, com o distanciamento da cidade em relação aos trilhos as relações de poder solidificaram-se numa política onde eram predominantes as relações de mando dos latifundiários das propriedades entorno e da submissão aos preceitos religiosos, por meio dos Padres inseridos na vida da população local.

O espaço foi, portanto, erigido dentro de uma mentalidade claramente retrógrada. Em certos momentos observamos como os próprios líderes políticos da região também dispensavam grande atenção a ideias dos líderes religiosos dentro disso a Igreja também era elemento chave de controle. Conta-se que um líder local pertencente às famílias ricas da região sempre assistia as festas da Igreja em um terraço em cima da sua casa, que era obviamente em frente à Capela, “o Maurity Silva assistia as festa da Igreja em cima da casa, em um terraço que ele subia por uma escada, era assim... ficava olhando tudo lá de cima, meu pai contava muito isso, meu avô também, todo mundo sabe disso”.<sup>94</sup> Limitada nesses pensamentos passara toda a primeira República, em uma predominância de ideias, onde os líderes eram chefes incontestes. Detinham o poder econômico, político e andavam de mãos dadas com a Igreja católica, nada mais parecia restar fora dessa realidade.

Foi nesse período, na primeira República, que a ferrovia chegou perto de Campo Formoso e se consolidou dentro da cidade. Essa classe política talvez ainda mantivesse o mesmo pensamento de quando também fora construir a cidade, ou seja, eles gostariam de uma cidade rica, bonita, mas para eles chefiarem onde encenariam como personagens principais. Tudo estaria dentro das suas vontades e das suas ideias. Assim, guardando na sua constituição enormes diferenças com a cidade vizinha de Pires do Rio, por exemplo. Esta, por exemplo, foi fundada com a Ferrovia e ainda fora formada por imigrantes, enquanto Campo Formoso foi formada, em larga escala, pelos moradores do campo a sua volta.

Portanto, nos causou estranheza a ação do Conselho em relação à Estrada de Ferro, principalmente, nos anos da sua construção na vizinhança,

---

<sup>94</sup> Trecho da entrevista gentilmente concedida por Laudevino Ribeiro Batista, nascido em 1947, no município de Orizona. Áudio de 10: 24 minutos. Dia 25 de junho de 2014.

mas são justamente nesses silêncios que poderão estar os grandes dilemas entre os historiadores de ofício, pois para nós eles não parecem inocentes. O fato vem corroborar com o documento de 1914. Pois, seria de fato natural que ao saberem que a cidade de Campo Formoso não seria beneficiada pelos trilhos, e sabendo do prejuízo que este episódio causaria a cidade, caberia pelo menos discutir-se sobre isso no Conselho de Intendência, registrar algo sobre o assunto. Mas, nada fora dito em relação à Ferrovia naquele tempo da construção.

O fato de encontrarmos documentos anteriores e posteriores à criação da ferrovia na cidade, não os coloca como menos importantes do que os do período da construção ou vice-versa eles se complementam. Além do mais nada é imediato há todo um processo que se desenvolve até o acontecimento de fato. Sabe-se abertamente que a ferrovia ‘desviada’ trouxe prejuízos à comunidade local não porque ela determinaria um futuro de sucesso, mas simplesmente porque a região era muito carente a Ferrovia poderia trazer alguma ajuda. Se a princípio, por parte da população quase nada fora falado, com a continuação da difícil vida na cidade Campo Formoso e da persistência do isolamento vieram os questionamentos. No ano de 1930 o senhor Euclides Tolentino Brettas, prefeito da cidade nomeado pelo interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, faz um desabafo. Ressaltamos que o senhor Euclides era o único que fazia parte do P.S.D o partido do Interventor, os outros membros do Conselho eram todos do Partido Democrata liderado pela família dos Caiados portanto partidos rivais, principalmente, nesse tempo. Então, Euclides Brettas escreve oficialmente no livro de registro da cidade um ofício dirigido ao ministro da Viação e Obras Públicas,

A estrada de ferro Goyaz é actualmente a única ferrovia do Estado. Desde que salta o rio Corumbá estação de Roncador, a “Goyaz” se orienta por espigões e chapadões intermináveis lançando os seus trilhos justamente pela divisão de águas de dois rios – o dos ‘Bois’ e o ‘Piracanjuba’- deixando de parte nas baixadas e planos laterais regiões riquíssimas que fariam a prosperidade da estrada e da população respectivas.<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Livro de Registro, Actas, e Portarias e Offícios da Prefeitura de Campo Formoso 1919 a 1933. p. 55. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

Diante disso podemos notar que ele fala do trajeto assumido pela estrada e da facilidade que seria passar pela cidade de Campo Formoso, em virtude do terreno, “baixadas e planos laterais”. As discussões por conta da construção da estrada de Ferro Goyaz, fora dos limites da cidade, cogitaram por muito tempo para o problema do terreno não ser apropriado para receber os trilhos. Fato que não se pode observar ao se visitar a cidade de Campo Formoso, pois não há nenhuma diferença gritante, em termos físicos, com o terreno de Pires do Rio, por exemplo, ao ponto de impedir a construção férrea dentro da cidade.

Pelo contrário, o motivo da água já poderia ajudar a ferrovia chegar até Campo Formoso. Uma locomotiva naquele tempo precisava de duas coisas simples, uma era a água com a qual ela era movida-, por isso todas as estações continham grandes caixas d’água para abastecer a máquina - e a outra necessidade era madeira para fornecer lenha, e esses dois elementos teriam o suficiente para servir à locomotiva. Outra possibilidade que se argumenta para que acontecesse o desvio da Ferrovia seria a alegação de um enorme contorno para se chegar ao destino final que é a cidade de Anápolis. Nesse caso, a ferrovia não poderia dar voltas muito acentuadas sendo esta uma questão técnica. Esse argumento tem pouca solidez, porque ao conversarmos com pessoas que trabalhavam na ferrovia elas comentam o seguinte sobre o trajeto da estrada:

Lá tem Mestre Noguera, que falei pra você, lá é que chama atenção, é considerado como ferradura, que eu falei... que é trecho da linha que eles aproveitou só o chapadão eles faziam curva dimais para aproveitar nível de chão...aí lá tem um corgo que nacia lá im cima e era um grotão, um corgo muito fundo, aí eles foi levano a linha, aí foi lá na cabecera do corgo rudió ele e volto de cá. Não! Até hoje em dia num tem jeito de ces vê lá, só vai lá de trem, lá num passa, nada, num tem condução, num tem. Mais lá vocês ta passando de trem aqui cê vê linha do outro lado, como daqui no mercado do Marcelo, lá é mais de seis quilometro que vai lá e volta pra traís, decendo virando o corgo, pra ir. É um trem! Mais... ó ninguém que num cunhece, fala assim; tem outra linha de ferro ali. Purque você vai longi dimais e volta, são mais de 6 quilômetros... olha... e tá de lá, ali.<sup>96</sup>

Então, o caminho da cidade seria um caminho normal, mas para não se chegar a cidade houve um desvio colocando a Estação no povoado de Ubatan.

---

<sup>96</sup> Entrevista concedida gentilmente pelo senhor Sebastião Pereira da Silva.

As controvérsias não param por aí. O ribeirão Santa Bárbara, afluente do rio Corumbá, cruza a cidade, e por muito tempo pensou-se ser este o motivo da Ferrovia não ter chegado, pois teria de travessá-lo. Mas se os trilhos tomassem o caminho paralelo ao córrego não se precisaria atravessá-lo. Assim, ao conhecermos as iniciativas tomadas pela própria companhia férrea percebemos que não havia obstáculos “intransponíveis”, que não pudessem ser contornados na região escolhida não serve como justificativa para a questão. Não seriam fatos físicos os responsáveis por anular qualquer cidade dessa região, pois quase todas elas possuem as mesmas características.

Dentro de uma análise, mas minuciosa do local também verificamos outros aspectos, a altitude, por exemplo, foi outro ponto discutido. O terreno de Campo Formoso poderia ser muito mais elevado do que as regiões vizinhas, pois os trens de ferro não podem alcançar região e pontos muito íngremes, com elevações abruptas, no entanto pela análise o fato não foi comprovado. A altitude de Campo Formoso seria entre 800 a 806 metros de altitude<sup>97</sup>, altitude maior teria a região de Vianópolis que possui 992 metros de altitude<sup>98</sup> e nesta, a estrada foi construída. O que queremos demonstrar é que não foram por conta de problemas geo-físicos que a Estrada de Ferro não fora consolidada na região.

Mas, em uma época tomada pelos poderes políticos e ideias das elites locais esse fato bem poderia ser manipulado. Diante disso, as análises e observações se consolidam no campo da política, pois para nós essa é a única força capaz de fazer com que a estrada de Ferro não chegasse à cidade. Tomando novamente a cidade de Pires do Rio, onde o Cel. Lino Sampaio rejeitou a primeira planta do traçado da ferrovia e foi logo tratando de fazer a sua vontade, que segundo o próprio era “melhor” para a região, percebemos quanto a política da época poderia fazer diferença.

Além disso, dizem que a planta feita pela Estrada de Ferro não foi executada. O cel. Lino haveria solicitado ao topógrafo da Estrada de Ferro, Moacir de Camargo, outra planta que melhor se

---

<sup>97</sup> Disponível em: <http://www.geografos.com.br/cidades-goias/orizona.php> . Acesso: 14 de jan. 2016.

<sup>98</sup> Disponível em: <http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-vianopolis.html>. Acesso: 14 de jan. 2016

adaptasse à topografia local. Pires do Rio ficaria sendo então a primeira cidade do Centro-Oeste a nascer com planejamento prévio, antes de Goiânia ou Brasília.<sup>99</sup>

A demonstração com essa resolução é que havia muitas articulações e acontecimentos que às vezes poderão passar silenciados. A construção da Ferrovia Goyaz aconteceu em várias etapas: o primeiro trecho construído liga a cidade de Araguari-MG até Amanhece e desta cidade, até as margens do rio Corumbá, na estação do Roncador, havia 188 km de distância entre elas. A estrada de ferro que passaria pela cidade de Campo Formoso fazendo parte da linha tronco, que ligaria o antigo Porto do Roncador, até a cidade de Tavares.<sup>100</sup>

Em 1906, pelo decreto 5.949, assinado pelo então presidente do Brasil Rodrigues Alves foi assinado com a Companhia de Estrada e Ferro de Goyaz, sendo a partir de 1911 que foram colocados os primeiros dormentes no estado de Goiás. Porém, por causa de problemas econômicos a companhia Goiás passa para a administração do governo federal em 1920, pelo decreto 13.963<sup>101</sup> assinado pelo então presidente Epitácio Pessoa. A partir desse momento as contendas políticas foram agravadas e vieram a comprometer ainda mais o traçado do caminho de ferro. Se lançando pelos chapadões não atingiu cidades que por uma razão ou outra não despertavam interesse e não desempenhavam situações de benefícios para o crescimento econômico. Campo Formoso uma cidade já, naquele tempo, antiga na sua formação foi mais uma vez dispensada de desfrutar da Ferrovia e de alguns benefícios econômicos.

<sup>99</sup> IBGE biblioteca. História de Pires do Rio Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias>. Acesso: 22 de jan de 2106.

<sup>100</sup> Hoje Vianópolis.

<sup>101</sup> DECRETO N. 14.091? DE 8 DE MARÇO DE 1920 Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de 1.300:000\$, para atender às despesas com a manutenção do tráfego das linhas de Formiga e de Araguari, da Estrada de Ferro de Goyaz. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no n. XXVI, do art. 53, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro do corrente anno, resolve abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de 1.300:000\$, para atender às despesas com a manutenção do tráfego das linhas de Formiga e de Araguari da Estrada de Ferro de Goyaz, cujo contrato de construção e arrendamento foi declarado caducado pelo decreto n. 13.963, de 6 de janeiro ultimo, sendo 750:000\$, para as despesas da linha de Formiga e 550:000\$, para as despesas da linha de Araguari. Rio de Janeiro, 8 de março de 1920, 99º da Independência e 32º da República. EPITACIO PESSÔA. J. Pires do Rio. Senado Federal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=46209>> acesso: 25/ 12/ 2015.(grifo nosso)

A limitação da mentalidade política da época fez com que a estrada férrea, deixasse de beneficiar populações que já estavam lá, preferindo até lugares desertos sem cidades. Ao atravessar o Corumbá somente a cidade de Bonfim fora agraciada, mesmo assim a Estrada de Ferro se distanciou da cidade por pedido do governo da cidade. O que podemos perceber é que sendo por parte do governo federal ou do próprio governo das cidades os projetos de poder lideravam qualquer ação do País. O senhor Euclides Tollentino Brettas, escreve o Ofício dizendo:

Esta estrada de ferro, como sabe V.Ex<sup>a</sup>. foi privilégio de uma companhia, que seguindo a mentalidade política da época, não se orientou com patriotismo e com a necessária visão econômica quando obrigada a avançar os seus trilhos pelo interior goiano. Vastas regiões foram despensadas pela alludida companhia, que sempre preferiu aventurar-se pelos chapadões estéreis mesmo sem água, sem lenha, sem madeira, de impossível futuro.<sup>102</sup>

A população se viu obrigada a continuar sozinha, sem apoio algum, sendo vítima de ações políticas dos governantes do tempo. No cenário político externo, as divergências políticas eram sempre motivos para se conseguir aliados e ou inimigos, assim nada também que se opusesse a política dominante não era beneficiado pelos governos atuantes. Mais uma vez, observamos que nos compadrios, nas articulações feitas “às escuras” e na amizade se sedimentam o destino do País. Se o senhor Euclides não poderia falar das articulações internas, agora ele poderia denunciar as externas. Depois de 1930, tentou-se por parte do Senhor Euclides Brettas persuadir o Ministro a construção de um ramal a Campo Formoso, mas não adiantou o destino já havia sido traçado. Assim, Euclides Brettas afirma:

Pelo decreto de 13.963, de 6 de janeiro de 1920, foi rescindido o contrato do governo federal com a companhia, passando a estrada, por força do mesmo decreto, para a propriedade da união. Como sabe V. Exia., foi de praxe, até há pouco tempo inscrevesse a política nas estradas de ferros. Por este motivo, Campo Formoso, uma dos mais ricos municípios do sul de Goiás viu a estrada desviarse propositadamente da sua séde e da parte mais rica do seu município, sem lhe ter sido possível encontrar, no momento, a necessária defesa. Era tal o espírito político dominante que o nosso município cheio de inúmeras riquezas inexplorado - elemento de ser

---

<sup>102</sup> Livro de Ofícios, Leis e Decretos do Conselho Municipal de campo Formoso Goiás 1919 a 1933. p. 55. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

a própria estrada necessitaria – sentiu-se impossibilitada de agir quando a respectiva diretoria desviou lamentavelmente o seu traçado para 12 kilometros da cidade, relegando ao esquecimento uma cidade nova cheias de esperança; um município extraordinariamente festil e dotado de magníficos e dotado de abundantes águas correntes.<sup>103</sup>

As suas palavras descrevem o espírito político ao qual está relegado o Brasil desde o começo. Entretanto, partindo de dentro da cidade, os políticos interferem no futuro do traçado quando não cederam o terreno e queriam subjugar o traçado as suas vontades próprias. Então, percebemos que várias forças parecem conspirar para isso. Euclides Brettas era Farmacêutico comerciante, que desde os primeiros tempos já parece não combinar com alguns pensamentos da época, pois devemos lembrar de quando foi eleito Intendente e renuncia o cargo sem nem mesmo assumir.

No ano de 1922, a doação de terras foi a pauta, porque este era um assunto de extrema importância. Sem estas a Estrada de Ferro não poderia ser concluída como aconteceu em Pires do Rio, por exemplo, o cel. Lino Sampaio doou terras, para a construção da ferrovia. Em Campo Formoso em 1922 a terra necessária fora colocada em pauta sem sucesso,

Acta de abertura da 3<sup>a</sup> sessão Ordinária do Conselho Municipal de Campo Formoso, em 9 de maio de 1922.

O presidente disse que o momento é oportuno para se apresentarem projetos e indicações e requerimentos. Os senhores Urbano e Samuel apresentam dois projetos: o primeiro autorizando o Intendente Municipal a adquirir quatro alqueires de terras e fazer a doação a Estrada de Ferro Goyaz. Para a construção da Estação que servirá a está cidade e depois autorizando o Intendente construir a estrada de automóvel a estação que se construir e uma linha telefônica seguindo a mesma estrada. Sendo os projetos julgados vão somente a registro, por terem sido dispensados, digo a registrar e tomam o número 1 e 2.<sup>104</sup>

Mais uma vez vemos a negativa em relação à Estrada de Ferro Goyaz. Os dirigentes se colocavam sempre de maneira resistente à sua construção. As terras não foram doadas. A Estrada de Ferro então passa em Ubatan, que nem ao menos pertencia ao município de Campo Formoso e aquela cidade se tornou a único município nos caminhos dos trilhos que não desfrutou da Ferrovia.

---

<sup>103</sup> Ofício nº 31 de 16 de junho de 1930. p. 56. Conselho de Intendência, livro de Ofícios de 1919 a 1933. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>104</sup> Livro de lançamentos de 1914 a 1922. Arquivo público de Orizona-GO.

O poder é tecido e perpetuado na cidade demonstrando que não se confundia que eram os mandatários do local. Para entendermos o que significa esse poder e as esferas que atuam buscamos algumas definições. O poder pode traçar inúmeros acontecimentos na história, dessa forma se torna um objeto analisado por diversos vieses a sociologia, por exemplo, analisa esse termo da seguinte forma;

como a habilidade de impor uma vontade sobre os outros, mesmo que enfrente resistência. É algo que vem de uma esfera superior e penetra numa camada inferior, geralmente dominada e comandada pelos que detém o poder. Nessa abordagem sociológica o tema poder abre-se numa diversidade de campos e áreas de atuação: poder social, poder econômico, poder militar, poder político, entre outros.<sup>105</sup>

Aqui nos interessa o poder vinculado ao meio político, já que este é o que colocamos em discussão. Então, o poder político é visto como, “a capacidade de impor algo para ser obedecido e sem alternativa para a desobediência. Ou seja, é um poder que foi reconhecido como legítimo instituído para executar a ordem estabelecida. Ele é uma autoridade”.<sup>106</sup> Desse modo decisões são tomadas muitas a revelia da população. A cidade é regida pelas decisões de uma minoria, que subjugava a cidade a sua autoridade tanto política como econômica. Em relação à ferrovia a população não apresenta nenhum indicio que era contra, pelo contrário houve certa euforia nos dois anos antes da Estrada de Ferro com construções de casas e negócios. Logo vindo a desaparecer assim que ela foi construída em Ubatan.

Na década de 1920 prédios, lojas comerciais foram construídas na urbe, conforme o livro de requerimento para licenças. Até o ano de 1921 foram 76 pedidos para fixar residência, casas comerciais de 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> classe<sup>107</sup>, corte de gado, officina de sapataria, officina de funileiro, tavernas de gêneros do País. A partir desse momento verificamos até em 1921 uma vinda dos moradores do campo para a cidade e de alguns sujeitos de outras cidades para morar em Campo Formoso. Certa euforia formou-se entre as pessoas da

<sup>105</sup> BRIGÍDO, Edimar Inocêncio. Michel Foucault: uma análise de poder. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013. Disponível em: <[https://www.google.com.br/?gfe\\_rd=cr&ei=pvasV](https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=pvasV)>. Acesso: 21 de jun. de 2015.

<sup>106</sup> Idem., idem. p. 58.

<sup>107</sup> A classificação era dada de acordo com o capital de giro da loja. Ver capítulo 2. p. 103.

região. No entanto, com a construção da ferrovia fora dos limites da cidade as esperanças também se foram. Esses indivíduos pensavam fazer da Estrada de Ferro Goyaz um bom meio de negócio. O que não se concretizou. No ano da inauguração em 1923 até 1924 só foram 11 pedidos de licenças. Se a primeiro momento pensou-se que a Estrada de Ferro Goyaz poderia trazer alguma prosperidade, essa esperança deixou de existir.

Em relação a Goiás a Estrada de Ferro fora construída não somente com o intuito de melhorar a vida da população que vivia naqueles locais, ela foi também um projeto de poder onde se pensou, primeiramente, em ajudar os grandes produtores e, além disso, serviu de barganha política na região. Em um segundo momento acabou sendo utilizada como troca entre os governos locais tanto na escala estadual como também na municipal. Assim, a cidade cresceu à margem dos trilhos e dos benefícios que ele poderia trazer.

Com o desvio da Estrada de Ferro, retirou-se também a oportunidade de crescimento do local por intermédio da Ferrovia. Acreditamos que a ferrovia não determina por si só o progresso, conforme ressaltamos anteriormente, mas ela poderia abrir algumas possibilidades de desenvolvimento e de facilidades a população local. Campo Formoso não sentiu essas mudanças, pois todo o crescimento da região fora formado em longo prazo. Os sujeitos inventaram as maneiras de se sobressair perante as dificuldades, por muitos anos persiste a carência em vários setores da vida. Sem médicos, remédios, escolas e a luz elétrica, que somente vieram a ser instalada cerca de vinte anos depois da Ferrovia.

Mesmo em matéria de economia a cidade viveu precariamente por toda primeira República. O fator da agricultura era elemento de constante preocupação por parte do governo federal e do governo estadual tanto que eram (re) emitidos o mesmo ofício para o município no intuito de melhorar as colheitas, algumas vezes nos deparamos com esses pedidos diz um deles,

De acordo com o telegrama Sr. Ministro da agricultura de 6 do corrente ano, dirigido ao Excelentíssimo Sr. Cel. presidente deste estado, solicitando a sua intervenção no sentido de ser feita uma activa e systemática propaganda junto aos agricultores pra o fim de conseguir o rápido e effetivo accrescimo das colheitas, rogo-vos dignais providenciar de modo que seja posto em prática nesse

município pelos meios que achardes mais convenientes ao fim collimado, julgo desnecessário fazer considerações de tais propaganda, pois que, a vista da escassez Mundial dos gêneros alimentícios de primeira necessidade.<sup>108</sup>

A implantação de um projeto como este traz euforia a princípio, mas depois com desenrolar dos fatos começam a aparecer as dificuldades existentes para a sua implantação. Da mesma forma, a partir desse momento começam a emergir os que ganhariam e muito com sua criação. Os projetos modernizadores como esse são construídos a custa de altos juros cobrados para a sua construção, de valores irreais para um País com sérios problemas de erário e ainda pior para um estado como Goiás na época.

Na cidade de Campo Formoso, a Ferrovia não participou da rotina dos moradores continuando distante. Durante todo o período ela continua com sua forma de viver, seus calendários pautados na festas religiosas. Nas longas distâncias percorridas pelos carreiros que iam buscar produtos em cidades longínquas. Durante a República ela assumiu uma forma de vida, diferente das cidades vizinhas. Sofreu com o domínio quase perpetuo dos antigos políticos e coronéis vindos das famílias ricas da região. Cresceu obedecendo a sua própria lógica, fugindo da lógica vigente do período. A cidade administrou seu modo de vida, os condicionando e as experiências dos seus sujeitos. A estrada de Ferro quase nada trouxe para a região, que ficou por muitos anos ainda seguindo seu caminho, sozinha. Os valores existentes mesmo depois da República eram muito distantes da modernidade desejada, eles faziam o que podiam e como podiam. Eram nas experiências do dia a dia que traçavam seus meios de melhorar o espaço onde viviam.

A indiferença em relação à cidade aconteceu de todas as formas a própria Estação Ferroviária fora nomeada com nome diferente da cidade de Campo Formoso como conta Euclides Bretas.

A própria estação que seria única em nosso município, e que já se denominava “Campo Formoso”, viu seu nome modificado inexpressivamente para “Ubatan” como um aviso de que nada poderíamos esperar de uma administração que não visava em Goiaz,

---

<sup>108</sup> Secretaria de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas. Goiás 12 de junho de 1917. Circular nº 4, 1<sup>a</sup> secção. Arquivo publico da cidade de Orizona-GO.

senão prejudicar logares que não estivessem nas graças da política dominante.<sup>109</sup>

Nas palavras queixosas do então prefeito, esse afirma que cidade teria sido prejudicada pela política dominante externa, mas não cita a política interna, que fez de tudo para que ela não acontecesse. Acreditamos que a não doação das terras para a companhia férrea, confirmou a escolha pela recusa. Por outro lado não colocar o nome da Estação de Campo Formoso é muito significativo, significa a anulação da cidade e até esse ponto demonstra uma falta de comprometimento com as populações do estado.

Da mesma forma, também entendemos que em diversos aspectos a estrada férrea seguia as mentalidades que a mantinha limitada pelo capital externo, pois dentro desse contexto ela atingiria somente o setor de exportação, ou então, pelos projetos particularistas dos líderes municipais. As melhorias da população seriam consequências e talvez não o objetivo da sua construção. O próprio trem de passageiros a partir de 1970 fora extinto, mas desde o começo era muito problemático, atrasava por conta dos carregamentos que teriam de ser feitos, assim mais uma vez a prioridade era dada ao agro-negócio vindo dos grandes produtores. Em muitos momentos a documentação é complementada pelas palavras e pensamentos dos moradores do local ainda no tempo de Campo Formoso nos mostrando com riqueza de detalhes suas visões sobre o advento da Ferrovia.

Em determinados momentos verificamos que a população passou muitas dificuldades e encontrou estratégias, para vencer a falta de recursos. As palavras do senhor Achilles Ribeiro e de dona Maria Pereira nos indicam uma fatia do pensamento da população sobre a ferrovia. Segundo ele:

aqui em certa época no período agora da revolução eu tive acesso a um ofício do chefe de polícia daquela época pedindo, é dizendo que a estrada de ferro estava trazendo bandidos, ladrões pedindo mais seis soldados pra cá, já devia ter pelo menos uns seis aqui. Pra mim era resistência ao progresso. Era resistência contra o progresso que iria trazer alguma coisa que não agradava, né? Mas, esqueceram de lembrar que ia trazer outras coisas boas só ficaram pelo lado negativo. E aí não permitiram que passasse.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> Ofício de 1930 feitos por Euclides Tolentino Brettas. Livro de Ofícios Leis e decretos do Município de Campo Formoso. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

<sup>110</sup> Trecho da entrevista concedida por Achilles Ribeiro.

Em outro momento destaca-se mais um pensamento, que reincide sempre nos motivos dos desvios dos trilhos, a senhora Maria Pereira nos dá seu entendimento pelo acontecimento que marcou profundamente a história da pequena cidade,

Porque não trouxeram aqui pra Orizona a ferroviária? O meu avô contava que é porque o povo daqui tinha medo de ladrão, falava que se trouxessem a ferroviária pra cá, vinha ladrão pra cá, né? E quando foi fazer Brasília aí escutei isso também, quando fundou Brasília, os tio meu falava; Ah! Agora vai vim muita ladroagem pra cá com Brasília aqui perto. Até hoje as estrada... é... de poco tempo pra cá que abriu estrada né? Que ataia aqui por dentro até Brasília, foi medo... o povo era medroso demais. É..., mas ela vinha de Pires do Rio pra passar mais por aqui, mas nun quisero, purisso porque vinha ladroage, aí na época o prefeito, o que era o prefeito aqui, nun aceitô. O meu avô contava que é isso que o prefeito é que num aceitô. O prefeito da época que ela veio.

As palavras da senhora Maria Pereira são muito significativas, pois ela escutava isso do seu avô que era o patriarca de uma das famílias dominantes, e um dos seus parentes estava presente na reunião de 1914, Eduardo Pereira Cardoso, o seu pai. Assim, acreditamos que ele deveria saber o que estava dizendo, uma vez que a sua família participava das reuniões do conselho e consequentemente da política da cidade.

A partir de 1925 em diante houve estagnação em relação ao comércio, a arrecadação de impostos, tudo escrito em ata por vários chefes locais. No mesmo ano foi projetada a estrada que levaria as pessoas de Campo Formoso para Ubatan, nesse novo caminho houve uma oportunidade da Intendência ganhar dinheiro, obrigou-se a aquisição de um automóvel que iria fazer o trajeto “o contratante fará a corrida ( 3) três vezes por semana, sendo ao domingos de manhã e à tarde, de acordo com o horário da Estrada de ferro ao preço máximo de ( 10\$000) dez mil réis, cada passagem, sendo ( 15\$000) quinze mil réis, de ida e volta”.<sup>111</sup> Era um tipo de concessionário que se não cumprisse “pagaria multa de 50\$000 de cada vez que deixar de fazer a corrida”.<sup>112</sup> Porém, essa quantia era fora dos poderes aquisitivos da maioria dos moradores da cidade, fazendo com estes freqüentassem raramente a

<sup>111</sup> Livro de Atas, Decretos, Leis, de 1919 a 1933. Arquivo público da cidade de Orizona-GO. p. 30

<sup>112</sup> Livro de Atas, Decretos, Leis, de 1919 a 1933. Arquivo público da cidade de Orizona-GO. p. 30.

Estação. Somente em 1936 o Prefeito Egerineu Teixeira trabalhou para melhorar esse setor de transporte.

Um estado de urgência se formou na cidade por conta da falta de condições econômicas. Elas chegaram mesmo antes de 1930, devido à falta de gerenciamento do erário público e pouca capacidade administrativa que se perpetuou por toda Primeira República,

Em dinheiro encontrei apenas a quantia de 53\$000. Pela escrita toda desorganizada, ainda não pude calcular até hoje o quanto monta a dívida passiva do município. não havendo possibilidade de se arrecadar impostos até o fim do anno, por isso suspendi, todo pagamento, principalmente, de gratificação a empregados, reservando aquela insignificante, digo, insignificante quantia, para as despesas mais urgentes. Não tendo programa. Não poderei prometer muita coisa, devido a pobreza das verbas destinado a melhoramentos para o próximo exercício. Prometto, entretanto, envidar todos os meus esforços na arrecadação de impostos, os quais empregarei nos melhoramentos de maior urgência. Intendência Municipal de Campo Formoso, 21 de novembro de 1927. Pio José da Silva.<sup>113</sup>

Observamos os problemas econômicos no município que deixava a Intendência ainda mais limitada, a situação dos impostos eram as mesmas do início, sempre escassos. A falta de erário suspendia os pagamentos dos poucos que trabalhavam no governo. Os salários eram suspensos o que nos faz pensar as dificuldades que esses moradores passavam. As reclamações sobre a falta de dinheiro não parava e assim se perpetuaram até longos tempos depois. A precariedade da região é a todo tempo divulgada ao interventor Pedro Ludovico Teixeira, no desejo de pedir ajuda ao estado. Campo Formoso tenta sair dessa situação por seus próprios meios, porém diante das impossibilidades da região os problemas foram se agravando com o tempo. A população criou suas próprias formas de melhorias com o passar dos anos. Diante disso Euclides Tolentino Brettas escreve ao Interventor,

Tenho a honra de comunicar V. Excia. que, antihontem, me impossei do cargo de prefeito desse município, de acordo com os decretos 55 e 237, expedido pela administração de junta governativa e pela V. Excia. E valendo-se do ensejo, anexo de uma cópia da acta, que, então se lavrou e onde verifica a precária situação financeira desta municipalidade. Ante um saldo de 180\$400 em caixa e uma dívida de 7. 544\$360, ante a urgência por conta da crise econômica,

---

<sup>113</sup> Livro de Ata, Decretos, Leis e Ofícios de 1919 a 1933. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

em razão de nenhuma procura dos produtos colocados a venda. A mim, porém não me faltava animo de construir.<sup>114</sup>  
Prefeito Euclides Tolentino Brettas, 22 de dezembro de 1930.

Logo depois de empossado, por indicação do Interventor do estado de Goiás, a primeira coisa feita foi enviar ao Interventor Pedro Ludovico, a situação do município para que ele ficasse a par de como se encontrava de fato, a municipalidade do local, pois esse era um assunto problemático devido à falta de recursos. A partir de 1930 observamos uma serie de ofícios enviados pelo interventor do estado para saber sobre a produção e o desenvolvimento econômico de Campo Formoso. |Há igualmente uma acentuada quantidade de propagandas de incentivo a agricultura.

No entanto, os motivos que levavam as baixas produções era um problema bem mais amplo, que dificilmente se poderia resolver somente com propagandas. Os motivos variavam, indo desde a falta de maquinários até a quantidade de pragas que acometiam as plantações. Como mostra o documento abaixo;

Ao director do dephartamento Nacional de Estatística – Rio.  
Em resposta ao telegrama de V. Excia, datado em 2 do mês corrente, cabe-me anexar a este, como anexo, as informações pedidas com a nota de que subiu a receita deste ano de 1931 graças a tão somente é fiscalização rigorosa, com mais números de contribuintes. Não fosse a estagnação comercial, que se verifica neste rico e frutuoso município, como em todo estado de Goiaz, onde maior é a oferta que a procura de produtos.<sup>115</sup>

Desse período em diante há um intenso envio de balancetes ao governo do estado, com a intenção de deixar o estado a par de tudo que acontecia nos municípios. Pedro Ludovico buscava ter ao seu alcance todos os acontecimentos, para, principalmente, tentar mudar a situação de precariedade que ainda estava relegada o estado. Porém, mesmo com todos os problemas da incipiente dos recursos, os municípios ainda contribuíam repassando verbas ao estado, por exemplo, em 1936 podemos verificar que 50% das verbas eram repassadas ao estado, ou seja, do total bruto de 142.600, 71.300

---

<sup>114</sup> Livro de decretos, Leis, de 1930, ofício nº 1, de 22 de dezembro de 1930.

<sup>115</sup> Ofício nº 46, de 5 de outubro de 1931. Livro de decretos, Leis e Offícios de 1919 a 1933. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

ficava para a prefeitura e a outra metade ia para o estado.<sup>116</sup> Os problemas de falta de recursos eram tantos que chegavam a atingir a própria justiça da cidade,

Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico Interventor Federal

Acha-se preso Ananias Luiz da Silva, condenado há pena de 12 anos de prisão em 6 de agosto de 1930, sentença confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o accordado de 13 de setembro do referido ano. E, como vive a expensas dos cofres municipaes, actualemente sem recursos por conta da estagnação econômica commercial desta zona. Peço que V. Excia. Se digne de em interceder a favor dessa prefeitura, para que seja removido para essa capital.<sup>117</sup>

E continua em 1932 sobre os problemas na cidade,

Exmo. Ilmo. Dr. Pedro Ludovico

Antes, porém de promulgar o decreto respectivo dirigi-me ao conselho Consultivo deste Município deste ( anexo 1) longa exposição com emendas que julgo incongruente com a situação atual dos campoformoseses, motivo porque solicito de V. Excia. Ultima determinação sobre o assumpto com a urgência que o caso requere.

No ano de 1932, Euclides Brettas, escreve-se outro ofício relatando ao Interventor de Goiás as incompatibilidades das exigências feitas à Prefeitura de Campo Formoso. Nesse momento o Interventor estabelece uma series exigências para a cidade, que são na realidade irreais para a situação que se apresenta a região. O governo de 1930 veio marcar a história de Goiás com um período onde se deveria impor mudanças em diversos aspectos para diferenciá-la do Goiás, que era governada pelas grandes Oligarquias como os Caiados, por exemplo. Porém, ainda nesse período a política goiana se depara com um período de transição. A chegada de Pedro Ludovico ao poder retrata uma nova política, mas as antigas mazelas da região teriam que percorrer um logo caminho para ao seu total desaparecimento, isto é, se viessem a desaparecer. A revolução de 1930 para o estado de Goiás veio a construir sua nova capital, Goiânia em 1934, e depositar o governo nas mãos de outra situação. Goiás ainda passa muito tempo para sair da visível estagnação econômica.

---

<sup>116</sup> Cópia do Lançamento de Indústria e Profissão Organizado pela Coletoria do estadual de Campo Formoso, para vigorar no corrente exercício de 1936.

<sup>117</sup> Ofício nº 39 de 28 de agosto de 1930. Livro de Ofícios de 1919 a 1930. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

Até o ano de 1932, a cidade ainda vive como sendo Conselho de Intendência, apesar de já ter acontecido à revolução de 1930, o que se demonstra no documento a seguir:

O Prefeito do município de Campo Formoso, usando das atribuições inherente, a seu cargo.

Resolve.

Designar o livro de atas do extinto Conselheiro Municipal de Campo Formoso, o qual livro foi aberto em 28 de setembro de 1930, para nele se exonerarem as atas das reuniões do Conselho Consultivo Atual.

Prefeitura Municipal de Campo Formoso 15 de janeiro 1932,  
<sup>118</sup> Euclides Tolentino Brettas.

Dessa forma, está extinto o Conselho de Intendência de Campo Formoso sinalizando o fim de um período muito pouco promissor para a pequena cidade.

---

<sup>118</sup> Livro de Decretos, Leis e Ofícios de 1919 a 1933. Arquivo público da cidade de Orizona-GO. p. 61.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos um trabalho de pesquisa acreditamos que responderemos a todos os nossos questionamentos temos inicialmente esta certeza. Assim, acreditamos que ao finalizá-lo teremos tantas respostas e certezas e que dessa forma este assunto estará finalizado e nada teremos a dizer sobre ele. Ledo engano, de um pesquisador iniciante que acredita que tudo estará resolvido ao final de tudo. Um objeto poderá, muitas vezes, ser uma fonte inesgotável. Pois, ela poderá ser entendida por meio de diversos olhares que incidem sobre ela. Dessa forma, propomos, primeiramente, o entendimento de que; acreditamos que uma pesquisa não é feita unicamente, do acontecimento *per si* e sua análise, nem do aprofundamento, somente, do campo pesquisado. Não é simplesmente um relato. Pois, temos como objetivo, pensar em como devemos constituir um trabalho de pesquisa. Aliás, um trabalho de pesquisa tem surpresas, as quais devemos saber lidar. O caminho da pesquisa somente se constrói quando caminhamos por ele.

Na constituição da pesquisa, também muitas vezes temos ideias prontas de como ela poderá se desenvolver. Depois que a iniciamos tudo vai se modificando e se continuarmos em um só caminho de forma rígida, entendo que não chegaremos ao final desejado. Assim, foi este trabalho. Ele fora mudando com os caminhos seguidos moldando-se a ele e ao nosso objetivo de desvendar a cidade de Campo Formoso. No entanto, a forma de abordá-lo isto sim se lapidou como um escultor, e vamos limando, construindo, desfazendo, escrevendo e apagando, e somente assim a pesquisa vai se constituindo. Ela deverá ser construída de acordo com nossas expectativas respondendo ao que queremos que responda. E talvez aí chega a parte mais complexa; ele não deverá perder de foco a matéria prima que a fundamenta, fontes, bibliografias, autores, reflexões, entendimentos, equívocos, tudo isso em conjunto configurado por nossas visões de mundo, pela visão do historiador.

Ao eleger a cidade de Capela de Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso, como o objeto a ser pesquisado ao inicio tivemos muitas certezas, que se esvaiu com o tempo ao adentrarmos no percurso da sua história.

Deparamo-nos, com lacunas, silêncios, desconexos, com o que fora dito propositalmente e aquilo que fora calado, propositadamente. É assim um caminho de um pesquisador. Ele está também no subjetivo, naquilo que será construído por nós utilizando de certa criatividade, pois ela é necessária, porém limitada por nossas fontes por aquilo que temos em mãos. Nós criamos um cenário imaginário e vamos colocando cada peça em seu lugar até que por fim estará montado, às vezes, faltarão algumas fatias/acontecimentos desse cenário, mas será justamente aí o inicio de outras pesquisas.

No início do século XX Goiás sonha com a sua conexão com o resto País, assim chegando em 1911 com chegada da Ferrovia em solo goiano. Era um tempo de dificuldades vividas pelo povo dessa terra, doenças, pobreza, isolamento, abandono. Mas, a partir daquele ano, novos sonhos vieram surgir dentro do estado a Ferrovia Goiás era promessa de anos vindouros. Porém não saiu como esperado o trem chega a Goiás prometendo, principalmente, a inserção no mercado nacional e internacional. Mas, por muito tempo não cumpriu com as melhorias na parte social da população ficando somente no plano econômico de um grande capital vindo de fora. Esses pensamentos trouxeram várias mudanças no campo econômico mais isso aconteceu, principalmente, em relação aos grandes produtores existentes na região.

Campo Formoso retrata uma cidade que ficará a margem da modernidade, pensada no período, por algum tempo. Pois, ela não absorverá as modificações modernizadoras pensadas pelos republicanos mais eufóricos e passou grande tempo da sua existência ainda dentro de moldes conservadores liderados pelos políticos e Igreja que estavam à frente da sua administração. A própria historiografia goiana afirma uma total modernização do estado de Goiás conduzida pela chegada da ferrovia, desconsiderando vários vieses da história social da população local. A cidade de Capela dos Correias de Campo Formoso exemplifica que a máquina de ferro deixou várias regiões sem tê-la, como também, nem sequer contribuiu para a melhoria da região estudada. Campo Formoso adotou várias saídas, muitas sem sucesso, no intento de vencer os problemas de carência e isolamento. Com a construção da parte urbana se conseguiu apenas alguns vestígios de modernização, projeto que

ficou distante dos projetos ambicionados pelos republicanos. Desde a sua emancipação a cidade não conseguiu se colocar entre as cidades que melhoraram a condição econômica e social com os ventos modernizadores impelidos pela a recém proclamada República e pela Ferrovia. Demonstrando que, contrariando a historiografia vigente, a modernização não alcançou todos os patamares do estado e muito menos da sociedade goiana.

A Ferrovia Goyaz nunca chegou a seu espaço urbano. A cidade foi o único município dentro da região dos trilhos, que não adquiriu o direito de desfrutar da ferroviária por problemas políticos internos. Seus moradores sentiram-se excluídos do direito a ela. A força política local não permitiu a passagem dos trilhos dentro da cidade. É inevitável olharmos para a cidade de Campo Formoso e não pensarmos em quais foram as motivações que desviaram os trilhos. Localizada na região conhecida por região da Estrada de Ferro nunca sentiu influência em relação a essa “mensageira do progresso”. A ferrovia fora sempre marcada por muitos historiadores como o único elemento responsável pela modernidade do estado de Goiás. Visão a qual não comungamos. Acreditamos que a ferrovia fora mensageira de muitas mudanças, mas a maioria delas desenvolve-se dentro de uma lógica própria não sendo assim, ela a determinista no sucesso da sociedade goiana como um todo. Campo Formoso também demonstra que a estrada de ferro não melhorou as condições da cidade, mas nesse caso também por conta dos conchavos e jogos de poder políticos que lá existiam gerados pelos coronéis da região. O viés que traçamos indica que não acreditamos nesse pensamento determinista de inevitável progresso trazido pela ferrovia dentro de Goiás. Observamos que existem vários e profundos (des) nivelamentos sobre a urbanização em Goiás.

Consideramos que mesmo com a chegada da máquina de ferro nas cidades entorno de Campo Formoso a região não desfruta de nenhuma melhoria determinada pela ferrovia. Esse fato é contemplado nos documentos que relatam as carências e faltas da região. Mas, também nos testemunhos de várias pessoas que viveram nesse tempo. Mostrando-nos nas suas falas um pouco daquela cidade esquecida pela maioria dos sujeitos atualmente. A história contada por essas pessoas hoje quase centenárias traz para a luz do

conhecimento uma fatia da história dessa cidade que viu dela ser desviada a modernidade. Essas pessoas nasceram e viveram em Campo Formoso e trazem nas suas lembranças os tempos idos de muitas dificuldades. Também nos contam sobre os seus sentimentos sobre a Ferrovia e suas visões sobre o que ela significaria para a vida dos moradores.

Neste trabalho que agora se finaliza trouxemos a cidade de Campo Formoso, que já vai quase esquecida no tempo. Tentamos aqui retratar algumas de suas histórias, fomos no tempo buscá-la, questioná-la, para conhecer os homens que viveram nesse tempo. Os homens que construíram a história de uma cidade no interior de Goiás. Quem foram esses homens e o que nos deixaram? Conhecemos diante disso várias pessoas que formaram a história política da cidade, que construíram a própria cidade de acordo com que acreditavam. Edificaram-na tendo por pensamento construir um local mais moderno. Porém, ergueram-na no meio de quase nada, teceram estratégias as quais procuramos demonstrar por meio dos antigos escritos, atas, ofícios, declarações onde pudemos observar a grande quantidade de impostos que foram em grande parte responsáveis pelo soerguimento daquela pequena cidade.

O primeiro problema com o qual nos deparamos foi conseguir explicar esse espaço/cidade a delineando como uma cidade pequena, pois não nos conformamos em explicá-la utilizando dos mesmos artifícios que os escritores descrevem e entendem uma cidade grande. Não seria sensato, não conseguíramos fazer tal conexão. Assim, uma cidade pequena como Campo Formoso teríamos que entendê-la dentro da sua conjuntura, respeitando suas limitações e particularidade, pois como afirmamos nenhuma cidade é igual à outra. Todas trazem diversas diferenças as quais terão de ser respeitadas e pesquisadas, pois com todas elas aprendemos algo importante, a diversidade. Que não existe uma regra severa que faz com que todas as cidades sejam iguais. Certamente, é por isto que as cidades são sempre cobiçadas pelos estudiosos; historiadores, geógrafos, sociólogos, arquitetos e tantos outros que não as consegue explicar sem entrar em conexão com os saberes de cada viés, porque não se poderá entendê-las olhando-as de uma forma somente. E

fizemos isso, buscando vários apoios em outras disciplinas para tentar decifrá-la, e muito nos valeu os conceitos que aprendemos. Porém, as escrevemos dentro do olhar da história e do que é importante para nós historiadoras e historiadores.

Ao perseguir tal intento descobrimos várias coisas ocultas no meio da sua história empoeirada, nas prateleiras dos arquivos corroídos e mal cuidados pelo tempo. Ela teve uma vida política ativa, com personagens que buscaram “inventar” a cidade de Campo Formoso. Criada dentro do patrimônio eclesiástico assim sendo fora configurada dentro de uma estrutura conservadora e religiosa. Aqui também apresentamos que ela fora um espaço pra poucos para os que “podiam” estar/habitar nela. Verificamos que os sujeitos que não tivesse condições econômicas teriam que ir para o seu entorno, uma linha dividia a classe abastada dos desafortunados. Por um tempo essa divisória não era imaginária era concreta, pois a cidade fora cercada por cerca supostamente para a não entrada de bichos: porcos e galinhas.

Sua urbanização fora feita pelas pessoas que nela moravam elas construíram casas, gradis, janelas, todas seguidas de perto pelos fiscais da Intendência, nada poderia passar despercebido. Quisemos demonstrar que uma cidade também poderá feita pelos sonhos de uma classe, mas nunca sobreviverá somente com ela, pois para uma cidade existir terá de ser um espaço onde um aglomerado de pessoas terá de habitar. Em Campo Formoso a população nem sempre não comungavam com o que classe política pensava, muitas vezes eram rebeldes e mesmo com decretos leis, advertências, multas e prisões elas não se rendiam às normas de um estado que cobravam altas taxas, mas muito pouco dava em troca. Observamos que nesse espaço a classe menos favorecidas eram confortados pela Igreja Católica que dessa forma estava sempre controlando a vida religiosa isso mesmo antes da cidade ser uma realidade consumada. Em um lugar de extrema carência levantavam Igrejas que convergia pra seu espaço todos das mediações.

As buscas de fontes nos fez conhecer os antigos líderes locais, uma cidade fundada nas barras da Igreja e no período da República pelos famosos

“coronéis” homens que “tomavam conta” do lugar. Mas, não menos importantes estão no conhecimento das vozes caladas, aquelas pessoas que realmente formam um espaço cidade com seus sonhos, desejos e seu trabalho. Quem conhece Campo Formoso, hoje Orizona, e tenta refletir sobre ela observa a força da Igreja, até nos dias atuais. Sua própria arquitetura fora moldada dentro da influência da eclesiástica onde o principal prédio é a Igreja Matriz que antes era a capela. Foram observadas as carências do tempo, todos os problemas de falta de recurso, Campo Formoso foi marcada pelas dificuldades durante muito tempo depois do final da Primeira República. Indicando um período de grande estagnação econômica baseada em uma agricultura de subsistência. As documentações demonstram que em razão da falta de recursos muito pouco fora feito pela urbanização da cidade que era financiada, principalmente, pelos impostos cobrados a uma população, que na maioria, não podiam custeá-los.

Depois de todo esse tempo dispensado a pesquisa, entendemos que encaramos muitos desafios, que tentamos contornar com a ajuda de muitas reflexões que contribuíram para esta finalização. Tudo que nós vivemos nesse tempo converge para esse trabalho, as aulas, as discussões, os bons momentos, os momentos não tão bons tudo está agora aqui nessa pesquisa, eles talvez não apareçam objetivamente, mas estão nas entrelinhas de tudo que fora escrito e pensado. Tudo que está compilado aqui foram acima de tudo experiências, aprendizagens, reflexões, dúvidas, emoção e razão que tecemos através do tempo, da busca e do desejo de criação. Ao finalizarmos este projeto, que agora tem face, iremos colaborar para a historiografia brasileira ninguém ao certo saberá o futuro dele mais ele estará lá em mais uma fatia da nossa história que antes não conhecíamos.

O mundo dá voltas e numa dessas voltas cheguei a Goiás, mas nunca pensei que fosse fazer uma história sobre ela. Diante de tudo isso deixo minha colaboração no intento dela poder ajudar a desmistificar algumas posições, pois é essa a missão de um historiador, construirmos uma história pelo bem da própria história e não de qualquer outras facções e/ou situações. Trazer Campo Formoso a cena foi gratificante, e como dizem os próprios goianos “custoso”.

Entretanto, com isso aprendemos a conhecer mais uma, das características que constitui este povo brasileiro.

## FONTES

### *Atas*

Ata da 1<sup>a</sup> reunião da 3<sup>a</sup> sessão do Conselho Municipal de Campo Formoso em 2 de maio de 1919. Ata de decreto do conselho de Intendência. Arquivo da prefeitura de Campo Formoso.

Ata do Conselho de Intendência da Vila de Campo Formoso 1906/ dia 16 de outubro de 1906.

Ata do Conselho de Intendência da Vila de Campo Formoso de 1906/ dia 19 de Nov de 1906.

Ata do Conselho de Intendência da Vila de Campo Formoso de 1906/ dia 14 de dez de 1906.

Ata do Conselho de Intendência da vila de Campo Formoso 1907. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

Ata do Conselho de Intendência da vila de Campo Formoso 1909. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

Ata do Conselho de Intendência da vila de Campo Formoso 1919/ 19 de janeiro de 1924. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

Ata da Prefeitura do ano de 1933/ 10 de janeiro de 1923. Cidade de Campo Formoso. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

Ata do conselho de Intendência da cidade de Campo Formoso 1927/. Cidade de Campo Formoso-GO.

Ata da Câmara de Vereadores do ano de 1948. Cidade de Orizona. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

Ata da Câmara de Vereadores do ano de 1943. Cidade de Orizona. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

Ata do Conselho de Intendência Provisória, 21 de agosto 1907. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO.

Controle Orçamentário do Município, Relação dos cargos e salários que constituíram o período de 28 de outubro de 1942. Livro da Prefeitura de Campo Formoso de 1938. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona-GO.

Livro de Registros, Actas, Portarias e Offícios de 1919 a 1930. 22 de dezembro de 1930. p. 51. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona-GO.

Livro de recenseamento do Município de Campo Formoso. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona.

Ata do Conselho de Intendência de Campo Formoso 4<sup>a</sup> sessão de 23 de novembro de 1906. Arquivo da Câmara de vereadores da Cidade de Oizona-GO.

Livro de ata das Eleições de 20 de setembro de 1919, cidade de Campo Formoso, GO.

Pronunciamento feito pelo vereador Joel Andrade. Ata da câmara de vereadores da cidade de Orizona em 03 de fevereiro 1948, p. 54-55, acessada em 05 de outubro de 2014).

Lançamentos para 1914. Campo Formoso, 4 de março de 1913, Intendente M<sup>al</sup>. Pedro Antunes Campos. Arquivo da cidade de Orizona-GO. ( grifo nosso)

Ata de Licenças, Decreto, Leis de 1919 a 1933. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

#### *Regimentos.*

Código de Posturas da cidade Campo Formoso ano de 1907

Regimento interno do Conselho de Intendência, ano 1907.

#### *Decretos, Leis.*

Lei Orçamentária de 1907, vila de Campo Formoso-GO.

Leis orçamentárias ano de 1907 da cidade de Campo Formoso.

Lei orçamentárias ano 1919 da cidade de Campo Formoso.

Lei Orgânica do Município de Campo Formoso, ano 1907.

Livro de Impostos de 1913 da cidade de Campo Formoso-GO.

Leis e decretos da cidade de Campo Formoso do ano 1919 a 1937.

Livro de Impostos secção do Conselho de Intendência Municipal de Campo Formoso, 26 de dezembro de 1917. Feito por Idomenico Marques de Araújo, presidente. Nominato Teixeira França, secretário. Sancionado por Rodolpho Fernandes de Castro 1º vice Intendente Municipal

Livro de Decretos e Leis de 1930 a 1939. 25 de março de 1935. Prefeito Municipal de Campo Formoso Aguinaldo França. Arquivo da Prefeitura da cidade de Orizona-GO.

Livros de Leis e Decretos da cidade de Campo Formoso ano 1919-1937. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

Livro de registros de Eleições de 1919 e da Ata de 1907 do Conselho de Intendência da vila de Campo Formoso. Arquivo da Câmara de vereadores da cidade de Orizona-GO

#### *Projetos*

Projeto de pesquisa *in locu. Cidades Beira trilhos*. Projeto desenvolvido pelo laboratório de história, LHEMA. Universidade Estadual de Goiás, ano 2010 – 2013.

Projeto de extensão, Fatias do tempo na história de Pires do Rio. Projeto desenvolvido pelo laboratório de história, LHEMA. Universidade Estadual de Goiás, ano 2010 – 2013.

#### *Discursos*

Discurso proferido em 06 de janeiro de 1937, pelo Prefeito Egerineu Teixeira.

- Este Prefeito fora o único que verificamos ter entregue o município com saldo positivo ele fora o responsável pelos vários melhoramentos da cidade, como; aberturas de estradas para automóveis, compra de materiais para a construção de escolas que funcionavam em prédios de aluguéis. Egerineu Teixeira fora morto brutalmente em 1937, por um forasteiro desconhecido vindo pela estrada de ferro. Egerineu Teixeira fora um cidadão de alta cultura, um visionário pra o seu tempo, que escrevia para vários jornais do triângulo mineiro, isto lhe rendeu muitos inimigos que foram responsáveis por sua morte. Hoje ocupa a 21<sup>a</sup> cadeira na Academia goiana de letras.

#### *Ofícios*

Circular nº 4, 1<sup>a</sup> secção de 1917 Governo de Goiás. Arquivo público da cidade de Orizona.

Ofício da Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Diretor Geral: Agenor Alves de Castro. De 04 de abril de 1938. Arquivo publico da cidade de Orizona.

Documento do limítrofe da cidade de Campo Formoso, ratificado em 12\04\1933.

Ofício nº 03 9 de junho de 1924.

Ofício

Ofício nº 31 de 16 de junho de 1930. p. 56. Conselho de Intendência, livro de Ofícios de 1919 a 1933. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

Acto nº 01- 17 de janeiro de 1925.

Secretaria de Instrução, Industrias, Terras e Obras Públicas. Goiás 12 de junho de 1917. Circular nº 4, 1<sup>a</sup> secção. Arquivo publico da cidade de Orizona-GO.

Ofício de 1930 feito por Euclides Tolentino Brettas. Livro de Ofícios Leis e decretos do Município de Campo Formoso. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

Ofício nº 46, de 5 de outubro de 1931. Livro de decretos, Leis e Offícios de 1919 a 1933. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

Cópia do Lançamento de Indústria e Profissão Organizado pela Coletoria do estadual de Campo Formoso, para vigorar no corrente exercício de 1936.

Ofício nº 39 de 28 de agosto de 1930. Livro de Ofícios de 1919 a 1930. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

*Edital*

ordem do Intendente nº 38 de março de 1925. Construção de estrada de automóvel de Campo Formoso a Ubatã. Livro de Ofícios, portarias de 1933. Arquivo da cidade de Orizona-GO.

*Correspondências*

Carta escrita por Cassiana da Cunha Telles. Campo Formoso 1915. Destinada ao Conselho de Intendência de Orizona-GO.

*Documentos eclesiásticos.*

Livro do Tombo de 1912 , escrito pelo Pe. Ramiro Meireles . Arquivo da Paróquia de Orizona-GO. p. 03.

Livro do Tombo de 1945, escrito pelo Pe. José Trindade. Arquivo da Paróquia de Orizona-GO. p.04.

Carta Pastoral de 1912, escrita por D. Prudêncio Gomes, Livro do Tombo Campo Formoso 1912 a 1945. Arquivo da paróquia de Orizona.

### *Relatório*

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas de 1922. Disponível em: <<https://archive.org/stream/relatorio1922#page/48/mode/2up>> Acesso: 26/06/2015.

### *Fontes eletrônica*

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Vade-Mecum Agrário. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978.

Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série regional, vol XVI, tomo 2. Estado da Paraíba. Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v16\\_t2\\_pb.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v16_t2_pb.pdf)> Acesso em: 27 de out. de 2015

Arquivo Histórico Regional, Memórias do AHR: Vila do Passo Fundo. 2014. Disponível em: <[http://www.upf.br/ahr/index.php?option=com\\_content&task](http://www.upf.br/ahr/index.php?option=com_content&task)> Acesso: 23 de jun. de 2015.

Recenseamento de 1920. 4º censo Geral da População e 1º da Agricultura e das Industrias. Biblioteca IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso em: 20 de dez. de 2015.

Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil. Seção III, declaração dos direitos. Artigo 72, § 17. O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indemnização prévia. (Redação dada pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)> Acesso em 04 de out. 2015.

Prefeitura da cidade de Ipameri. Porto Cavalheiro. Disponível em: <<http://www.ipameri.go.gov.br/html/hi>> Acesso: 09 de jan de 2104.

Câmara dos Deputados Federal. LEI Nº 1.617, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1906. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1907, e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1617-30-dezembro-1906-582004-publicacaooriginal-104708-pl.html>> Acesso: 30 de out de 2015.

Estrada de Ferro Goyaz, mapa ferroviário de 1927. Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1927-Estrada-Ferro-Goias.shtml>> Acesso: 13 de março de 2015.

IBGE biblioteca. História de Pires do Rio Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias>> Acesso: 22 de jan de 2106.

Geografos.com. br. Coordenadas geográficas Orizona – GO. Disponível. em: <<http://www.geografos.com.br/cidades-goiás/orizona.php>> Acesso: 22 de jan de 2106.

Senado Federal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes>.

### *Fontes Orais*

#### *Entrevistas*

Entrevista Inês Maria de Castro, 87 anos, moradora da cidade de Campo Formoso, sobre a década de 1930 e 1940. Avenida Egerineu Teixeira, centro Orizona - GO. Vídeo duração de 10 minutos. 08/ 09/ 2015. Gentilmente concedida a Jennydavison R. S. Batista.

Entrevistada: Maria Pereira, moradora da cidade e uma das primeiras famílias a vir morar em Campo Formoso. Hoje com 81 anos, nascida no ano de 1934. Av: Egerineu Teixeira, nº 68, centro, cidade de Orizona-GO. Áudio digital. Duração 21 minutos de duração. Data: 22/ 06/ 2105. Concedida a Jennydavison R. S. Batista.

Entrevistada: Conceição Luiza Ribeiro de 86 anos, hoje já falecida, sendo o seu marido responsável pelo abate no matadouro de uma cidade vizinha, em Pires do Rio, conta ela, Conceição Luiza Ribeiro, 86 anos moradora da cidade de Orizona, já falecida. Gravação fita cassete, 30 minutos. Ano 2009. Projeto de

História Oral realizado ela Universidade Estadual de Goiás. Gentilmente concedida a Rosângela Regis.

Entrevistado: Laudevino Ribeiro Batista, nascido em 23 de setembro de 1947, cidade de Orizona Goiás. Rua: Ananias Canedo, nº 14. Centro Orizona-GO. Áudio 15 minutos. 05/03/2015. Gentilmente concedida à Jennydavison R. S. Batista.

Entrevistado: Achiles Ribeiro, morador da cidade de Campo Formoso nascido em 20 de novembro de 1936, nascido em Taquaral povoado do município de Campo Formoso. Entrevista realizada em áudio com 47:15 minutos de duração. Endereço. Av. Egerineu Teixeira, Centro, Orizona-GO. Dia: 15/ 07/ 2014 Gentilmente Concedida a Jennydavison R. S. Batista.

Trecho da entrevistada: Conceição Luiza Ribeiro. D. Conceição tinha 86 anos no tempo e João Nunes 80 anos. Todos criados na Fazenda Bela Vista. End. Av. Egerineu Teixeira, nº 35, centro- Orizona – Goiás. Áudio 14:08 minutos de gravação. Gentilmente concedida a Jennydavison R. S. Batista.

Entrevistados: Conceição Luiza ribeiro e João Nunes. D. Conceição tinha 86 anos no tempo e João Nunes 80 anos. Todos criados na Fazenda Bela Vista. End. Av. Egerineu Teixeira, nº 35, centro- Orizona – Goiás. Áudio 14:08 minutos de gravação. 09/08/ 2012. Gentilmente concedida a Jennydavison R. S. Batista.

Entrevistado: Sebastião Pereira da Silva. Natural de Pires do Rio, mas toda sua família é de Orizona. Trabalhou por 24 anos na Ferrovia no trecho de Egerineu Teixeira até a cidade de Leopoldo de Bulhões. Vídeo 13:31 minutos. Rua: Maria Candida, nº19, Setor: Maria de Lourdes. 12/ 09/2105. Cidade: Vianópolis. Gentilmente concedida a Jennydavison R. S. Batista.

Entrevistado: Admar Brito de Oliveira. Natural de Cristianópolis – GO, trabalhador da estrada de ferro começou em 1963, turmeiro, hoje com 75 anos de idade, nascido no município de Cristianópolis, GO. Endereço: rua: José Calixto de Carvalho, nº 43, Vianópolis. Vídeo 29 minutos. 12/ 10/ 2015. Gentilmente concedida a Jennydavison R. S. Batista.

### *Fontes escritas*

ALENCASTRE, J. M. P. de. *Annaes da Província de Goyaz*. 1864.

HILAIRE-SAINT, Auguste. *Viagem a província de Goiás*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Apresentação de: Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Viagem a província de São Paulo*. São Paulo: livraria Martins/Editora da USP, 1972.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREONI, João Antônio (Antonil). *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151*. Disponível em:  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129>  
Acessado: 05 de jul. 2015

ARTIGA, Z. *História; História em Goiás (n.6)*. Canedo, o primeiro senador por Goiás;

LISITA JUNIOR, C. *Dicionário*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-American Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Acesso em:8/1/2015. Veja (18/06/1986) Disponível em:  
<http://74.125.93.132/search?q=cache:19ciBJEy78cJ:veja.abril.com.br/idade>. Acesso em: 18/9/2015.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000, p. 165.

ARRUDA, Gilmar. *A natureza dos rios e os territórios*. In: Arruda, Gilmar (org). *A natureza dos rios: historia memórias e territórios*. Curitiba: Ed da UFPR, 2009.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARAÚJO JÚNIOR. Edson Domingues. *A restauração católica em Goiás na advento da nova capital (1932- 1942). Sociabilidades religiosas mitos, ritos e identidades*. XI SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES. Goiânia – UFG, ISBN. 978-85-7103. 564-5. Disponível em: [http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/01/art\\_ARAUJO-JR\\_restaura%C3%A7%C3%A3o\\_cat%C3%B3lica.pdf](http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/01/art_ARAUJO-JR_restaura%C3%A7%C3%A3o_cat%C3%B3lica.pdf) . Acessado em: 28 de jun. 2015.

ARRUDA, Gilmar. *A natureza dos rios e os territórios*. In: Arruda, Gilmar (org). *A natureza dos rios: historia memórias e territórios*. Curitiba: Ed da UFPR, 2009.

ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás*. Goiânia: DEC, 1959.

AZZI, Riolando. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

ABREU FILHO, Ovídio. Parentesco e identidade social. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1982.

BARTHÉLEMY, Dominique. *Marc Bloch*. In: *Os historiadores*. SALES, Véronique (org.) Tradução Christiane Gradvohl Colas. São Paulo, Editora: UNESP, 2011.

BACELAR, Winston K. de Almeida. Pequena cidade: uma caracterização. V ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA, “AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS”. 25, 26, 27 DE NOV. DE 2009.

Disponível

em:<[http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar\\_NEAT\\_UFU.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar_NEAT_UFU.pdf)> Acesso: 10 de dez. de 2015.

BACELAR, Winston K. Almeida. *As pequenas cidades no Brasil e no Triângulo mineiro*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 1398.

Disponível

em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/06.pdf>> Acesso: 12 de dez de 2015.

BACELAR, Wiston Kleiber Almeida. *Cidade pequena nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-política nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico, Grupiara – MG*. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia. Área de concentração: Geografia e Gestão de Território. 2008.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás século VXIII*. Orientador. Ed: FAU-USP. São Paulo. 2007

BEJAMIM, W. *Gessammelte scchriften*, I-2, Suhrkamp, FrankfurT/M, 1974.

BOEHRER, George C. A. *Da monarquia a República. História do Partido Republicano do Brasil*. ( 1887-1889). Trad. Berenice Xavier.s I.: Ministério da Educação e Cultura, s.d.)

BENAVISTE, E. “*Le language et l'expérience humaine*”. Diógenes, nº51, 1965.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. *Memórias de um tempo perdido: a estrada de ferro Goiás e a cidade de Ipameri ( início do século XX)*. Dissertação defendida em set. pós-graduação de História UFU. Universidade Federal de Uberlândia, 2005. p. 10.

Disponível em: < [http://www.bdtd.ufu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=72](http://www.bdtd.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=72) > Acesso em: 27 de out. de 2015.

BRAUDEL, Fernand. Prefácio de *O Mediterrâneo...* In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978b.

BRESCIANI, Maria Stella. *Cidades e história*. In: LIPPI, Lúcia. (org.). *Cidades história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2002.

BRIGÍDO, Edimar Inocêncio. Michel Foucault: uma análise de poder. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013. Disponível em: < [https://www.google.com.br/?gfe\\_rd=cr&ei=pvasV](https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=pvasV) > Acesso: 21 de jun. de 2015.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987. p. 20

CARMO, Bruno Bortoloto. *Entre Práticas e Representações: Um estudo de caso do Código de Posturas de Santos (1857)*. Trabalho de termo de curso apresentado na Universidade Católica de Santos. 2010.

CALDEIRA, Jorge. *Viagem pela História do Brasil*. Et al. 1 Ed: Companhia Das Letras. São Paulo, 1997.

CARVALHO, Marcus J. M de. *Recife: controles e controles e contrastes (1822-1856)*. In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'água. 2000.

CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2010.

CHAUL, Nasr Fayad. *A identidade cultural do goiano*. Artigos/Cerrado, p. 42. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php>> Acesso: 25 de jan de 2104.

CHOAY, Françoise. *El urbanismo utopias y realidades*. Trad. Luis Del Castillo. Barcelona: LUMEN, 1970. p. 74.

CICCO, Januário. *Como se Hygienizaria Natal*: algumas considerações sobre o seu saneamento. Natal: Typ. M. Victorino, 1920.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

CONSTANTINO, Núcia Santoro. *Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinências e possibilidades*. In: Estudos Ibero-americanos. Porto Alegre, PUCRS, v. XXVIII, n.1, jun. 2002. p. 183-194. Disponível em:

<[http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias\\_Humanas/Hist%C3%B3ria/71189-GREGORYDASILVABALTHAZAR.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Humanas/Hist%C3%B3ria/71189-GREGORYDASILVABALTHAZAR.pdf)>. Acesso em: 09/05/2015.

CARDOSO, A. *Ferroviás em Sergipe: Nota Histórica*. Artigo publicado em 17 e 18 de novembro de 2010. Disponível em:  
<http://2008.jornaldacidad.net/2008/noticia.php?> Acesso em: 25 de mar. de 2014.

CARVALHO, Heitor Ferreira. *As posturas e o espaço urbano comercial: ocupação e Transgressão na São Luís Oitocentista*. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004. Disponível em:  
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/184/131> Acesso em: 08 de ago de 2015.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

CASTANHEIRA, Karla Alves Araújo. *Construção do sertão e os processos identitários: aproximações teóricas*. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE, sp.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Vol. I . Coleção: Obras imortais da nossa literatura. Ed: Três, 1973.

DEL PRIORE. Mary. *Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino*. In: \_\_\_\_\_ (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)* in: *o Brasil republicano - o tempo da ditadura*, Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DESMARAIS, Louis “*Considération sur les notions de petite ville et de ville moyenne*”. *Cahiers de Géographie du Québec*, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n. 75, pp. 355-364.

D'INCAO, Maria Angela. *Mulher e família burguesa*. In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DOSSE, François. *A história prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate dos sentidos*. São Paulo: Unesp, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004. p. 175.

FUKUI, Lia Garcia. *Parentesco e Família Entre Sítiantes Tradicionais*. Tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FUNES, Eurípedes. *Goiás (1800-1850): um período de transição da mineração a pecuária*. Goiânia: Ed.UFG, 1986. (coleção teses universitárias, 40).

GAÊTA, Maria Aparecida J. da Veiga. *Os percursos do ultramontanismo de D. Lino Deodato de Carvalho (1873-1874)*. São Paulo: Tese de doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1991.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Fronteira e cidades fronteiras numa perspectiva nacional*. Revista Mosaico, v.3, n.2, p.151-168, jul./dez, 2010. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=FRONTEIRAS+E+CIDADES+FROTEIRAS>> Acesso em: 28 de agos. De 2015.

GLÉNISSON, Jean. *Uma visão da nova história Fernand Braudel*. In: FONTANA, J. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1986.  
SILVA, Sérgio Duarte da . *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Ed. da UFG 1997.

GREENOW, Linda. “*El credito em Nueva España*” In: Hispanic American Historical Review, 81, 1, 2001.

GURIÊVITCH, Aaron. *A síntese histórica e a escola dos anais*. São Paulo: Perspectiva S.A, 2003.

GUIMIEIRO, Fábio. *As ordens religiosas e a construção sócio-política na Brasil: Colônia e Império*. Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 46, Curitiba, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. HOLANDA, Sergio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, v. 3, tomo II: *O processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HARDMAM, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda, 1988.

INÁCIO, Paulo César. Trabalho, Ferrovia e Memória. A experiência de Turmeiro (a) no Trabalho Ferroviário. Uberlândia – Minas Gerais: UFU, 2003. Dissertação (Mestrado em História)

LACERDA, M. Linhares de. *Tratado das Terras do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1960, v. IV.

LEAL, Victor Nunes. *O Coronelismo, Exada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa- Omega, 1975.

LEMOS, Carlos. A Republica ensina a morar (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999. p. 72.

LENCIOLI, Sandra. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008. p. 114.

LE GOFF, J. *Por amor as cidades*. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão...[ et al.]. – 5<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2003.

LOPES, Diva Maria F, HENRIQUE, Wendel (org). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87).

LUGAN, J. C. Sociabilité et integration dans les petites villes: hypothèses sur une évolution. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. Bourgs et petites villes. Toulouse:Presses Universitaires du Mirail, 1997.

KOSHIBA, Luis e PEREIRA, Denise Manzi F. *HISTÓRIA DO BRASIL*. 7ed. Revisada e atual. São Paulo: Atual, 1997.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história— A filosofia da história do catolicismo conservador (1800-1960)*, Franca/SP, 1998. Tese de livre-docência — FHDSS, UNESP.

MAIA, Altir de Souza. *Discriminação de terras*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982. (Curso de direito agrário, 6).

MAUAD, Ana Maria. *Imagen e auto-imagem do segundo reinado*. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, S. Prefácio. In: *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 7-13.

MARTINELLO, André. Resenha: *Gilmar Arruda: Cidades e Sertões: entre história e memória*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 256 (coleção história). Publicado em: Campo território revista de geografia Agrária. Vol. 4, nº 8. P. 212-216. Agosto. 2009. p. 212

MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o culundu*. In: SOUZA, Laura de Mello E. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: companhia da Letras, 1997. (V.1).

MONTES, Maria Lúcia. *As figuras do Sagrado: entre o público e o privado*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. ( org.). *História da vida privada no Brasil*, 2002. p. 63- 171. ( V.4)

MATTOS, Joaquim Francisco. *Os Caminhos do Goiás*. São Paulo: Comercial Safaby Ltda , 1980.

MENDONÇA, José Lourenço D. e MOREIRA, Antônio J. História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição Em Portugal. Biblioteca de autores Portugueses. Ed: Imprensa Nacional. 1980.

MICELLI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MACHADO, Edna Moreira de Lima. *Discriminação de terras devolutas: tarefa inconclusa, desde o Brasil imperial, em prejuízo para a Reforma Agrária*. Dissertação defendida na Universidade Federal de Pernambuco. 2002. Disponível em:  
[http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4397/arquivo5568\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4397/arquivo5568_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 23 de agos. de 2015.

MARIANI, Ricardo. *A cidade moderna entre a história e a cultura*. Trad. Anita Regina Di Marco Istituto de Italiano di Cultura di São Paulo: Nobel, 1986.

MAIA, Altir de Souza. *Discriminação de terras*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982. (Curso de direito agrário, 6). Disponível em:

<[http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4397/arquivo5568\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4397/arquivo5568_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 12 de jul. de 2015.

NASCIMENTO FILHO, João Aderaldo. *Senhores e Escravos no Maranhão Provincial*: um estudo dos Códigos de Posturas (1843-1888). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Tomo I. [S.L.: s.n.].

NASCIMENTO, Isaac Francisco do. *As ferrovias e a construção da rede urbana na Paraíba*. Monografia de Graduação em Geografia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003. p. 23-24.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Elson Gonçalves. *São Miguel do Passa Quatro: o nascimento de uma cidade*. Goiânia: Elege, 1998.

PARAGUASSÚ, A parecida Teixeira de F. e CURADO, Bento A. A. J. F. *Santa Cruz de Goiás, a veneranda dama antiga do sul goiano*. Goiânia: Elite, 2014, (Coleção História).

RICOEUR, P. *Histoire de la philosophie et historicité*, em R. Aron (org.), *L'histoire et ses interprétations*. Entretiens autour d'Arnold Toynbee, Mouton, Paris – La Haye.

ROMERO, Silvio. Obra filosófica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido Brasil*. São Paulo: companhia das letras, 2006. p. 347.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. *A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930)*. Rev. Espacialidades [online]. 2009, vol. 2, n. 1. p. 02. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/renato.pdf>> Acesso em: 25 de ago. 2015.

SAMPAIO, Teodoro. *Recordando Euclides da Cunha* (no Décimo aniversário da sua morte) In: ROCHA, Hildon. *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2000.

SANTOS NETO, Arthur Pio dos. *Instituições de direito agrário*. Recife, PE: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1979. p. 108-109. (grifo nosso).

SILVA, Leiy Francisca. *A persistência de um saber: a medicina popular em Goiás 1930 a 1950*. ANPUH. XXIII Simpósio nacional de história. Londrina- PR. 2005. p. 01.

Disponível em:

<<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1327.pdf>>

Acesso em: 15 de set. de 2015.

SILVA, Maria Conceição. *Casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. Revista Brasileira de História. Rev. Bras. Hist. vol.23 no.46 São Paulo 2003. Disponível em:  
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000200006>> Acesso em: 20 de jun. de 2015.

SILVA, Bruno Goulart Machado. *Os moderninhos do sertão a traição da tradição e o culto à modernidade*. Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil. Disponível em:

< <http://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/11086/0> > Acesso em: 23 de out. de 2016.

SILVA, Sérgio Duarte da . *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Ed. da UFG 1997.

SILVA, Maria Rosa Ferreira da. *A cidade e o urbano: categorias explicativas e experiências históricas*. Revista Alpha. Centro universitário de Patos de Minas. 2012. p. 240. Disponível em:  
<[http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25962/A\\_cidade\\_e\\_o\\_urbano.pdf](http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25962/A_cidade_e_o_urbano.pdf)> Acesso: 23/ 05/ 2015.

SILVA, Geraldo; COCCO, Giusepp. ( orgs.). *Cidades e Portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SILVA, Marilda Teles Maracci, SOUSA, Silva Aparecida. *A produção do espaço brasileiro: abstração real*. Trabalho apresentado junto à disciplina Metodologia científica em geografia. Revista UNESP, 2012. Disponível em:  
<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/1194/1187>> Acesso: 22 de dez. 2015.

SOUZA, Candice Vidal. *A pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: UFG, 1999.

SOUZA, João Carlos. *Sertão cosmopolita: Tensões da modernidade de Corumbá ( 1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 33.

SUAREZ, Mireya. “O ‘sertão’ e a ‘fronteira’ no pensamento social brasileiro”. Informe repassado pelo mestrado em sociedade Agrárias/UFG em 15.05.2001. “comunicação gravada em fita cassete, 90 min”.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A república e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 82, Setembro, 2008, p. 134.

Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?scilient=psy-ab&site=&source=hp&q=STARLING%2C+Heloisa>> Acesso em: 05 de jul. de 2015.

SCHUELER, Alessandro Frota Martinez e MAGALDI, Ana Maria Bezerra de Melo. *Educação escolar na primeira república: memória história e perspectiva de pesquisa*. Artigo recebido em setembro de 2008 e aprovado para publicação em outubro de 2008. *Tempo [online]*. 2009, vol.13, n.26, p. 35. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042009000100003&script=s> > Acesso em: 18 de jul. 2015.

SMITH, Herbert. Do Rio de Janeiro a Cuiabá. São Paulo. 1922.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

TAUNAY, Visconde. *Visões do sertão*. São Paulo: Companhia de Melhoramentos.

THOMPSOM, E. P. Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letra. 1987.

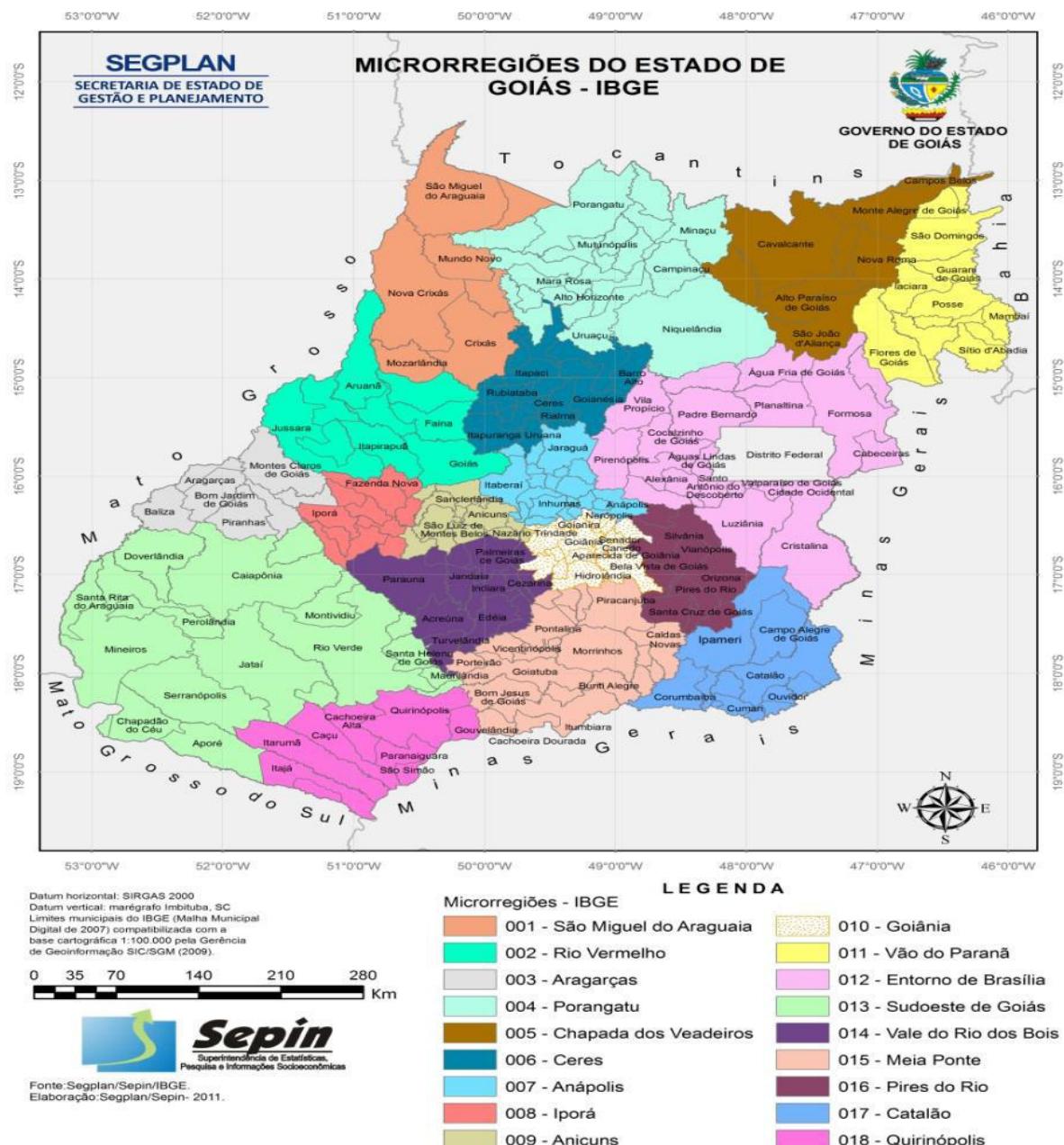
VIOTTI, Emilia. *Da Monarquia à república*. 9. ed .- São Paulo: EDITORA: UNESP, 2010.

VASQUEZ, Pedro. ( org.). *Caminhos do trem: as grandes ferrovias*. Revista História Viva. Vol.2. São Paulo: Duetto Editorial., 2008. p. 10-11.

WEBER, Max. *Economia e sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol I Brasília: UNB, 1994.

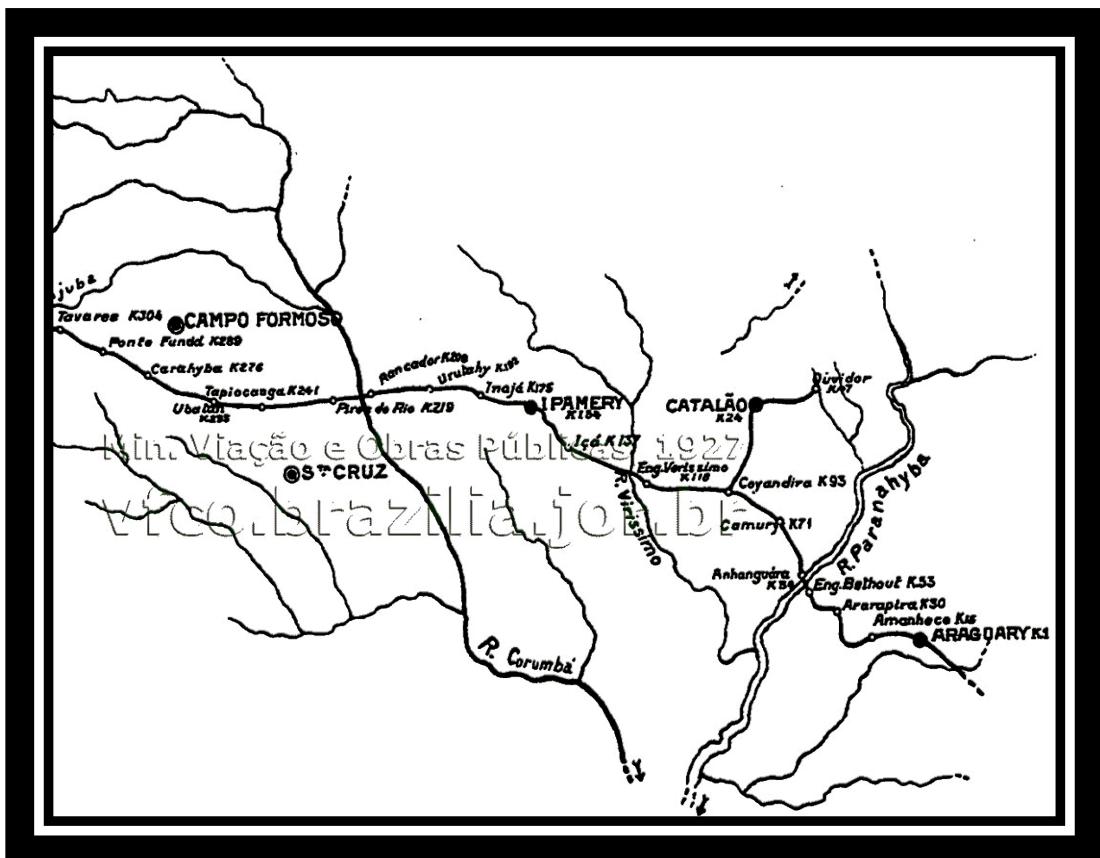
**ANEXOS**

## Anexo 1



Micro regiões do estado de Goiás. A cidade de Campo Formoso, atualmente Orizona faz parte da micro região 016- de Pires do Rio. Fonte: IBGE coordenação de geografia.

## Anexo 2



1º mapa feito em meados de 1930, mostrando o caminho da Ferrovia Goyaz, assinado por Max Vasconcellos, um visionário que foi o primeiro a fazer um gigantesco mapeamento minucioso de todas as ferrovias brasileiras, cada Estação e linhas ramais, ainda manualmente, relatando todas as cidades que ela cortaria com descrições físicas, hidrográficas, e populacional. Em uma época que não existia IBGE. Escritor do raro livro Vias Brasileiras de comunicação vol. I e depois o volume II. Devemos observar o desvio dos trilhos em relação à cidade de Campo Formoso. Disponível em : <<http://vfco.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios/1928-Max-Vasconcelos-edicoes.shtml>> acesso 08/ 03/ 2014.

Anexo 3: fotografia de casas em Campo Formoso



Casa velha no povoado da cachoeira. Pertencente ao Capitão Pereira, município de Campo Formoso, construída nos fins do século XIX. Fonte: Maria Pereira, av. Egerineu Teixeira, centro, Orizona – GO.



Casa do início do século XX, localizada na rua Getúlio Vargas, centro. Fotografada por: Jennydavison Ribeiro dos Santos Batista.



Casa de arquitetura do início do século XX. Dentro das normatizações do Código de Posturas de 1907. Até hoje as numerações das residências são dispostas na mesma lógica; números impares de um lado e números pares de outro. Esta casa já está com algumas alterações como podemos visualizar a puxada ao lado. Rua Zacarias Caixeta, nº 28, centro, Orizona. em frente da praça da Igreja Nossa senhora da Piedade. Fotografada por: Jennydavison Ribeiro dos Santos Batista.



Casa do Senador José da Costa Pereira, filho do Coronel José da Costa Pereira Sobrinho, já com modificações, hoje nela funciona a casa paroquial em frente a praças central da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade. Rua Cônego Trindade. Hoje casa paroquial, centro, Orizona –GO. Fotografada por: Jennydavison Ribeiro dos Santos Batista. 03/ 08/ 2015.



Capela Nossa Senhora da Piedade de Campo Formoso, inicio do século XX. Nesse momento ela ainda não está remodelada. Praça: cônego Trindade, Centro Orizona – GO. Fonte: Jornal Terra Goiana. Proprietário Helder Gonçalves.



Casas do início do século XX. Praça: Cônego Trindade, centro Orizona – GO. Localizada em frente a capela Nossa Senhora da Piedade. Devemos observar a quantidade de janelas. Fonte: Jornal Terra Goiana, proprietário e diretor Helder Gonçalves.



Local onde existia o antigo cemitério paroquial de Campo Formoso, atualmente Capelinha, na cidade de Orizona. O cemitério paroquial foi desativado em 1935. Este local era fora dos limites da cidade, não existia nada como conta senhor Achilles Ribeiro, hoje como podemos observar foi engolido por ela. Todos os sepultados se encontram ainda no local foram enterrados e esquecidos pra sempre. Fotografado por: Jennydavison Ribeiro dos Santos Batista. 03/ 01/ 2015.



Atual Matriz de Nossa Senhora da Piedade. A Igreja ainda no centro comercial e político da cidade. Praça: Cônego Trindade, centro Orizona-GO. Fotografada por: Jennydavison Ribeiro dos Santos Batista. 03/ 08/ 2015.



Casa início do século XX, Campo Formoso. Fora do perímetro urbano da cidade. Rua: Joaquim da Silveira, n. 18 centro Orizona. Fotografada por: Jennydavison R. S. Batista.



Casa década de 1940, com puxada do lado. Observamos que ela já foi erguida com tijolos no início do século todas eram feitas de adobe. Mas, ainda traz uma arquitetura inspirada na neo colonial. Rua Getúlio Vargas, Orizona centro. Fotografada por: Jennydavison R. S. Batista.



Loja de Getúlio de Castro, filho de Rodholfo Fernandes de Castro, 1930. Porém já modificada com Platibandadas. Em Campo Formoso as platimbandas foram pouco utilizadas, diferente da Cidade de Pires do Rio que o seu uso passou a ser lei municipal.. Rua: Getúlio Vargas, n. 60, centro Orizona. Fotografada por: Jennydavison R. S. Batista.



Casa inicio do século XX, alicerce em pedra como pedia o Código de Posturas da cidade de Campo Formoso. Rua: Getúlio Vargas, n. 67, centro, Orizona- GO. Fotografada por: Jennydavison R. S. Bat

Anexo 4: emplacamento de automóvel



Placa de automóvel de Campo Formoso a inscrição P12 significa Particular 12, a numeração a quantidade de carros, 1940. Fonte: relojoaria do Jeová. Fotografado por: Jennydavison R. S. Batista.

Anexo 5: Coronéis da região da Estrada de Ferro



Coronel Lino Sampaio doador das terras para a construção da Estação de Pires do Rio. Arquivo público da cidade de Pires do Rio.

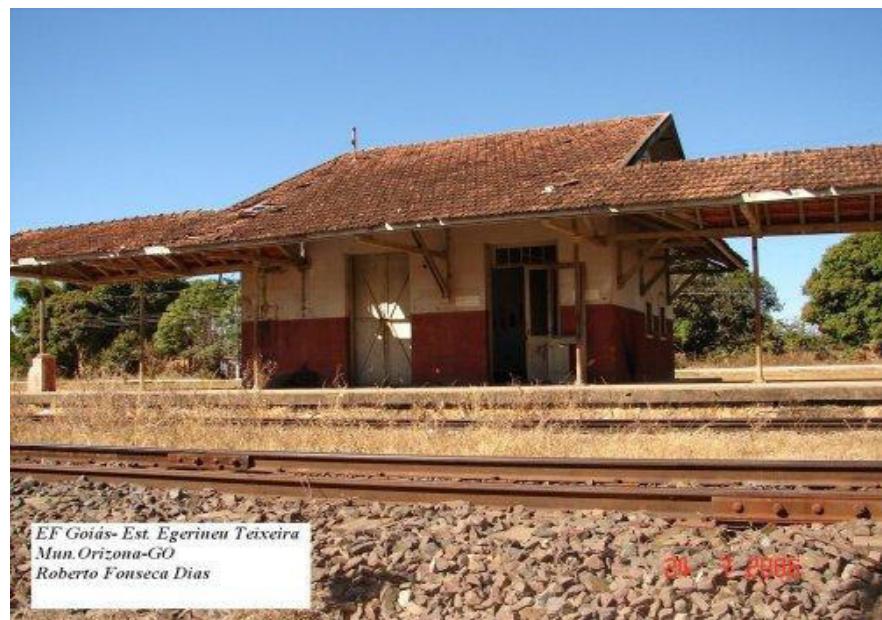


Zacarias Caixeta Filho. do antigo cel. Zacarias Caixeta, assumiu a propriedade do pai da fazenda Bela Vista. Fonte: João Nunes, av. Egerineu Teixeira, nº 35, centro Orizona, Goiás.

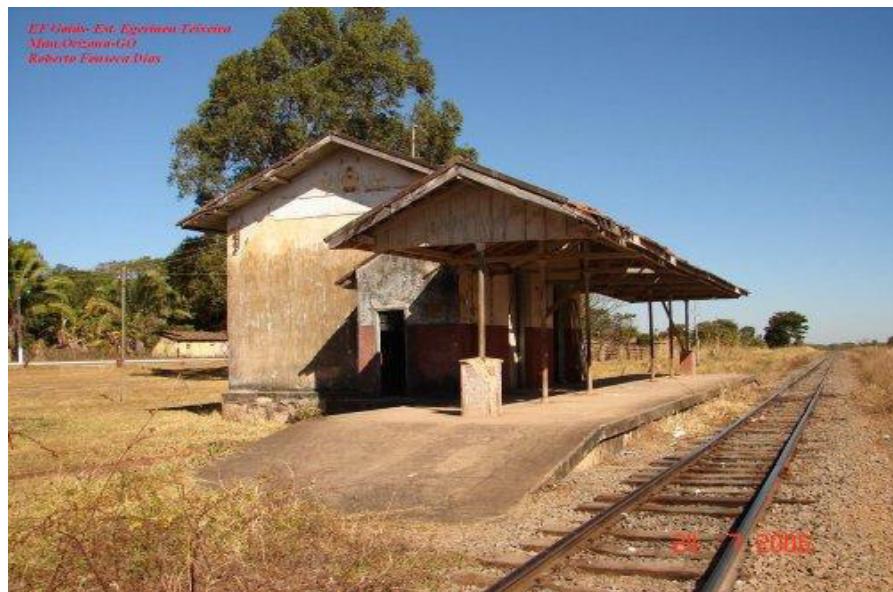


Olimpio Pereira Cardoso doando o primeiro sino para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Fonte: Maria Pereira, av. Egerineu Teixeira, centro Orizona Goiás

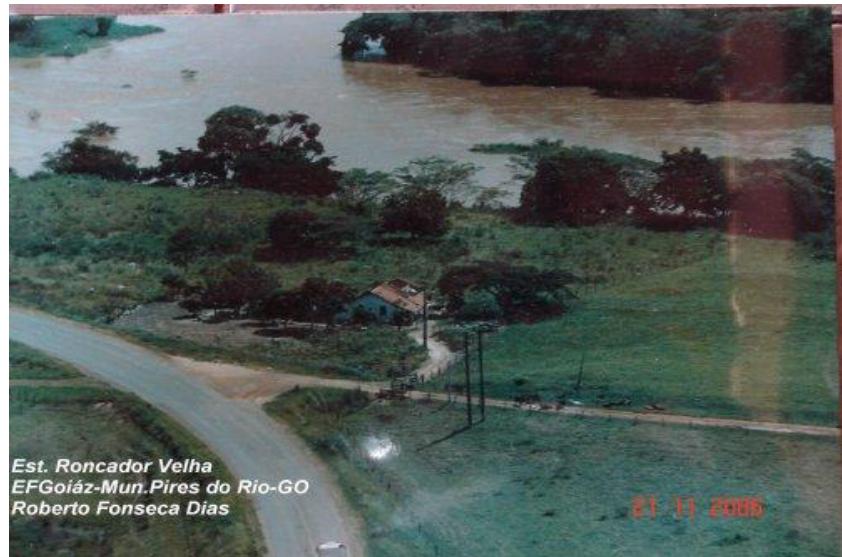
Anexo 6: fotografias das Estações da Estrada de Ferro Goiás.



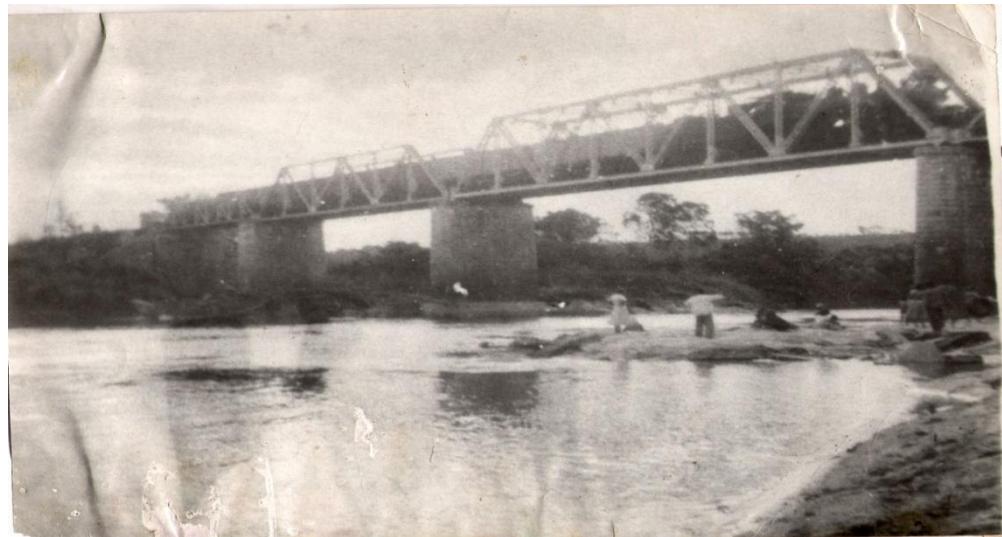
Estação de Ubatan inaugurada em 1923. Mas, nos anos 1940 passou a ser nomeada de Egerineu Teixeira, em homenagem ao prefeito assassinado de Campo Formoso, em 5 de julho de 1938, por motivo políticos. Domínio público.



Estação de Ubatan. Domínio público.



Local onde existia a Estação de Roncador que foi ponta de linha por 9 anos, inaugurada em 1914, ao lado podemos ver o rio Corumbá. Nesse local formou-se um povoado vindo a desaparecer assim que a Ferrovia cruzou o rio. Domínio público.



Ponte de ferro Epitácio Pessoa sobre o rio Corumbá. Somente depois da chegada dessa ponte que veio desmontada da Inglaterra, se pode completar os caminhos dos trilhos. Logo depois de colocada foi inaugurada a cidade de Pires do Rio. Arquivo público da cidade de Pires do Rio.